



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

HÉLEN CRISTINA DA SILVA

PELAS VEREDAS DO /R/ RETROFLEXO

Londrina
2016

HÉLEN CRISTINA DA SILVA

PELAS VEREDAS DO /R/ RETROFLEXO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, e ao Programa de Doutorado em Lingüística, da Universidade de Santiago de Compostela, como requisito à obtenção ao título Doutor.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade
Aguilera

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosario Álvarez
Blanco.

Londrina
2016

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586p Silva, Hélen Cristina da.
Pelas veredas do /r/ retroflexo / Hélen Cristina da Silva. – Londrina :
Santiago de Compostela, 2016.
187 f. : il.

Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.
Coorientador: Rosario Álvarez Blanco.
Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) □ Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2016.

1. Língua portuguesa – Dialetos – Brasil, Sudeste – Teses. 2. Dialeto
caipira – Brasil, Sudeste – Teses. 3. /r/ retroflexo – Teses. I. Aguilera,
Vanderci de Andrade. II. Álvarez Blanco, Rosario. III. Universidade
Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. IV. Universidade de
Santiago de Compostela. Programa de Doutorado em Linguística.
V. Título.

CDU 806.90(815/816.1)-087

HÉLEN CRISTINA DA SILVA

PELAS VEREDAS DO /R/ RETROFLEXO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, e ao Programa de Doutorado em Linguística, da Universidade de Santiago de Compostela, como requisito à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade
Aguilera
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosario Álvarez
Blanco
Universidade Santiago de Compostela - USC

Prof.^a Dr.^a Sílvia Figueiredo Brandão
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Dircel Aparecida Kailer
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 14 de março de 2016.

À fala “caipira” de nosso Brasil.
Ao futuro do meu Léo.
À minha tia Márcia Campos da Silva
Imai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho, independentemente do seu gênero ou importância, demanda mais de um participante, isto é, mãos, mentes, vibrações e sentimentos se unem a fim de concretizá-lo. Com esta tese não foi diferente. Por isso, é demasiadamente difícil compactar em poucas linhas a gratidão devida a tantas pessoas pelo receio de me esquecer de alguém e de não ser grata na medida certa. Mas, de qualquer forma, tentarei....Sendo assim, agradeço:

Em primeiro lugar e sempre, a Deus, inteligência suprema e bondade absoluta, que me conduziu até aqui, descortinando caminhos repletos de aprendizado e de pessoas sem as quais eu nada seria. Agradeço, sobretudo, pela luz que orientou todos os meus momentos, principalmente, naqueles em que o fardo começava a pesar, possibilitando, assim, meios para minha evolução pessoal, acadêmica e espiritual.

À Vanderci de Andrade Aguilera, minha orientadora de hoje e sempre, pelos ensinamentos acadêmicos e, também, pelos morais; pela valiosa maternidade espiritual, pelo amor, pela atenção e paciência; por me guiar nas veredas da Dialetolegia, desvendando-me um mundo repleto de desafios e belezas. Agradeço, sobretudo, por depositar em mim e em meu trabalho confiança e respeito, por sempre emitir a mensagem - com carinho e entusiasmo, características que lhe são definidoras- "Vai que você consegue!". Enfim, obrigada por existir, por fazer parte de minha história, por (com)partilhar comigo de tantos momentos de aprendizado (uns muito felizes, outros menos), permitindo que eu faça parte de sua vida, aprendendo na prática a ser profissional, mas acima de tudo, com os seus exemplos, a ser uma pessoa melhor. Vandi, como te agradecer por tudo é impossível, ofereço a você este trabalho, cheio de imperfeições, bem sei. Mas, realizado com paixão, seriedade e muito orgulho, fruto dos seus ensinamentos, de sua dedicação e de seu amor pela profissão e pela língua portuguesa.

Ao Fernando Braga, meu incansável companheiro de jornada, por me acompanhar durante toda a trajetória e, efetivamente, participar dela, atravessando estados, cidades, o oceano e desafios. A paciência, a compreensão, o inabalável incentivo e a crença nas minhas potencialidades, são impagáveis. Esta conquista é nossa!

Ao Leonardo da Silva Braga, meu filho, luz da minha vida que, mesmo sem saber, é a maior fonte geratriz de perseverança, alegria, responsabilidade e amor que nutrem e recarregam minhas forças para esta e qualquer empreitada. Com ele, certamente, eu sou mais forte e completa!

À Terezinha de Fátima Martins, minha mãe, que com amor e simplicidade, edificou a minha educação e o meu caráter, fatores que, indubitavelmente, conduziram-me até aqui. Agradeço, ainda, por estar presente para tudo e a todos, quando eu não pude. É impossível imaginar qualquer caminhada, sem os seus passos juntos aos meus.

À Márcia Campos da Silva Imai (*in memoriam*), minha tia, que, ao lado da minha mãe, foi a responsável por me apresentar, com o amor e muito carinho, o apaixonante mundo dos livros. Feito que, com certeza, delineou meus caminhos e contribuiu com esta conquista. Esta tese, minha tia, também é sua, esteja onde estiver.

Ao Comitê do *Atlas Linguístico do Brasil*, projeto do qual orgulhosamente faço parte, por ter concedido os dados, ainda inéditos, com os quais trabalhei nesta tese. Sinto-me, verdadeiramente honrada de poder, mesmo que minimamente, contribuir com a disseminação dos frutos desse grandioso projeto.

O equipo do Instituto de Lingua Galega (meu pobo galego), en especial a miña querida coorientadora Rosario Álvarez Blanco pola disposicion, polas orientacións, por me presentar súa cultura, súa lingua, seu pobo con tanto cariño; o Director do ILG Ernesto González, tan alegre e sempre listo a axudar; o profesor Xulio Sousa Fernández a quen considero tamén meu coorientador, debido a atención, coidado e presteza con que atendeu as minñas peticións de axuda; o coordinador do doutoramento en Lingüística, Xosé Luís Regueira Fernández, pola inmensa paciencia, pola inestimable axuda con todos os trámites interinstitucionais e, igualmente, pola fraterna acollida. O Cesar, informático do ILG, pola destreza con que me ensinou a elaborar os mapas lingüísticos que presento neste traballo. Agradeço, igualmente, a miña amiga Marta Negro que fixo miña estadía máis doce e máis alegre. En fin, grazas a todos polas ensinanzas, pola colaboración e, por suposto, pola cariñosa e fraterna acollida. A experiencia que eu adquirín xunto a vos é, de feito, indizível, imensurável, inesquecible. Desde agora, o océano é só un "corginho" que nos separa. Moitas grazas por tudo! Ah...Hoxe, podo afirmar: sei o que é morriña!

Às professoras Fabiane Cristina Altino e Dircel Aparecida Kailer que, com pertinência e cuidado, fizeram observações de grande valia para o meu trabalho. Especialmente, às professoras Sílvia Figueiredo Brandão e Vandersí Sant'Ana Castro, não somente pela leitura atenciosa e pelas orientações realizadas no Exame de Qualificação, mas, igualmente, por serem referências nas quais me oriento desde o início de minha trajetória acadêmica, tanto pela consistência teórica quanto pelo estilo de escrita.

A todos os colegas e amigos da UEL e a toda equipe do PPGEL pelo profissionalismo e competência.

À CAPES pelo apoio financeiro, tanto no Brasil como na Espanha.

Silva, Hélien Cristina da. **Pelas veredas do /r/ retroflexo**. 2016. 189 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

No ano de 1920, Amadeu Amaral, em sua obra pioneira no campo da Dialetologia no Brasil, *O dialeto caipira*, descreve essa variedade falada na antiga província de São Paulo até o final do século XIX, apresentando dentre suas características o uso do [ɾ] retroflexo, ou, por derivação de sua origem e propagação pelo interior paulista, o /r/ caipira. As mudanças sociais da época levaram o autor a afirmar que o dialeto caipira, *acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso [...], acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve*. Entretanto, pesquisas sobre o tema (AGUILERA e SILVA, 2014; SILVA 2012; BRANDÃO, 2007; CASTRO, 2006) tendem a contrariar tal previsão, sobretudo no tocante à vitalidade do /r/ retroflexo, uma das marcas mais autênticas do dialeto caipira, demonstrando que esse rótico, fruto do contato do português lusitano com o tupi e disseminado pelas bandeiras paulistas, encontra-se vivo e em expansão no Português Brasileiro (PB). Diante do exposto, a presente pesquisa, pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998), tem como objetivo central comprovar a hipótese da manutenção e da expansão do /r/ caipira, no PB, e mapeá-lo em posição de coda silábica, buscando fornecer subsídios para a delimitação de isófonas que possam contribuir para a demarcação das áreas dialetais brasileiras, no que tange à Região Sudeste do país, especificamente São Paulo, onde se localiza um dos maiores focos de irradiação da variante caipira. Como objetivos específicos, almejamos verificar as influências linguísticas e extralinguísticas atuantes na realização do /r/ retroflexo. Além disso, abordamos questões sócio-históricas da região estudada que possam evidenciar a presença do rótico em questão. Para dar cumprimento aos objetivos, partimos da análise de dados, ainda inéditos, coletados pelo *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) em 80 localidades, incluindo as capitais e o interior, subdivididas da seguinte forma: 38 do estado de São Paulo; 23 de Minas Gerais; 14 do Rio de Janeiro e cinco do Espírito Santo, perfazendo o total de 336 informantes estratificados conforme os parâmetros estabelecidos pelo ALiB. As questões selecionadas para o estudo, integrantes do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) (Comitê Nacional, 2001), apresentam, como possíveis respostas, palavras com o /r/ em coda silábica interna e externa. A análise desse *corpus*, dentre outros resultados, revela que o /r/ caipira constitui a base rótica da fala do estado de São Paulo, estando presente, inclusive em mais de 30% dos dados referentes à capital. No estado mineiro, ratificamos a ocorrência dessa variante, concentrada no Triângulo e no Sul de Minas, já detectada, em 1977, pelo *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO, et al.). No Rio de Janeiro e no Espírito Santo sua ocorrência é tímida e encontra-se distribuída de forma esparsa. No que concerne às variáveis extralinguísticas, constatamos, no conjunto dos dados, que são os homens, sobretudo, os jovens os que mais utilizam o [ɾ]. Tais resultados nos levam a afirmar que a previsão de Amaral (1920) não se cumpriu, pois essa variante, uma das marcas mais representativas do dialeto caipira, apresenta-se com muita vitalidade, mesmo passado quase um século da publicação de sua obra.

Palavras-chave: /r/ retroflexo. Dialeto caipira. Sudeste brasileiro.

Silva, Hélien Cristina da. **The paths of the retroflex /r/**. 2016. 189 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

In 1920, Amadeu Amaral, in his pioneering work about Dialectology in Brazil, *O dialeto caipira*, describes this variety spoken in the old province of São Paulo till the end of the 19th century, presenting among its characteristics, the use of the retroflex [ɾ], or, by derivation of its origin and spread in the interior of the state of São Paulo, the *caipira /r/*. The social changes at the time led the author to state that the *caipira* dialect, "sheltered in small places that do not follow close the general movement of progress [...], is doomed to disappear relatively soon". However, studies about the topic (AGUILERA and SILVA, 2014; SILVA 2012; BRANDÃO, 2007; CASTRO, 2006) tend to contradict such a prediction, mainly when it comes to the vitality of the retroflex /r/, one of the most authentic characteristics of the *caipira* dialect, showing that this rhotic, which resulted from the contact between the European Portuguese and the Tupi language and disseminated by the expeditions called *bandeiras*, is still alive and expanding in the Brazilian Portuguese. Thus, the current study, based on the theoretical-methodological assumptions of Pluridimensional Dialectology (THUN, 1998), aims primarily at confirming the hypothesis of the maintenance and expansion of the *caipira /r/* in the Brazilian Portuguese as well as mapping it in coda, searching to provide elements for the delimitation of isoglosses that may contribute for the identification of Brazilian dialectal areas specifically in the Southeast region of the country, particularly in São Paulo, where it is possible to find one of the biggest sites of such a variant. As far as specific objectives are concerned, this study aims at verifying the linguistic and extralinguistic influences in the realization of the retroflex /r/. Besides, socio-historical issues of the studied region are also approached so as to evidence the presence of the focused rhotic. To achieve the established objectives, this study analyzed unpublished data collected by the *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) Project in 80 places, including capital cities and towns, divided in the following way: 38 in the state of São Paulo, 23 in the state of Minas Gerais, 14 in the state of Rio de Janeiro and five in the state of Espírito Santo, totalling 336 informants classified according to the parameters established by ALiB. The questions selected for this study, which constitute the Phonetic-Phonological Questionnaire (Comitê Nacional, 2001), present as possible answers words with /r/ in internal and external coda. The analysis of such a corpus, among other results, shows that the *caipira /r/* consists in the rhotic base of the speech in the state of São Paulo, and it is present in more than 30% of the data from the capital city. In the state of Minas Gerais, this study ratifies the occurrence of this variant concentrated in the area known as *Triângulo* and in the south of the state, which was already identified in 1977 in *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO, et al.). In the states of Rio de Janeiro and Espírito Santo, its occurrence is timid and scattered. In terms of extralinguistic variables, the data in this study confirmed that the [ɾ] is mostly used by young men. Such results lead to the statement that Amaral's prediction (1920) did not confirmed as this variant, one of the most representative characteristics of the *caipira* dialect, presents strong vitality, even after almost one century after his publication.

Key-words: retroflex /r/. *Caipira* dialect. Brazilian southeast.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da distribuição do /r/ retroflexo (BRANDÃO, 2007).....	38
Figura 2 – Carta F04 do ALiB. /R/ em coda silábica	39
Figura 3 – Mapa da Região Sudeste	80
Figura 4 – Imagem da cidade de São Paulo.....	85
Figura 5 – Imagem da cidade de Ouro Preto / MG	89
Figura 6 – Imagem do Rio de Janeiro.....	92
Figura 7 – Imagem da cidade de Vitória	96
Figura 8 – Principais rotas de atuação dos bandeirantes e os três principais ciclos das bandeiras	103
Figura 9 – Carta VII do ALiB. Distribuição de pontos da Região Sudeste	107
Figura 10 – Carta linguística n°01. Distribuição dos róticos, em coda interna, no região Sudeste.....	114
Figura 11 – Carta linguística n°02. Distribuição dos róticos, em coda interna, no estado de São Paulo	118
Figura 12 – Carta linguística n°03. Isófona dos róticos, em coda interna, no estado de São Paulo	132
Figura 13 – Carta linguística n°04. Distribuição dos róticos, em coda interna, no estado de Minas Gerais.....	135
Figura 14 – Carta II Retroflexo em final de sílaba (Castro, 2006).....	142
Figura 15 – Carta 47 do EALMG (1977). Isófona do /r/ retroflexo	143
Figura 16 – Carta linguística n° 05. Isófona dos róticos, em coda interna, no estado de Minas Gerais.....	145
Figura 17 – Carta linguística n°06. Distribuição dos róticos, em coda interna, no estado do Rio de Janeiro.....	148
Figura 18 – Carta linguística n°. 07 Áreas de ocorrência do /r/ retroflexo, no estado do Rio de Janeiro. Dados do AfeBG (2006), do Micro AFERJ (2008), do ALiB (2014) e de Nascimento (2014).....	150
Figura 19 – Carta n.° 08. Isófona do /r/, em coda silábica, no estado do Rio de Janeiro.....	152
Figura 20 – Carta linguística n.°09. Distribuição dos róticos, em coda, interna, no estado do Espírito Santo.....	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrência dos róticos, em coda interna, na região Sudeste	112
Gráfico 2 - Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado de São Paulo.....	117
Gráfico 3 - Distância da capital paulista e sua influência na variação rótica, em coda interna	124
Gráfico 4 - Variação de /r/, em coda interna, no Oeste paulista	129
Gráfico 5 - Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado de Minas Gerais	134
Gráfico 6 - Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado do Rio de Janeiro	147
Gráfico 7 - Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado do Espírito Santo.....	153
Gráfico 8 - Ocorrência dos róticos, em coda externa, nos substantivos	158
Gráfico 9 - Distribuição diatópica dos róticos, em coda externa, entre os substantivos	159
Gráfico 10 - Ocorrência dos róticos entre os verbos no infinitivo.....	161
Gráfico 11 - Comportamento da apócope de /r/	162
Gráfico 12 - Distribuição diatópica dos róticos entre os verbos no infinitivo	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fator localidade, nos dados do estado de São Paulo	120
Tabela 2 - Fatores sexo e idade, nos dados de SP.....	121
Tabela 3 - Fator item lexical, nos dados do estado de São Paulo.....	122
Tabela 4 - Fator item lexical, nos dados do estado de Minas Gerais	136
Tabela 5 - Fatores sexo e idade, nos dados de Minas Gerais	139
Tabela 6 - Distribuição dos róticos, em coda interna, no AFeBG (2006).....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Rede de pontos da Região Sudeste (ALiB)	104
Quadro 2 - Atuação dos fatores linguísticos e extralinguísticos na realização do /r/ retroflexo.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADDU	Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay
AfeBG	Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara
AFERJ	Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro
AIS	Atlas Linguístico-etnográfico da Itália e da Suíça Meridional
ALAC	Atlas Etnolinguístico do Acre
ALAP	Atlas Linguístico do Amapá
ALC*	Atlas Lingüístic de Catalunya
ALC**	Atlas Lingüístico de Córsega
ALEA	Atlas Lingüístico de Andalucía
ALC	Atles Lingüístic del Domini Català
ALEC	Atlas linguístico-etnográfico da Colômbia
ALEICan	Atlas Lingüístico y Etnográfico de las Islas Canarias
ALECan	Atlas Lingüístico y Etnográfico de Cantabria
ALEANR	Atlas Lingüístico y Etnográfico de Navarra y Rioja
ALEP	Atlas Lingüístico Etnográfico de Portugal e da Galiza
ALERS	Atlas linguístico e etnográfico da Região Sul
ALES	Atlas Linguístico do Espírito Santo
ALESP	Atlas Linguístico do Estado de São Paulo
ALESUCH	Atlas Linguístico-etnográfico del Sur del Chile
ALF	Atlas Linguistique de la France
ALGa	Atlas Linguístico Galego
ALGR	Atlas Linguístico Guarani-românico
ALI	Atlante Linguistico Italiano
AliAC	Atlas Linguístico do Acre
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALiMA	Atlas Linguístico do Maranhão
ALiMAT	Atlas Linguístico do Mato Grosso
ALIP	Atlas Lingüístico de la Península Ibérica
AliPA	Atlas Geo-sociolinguístico do Pará
AliPE	Atlas Linguístico do Pernambuco
AliPI	Atlas Linguístico do Estado do Piauí

AliRN	Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte
AliRO	Atlas Linguístico de Rondônia
AliSon-Rio	Atlas Linguístico-sonoro do Estado do Rio de Janeiro
ALMS	Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALR I	Atlasul Linguistic Român. Partea I
ALR II	Atlasul Linguistic Român. Partea II
ALRM I	Micul Linguistic Român Partea I
ALRM II	Micul Linguistic Român. Partea II
ALSE II	Atlas Linguístico de Sergipe II
ALSE	Atlas Linguístico de Sergipe
ALTOSP	Atlas linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
AVAL-RJ	Acervo das Variedades Lingüísticas do Estado do Rio de Janeiro
CLUL	Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
CSIC	Conselho Superior de Investigações Científicas
CV	Consoante/Vogal
CVC	Consoante/Vogal/Consoante
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
ES	Espírito Santo
GIS	Geração e Visualização de Cartas Linguísticas
GNU	General Public License
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
NALF	Nouvel Atlas Linguistique de la France
NURC	Norma Lingüística Urbana Oral Culta
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PEUL	Programa de Estudos sobre o Uso da Língua
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QGIS	Sistema de Informação Geográfica

QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USC	Universidade Santiago de Compostela

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS LINGÜÍSTICOS	22
1.1 CONSTITUIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	22
1.2 O DIALETO CAIPIRA (AMARAL, 1920).....	27
1.3 O /R/ RETROFLEXO	31
1.3.1 Hipótese sobre a sua Origem.....	33
1.3.2 Sua Distribuição	36
1.3.2.1 Sua Ocorrência nos Atlas Estaduais e no Regional	40
1.3.3 Outras Pesquisas Sobre o /r/ Retroflexo	43
CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÃO DOS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS	52
2.1 DIALETO	52
2.2 FASE PRÉ-DIALETOLÓGICA	54
2.3 A INSTAURAÇÃO DA DIALETOLOGIA	56
2.4 A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA.....	61
2.4.1 A Contribuição de outras Áreas da Linguística	65
2.4.1.1 A sociolinguística.....	66
2.4.1.2 A dialetologia pluridimensional.....	69
2.4.2 A Dialetologia na América	71
2.4.2.1 A dialetologia e a geografia linguística no Brasil	72
CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTOS GEOSSÓCIO-HISTÓRICOS	80
3.1 A REGIÃO SUDESTE.....	80
3.1.2 O Estado de São Paulo	85
3.1.3 O Estado de Minas Gerais	89
3.1.4 O Estado do Rio de Janeiro	92
3.1.5 O Estado do Espírito Santo.....	96
3.2 O MOVIMENTO DAS BANDEIRAS	99

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	104
4.1 A REDE DE PONTOS	104
4.2 O <i>CORPUS</i> E O SEU TRATAMENTO	108
4.2.1 A Elaboração das Cartas Linguísticas.....	111
CAPÍTULO 5 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	112
5.1 O /R/ RETROFLEXO EM CODA INTERNA	112
5.1.1 No Estado de São Paulo	116
5.1.2 No Estado de Minas Gerais	134
5.1.3 No Estado do Rio de Janeiro	146
5.1.4 No Estado do Espírito Santo	153
5.1.5 Síntese dos Resultados sobre o /r/ Retroflexo	156
5.2 O /R/ RETROFLEXO EM CODA EXTERNA.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	170
ANEXOS	179
ANEXO A – Decreto 30.643, de 20 de março de 1952	180
ANEXO B – Carta 2 do EALMG - <i>Arco-Íris</i>	182
ANEXO C – Carta 3 do EALMG – <i>Arco-da-Velha</i>	183
ANEXO D – Carta 5 do EALMG- <i>Orvalho</i>	184
ANEXO E – Carta 8 do EALMG – <i>Mormaço</i>	185
ANEXO F – Carta 26 do EALMG– <i>Estrela Dalva</i>	186
ANEXO G – Carta 20 do EALMG– <i>Salto Mortal</i>	187

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa transplantada para terras brasileiras passou por variados processos que, somados, revestiram-na de uma nova roupagem, atribuindo-lhe características próprias, novos ares, novas nuances, novas cadências, até se consolidar no Português Brasileiro (PB), refletindo a miscigenação do nosso povo, bem como a extensão do Brasil.

Ao chegar aqui, o português europeu (PE) deparou-se com uma forte rival, a língua tupi, falada por vários grupos indígenas e mantida por muito tempo pelos mestiços, fato que lhe incutiu uma significativa influência lexical. Em seguida, ganhou significativas tonalidades africanas e, mais tarde, com a chegada das grandes levas de imigrantes, sofreu profundas transformações em todas as suas vertentes.

De toda essa mistura, algumas particularidades auxiliam na demarcação dos falares que constituem o PB, como é o caso, por exemplo, das variantes de /r/ em coda silábica, neste particular, o /r/ retroflexo¹, fruto, segundo as hipóteses sobre as quais nos respaldamos, do contato do tupi com o português lusitano. Da vila de São Vicente, esse rótico, o único genuinamente brasileiro, rumou junto com as incursões das bandeiras e foi disseminado por meio da boca dos desbravadores paulistas pelo interior do estado, irradiando-se e estendendo seus limites para os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1920, Amadeu Amaral, em sua obra pioneira, no campo da Dialetoлогия no Brasil, *O dialeto caipira*, descreve aspectos morfológicos, fonéticos, lexicais e sintáticos do dialeto falado na antiga província de São Paulo até o final do século XIX, destacando-se dentre tais características o /r/ retroflexo, ou, por derivação de sua origem, o /r/ caipira. De acordo com o autor, esse dialeto havia se expandido na região e fazia parte até mesmo na massa culta, fato este que rendeu aos paulistas “a fama de corromperem o vernáculo com feios vícios de linguagem. O caipirismo não fazia parte apenas da linguagem, mas também da forma de vida dos paulistas” (AMARAL, 1920, p.41).

¹ Neste trabalho referimo-nos ao /r/ retroflexo como: [r], /r/ caipira, variante retroflexa, variante caipira, todos como o mesmo valor de verdade.

Todavia, esse cenário caipira começa a se transformar devido às mudanças sociais, tais como: (i) a substituição do trabalho escravo pelo sistema capitalista, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal; (ii) o afunilamento da interferência linguística e social dos “genuínos caipiras, dos roceiros ignorantes e atrasados”; (iii) a expansão das relações comerciais e dos meios de comunicação; (iv) contato permanente entre a Província e a civilização europeia e (iv) o aumento do acesso à educação formal. Enfim, diante de tamanha modificação, a fala não poderia escapar ilesa, levando Amaral (1982 [1920], p. 41) a afirmar que o dialeto caipira, “acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso [...], acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve”.

Apesar de algumas pesquisas revelarem um possível preconceito linguístico dirigido ao /r/ caipira (SILVA, 2012; BOTASSINI, 2009; LEITE, 2004, 2010; GUIOTI, 2002; HEAD, 1987), estudos dialetais (AGUILERA e SILVA, 2011; 2014; BRANDÃO, 2007; CASTRO, 2006) tendem a contrariar a previsão de Amaral (1920), especialmente no que diz respeito à vitalidade do /r/ retroflexo, uma das marcas mais autênticas do dialeto caipira, demonstrando que esse rótico encontra-se vivo e, quiçá, em expansão no PB.

Os dados da cidade de Curitiba-PR, coletados pelo *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), auxiliam para ratificar a assertiva, pois apontam para uma produtividade significativa do referido rótico, algo não detectado, em 1994, ano da publicação do *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994).

Silva (2012), em seu trabalho voltado para a realização desse alofone, no Triângulo Mineiro, registra que, apesar de passados 35 anos da publicação do *Esboço de um Atlas de Minas Gerais* (RIBEIRO et al., 1977), o /r/ retroflexo predomina entre os falantes da região e tende a se estender, pois ocorre, representativamente, na fala dos jovens.

Isso posto, depois de quase um século da publicação d’*O Dialeto Caipira*, esse rótico que ficou nacionalmente conhecido como /r/ caipira, constitui-se como uma das marcas mais representativas da fala de pessoas do interior, ainda que não esteja restrita, nos dias atuais, somente a essa realidade, incitando pesquisadores de todo o país a estudar sobre a sua origem, a sua expansão e também sobre as atitudes linguísticas que o recobrem. Somando-se a esse fato, a sua distribuição bem marcada pode caracterizar, ao lado de outros aspectos

fonéticos, uma proposta de divisão dialetal do Brasil, servindo de grande valia para discussões sobre as origens do Português Brasileiro.

Acreditamos que a Região Sudeste, investigada neste estudo, por se inserir na história e na atualidade como a mais rica do Brasil; ocupar uma posição econômica vital; servir como eixo entre o Norte e o Sul e, segundo nossas hipóteses, abrigar, em São Paulo, o berço do /r/ caipira, possa comprovar a hipótese aventada nesta tese, ou seja, a da manutenção e expansão desse rótico. Talvez possibilite, também, fornecer subsídios que apontem para uma revalorização dessa marca *caipira*, impulsionada pelo crescente número de duplas sertanejas, artistas e repórteres da imprensa falada e televisiva que não disfarçam seu /r/ puxado, bem como pela própria pujança econômica verificada atualmente nas cidades do interior.

O presente trabalho justifica-se, pois, pela necessidade de: (i) ampliar o conhecimento acerca do /r/ caipira, mediante fatores linguísticos e extralinguísticos; (ii) delinear realizações dialetais desse rótico e (iii) contemplar cidades não investigadas pelos atlas publicados, abarcando 80 localidades de uma região representativa como a Sudeste. Dessa forma, acreditamos que é possível agregar material aos estudos dialetológicos de nosso país, a fim de que pesquisadores e professores possam conhecer e entender, com mais profundidade, uma das marcas linguísticas identitárias que pode caracterizar e distinguir os falares do PB.

A fim de verificar a validade de nossa hipótese, bem como sanar as necessidades mencionadas, nesta pesquisa de Doutorado, situada no âmbito da Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998), delineamos como objetivo geral mapear o /r/ em posição de coda silábica no Sudeste brasileiro, traçando, quando possível, isófonas que comprovem, por um lado, a ligação da variante caipira ao movimento dos bandeirantes e, por outro, demonstrem a importância desse rótico enquanto elemento delimitador das áreas dialetais brasileiras. No que tange aos objetivos específicos, buscamos (i) realizar um levantamento de estudos que tenham por objeto o /r/ caipira e (ii) verificar a influência de variáveis linguísticas e extralinguísticas atuantes na realização desse rótico.

Para dar cumprimento a tais objetivos, partimos da análise de dados coletados pelo *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB (CARDOSO et al., 2014), na Região Sudeste, incluindo as capitais e as cidades interioranas. Ao todo, analisamos o material referente a 80 pontos linguísticos, assim distribuídos: 38 no estado de São

Paulo; 23 em Minas Gerais, 14 no Rio de Janeiro e cinco no Espírito Santo, perfazendo o total de 336 informantes estratificados por sexo; faixa etária (I – 18 a 30 anos e II – 50 a 65 anos); procedência (natural da região) e escolaridade (ensino fundamental completo ou incompleto e ensino superior completo, no caso das capitais). O recorte que constitui o presente *corpus* é composto por questões integrantes do Questionário Fonético-Fonológico (QFF), dos Questionários do ALiB 2001 (Comitê Nacional, 2001), que apresentam como respostas palavras com o /r/ em coda silábica interna e externa. Após a revisão, os dados foram tratados à luz do referencial teórico adotado. Além disso, todo o material foi submetido, quando possível e necessário, ao programa *Goldvarb* (2001). Com os números e porcentagens oferecidos pelo programa, elaboramos gráficos, tabelas e mapas que auxiliam na discussão e análise dos dados.

A organização desta tese compreende cinco capítulos. No Capítulo I, intitulado *Fundamentos Linguísticos* apresentamos, de forma sucinta, algumas especificidades sobre a constituição do Português Brasileiro (PB), buscando evidenciar o /r/ retroflexo. Em seguida, abordamos a obra de Amaral (1920) que traz as características do *Dialeto Caipira* e, dentre elas, o rótico em questão e, por fim, versamos sobre essa variante de /r/, tratando de seus aspectos fonéticos, de sua origem, de sua distribuição e sobre as atitudes linguísticas que a recobrem. No capítulo II – *Configuração dos Estudos Dialetoológicos*, abordamos a trajetória da Dialectologia, com o intuito de apresentar alguns dos avanços obtidos nessa área ao longo do tempo. Em *Fundamentos Geossócio-históricos*, Capítulo III, apresentamos alguns pontos importantes da história social da região estudada, com foco no movimento dos bandeirantes. No Capítulo IV, discutiremos sobre a metodologia empregada e a descrição do *corpus*. No quinto e último Capítulo, apresentamos a discussão e a análise dos dados. E, por fim, as conclusões desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS LINGÜÍSTICOS

Neste capítulo, abordamos, sucintamente, a formação do português brasileiro (PB), apresentando, dentre outros pontos, a contribuição do elemento indígena e a importância do movimento das bandeiras na difusão do PB. Em seguida, apresentamos a obra *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920), pioneira nos estudos dialetológicos, que retrata uma pequena parcela do português do Brasil falada na antiga Província de São Paulo até meados do século XIX. Ao descrever as especificidades desse dialeto, Amaral (1920) aponta como uma de suas características o /r/ retroflexo, a partir daí, alcunhado também de /r/ caipira. Ultimando o capítulo, discorreremos sobre esse rótico, abordando aspectos que tratam da sua origem, da sua distribuição diatópica e, também, das atitudes linguísticas que supostamente o recobrem.

1.1 CONSTITUIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO²

Estudiosos, que discutem ou já discutiram sobre a formação do PB, afirmam que a maior e mais profunda diferença entre o português lusitano e o brasileiro reside no vocabulário. Na terra recém-descoberta, a língua românica, encontrou uma forte rival, predominante até meados do século XVIII, a língua tupi, aprendida pelos colonizadores para se aproximar dos autóctones e com eles estabelecer a comunicação.

De todas as línguas faladas pelos índios no Brasil, sem dúvida, a tupi era a mais utilizada, fato que pode ser atestado mediante os topônimos, antropônimos, zoônimos e fitônimos registrados durante as expedições dos bandeirantes. Sobre o assunto, Sampaio (1901, p.14) afirma que

as *bandeiras* quasi que só fallavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual só mais tarde se introduzia com o progresso da administração, com o commercio e os melhoramentos. Recebiam então um nome tupi as regiões que iam se descobrindo, e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jamais tivesse habitado uma tribu de raça tupi.

² Parte deste subtópico foi baseado em uma recentemente publicação da autora. Conferir em: AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da. Convergências lexicais : a área dos olhos no Atlas Lingüístico Galego e no Atlas Lingüístico do Paraná. In: *Estudos de Lingüística Galega*. v. 7 Edita Servizos de Publicacións: Campus Vida- Santiago de Compostela, 2015, p. 5-18.

Corroborando a tese de Sampaio (1901), Teyssier (2004, p.94) assevera que “durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicações. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições” e, por certo período, mais falado que o próprio português. Sobre o tema, Melo (1971, p. 45) lembra que “não deixa de ser muito significativo o alto número de vozes que o tupi legou ao português do Brasil. Esse vocabulário novo reflete o nosso meio com seus pertences e suas riquezas, os componentes da nossa paisagem, as nossas coisas, a nossa vida, enfim.”

Reconhecemos, igualmente, que a contribuição do tupi foi relevante não só no âmbito da toponímia, da flora e da fauna, mas também na (i) antroponímia, nomes como *Iara*, *Jaci*, *Jacira*, *Jaciara*, *Iracema*, *Guaraci*, *Guaraciaba*, embora raros atualmente, já estiveram na lista dos nomes preferidos pelos pais mais nacionalistas; (ii) formação de palavras do cotidiano por meio de radicais tupis acrescidos de sufixos ou terminações advindas do português, como *capinação*, *capinar*, *pererecar*, *pipoqueiro*; (iii) na denominação de utensílios, comidas, credences, terrenos e paisagens naturais, como *urupema* (peneira), *mingau*, *curau* (doce feito de milho verde), *boitatá*, *baitatá*, *igapó* (charco), *igarapé* (rio pequeno, caminho de canoa), dentre outros.

A influência fonética de uma língua sobre a outra, no caso o tupi sobre o PB, é mais difícil de ser comprovada, uma vez que fenômenos como a iotização e a apócope da vibrante são ainda alvo de amplas discussões, ora tomados como próprios da *deriva* da língua, ora como fenômenos românicos comprovados no francês e no espanhol. Ao contrário, a filiação lexical não parece tão nebulosa na maioria dos casos. Conforme atestam Dietrich e Noll (2010, p. 61), “a aceitação de empréstimos, sobretudo substantivos, é a forma mais direta de interferência lingüística. Brasileirismos dos tempos antigos são empréstimos das línguas indígenas que se limitam quase exclusivamente ao tupi, então difundido nas regiões litorâneas”.

Segundo Castilho (2004), devido à superioridade numérica dos indígenas, os portugueses tiveram que aprender a língua dos aborígenes, instaurando durante séculos uma situação de bilinguismo no país. É nesse contexto que surge a língua *brasílica*, de base tupi, mais tarde denominada de língua geral, devido à sua expansão no território brasileiro. De acordo, ainda, com Dietrich e Noll (2010, p.81), essa língua englobava “as variedades que surgiram no Brasil devido à

mestiçagem da população a partir do século XVII [...] e tornaram-se uma forma do tupi mais evoluída e simplificada, sobretudo na sua fonética e morfossintaxe”. Em 03 de maio de 1757, Marquês de Pombal proibiu o uso dessa língua e tornou obrigatória a língua portuguesa.

Além da reconhecida influência da língua tupi, contribuição estimada em cerca de dez mil vocábulos, os elementos portugueses trazidos a partir da segunda metade do século XVI foram se amalgamando, quase que simultaneamente, aos elementos negro-africanos.

Conforme atestam os linguistas, as contribuições africanas são menos extensas que as tupis, porém, mais intensas, já que se concentram no âmbito da morfologia e da fonética. Essa intensidade pode advir do fato de os africanos, devido à sua condição de escravos, estarem sempre em contato com os brancos, aprendendo a língua com eles, transplantando nela suas dificuldades, acrescentando alguns aspectos seus e, depois, transmitindo-os para os filhos dos portugueses. “Ora, não se pode esquecer que as primeiras impressões são as mais fortes e as mais resistentes. De modo que aqueles que aprenderam de negros a língua tendem a conservar algumas lembranças e marcas desse primeiro aprendizado” (MELO, 1971 p. 74).

As levas de africanos que chegaram ao Brasil foram muitas, segundo Castilho (2004), estima-se que no período de 1538 a 1855 foram trazidos cerca de 18 milhões de escravos distribuídos entre as culturas Banto e a Sudanesa. Esta composta por africanos da costa oeste da África (Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria). Aquela subdivida entre os povos advindos da parte ocidental do continente (Congo e Angola) e os povos oriundos da parte oriental (Moçambique, Tanganika e Região do Lagos).

A indústria açucareira, propulsora do crescimento da região Nordeste, somada à resistência dos índios intensificou o contato do africano com a língua portuguesa, diminuindo consideravelmente a participação indígena, fazendo com que a língua geral se tornasse residual. Dito de outra forma, “é possível que os primeiros escravos africanos tenham tido contato com a língua geral, mas, com a redução da presença indígena na zona açucareira, os escravos, desde cedo, passaram a ter contato com o português” (LUCCHESI, 2009, p.46). Já, na região periférica da colônia (de São Paulo até o Maranhão) ainda prevalecia o uso da língua geral devido à submissão e aculturação dos nativos.

Com a descoberta das minas de ouro, primeiramente, em Minas Gerais e, depois, em Goiás e Mato Grosso, as incursões para o interior do país se intensificaram e, com elas, a língua portuguesa chegou às regiões nas quais predominava o uso da língua geral que chegou à decadência na segunda metade do século XVIII. Para Teyssier (2004, p.76), várias razões contribuíram com isso, dentre elas a chegada de numerosos imigrantes portugueses atraídos pela descoberta do ouro e das pedras preciosas e a proibição da língua geral, decretada pelo marquês de Pombal, em 1757. Complementa o autor que meio século mais tarde “o português eliminaria definitivamente a língua geral como língua comum, restando dela apenas certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos”.

Com a mudança do centro econômico do país do Nordeste para o Sudeste e a com a instalação da família real no Rio de Janeiro, em 1808, o cenário brasileiro começou a mudar, houve consideráveis progressos na sociedade, investimentos na infraestrutura urbana, acesso à escolarização e a implementação de hábitos e costumes europeus. Todavia, Lucchesi (2009, p. 49) lembra que tais melhorias não atingiram a grande população africana que “continuava a assimilar precariamente o português nas mais aviltantes situações de incivilidade e, em muitos casos, conservavam as suas línguas nativas para a comunicação entre si”.

Sobre o assunto, Silva Neto (1979) afirma que, a partir da vinda da família real, a língua adquirida de *forma imperfeita* pelos escravos africanos e indígenas foi adquirindo gradativamente os padrões da elite. No entanto, aqueles que não tinham acesso à escolarização alocavam-se, cada vez mais, para pequenas cidades do interior, principalmente, na zona rural.

Sob esse panorama, instauraram-se dois padrões linguísticos no PB vigentes até hoje, apesar de menos marcados, a saber: o urbano e o rural. O urbano, guiado pelo desenvolvimento social dos centros citadinos. E o rural mantido e disseminado, sobretudo, pelos bandeirantes que desbravaram grande parte do interior brasileiro, levando com eles traços mais arcaizantes da língua falada pelos aborígenes. Para Melo (1971, p. 93), além dos bandeirantes, “figurou na nossa geografia linguística um importantíssimo elemento de unificação, que é o rio São Francisco. Manteve ele (e mantém) em relações constantes o centro com o Nordeste, funcionando, portanto, como nivelador linguístico”. Isso posto, o

movimento das bandeiras serviu como uma ferramenta de intercâmbio linguístico e cultural, em outros termos, como elemento unificador de uma língua diversificada.

Ainda sobre o tema, segundo Lucchesi (2009, p.52), a sociedade brasileira predominantemente rural, composta por acanhados núcleos urbanos que mantinham uma “incipiente” vida institucional da qual apenas uma pequena elite tinha acesso, pouco alterou sua base, desde meados do século XVI até o final do século XIX. Enquanto isso, a maioria da população — constituída por índios, africanos e mestiços — “era mantida sob a mais violenta exploração e totalmente segregada da vida institucional ou de qualquer cidadania”. Dessa forma, foi instalada a polarização do PB, de uma parte, regida pela elite dos pequenos centros urbanos, guiada pelos padrões europeus e, de outra parte, orientada pela aquisição precária do português por parte dos índios e africanos, nas imensas regiões do interior do país, onde “a língua portuguesa passava por drásticas alterações, sobretudo, em função do processo de transmissão linguística irregular, fruto do contato entre línguas”.

Esse cenário começa a mudar somente após a abolição da escravidão e a conseqüente chegada do expressivo número de imigrantes europeus e asiáticos atraídos pela indústria cafeeira. Essas ondas imigratórias que, aqui, aportaram, conforme dispusemos sinteticamente no Capítulo III, foram numerosas e, como não poderia ser diferente, influenciaram o PB. É sabido que, até o ano de 1822, a população brasileira era, essencialmente, formada por índios, colonizadores portugueses e escravos africanos. Entretanto, devido ao fim do tráfico negreiro, em 1850, e à expansão cafeeira, grandes levas de imigrantes chegaram, uns com a esperança de melhores condições de vida propostas, enganosamente, pelos monarcas; outros para fugir da realidade de seus próprios países.

Cronologicamente, vieram os alemães (1824), que fixaram suas colônias, principalmente, nas regiões do Noroeste de Santa Catarina, no planalto setentrional do Rio Grande do Sul até o rio Uruguai, no planalto paranaense e em alguns vales de rios, como o Sinos, Jacuí, Taquari e Caí, no Rio Grande do Sul, e Itajaí, em Santa Catarina.

Em seguida, em 1870, para os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Minas Gerais, vieram os italianos impulsionados pelas transformações socioeconômicas ocorridas no Norte da península italiana que afetaram a propriedade da terra.

A partir da década de 80 do século XIX, os espanhóis, responsáveis por compor a terceira maior etnia, depois dos portugueses e italianos, encaminharam-se para São Paulo a fim de trabalhar nas fazendas de café. Em 1908, chegaram os japoneses e quase todos (92, 5%) reuniram-se em São Paulo. No término do século XIX, os sírios concentraram-se, principalmente, no estado de São Paulo, enquanto uma parte deles fixou-se no Norte do país, nos estados do Pará, Amazonas e Acre.

Entre os anos 20 a 30 do século seguinte, os judeus começaram a chegar ao Brasil, entre eles os da Europa Central (russos) e, mais tarde, os alemães, fixando-se em São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo. As contribuições desses imigrantes são visíveis em nossa cultura, culinária, arquitetura e, como não podia ser diferente, em nossa língua. Eles estimularam o desenvolvimento industrial e o comércio, modificaram a paisagem cultural, introduziram novos padrões alimentares e modificações na língua portuguesa, que ganhou palavras novas e um sotaque particular (SEYFERTH, 1990).

Frente a tantas diferenças que se fundiram para constituir o português brasileiro, somos levados a compartilhar da opinião de Nascentes (1953, p.10) de que “falamos diferentemente sem que por isso falemos errado, pois nos exprimimos de acordo com os novos rumores por que marchou no Brasil a língua portuguesa”.

1.2 O *DIALETO CAIPIRA* (AMARAL, 1920)

A primeira descrição ampla de uma variedade do Português Brasileiro coube a Amadeu Amaral em sua obra *O dialeto Caipira* (1982) que representa um marco para os estudos dialetais do Brasil (MELO, 1971; BRANDÃO, 1991; CARDOSO, 1999; CASTRO, 2006). Para Castro (2006), o pioneirismo e o cuidado metodológico que circunscrevem a obra fazem dela um marco na história da Dialectologia brasileira e na renovação de nossos estudos linguísticos, solidificando-se como um modelo para o estudo dos falares regionais.

Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteadado levou a cabo, de forma sólida e com rigor apurado, a tarefa de descrever o dialeto falado no interior de São Paulo, remontando à história para melhor explicá-lo. Embora fosse desprovido de curso acadêmico, era poeta, sucessor de Olavo Bilac na cadeira n°.15

da Academia Brasileira de Letras (1919), e dotado de um espírito inquieto e pesquisador.

Segundo Amaral (1982), a formação do *dialeto caipira* deve-se, sobretudo, a quatro fortes influências, a saber: (i) elementos do português falado pelos colonizadores; (ii) elementos da língua tupi representados por topônimos, zoônimos e fitônimos; (iii) elementos procedentes do guarani, do castelhano, dos dialetos ibero-sul-americanos e do vocabulário sul-rio-grandense e (iv) elementos de formação própria advindos da mistura do tupi, do português e de outras línguas, originando diversos neologismos. Conforme a literatura sobre o tema, esse dialeto se expandiu, a partir dos séculos XVII e XVIII, para o interior, sobretudo, de São Paulo, Minas Gerais e Centro-Oeste do Brasil, tendo como caminho as águas do Tietê, pela ação dos bandeirantes e monçoeiros. E também para a região Sul, pela rota dos tropeiros.

A fim de apresentar as peculiaridades d'O *Dialeto Caipira*, no decorrer da obra, são descritos aspectos morfológicos, fonéticos, lexicais e sintáticos do dialeto falado na antiga província de São Paulo até o final do século XIX. Dialeto que, segundo Amaral (1982, p.41), “havia se expandido na região e fazia parte até mesmo na massa culta, fato este que rendeu aos paulistas a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem. O caipirismo não fazia parte apenas da linguagem, mas também da forma de vida dos paulistas”.

Esse cenário, entretanto, começa a mudar: a relação antes estreita entre negros e brancos é substituída pelo sistema capitalista, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal. A interferência linguística e social dos “genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados”, começa também a afunilar; os meios de comunicação e as relações comerciais se expandem; a Província entra em contato permanente com a civilização exterior; o acesso aos estudos aumenta.

De acordo com Candido (1982), houve, nesse período, um processo de acultramento, pois os caipiras não substituíram seus costumes, mas, sim os adaptaram à nova realidade social. Durante o processo de industrialização, em São Paulo, as culturas europeia e americana se consolidaram como padrões a serem seguidos na capital. Conseqüentemente, a tradição caipira sofreu uma desvalorização por estar atrelada ao interior, trazendo consigo marcas de atraso social.

Enfim, diante de tamanha modificação, o dialeto não poderia escapar ileso, fato que leva Amaral (1982, p.41) a afirmar que, em 1920,

ele [o dialeto] acha-se acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação [...]. Este acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituto, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares.

O termo *caipira* tem sua origem no tupi, designando habitante do mato; roçador; cortador do mato. Mas quem são os falantes desse dialeto? Ou melhor, como pode ser descrito o caipira? De acordo com Castro (2006, p.39), “costuma-se atribuir a designação de caipira ao interiorano, particularmente o de zona rural, inculto e que tem hábitos diversos dos que se veem nos grandes centros”. Essa descrição encontra-se próxima ao caipira de Amaral, pois, já naquela época, essa figura foi cristalizada pelas pessoas que viviam isoladas e tiravam da terra seu sustento e que confeccionavam seus próprios utensílios, consolidando, dessa maneira, uma economia restrita, sustentada pelo trabalho isolado ou pela ajuda de vizinhos de bairro.

Segundo Candido (1982), deve-se aos bandeirantes a origem dessa cultura, desenvolvida e fixada durante as entradas pelo interior de São Paulo rumo a Minas Gerais, em busca do ouro e mão de obra escrava.

Com base nesses fatores, é natural que seja a linguagem, indiscutivelmente, um fator relevante para seu reconhecimento.

Assim, tratando da fala caipira, Amaral (1982, p.74), ao abordar algumas generalidades sintáticas do dialeto em questão, aponta que: o “sujeito vagamente determinado, isto é, um indivíduo qualquer de uma classe”, é indicado pelo uso do substantivo no singular sem artigo. Ex.: *cavalo tava rinchando* (= um cavalo rinchava). Porém, há a supressão do artigo definido antes do sujeito; os pronomes *ele* e *ela* são utilizados como objeto direto. Ex.: *Peguei ele, enxerguei elas* (= as peguei, as enxerguei). No que diz respeito aos verbos, dentre outras características, há preferência pelo gerúndio (ex.: *anda viajando, ia caindo*), pela reduplicação (ex.: *véve chorá-chorano*) e pelo uso de *fazer* em vez de *haver* (ex.: *estive na sua casa faiz quinze dia*).

Sobre as características fonéticas, Amaral (1982, p.42) apresenta generalidades que distingue o dialeto caipira do português lusitano, tais como: (i) diferentemente da língua portuguesa, “o tom geral do frasear é lento, plano e igual”; (ii) as vogais sofrem um alongamento, favorecendo uma fala “cantada”; (iii) a pronúncia das vogais átonas é clara, ou seja, não são inibidas como é comum no português lusitano. Além dessas, ressaltamos

o *r* inter e post-vocálico (*arara, carta*) possui um valor peculiar: é linguo-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este *r* caipira assemelha-se bastante ao *r* inglês post-vocálico (AMARAL, 1982 [1920], p.47).

Quanto à morfologia, o autor apresenta características como: a reduplicação de formas verbais (infinitivo=gerúndio) antecédida dos auxiliares *vir, ir, estar* e *andar* (*vinha pulá(r)-pulando, ia caí(r)-caindo*); ausência de flexão genérica no particípio e nos adjetivos e derivação regressiva impulsionando novos termos como em *paixão > paixa; satisfação > sastifa*.

Finalizando a obra, Amaral (1982) apresenta 1675 verbetes, indicados por ordem alfabética e considerados próprios do dialeto caipira. Nessa lista vocabular, o autor indica a forma dialetal mais usada, bem como a existência de outras formas, além de incluir inferências sobre a etimologia de algumas palavras.

Após essa síntese, fica evidente o motivo pelo qual tal obra é considerada um marco para os estudos dialetais em nosso país. Apesar de não ter formação na área da Dialetologia, é notável o rigor acurado com o qual o pesquisador trata todas as esferas do dialeto, além de demonstrar preocupação e remontar à história desse linguajar para melhor explicá-lo.

Além disso, destacamos dois pontos importantes verificados nesta seção, isto é, a contribuição dos bandeirantes para o desenvolvimento da cultura caipira e, sobretudo, o fato de Amaral (1982) apresentar como uma das características do dialeto caipira, o /r/ retroflexo, ratificando, a relação entre um elemento e outro.

A fim de aprofundar a discussão sobre o objeto de pesquisa desta tese, elaboramos o tópico 1.3 e suas subseções que trazem alguns estudos de cunho dialetológico e sociolinguístico desenvolvidos sobre o /r/ caipira.

1.3 O /R/ RETROFLEXO

Como se sabe, os róticos, representados pela letra 'r', constituem a classe de sons do arquifonema /R/. Segundo Ladefoged & Maddieson (1996), os róticos são encontrados em cerca de 75% de todas as línguas do mundo, das quais 18% possuem mais de um som de /r/, como é o caso do PB. Sobre o tema, Aguilera (2008a) ressalta que o r/ em coda silábica é o fonema com possibilidade de se realizar com o maior número de variantes no português do Brasil, ainda mais quando são levadas em consideração as dimensões diatópico-regionais. Essas variantes podem ser realizar como uma vibrante, uma fricativa, *taps*³, uma aproximante ou, simplesmente, como um apagamento, prestando-se exemplarmente à caracterização da variação no PB.

De acordo com Ladefoged & Maddieson (1996), as vibrantes são realizadas a partir da vibração da ponta da língua contra a região dental/alveolar ou a partir da vibração da úvula contra a região dorsal da língua. As fricativas resultam de uma estreita constrição em algum ponto específico do trato vocal (nas fricativas velares, há uma fricção na parte posterior da língua no palato mole; nas fricativas glotais, a fricção é causada por movimentos dos músculos da glote). Os *taps* são resultado de um breve contato entre a ponta da língua e a região dental ou alveolar. As aproximantes, por sua vez, são produzidas pela aproximação dos articuladores. As aproximantes alveolares, por exemplo, são resultado da aproximação do ápice/lâmina da língua e os alvéolos, já, as aproximantes retroflexas resultam da realização do som com a ponta da língua voltada para a parte posterior do trato vocal. Em outros termos, a língua flexiona-se para trás e sua superfície se aproxima do céu da boca, particularidades que aproximam o som desse rótico a descrições já feitas para o /r/ retroflexo do inglês norte-americano.

Segundo Noll (2012, p. 344) “trata-se de uma aproximante, que, como o /r/ em geral, tem uma gama articulatória, isto é, varia em grau de

³ Vale citar que os autores diferenciam *taps* e *flaps* devido, sobretudo, devido à maneira como a língua se posiciona em direção aos articuladores passivos.

retroflexão”⁴. Tal variação está condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos. Para exemplificar, citamos o trabalho de Ferraz (2005, p.52-53) que, ao estudar dados da fala de Pato Branco-PR, verificou a existência de um *tepe retroflexo*, para o qual há “um movimento de ponta de língua, ou seja, a produção de um tap subseqüentemente ao movimento de dorso que caracteriza a retroflexão. Assim, segundo o autor, há “um elemento vocálico, um sinal de retroflexão, um tap e, finalmente, mais um elemento vocálico que tem duração aproximada de 20ms. Por essas razões, optamos por chamar o som em questão de tap retroflexo”. A pesquisa de Ferraz (2005) evidencia, ainda, que essa variante ocorre somente nas palavras oxítonas e em leituras monitoradas.

Leite (2004, p.66), por sua vez, ao analisar dados coletados na cidade de Campinas – SP constatou, dentre outros resultados, a presença da vogal colorida, que se refere à vogal roticizada, também denominada de vogal retroflexa. De acordo com a autora, essas vogais são produzidas através de, pelo menos, dois movimentos articulatórios distintos: “(i) o retroflexo, realizado com a ponta da língua levantada (curvada para cima) e apontada em direção ao palato duro e (ii) o arqueado (*bunched*), realizado com a ponta da língua retraída e apontada para baixo, enquanto o dorso da língua é erguido em direção ao palato e arqueado”. Além disso, os resultados de Leite (2004) levam a inferir que essa variante junto à aproximante alveolar trata-se de uma “pronúncia intermediária” ou “menos marcada”, quando comparadas ao /r/ retroflexo, som que parece ser estigmatizado pelos seus informantes.

O estudo *Entre duas metrópoles: (-R) em Itanhandu*, de Silva (2015), demonstrou, igualmente, a existência de graus de retroflexão, pois foi verificada a ocorrência de retroflexos fortes, ou seja, mais duradouros e intensos e retroflexos fracos, mais curtos e com intensidade reduzida. Estes correspondendo a 14% dos casos e aquele a 86% do total de casos da variante caipira. O /r/ forte, de acordo com os resultados, é influenciado, sobretudo, pelo fator *classe morfológica*, sendo favorecido em conjunções, preposições e advérbios em detrimento dos verbos. Conforme Silva (2015, p.102), parece ocorrer em Itanhandu um “enfraquecimento do rótico (retroflexo fraco) em palavras mais gramaticais, ou seja, naquelas que

⁴ Como nesta pesquisa não nos propomos a analisar os graus de retroflexão da variante retroflexa, não nos detivemos pormenorizadamente nessa questão, trabalho que ficará a cargo de publicações futuras.

desempenham funções mais estruturais na sentença. Já, com os verbos, é possível que, dada a natureza de seu conteúdo semântico, a tendência de enfraquecimento do elemento rótico diminua notadamente”. Os dados indicam, ainda, que os itens lexicais de maior frequência e as vogais posteriores também favorecem o enfraquecimento do /r/ retroflexo ao passo que os vocábulos menos extensos e as vogais centrais são favorecedoras do /r/ forte.

Esse rótico, dada as suas particularidades fonéticas e a sua distribuição no PB, ao lado de fenômenos fonéticos que podem caracterizar uma proposta de divisão dialetal do Brasil, como a realização das vogais pretônicas ou a das consoantes fricativas surdas e sonoras [s] e [z] em coda silábica, vem ocupando, nos últimos 50 anos, seu espaço na discussão de pesquisadores, como Amaral (1920), Head (1973, 1978 e 1987), Brandão (1991, 2007), Callou et al. (1997); Castro (2006, 2009) e Aguilera (2008); Aguilera e Silva (2011; 2014). Sendo assim, nos subtópicos de 1.3.1 a 1.3.3, realizamos uma breve discussão baseada nesses e em outros autores que versam sobre o tema.

1.3.1 Hipótese sobre a sua Origem

Aguilera e Silva (2011) registram que, até onde foi possível verificar, esta variedade de rótico não foi trazida pelos portugueses durante a ocupação da terra recém-descoberta, nem constava do acervo fonético dos autóctones brasileiros. Ilustrando esse cenário, Silva Neto (1963, p.33) lembra que “nos maiores povoados do litoral os aborígenes ensaiavam os primeiros passos no aprendizado do português: mas nenhuma palavra pronunciavam com f, l ou r”. Se tomarmos como parâmetro topônimos, zoônimos e fitônimos herdados do tupi, constatamos que, realmente, tais fonemas não aparecem no contexto de coda nos nomes oriundos dessa língua indígena, como se pode observar em alguns exemplos: *Tatuapé, Guaraci, Curitiba, Tietê, Paraná, Tibagi, tatu, guará, arara, jabuti, urubu, pitanga, jabuticaba, pacova, araçá*, em que o padrão silábico é sistematicamente CV (consoante/vogal).

Assim, a hipótese mais viável, da qual comungamos, seria atribuir a origem do /r/ caipira, no PB, ao contato do português europeu com o tupi, língua

desprovida dos fonemas /r/ e //, pelo menos em coda silábica⁵. Isso posto, se pensarmos na realização lusitana alveolar e velar do // em coda silábica, como em *mal, sol, falta, calma*, é fácil deduzir a dificuldade de nossos indígenas e dos mestiços na realização da lateral em contexto CVC (consoante/vogal/consoante).

Dessa forma, acreditamos que a tentativa dos mamelucos de aproximar a lâmina da língua ao palato para realizar a lateral em coda, teria, naturalmente, levado à realização de um /r/ retroflexo. Tal fone teria se formado entre os paulistas, mamelucos e indígenas e se irradiado pelos territórios conquistados e ocupados pelos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII.

Teixeira, já em (1938 p.23), ao tratar dos aspectos fonéticos d’O *Falar Mineiro*, cita que a permuta do // em /r/, originando variantes fonéticas como *arma, carma* em vez de *alma* e *calma*, seria herança tupi. Sobre o assunto, o autor salienta que

o mameluco, conquistador dos sertões, não respeitava em vocábulos portugueses a letra – l – a não ser como inicial de palavra. No meio ou no fim desta, letra caía ou se transformava em –r -. Não dizia, por exemplo, *alma, calma, palma*, mas sim – *arma, carma, parma*, e os - ll – finais, acaso respeitados, quando não caídos de todos, pronunciava-os com esforço tão acentuado da língua e da garganta, que bem lhe traía a instintiva repugnância sinão a incapacidade de os exprimir. Haja vista a dificuldade com que o Jeca paulista pronuncia as palavras – *revolver, palmital* e outras semelhantes. É que o vício de origem ancestral ainda lhe perdura.

No entanto, há pesquisadores que não creditam a origem do /r/ retroflexo ao contato entre línguas. Noll (2012, p.344), por exemplo, embora afirme ser a variante retroflexa “uma inovação do português brasileiro” assevera que, “ao contrário do que pensava Amaral, essa variante não pode ser associada com o substrato indígena, visto que o tupi-guarani apenas conhece o /r/ apical”. Verificamos que ao fazer tal afirmação, o autor desconsidera a possibilidade da inter-relação entre a língua indígena e a língua do colonizador, conforme demonstramos anteriormente.

⁵ Se tomarmos como parâmetro topônimos, zoônimos e fitônimos herdados do tupi, constatamos que, realmente, tais fonemas não aparecem no contexto de coda nos nomes oriundos dessa língua indígena, como se pode observar em alguns exemplos: *Tatuapé, Guaraci, Curitiba, Tietê, Paraná, Tibagi, tatu, guará, arara, jabuti, urubu, pitanga, jabuticaba, pacova, araçá*, em que o padrão silábico é sistematicamente CV (consoante/vogal).

Existem, ainda, outras teorias que buscam explicar a origem do /r/ retroflexo. Dentre elas, podemos citar a de Mendonça (1948) que atribui à influência africana a origem dessa variante. No entanto, segundo Rennie (2011, p.153), tal conjectura não pode ser sustentada, considerando que São Paulo é o foco de irradiação do /r/ caipira e que o estado teve um contato tardio com as línguas africanas (a partir do final do século XVIII). Além disso, existem regiões do Brasil como o Nordeste, por exemplo, cuja relação com os escravos é mais antiga, onde o /r/ retroflexo não apresenta uma incidência significativa. Portanto, para a autora, uma origem africana do /r/ retroflexo é altamente improvável.

Há ainda a hipótese da influência americana trazida por falantes dos Estados Unidos, após a guerra civil do século XIX. Segundo Head (1987, p.12), essa conjectura também é improvável, já que a maior parte dos americanos que veio para o Brasil nessa época (1861-1865) era da região Sul dos Estados Unidos, onde esse rótico não se apresenta como marca linguística. “Além disso, nas outras regiões para onde imigraram elevados números de americanos na mesma época (por exemplo, no estado do Pará), não se encontra a pronúncia típica do /r/ retroflexo”. Para Head (1987), dessa forma, o autor o [ɾ] seria resultado de um processo interno de variação e mudança, envolvendo o /r/ e o //, já que os respectivos fonemas apresentam características comuns, sendo os dois consoantes líquidas apicais e, também, os únicos fonemas que se realizam como segundo membro de grupo de consoantes em início de sílaba, compondo um delimitado universo de consoantes que podem ocorrer em coda silábica, tanto interna quanto externa. Ainda, na linguagem rural e popular, são os únicos fonemas que, em determinados contextos, sofrem vocalização⁶.

Compartilhando da mesma opinião sobre a natureza do /r/ retroflexo, Cohen (2006, p.77) assevera que os fonemas /r/ e // posvocálicos em posição de coda silábica interna/externa “podem convergir ambos para um r retroflexo. Nesses casos pode-se falar de neutralização do l em favor do r e, diacronicamente, de um processo (em andamento) de desfonologização do l”.

Acreditamos que as considerações tecidas por Head (1987) e por Cohen (2006) são muito pertinentes para a descrição linguística do /r/ caipira.

⁶ “No sentido de passarem a vogais assilábicas, a participarem (junto com /s/, ou não) de “queda” (eliminação) em final de palavra e manifestarem alternância entre si como segundo membro de grupo de consoantes e/ou em posição final de palavra (HEAD, 1987, p.15).

Todavia, não se pode negar que toda variante caminha junto às modificações realizadas pelos falantes, delimitados em um espaço sócio-histórico-cultural.

1.3.2 Sua Distribuição

Tratando de sua distribuição, Silva Neto (1963), ao se referir ao /r/ retroflexo, aponta como área de sua ocorrência os estados de São Paulo, sul do Mato Grosso e norte do Paraná. Cunha (1985) e Melo (1971) afirmam que o [ɾ] é característico do norte de São Paulo e sul de Minas, Brandão (1991, p.22), acrescenta os estados de Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina e salienta que

visualizada num mapa do Brasil, a isoglossa formada pelas áreas de abrangência da variante retroflexa ora beira o litoral, ora interrompe-se, ora se direciona para o interior, numa descontinuidade que só uma pesquisa mais ampla poderá retificar ou ratificar. Como não há trabalhos globais sobre aproximadamente 80% do território brasileiro, não existe, no momento, como concluir sobre o papel que poderá representar esse fone na delimitação das áreas dialetais brasileiras.

Lima (2003, p.58), em sua dissertação de mestrado, ao analisar a variação do /r/ posvocálico interno em Cametá-PA, aponta que um dado relevante em seus resultados é “a alta frequência da variante retroflexa (7%) que é igual à registrada em Porto Alegre e mais alta que o percentual encontrado em São Paulo”, quando comparados com o trabalho de Callou et al. (1997). Segundo o autor, em seus resultados, concernentes ao /r/ retroflexo, atuam influências sociais como: baixa escolaridade e renda familiar, idade (idosos) e sexo (homens).

Em sua tese de doutorado, Castro (2006, p.49), ao verificar a vitalidade dos traços do dialeto caipira resistentes nos dialetos do Paraná e Minas Gerais, com base em seus respectivos atlas, constata que o /r/ retroflexo em MG ocorre “exclusivamente em uma larga faixa que cruza o Estado de oeste (Triângulo Mineiro) a sudeste, acompanhando toda a extensão da fronteira paulista”; no Paraná, como já haviam atestado Aguilera (1994; 2008a) e Altenhofen et al. (2011); o [ɾ] é verificado em todo o território. Mesmo concorrendo com as variantes tepe e vibrante em determinadas regiões, sua realização é predominante por todo o norte, leste, e centro do Estado.

O *Atlas Fonético do Entorno da Baía de Guanabara –AFeBG* (LIMA, 2006), cuja rede de pontos contempla as localidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Itaboraí, contém 30 cartas⁷ que apresentam o /r/ em coda silábica interna. Dentre elas, o /r/ caipira ocorre nas cartas 053- *carnaval* e 273- *virgem*, na fala da informante idosa de Duque de Caxias, cidade situada na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O primeiro estudo sobre o tema, realizado com dados do ALiB referentes a 16 localidades do interior do Paraná, além da capital, feito por Aguilera (2008^a) revela, dentre outros resultados, que o [ɾ] se mantém resistente junto a falantes urbanos na mesma proporção registrada anteriormente, em coletas realizadas há cerca de duas décadas, em atlas de base rural, como o ALPR e o ALERS. Em apenas três das dezessete localidades pesquisadas predomina o [r], ou seja, em Barracão, Curitiba e Toledo – e nestes dois últimos concorre com o [ɾ], principalmente na fala dos mais jovens. A coda interna e os substantivos são contextos mais favoráveis à realização do /r/ caipira.

Brandão (2007, p. 279), após realizar um levantamento de trabalhos que têm por objeto o /r/ retroflexo em nosso país, ressalta a importância da continuidade de estudos que visem à retratação geográfica dessa variante e a consequente contribuição dessas pesquisas para o conhecimento do português do Brasil. Segundo a autora, tais trabalhos “poderão sem dúvida, lançar novas luzes sobre os condicionamentos estruturais e/ou sócio-históricos que originaram o – R retroflexo e alargar as trilhas esboçadas no mapa a seguir” (figura 1).

⁷ As referidas cartas são: 017 – *Aniversário*, 021- *Arco-íris*, 024 – *Árvore*, 041- *Borboleta*, 046- *Caderno*, 053 – *Carnaval*, 054 – *Carta*, 057 – *Catorze*, 060 – *Certo*, 076- *Cortina*, 091 – *Dormindo*, 117 – *Formiga*, 118 – *Forte*, 127 – *Garfo*, 132 – *Gordo*, 144 – *Lagartixa*, 170 – *Mordida*, 179 – *Nordestino*, 191 – *Orfão*, 201 – *Perfume*, 202 – *Pergunta*, 205 – *Perto*, 214 – *Porquinho*, 215 – *Porta*, 250 – *Tarde*, 257- *Transporte*, 273 – *Virgem*, 290 – *Terça-feira*, 291 – *Quarta-feira*, 298 – *Março*.

Figura 1 – Mapa da distribuição do /r/ retroflexo, segundo Brandão (2007)



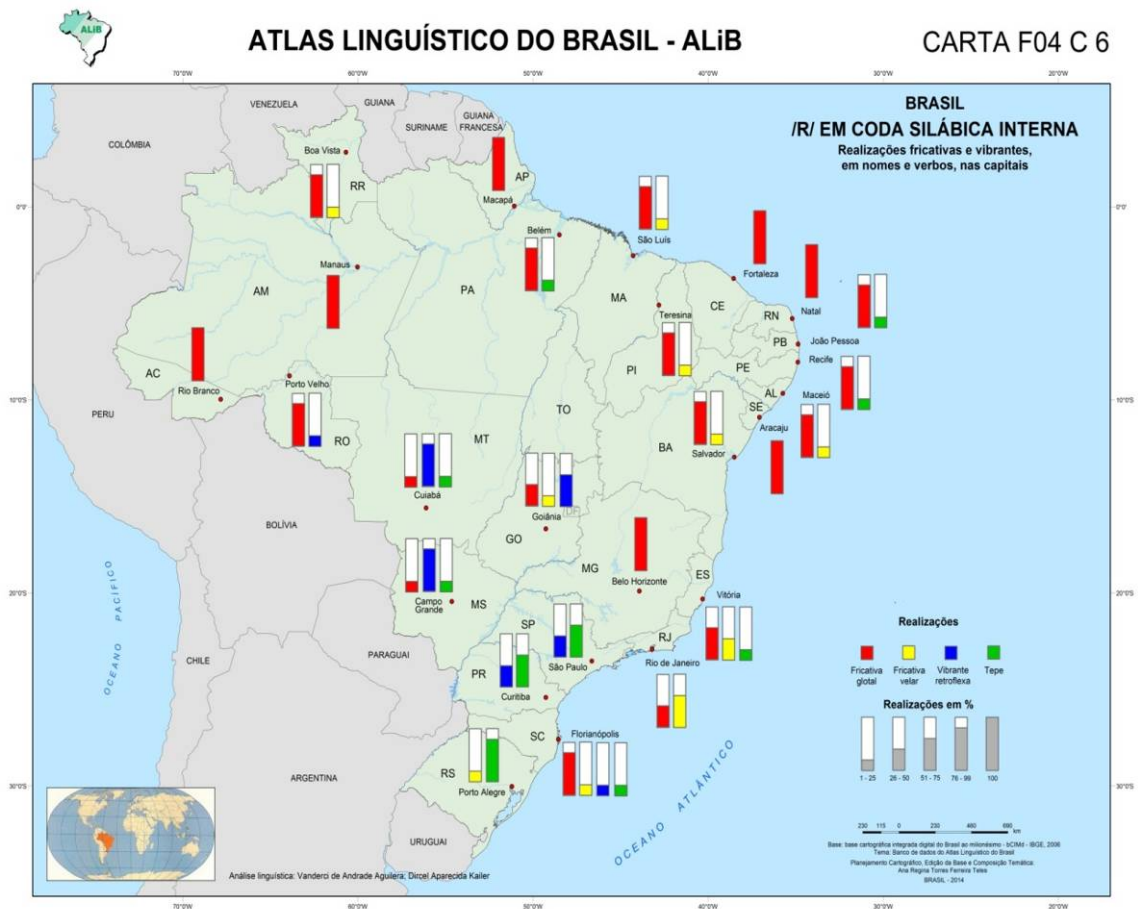
Fonte: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Nas trilhas do – R retroflexo. *Signum: estudos da linguagem*. Londrina, v. 10, n. 2, p. 265-283, 2007.

Podemos inferir que o apelo de Brandão (2007) é atendido, parcialmente, por meio da recente publicação do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014, p.109) que, em sua Carta F04 C 6⁸ (figura 2) referente ao /r/ em coda silábica interna, apresenta a vitalidade desse rótico com base nos dados de 25 capitais brasileiras⁹.

⁸ Esta carta foi elaborada com base nas respostas obtidas por meio do QFF (Questionário Fonético-Fonológico), a saber: *torneira* (12), *gordura* (22), *fervendo* (27), *árvore* (39), *borboleta* (46), *tarde* (62), *catorze* (65), *pernambucano* (92), *certo* (105), *perdão* (110), *perfume* (144), *dormindo* (148), *perdida* (150), *perguntar* (152) e *esquerdo* (158).

⁹ Estão previstos para os próximos volumes os comentários e as análises linguísticas das cartas. Por isso, não dispomos, agora, de mais detalhes, como por exemplo, os resultados extralinguísticos, bem como os números de ocorrência.

Figura 2 – Carta F04 C 6 do ALiB. /R/ em coda silábica



Fonte: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva et al.. **Atlas Linguístico do Brasil.** Londrina: EdueL, 2014. 2v. p.109.

Como mostra a carta, o /r/ caipira, representado pela cor azul, ocorre com mais frequência nas capitais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; seguidas de São Paulo e Paraná e está presente, de forma menos significativa, em Santa Catarina e Rondônia. Embora, ainda não contemos com cartografia da totalidade dos dados, já é possível rascunhar uma isófona, que abrange o Centro Oeste, parte do Sudeste e do Sul do Brasil, a ser completada pelos próximos volumes do atlas.

É importante reafirmar que tais dados correspondem à realidade das capitais, pois, como atestam outros estudos e como procuramos demonstrar por meio deste trabalho, a ocorrência desse rótico não está restrita somente a essas localidades, como traz a seção 1.3.2.1 que trata da distribuição e da vitalidade do /r/ retroflexo, registradas pelos atlas publicados no período de 1963 a 2008.

1.3.2.1 Sua Ocorrência nos Atlas Estaduais e no Regional¹⁰

O *Atlas prévio dos falares baianos* – APFB (ROSSI, 1963) contém 24 cartas em que o /r/ retroflexo foi documentado. Dos 50 pontos, em 23¹¹ deles ocorre pelo menos um registro deste rótico. Quanto à distribuição diatópica, o /r/ retroflexo é mais frequente na Mesorregião do Centro Norte e do Centro Sul e na do Vale São Franciscano, não tendo sido registrado, apenas, na Mesorregião do Extremo Oeste.

No *Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais* – EALMG- (RIBEIRO et al., 1977), estado constituinte do *corpus* desta pesquisa, o [ɾ] está registrado em 53 pontos dos 116 investigados, sobretudo nas localidades que compõem as zonas do Triângulo, Alto Paranaíba, Alto São Francisco, Campos das Vertentes e Sul. Está, pois, na rota dos bandeirantes do século XVIII, que iam à busca de ouro e de pedras preciosas pelos caminhos do atual território mineiro em direção a Cuiabá.

Sobre alguns dos resultados do EALMG, Zágari (2005, p.47) relata que “há um falar no sul e no Triângulo que se distingue do Norte, os quais, por sinal, se diversificam do da região formada pela Zona da Mata, Metalúrgica, Vertente, Belo Horizonte e arredores.” A partir dessa constatação, o autor afirma a existência de três falares mineiros, delimitados, segundo ele, pela geografia e história do estado. O primeiro deles é denominado falar *baiano* que parte do Norte e vai até o Leste-Oeste de Minas, dentre suas características linguísticas destacam-se: a predominância das vogais prêtonicas baixas, a presença da africada e a nasalidade ocorrendo fora da sílaba tônica [...]. O segundo falar, o *paulista*, abarca todo o Triângulo Mineiro e o Sul do estado, como característica marcante apresenta o /r/ retroflexo, “além de um ritmo de fala mais veloz, contrastando com o ritmo mais arrastado do Norte”. E, por fim, o falar *mineiro* – influenciado pela colonização durante o ciclo do ouro e diamante –, no qual se desfaz, constantemente, os ditongos quando finais e antecidos de sibilante.

¹⁰ O único atlas brasileiro que contempla os estados de uma região e não apenas um estado é o ALERS – Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul (KOCH et al., 2005).

¹¹ O levantamento de todas as respostas mostrou a presença do retroflexo nos seguintes pontos e informantes: 1A (1), 5GL (2), 6A (2), 8B (2), 9A (1), 9B (2), 11A (1), 11B (1), 20 A (2), 20B (10), 21 A (1), 22 A (1), 22B(3), 23 A (1), 23B (2), 25 A (1), 29 A (12), 33 A (2), 34A (1), 35B (1), 42A (4), 43A (1), 43B (1), 50A (1).

No *Atlas linguístico de Sergipe* – ALSE – (FERREIRA et al., 1987) e no *Atlas linguístico de Sergipe II* – ALSE II – (CARDOSO, 2005), o /r/ caipira está sistematicamente documentado nos pontos 61 (Brejo Grande), 62 (Propriá), 64 (Gararu) e 65 (Currálinho), os dois primeiros na microrregião de Propriá e os dois últimos na microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco. Alguns registros de [ɾ], alternando com o velar, ocorrem ainda nos pontos 52 (Tomar do Geru) e 53 (Estância), que integram as microrregiões do Sertão do Rio Real e do Litoral Sul Sergipano, nas cartas 65, 69, 94, 97 e 137. Quanto ao ALSE II, com registros de /r/ retroflexo, temos os pontos já mencionados: 62, 64 e 65, sobretudo neste último. Vale lembrar que essas localidades se situam ao longo do curso do rio São Francisco, via usada para a passagem sul ↔ norte dos bandeirantes e mineiros durante os séculos XVII e XVIII.

As nove cartas do *Atlas linguístico do Paraná* – ALPR- (AGUILERA, 1994) que trazem as variantes com o /r/ em coda silábica interna mostram que o [ɾ] predomina na maioria as mesorregiões¹², exceto nos pontos 27 (Guaira) e 32 (Marechal Cândido Rondon), na mesorregião Oeste; 48 (Capanema) e 56 (Barracão), na mesorregião Sudoeste e 54 (Curitiba), na mesorregião Metropolitana de Curitiba, nos quais o tepe [r] é categórico. No ponto 49 (Dois Vizinhos), também na mesorregião Sudoeste, o [ɾ] concorre com o [r]. A maior frequência do [r] foi observada nas palavras *arco-íris*, *lagarto* (*largato*), *parteira* e *tuberculose*.

Do ponto de vista histórico, o Paraná passou por três grandes movimentos de ocupação e povoamento a partir do século XVII: o primeiro refere-se ao contato intenso entre os paulistas da Capitania de São Vicente e os indígenas do grupo tupi que habitavam onde hoje se acham, atualmente, as cidades que compõem as mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Centro Oriental, Centro Sul e Sudeste Paranaense, desde as primeiras entradas até meados do século XIX; o segundo, com a chegada de mineiros e paulistas, no final do século XIX, à atual mesorregião do Norte Pioneiro, e o terceiro, com dois grandes movimentos: um de mineiros e paulistas em direção ao norte do estado e o outro, do sul para o oeste,

¹² O Paraná compreende dez mesorregiões geográficas: 1. Noroeste; 2. Centro-Ocidental; 3. Norte Central; 4. Norte Pioneiro; 5. Centro-Oriental; 6. Oeste; 7. Sudoeste; 8. Centro-Sul; 9. Sudeste; 10. Metropolitana de Curitiba.

pelos gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes alemães, poloneses e italianos.

Os dois primeiros grupos tinham como variante dialetal o [ɾ] e o último o [ɾ] ou [r] em coda silábica. O contato entre ambos propiciou a expansão da primeira variante para todas as regiões paranaenses.

No *Atlas linguístico e Etnográfico da Região Sul – ALERS* (KOCH et al., 2005), cinco cartas oferecem o contexto de /r/ em coda: 49 (*gordura*), 50 (*corta*), 51 (*corda*), 52 (*fervendo*) e 53 (*calor*). Os dados do atlas revelam que, no Paraná, o /r/ retroflexo está presente em todas as mesorregiões, principalmente, no Norte Pioneiro e no Oeste. Dos 100 pontos paranaenses investigados pelo ALERS, 72 deles apresentam esse rótico. Das 80 localidades catarinenses investigadas, 23 apresentam a variante retroflexa. O ponto Chapecó, localizado na microrregião Colonial do Oeste Catarinense, é o único que apresenta o [ɾ] nas cinco cartas; nas demais, este rótico ocorre com maior frequência nas microrregiões de Planalto de Canoinhas (cartas 49, 50, 51 e 52); Colonial Rio do Peixe (50, 51, 53) e Campo dos Curitibanos (carta 51). É importante ressaltar que a área de maior concentração, ou seja, a região do Planalto de Canoinhas faz divisa com o sul do Paraná e as outras regiões citadas estão bem próximas do estado paranaense, fato que pode ter propiciado a expansão do [ɾ]. No que se refere ao Rio Grande do Sul, apenas 5 localidades, espalhadas pelo estado, apresentam o /r/ retroflexo: Catuípe, São Luiz Gonzaga, Soledade, Santa Cruz do Sul e Barra do Ribeiro.

Altenhofen (2005, p. 188-189), com base nas cartas do ALERS, analisa a distribuição do /r/ retroflexo, *talvez a marca linguística mais significativa na área*, que juntamente com outros traços fonéticos formam um grupo de isoglossas que avançam, em forma de cunha, na direção sul (de Santa Catarina), seguindo o Corredor de Lajes, por onde passavam as antigas rotas migratórias dos paulistas, no comércio de gado com o gaúcho rio-grandense. Diante disso, “parece evidente uma influência paulista nesse movimento, iniciado a partir das antigas rotas de tropeiros nos séculos XVII e XVIII”.

O *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS* (OLIVEIRA et al., 2007), apresenta sete cartas fonéticas com o /r/ em contexto de coda. Nas cartas

08.b *revól(ver)*; 13.a *calor*¹³; 26.a *flor* e 44.a *co(lher)* em que o /r/ ocorre em coda externa e se mantém, predomina o /r/ retroflexo. No caso da passagem de // para /r/ em 08.a *re(vól)ver*, 14.a *calção* e 36.a *pulmão*, o /r/ caipira é categórico. Nas cartas cujo contexto do /r/ é interno (15.b *fervendo*, 17.a *gordura* e 45.a *garfo*¹⁴), a variante caipira ocorre, igualmente, de forma categórica, exceto em 47.a *porta*, que registra duas ocorrências de tepe e uma de glotal. Quando ocorre a metátese (23.a *procissão*), o /r/ também é registrado como retroflexo.

No *MicroAtlas Fonético do Estado Rio do Janeiro – Micro AFERJ* - (ALMEIDA, 2008), que recobre doze localidades fluminenses, dentre eles: cinco no litoral – São Francisco de Itabapoana, Quissamã, Cabo Frio, Itaguaí, Paraty e sete no interior – Porciúncula, Santa Maria Madalena, Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Valença, Três Rios e Resende, o /r/ retroflexo, a par de ocorrências isoladas, concentra-se em Resende, possivelmente por influência de São Paulo. A variante tepe, igualmente produtiva nessa cidade, estende-se às demais localidades, exceto em Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Valença e Três Rios. No que concerne, às [-ant], a preferência, nos demais pontos, é pelas variantes velares.

A par dos atlas citados, vários estudos vêm sendo desenvolvidos, ora com o objetivo de delimitar a ocorrência do /r/ caipira, ora evidenciando atitudes linguísticas dirigidas a ele e, em alguns casos, contemplando essas duas finalidades. Com base em alguns desses trabalhos, elaboramos o subtópico 1.3.3.

1.3.3 Outras Pesquisas sobre o /R/ Retroflexo

Head (1978), ao comparar resultados de uma pesquisa sobre o [r] realizada em São Paulo e Minas Gerais com dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Rossi, 1963), aponta que, além das influências extralinguísticas, atuam sobre o referido rótico forças linguísticas. Como fator diferencial atuante, o contexto posvocálico do /r/ favoreceria, segundo o autor, a ocorrência do /r/ caipira, fato registrado em todas as cidades de São Paulo, em São Domingos – MG e em algumas regiões da Bahia. Já em final de vocábulo, em estados como Amazonas, Ceará, Rio Grande Do Sul, Pernambuco Goiás e Minas Gerais, Head verifica que a variante retroflexa alterna com o zero fonético.

¹³ Apenas em duas localidades (Iguatemi e Paiaguás) ocorreu o /r/ tepe, na fala de duas informantes.

¹⁴ Exceto em Rochedo, com apenas uma ocorrência de tepe.

Guiotti (2002) n' *O estudo da variante retroflexa na comunidade de São José do Rio Preto*, de base sociolinguística, analisou a vitalidade da variante retroflexa na fala de informantes naturais de São José do Rio Preto e buscou detectar a existência de outras variantes em competição e o grau de estigmatização que cerca o /r/ caipira.

A pesquisa, fruto da dissertação de mestrado da autora, defendida na Universidade Estadual Paulista, foi composta por duas partes: (i) *avaliação da norma objetiva*, em que foram levados em consideração fatores linguísticos (vogal antecedente e posição do fonema) e extralinguísticos (sexo, idade, classe econômica) que interferem na realização do /r/ retroflexo; (ii) *avaliação da norma subjetiva*¹⁵, com base em um questionário composto por quatro profissões que apresentam teores de prestígio social distintos (locutor de rádio, secretário, recepcionista e faxineiro) foi medido o grau de estigmatização em torno das variantes do fonema /r/.

Os resultados obtidos na primeira parte revelaram que o /r/ retroflexo ocorre significativamente na fala dos riopretenses, pois, dentre 2.149 ocorrências, 1.526 (71%) foram retroflexas, as demais se dividem em 10 % para o apagamento e 19% para outras variedades. Os resultados demonstram, também, que a maior incidência do /r/ caipira ocorreu nos seguintes contextos: em gravações monitoradas, diante de vogais posteriores (abertas ou fechadas) e em posição de coda silábica. Guiotti (2002), em relação às variáveis extralinguísticas, afirma que foram as mulheres (54%) e a classe baixa (51%) que mais mantiveram o [ɾ].

A segunda parte do trabalho revela dados contraditórios, pois, apesar da atestada manutenção do [ɾ] que, segundo a autora, se deve à forte economia desenvolvida no interior de São Paulo e ao conseqüente interesse dos jovens pelas músicas sertanejas e pelo estilo *country*, há um grau médio de estigmatização dirigido a esse rótico. Ou seja, existe uma incompatibilidade entre a norma objetiva e a subjetiva entre os falantes de São José do Rio Preto.

Motivada pela convivência com alunos da Universidade Estadual de Campinas, os quais demonstravam uma avaliação negativa diante da pronúncia do

¹⁵ Para essa parte da pesquisa a metodologia foi a seguinte: o informante deveria indicar, assinalando com um x, a ocupação mais provável que o locutor deveria exercer, com base apenas na pronúncia, lembrando que, segundo a autora, a profissão de *locutor de rádio*, seria a de maior prestígio, assim sucessivamente.

/r/ retroflexo, considerando-a como *feia, carregada, puxada* e submetendo seus usuários a brincadeiras pejorativas, Leite (2004), em sua dissertação de mestrado desenvolvida na Unicamp, empreendeu uma pesquisa qualitativa sob o título *Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco*.

O objetivo da pesquisa era identificar e analisar as atitudes linguísticas de estudantes universitários migrantes de São José do Rio Preto (SP), frente à realização do [r]. A hipótese que sustentou o trabalho gira em torno da existência do estigma sobre essa pronúncia e, como consequência, a tentativa dos alunos de camuflá-la. Sendo assim, Leite (2004) procurou registrar a existência da variação do fonema /r/, em posição de coda, mediada por atitudes negativas em relação a um de seus marcadores regionais, ou seja, o /r/ retroflexo.

Os resultados de Leite (2004) revelaram uma covariação englobando as variantes retroflexa (43%), vogal colorida (33%), alveolar (14%), *tap* (5%) e palatal (4%). Esses números, quando analisados de acordo com o tempo de residência dos informantes, na cidade de Campinas, apontaram que, entre os alunos ingressantes, a norma é o /r/ retroflexo (49%), seguido da vogal colorida (25%) e da alveolar (18%); já, entre os alunos concluintes, esses números vão, respectivamente, para 34%, 47% e 8%.

Para a autora, os falantes, ao perceberem a diferença entre seu /r/ típico, ou seja, o caipira, e o /r/ campineiro¹⁶, tentam reproduzir este último e avaliam positivamente a variante alveolar e a vogal colorida em detrimento da retroflexa, fato que reflete o estigma que recobre esse rótico. Para Leite (2004, p. 89)

a efetividade do estigma evidenciou o estereótipo relacionado à variante aproximante retroflexa. Dessa forma, para não pronunciar a variante estereotipada, os estudantes “optaram” por outras variantes: a aproximante alveolar e vogal colorida, uma vez que as avaliam como uma forma prestigiosa. Os estudantes também julgam que as variantes aproximante alveolar e vogal colorida representam uma pronúncia “intermediária”, característica do dialeto de Campinas. [...] Nos depoimentos dos informantes, podemos perceber a expectativa de que com o tempo, ou seja, com o passar dos anos em Campinas, a pronúncia que têm do /r/ retroflexo irá alterar, de tal forma que

¹⁶ /R/ em coda silábica, na fala de Campinas, que estaria em um estado mais avançado, se comparado a outras cidades do interior paulista, no que se refere ao enfraquecimento desse segmento, tendendo à vocalização ou ao apagamento. Esse enfraquecimento seria o responsável pela impressão, de oitiva, dos informantes que julgam pronunciar uma variante de /R/ avaliada como “intermediária” e indicada como característica do falar campineiro.

encontrarão uma pronúncia “intermediária”, tal qual a dos campineiros.

Na parte subjetiva da pesquisa, todos os informantes, ou seja, tanto os naturais de Campinas como os de São José do Rio Preto dirigiram atitudes negativas, às vezes inconfessadas, em relação ao /r/ retroflexo. Entre os oito riopretenses entrevistados, cinco evidenciaram sentimento de vergonha do [ɾ] e não aceitaram a rotulação de caipira. Todos concordaram, ainda, que essa variante é característica de uma fala interiorana, mas, para se livrar do estigma afirmaram ser naturais de “*um interior não tão interior*”, alegando que São José do Rio Preto é uma cidade *grande*, desenvolvida que não apresenta, por exemplo, o /r/ tão puxado, como o de Piracicaba. Já, os campineiros se auto afirmaram como detentores de uma fala intermediária, em outros termos, dotada de um /r/ menos marcado.

O artigo *Crenças e Atitudes Linguísticas quanto ao uso dos Róticos*, de Botassini (2009), ao tratar também de atitudes específicas em relação ao /r/ caipira, estudou as crenças e atitudes de dez informantes quanto às variantes do fonema /r/ em coda silábica. Dentre os entrevistados, seis eram naturais de Maringá –PR, dois do Rio de Janeiro e dois do Rio Grande do Sul, todos, entretanto, residentes na cidade de Maringá há mais de dez anos. De acordo com a autora, a escolha pelos informantes cariocas e gaúchos justifica-se pela diferença dialetal que ambos apresentam, principalmente, no que concerne ao /r/ em coda, quando comparada à fala maringaense. A pesquisa foi composta por cinco partes: narrativa, descritiva, questionário fonético-fonológico; leitura e perguntas específicas centradas nas atitudes e crenças dos falantes.

Ao todo, foram registradas 772 ocorrências de róticos em coda, dentre elas: o retroflexo (38,6%), o velar (14,9%), o apagamento (22%), a vibrante alveolar múltipla (12, 6%) e o tepe (11,9%). Levando em consideração que a maior parte dos informantes é natural de Maringá e que o /r/ retroflexo é marca dialetal característica dessa região, os resultados não surpreenderam. Embora a variante retroflexa tenha ocorrido com muito mais frequência que as demais variantes, quatro deles, “afirmaram não gostar do som dessa variante, preferindo outras formas”. Assim, é possível constatar o preconceito linguístico com relação a essa variante, estigmatizada até mesmo pelo falante nativo, que a considera muito *caipira*, demonstrando, portanto, um caso de deslealdade linguística (BOTASSINI, 2009).

Resultado contrário, a autora registra entre os informantes cariocas e gaúchos (com exceção do inf.9), pois eles mantiveram sua identidade e lealdade linguística, manifestando, pois, orgulho de sua origem e de sua fala mesmo morando há mais de uma década em Maringá.

Outro trabalho, realizado também em 2009 com falantes de Londrina – PR, aponta para resultados diferentes dos obtidos por Botassini (2009). Trata-se da monografia de especialização de Pastorelli (2009) intitulada *Atitude linguística de falantes da cidade de Londrina-PR: positiva ou negativa?*

Com o intuito de verificar as crenças e atitudes de falantes londrinenses e de outras naturalidades, dirigidas, especialmente, ao /r/ retroflexo, Pastorelli (2009) inquiriu dez informantes. Os dados coletados pela autora, mediante questionários semidirigidos, diferentemente do esperado, indicaram a noção de consciência linguística, mas não de preconceito. Em outros termos, foi comprovado que os falantes reconheceram o referido rótico como característica do falar norte-paranaense, contudo, não o estigmatizaram, ao menos, explicitamente.

Cohen e Mendes (2011, p.230-231), ligadas ao projeto *Pelas trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais*, cujo objetivo é descrever a língua portuguesa do estado mineiro, afirmam que, em Belo Horizonte, o /r/ retroflexo é ligeiramente estigmatizado e identificado como sendo de pessoas do interior, da roça, o que para os mineiros é “ser caipira”, causando um estranhamento às pessoas de outras regiões do estado.

Silva (2012), em sua dissertação de mestrado defendida na UEL, realizou uma pesquisa, pautada na Dialectologia Pluridimensional, em seis cidades do Triângulo Mineiro a fim de verificar a atual situação do /r/ retroflexo nessa região, delineada em 1977 pelo EALMG como área de predominância desse rótico. Ademais, a autora buscou verificar as atitudes linguísticas dos falantes frente ao /r/ caipira. A análise dos dados dialetológicos, em tempo real e aparente, demonstrou que, passados trinta e três anos, desde a publicação do EALMG, a vitalidade do /r/ retroflexo permanece no Triângulo Mineiro, sobretudo na fala dos jovens, apresentando um quadro de variação estável.

Esse resultado, de acordo com Silva (2012), leva a conjecturar que a vida da variante retroflexa é longa, haja vista que os jovens a mantêm. Por outro lado, faz pensar que, possivelmente, em algum momento na vida dos informantes que, hoje, são idosos, a estigmatização da variante caipira possa ter influenciado na

sua fala, justificando, assim, a menor recorrência entre eles. No entanto, a autora adverte que tal inferência necessita de uma pesquisa mais aprofundada para que seja verificada a sua validade.

A par das influências verticais que podem ser verificadas mediante consulta à obra integral, Silva (2012) constatou que o fator preponderante é a localização geográfica da região estudada, ou seja, a presença do /r/ retroflexo se deve, em maior parte, ao plano horizontal, tratando-se de uma herança dos bandeirantes paulistas.

No tocante à análise das atitudes linguísticas dos falantes, a autora atestou a existência do estigma, meramente no sentido de marca, acerca do /r/ retroflexo envolto no estereótipo do caipira e verificou uma relação de identidade linguística, quiçá de prestígio encoberto, dos informantes para com a variante retroflexa, demonstrando, pois, que o estigma não interfere na produtividade do rótico. Em outros termos, os informantes reconheciam a marca caipira que envolve o /r/ retroflexo, mas tal fato não os fez avaliar negativamente o rótico, tampouco deixar de utilizá-lo. Ademais, com essa pesquisa, Silva (2012) acredita abrir espaço para que futuros estudos pautados nesse tema façam um levantamento sobre como a sociedade vê o atual caipira e a importância que sua figura emite, principalmente, no universo jovem.

Picinato (2013), em sua dissertação *O Novo Caipira: o olhar do “eu” e do “outro”*, apresentou uma análise e uma descrição sobre como os falantes da comunidade caipira e como a mídia televisiva constroem a identidade “caipira”. Para tanto, a autora partiu de uma pesquisa *in loco* sobre o /r/ retroflexo que englobou: uma entrevista, a leitura de um texto e a leitura de uma lista de palavras, nas cidades de Sales Oliveira e Orlândia, ambas do interior paulista. Concomitantemente, foi empreendida uma análise de dados provenientes de onze novelas em cujo elenco havia um personagem “caipira” retratado.

Dentre os dados resultantes da mídia, Picinato (2013, p.06) verificou que os caipiras das novelas são retratados de forma muito semelhante ao personagem do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Além disso, a autora constatou que o uso da variante retroflexa ocorre em 91% dos casos na fala de personagens que moram ou que migraram da zona rural, já, entre os da zona urbana esse número cai para 18%.

Todavia, em consonância com o trabalho de Silva (2012), a

pesquisadora averiguou que os informantes, mesmo nas situações mais formais, utilizaram o [r], atingindo entre as mulheres o percentual de 89% e, entre os homens, de 95%. No entanto, ao serem questionados se eram “caipiras”, a resposta foi negativa. Tal negação está associada à forma como a imagem dessa figura foi construída em nossa sociedade, com a qual habitante do interior não se reconhece mais. Portanto,

quando o entrevistado nega ser caipira, não está negando o fato de ser morador do interior, de falar a variante retroflexa, mas refuta a ideia de ser atrasado socialmente, de não possuir bom gosto para se vestir e de não ser escolarizado [...]. Embora a pessoa do “caipira” tenha se transformado, a acepção do termo não acompanhou tais transformações. É por isso que existe uma grande diferenciação entre o modo como a identidade “caipira” é retratada e o modo como é vivenciada (PICINATO, 2013, p. 102-103).

Em *A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano*, Oushiro e Mendes (2013), respaldados pela Sociolinguística Variacionista, analisaram 102 entrevistas que contabilizam o total de 1.5 milhões de palavras, coletadas entre 2009 e 2011 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística da USP (GESOL-USP). Para o estudo, os informantes, naturais de São Paulo ou residentes na cidade desde os 10 anos de idade, foram estratificados por sexo; faixa etária (20-34/ 35-59/60 anos ou mais); nível de escolaridade (ensino médio/curso superior) e região de residência (bairro mais central/ mais periférico). O objetivo central desses pesquisadores era o de analisar as correlações das variáveis para o (-r) em coda silábica com grupos de fatores sociais, investigando os graus de estigma/prestígio que cercam suas realizações. Na contagem geral dos dados, o /r/ retroflexo é usado em 33,2% dos casos e o tepe em 66,8%. Os fatores linguísticos que mais propiciaram o /r/ caipira foram: os contextos em que o (-r) é precedido por vogal [-alta], seguido de consoante [coronal], em verbos, em sílabas tônicas e em final de palavra. Quanto aos fatores extralinguísticos, os pesquisadores verificaram que esse rótico é favorecido entre moradores de regiões mais periféricas (42,8%) frente a localidades centrais (21%), com menor mobilidade geográfica, menos escolarizados, do sexo masculino e pertencentes a famílias menos enraizadas na cidade de São Paulo.

Segundo os estudiosos, o fato de o /r/ caipira estar condicionado por esses fatores sociais indica, em princípio, um quadro de estigmatização da variante ou para um caso de prestígio encoberto. Eles afirmam, ainda, que a produtividade

desse rótico, sobretudo, entre falantes nativos da cidade, possibilita questionar a sua ligação exclusiva a um falar caipira, proveniente do interior do estado e, dessa forma, associá-lo diretamente com os residentes da periferia.

A incidência de fatores extralinguísticos, na pesquisa de Oushiro e Mendes (2013) pode, ainda, ser sustentada e complementada quando analisamos algumas respostas de seus informantes ao serem questionados sobre as diferenças que envolvem as variantes tepe e retroflexa. Em um caso, o entrevistado aponta o tepe como marca do paulistano *nato*, *nato mesmo* e afirma que, na periferia, uma das maiores diferenças é a pronúncia do *erre... certo* [retroflexo], *porque o pessoal da periferia eles... o érre deles parece com o do interior... muitos falam porque* [retroflexo] [...]. Já uma das informantes, associa o tepe a pessoas frívolas, denominadas por ela de *patricinhas*: *a porta* [tepe] *tá aberta* [tepe] *é coisa de paty... a porta* [retroflexo] *tá aberta* [retroflexo] *é mais... o erre é diferente*.

Como vimos, as duas variantes são julgadas de acordo com o ponto de vista social de cada grupo, o que permite afirmar que o estudo desse rótico deve levar em conta essa questão, sobretudo em cidades complexas como São Paulo. Somente assim, será possível entender o percurso da variante caipira que, certamente, nasceu em São Paulo, cedeu espaço para uma concorrente estrangeira, passou por momentos de estigmatização, mas, atualmente, parece estar com o seu espaço novamente consolidado.

Em sua dissertação *Entre duas metrópoles: (R) em Itanhandu* defendida recentemente, Silva (2015), pautada nos pressupostos da Sociolinguística, estudou a comunidade de fala sul-mineira de Itanhandu, localizada em uma região de tríplice divisa entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A escolha dessa localidade se deve, além de sua posição geográfica singular, pela relação de identidade que os itanhanduenses revelam ter com a capital fluminense e paulista em detrimento de sua própria capital, fator que parece influenciar a fala da cidade, principalmente, no que diz respeito à realização de (-r). O estudo, com base em 36 entrevistas, revelou que, além do /r/ retroflexo que contemplou 90,8% das ocorrências obtidas, a presença de fricativos (8,4%) e de tepes (0,8%). Os resultados demonstraram que essas duas últimas variantes, não prototípicas da fala de Itanhandu, estão atreladas aos fatores *faixa etária* (terceira faixa) e ao *tempo de permanência fora da cidade*, ou seja, em São Paulo e no Rio de Janeiro e não, como se conjecturava, a uma questão de identidade linguística.

A pesquisa de Silva (2015) revelou, ainda, que a variação rótica está condicionada às atitudes linguísticas dos informantes, haja vista que, em vários momentos, com a finalidade de “marcar seu distanciamento em relação à realidade social, econômica e mesmo linguística de Itanhandu, eles faziam uso de variantes não características do falar local, sobretudo a fricativa que, se comparada ao tepe, parece marcar mais enfaticamente o “não pertencimento ou, pelo menos, a não filiação” dos indivíduos com a comunidade. No entanto, assim como demonstrado por meio de outros estudos, tais atitudes parecem não influenciar significativamente na produtividade do /r/ retroflexo, haja vista sua alta taxa de incidência.

Finalizando, acreditamos que, talvez, trabalhos que levem em consideração os quesitos apontados tanto por Silva (2012) quanto por Picinato (2013), dentre outros apresentados nesta seção, responda com mais propriedade a mudança do curso de vida da variante caipira e permita lançar uma previsão oposta a de Amaral (1982 [1920]): o /r/ retroflexo estaria em vias de expansão e seu estereótipo, aos poucos, tende a tomar outra forma e atrelar-se à fala de uma geração de caipiras escolarizados e bem sucedidos.

CAPÍTULO 2 – CONFIGURAÇÃO DOS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS

Neste capítulo, discorreremos, brevemente, sobre algumas definições para *dialeto* e, principalmente, sobre a configuração dos estudos dialetológicos por meio de um traçado que abrange desde a fase pré-dialetológica até a Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998) que respalda esta pesquisa. Além disso, apresentamos um breve panorama do desenvolvimento dessa área no Brasil cujos trabalhos oferecem dados seguros para o registro e análise das marcas que constituem o PB, como é o caso do /r/ retroflexo.

2.1 DIALETO

La teoria del dialecto y de la dialectología es la dialectología misma en su momento de reflexividad” (COSERIU, 1981, p.01)¹⁷.

Muitos estudiosos, (BORBA, 1973), (ALVAR, 1979), (COSERIU, 1981), (HEREDIA HANZ, 1983), (CHAMBERS e TRUDGIL, 1994), dentre outros, debruçam-se sobre o termo dialeto, a fim de conceituá-lo; analisá-lo em suas dimensões histórica e social; demonstrar como se constitui, como se delimita e até que ponto se assemelha ou se separa da língua e assim por diante.

Ao tratar dos aspectos que caracterizam os dialetos, verificamos que pesquisadores como Melo (1971), Borba (1973) e Câmara Júnior (2004) comungam da mesma opinião ao considerarem os dialetos como falares regionais que apresentam entre si coincidências de traços linguísticos fundamentais. Melo (1971, p.30) acrescenta, ainda, um caráter, até certo ponto, inconsciente de seus falantes ao afirmar que o indivíduo cresce falando com sotaque e vocábulos peculiares regionalmente marcados, sem se dar conta disso. “Só mais tarde, em contacto com aspectos lingüísticos outros, é que percebe que fala diferente, ou antes, descobre que seus interlocutores falam diferente”. Esses estudiosos partilham também da influência exercida pelos fatores extralinguísticos, de natureza psíquica, social ou política, nos dialetos.

Para este estudo, por apresentar uma divisão mais concreta, partimos da definição de Montes Giraldo (1995, p.22) que entende dialeto como

¹⁷ A teoria do dialeto e da dialetologia é a dialetologia mesma em seu momento de reflexividade. (Tradução nossa).

qualquer variedade de uma língua que se delimita e se determina mediante isoglossas. Para o linguista as variedades podem, ainda, ser subdivididas em: (i) *superdialecto* que agrupa um conjunto relativamente extenso de variedades que compartilham as mesmas normas; (ii) *dialecto*, considerado como uma variedade menor incluída dentro do superdialecto; (iii) *subdialecto*, entendido como uma divisão do dialecto e (iv) a *habla*, constituída por conjuntos pequenos, limitados geralmente por pequenas localidades. Ainda, segundo o autor, cada dialecto é regido por estratos (variedade diastrática) ou situações comunicativas (variedade diafásica), com isso, temos o *sociolecto* – tangenciado pelo estrato social dos falantes; *tecnolecto* – diferenciado pelo ofício dos falantes; *jerga* o *argot* oriundos de grupos bem delimitados de falantes como estudantes, marginais, adolescentes e assim por diante.

Ferreira & Cardoso (1994, p. 13) afirmam que as isoglossas, adotadas por Montes Giraldo (1995) para definir dialecto, podem “delinear contrastes e, conseqüentemente, apontar semelhanças em espaços geográficos (isoglossas diatópicas), podem mostrar contrastes e semelhanças linguísticas sócio-culturais (isoglossas diastráticas), ou ainda podem configurar diferenças de estilo (isoglossas diafásicas)”. Por isso, as dialetólogas, também, concebem dialecto como um “conjunto de isoglossas que se somam e que, portanto, mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras”.

Coseriu (1987), em abordagem anterior, assevera que, após os estudos sistemáticos da Geografia Linguística, o próprio conceito de língua passa da delimitação de um organismo autônomo com vida independente a um sistema de isoglossas realizado mediante o falar concreto, ou seja, estabelecido por meio dos dialectos utilizados por falantes reais contextualizados histórica e socialmente.

Ora, se a difusão dos dialectos é feita por indivíduos reais, portanto diferentes e se as linhas isoglóssicas são determinadas não só diatópica, mas também diastrática e diafasicamente, já não se pode sustentar, em todos os casos, a extensão linear de um dialecto único, pois este “não oferece [...] uma unidade absoluta em todo o território por que se estende e pode se dividir em subdialectos”, tratados anteriormente por Montes Giraldo (1995) “quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território” (CÂMARA JÚNIOR, 2004 p.95).

Dessa forma, dentro do mesmo dialecto, podem intervir diferenças de ordem lexical, morfológica e fonológica. Atendo-se a esta última, Gomes e Souza (2004, p.79) afirmam que “[...] os fonemas podem ter mais de uma realização

fonética possível em um mesmo ambiente lingüístico, o que equivale a dizer que constituem uma variável lingüística”. Essa assertiva pode ser comprovada por meio da realização do /r/ retroflexo, objeto desta investigação, pois sua ocorrência não é uniforme nos subdialetos pesquisados.

A variação linguística, seja ela de qualquer natureza, sofre uma coerção, ou melhor, segue uma norma, concebida por Coseriu (2004), ao se posicionar intermediamente a língua entre o sistema (*esquema*) e a fala (*o uso*), como “um conjunto de realizações constantes e repetidas, de caráter sócio-cultural não correspondente ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz numa comunidade linguística”. Dito de outra maneira, Dubois (1991, p.435) define norma como “o traço, ou conjunto de traços, que permite distinguir um elemento de todos os outros elementos. É a escolha que uma comunidade linguística faz do seu sistema linguístico”. Sendo assim, todo dialeto/subdialeto apresenta uma norma interna que torna sua caracterização mais tangível. Portanto, neste trabalho, partimos do pressuposto de que o Sudeste brasileiro, formado por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo comporta subdialetos, cada qual definido por normas que servem, ao mesmo tempo, para uni-los e separá-los, como é o caso, por exemplo, da realização do /r/ caipira.

2.2 FASE PRÉ-DIALETOLÓGICA¹⁸

A consciência dialetal se faz presente desde os primórdios da sociedade. Os sumérios, por exemplo, por meio de registros de termos diferentes para a designação do mesmo referente, demonstravam certo conhecimento da variedade de sua língua. Entre os hindus, mais especificamente, com a gramática de Panini, datada de V ou IV a.C, podem ser observadas pequenas demonstrações dialetológicas. Na sociedade hebraica, não é possível encontrar uma obra ou estudo diretamente ligado ao dialeto, porém é entre os hebreus que verificamos a

¹⁸ As informações históricas deste capítulo foram embasadas, fundamentalmente, no trabalho de HEREDIA HANZ, José Ramón. *Em torno Al dialecto*. 1983. 573 p. Tesis (Doutoramento em Linguística Aplicada) – Universidad Complutense de Madrid: Madrid e na obra de IORDAN, Iorgu. *Introdução à Linguística Românica*. Tradução Julia Dias Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

passagem bíblica do livro dos Juízes¹⁹, na qual se constata nitidamente a consciência de uma diferenciação dialetal.

Diferentemente das culturas anteriores que se pautavam mais no campo místico que no científico, na Grécia, aflorou o estudo sistemático dos fenômenos, em geral. É dos gregos a origem da noção de filologia, ao estudarem os escritos dos poetas antigos e, na oportunidade, verificarem as diferenças dialetais e os arcaísmos frente à língua grega. Se coube a Grécia dar ares científicos aos estudos da linguagem, ficou por conta de Roma difundir esses conhecimentos.

Sobre o assunto, Castilho (1973) e Montes Giraldo (1995) destacam a obra de *De vulgari eloquentia*, de Dante, de 1304-1307, estudo que chegou a ser considerado como um claro antecedente da Filologia Românica e da Dialectologia. Nela foram caracterizados 14 dialetos italianos e abordadas as suas famílias linguísticas, demonstrando, por exemplo, traços comuns entre o italiano, o espanhol e o provençal.

Com o Renascimento, mais especificamente, em 1492, é publicada a *Gramática de la lengua castellana*, de Nebrija – a primeira de língua românica. Depois desta, outras vieram atestar o caráter normativo frente aos traços lógico-filosóficos das gramáticas elaboradas na época medieval. Lembra Heredia Ranz (1983, p.42) que “*el normativismo surge como una toma de conciencia de la realidad de los hechos lingüísticos, y muy especialmente, de su diversidad*”. Junto ao conhecimento mais sistemático da diversidade, surge a eleição de uma forma linguística frente a outra considerada impura, incorreta ou vulgar. Durante essa época, as gramáticas publicadas seguiam duas direções: a primeira defendia a língua viva (língua vulgar) e a segunda que pregava contra a fragmentação da língua. Tais obras se tornaram ferramentas importantes para o estudo do dialeto.

Una gramática normativa (como fueron las más representativas de la época) supone la constatación implícita de diversas formas de habla según diversas circunstancias, pero muy especialmente, según las distintas comunidades que integran una colectividad lingüística; en otras palabras, ello **supone el reconocimiento, entre otras cosas,**

¹⁹ Fazemos referência ao Livro dos Juízes (12: 5-6): [...] quando algum dos fugitivos de Efraim dizia: Deixai-me passar; então os gileaditas perguntavam: És tu efraimita? E dizendo ele: Não. Então lhe diziam: Dize, pois, Chibolete; porém ele dizia: Sibolete; porque não o podia pronunciar bem; então o pegavam, e o degolavam nos vaus do Jordão; e caíram de Efraim naquele tempo quarenta e dois mil.

de lo que hoy llamaríamos – y en parte así se hizo ya en la época- dialectos²⁰. (Grifo nosso). (HEREDIA RANZ, 1983, p.49)

Durante a transição do século XVII – XVIII, aos estudos sobre a língua foi agregado um número considerável de gramáticas e dicionários. Durante o século XVIII, a feitura desse tipo de material se intensificou, bem como o interesse no estudo de falas regionais, evidenciado em obras como: *Dictionnaire provençal-français*, de 1722, elaborada por S. Pellas; *Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina*, de 1725, escrita por Jerónimo Contador de Argote, cuja segunda edição contém um capítulo intitulado *Dos dialectos da língua potuguesa*; *Essai sur le patois lorrain de Ban*, de la Roche, publicada no ano de 1775, *Matériaux pour l'histoire des dialectes de la langue français*, de 1824, de autoria de Mithridates; entre tantas.

Além do crescimento de publicações nesse âmbito, o século XVIII assistiu à análise de todo o acervo construído nas datas anteriores, havendo um aumento ostensivo de interesse pelas falas regionais. Entretanto, durante esse período, o dialeto não era tido como um objeto de estudo em si mesmo, ou seja, ele era estudado como subsídio para trabalhos da língua em geral. Fato que, longe de ser algo negativo, instaurava, aos poucos, a Dialetologia.

2.3 A INSTAURAÇÃO DA DIALETOLOGIA²¹

No século XIX, findando a fase pré-dialetológica, teve início uma nova fase, ou melhor, uma nova orientação dos estudos da linguagem. O contexto ideológico-cultural da época, influenciado pelo Romantismo, aflorou entre os pesquisadores a vontade de conhecer seu passado, a vontade de promover os valores nacionais e de registrar seus costumes populares. Dessa forma, a investigação da língua e da literatura, responsáveis por oferecer informações diretas

²⁰ Uma gramática normativa (como foram as mais representativas da época) supõe a constatação implícita de diversas formas de fala segundo diversas circunstâncias, mas especialmente, segundo as distintas comunidades que integram uma coletividade linguística; em outras palavras, isso supõe o reconhecimento, entre outras coisas, do que hoje chamaríamos – e em parte assim foi feito já na época - dialetos (Tradução nossa).

²¹ Lembremos que, para não prejudicar a cadência textual, todos os dados referentes ao desenvolvimento da Dialetologia e da Geografia Linguística no Brasil são abordados, separadamente, na subseção 2.4.2.1.

sobre a vida de um povo, aflorou. Por essa via, pois, chegou-se à criação da Filologia (IORDAN, 1962).

Isso posto, com o avanço dos estudos, no século XIX²², a Linguística foi tomando forma de ciência. São, desta época, os conhecidos estudos dos comparativistas e dos neogramáticos cujo objetivo principal era o de desenvolver e elucidar o parentesco genético existente entre as línguas faladas no mundo. Para Chambers & Trudgill (1994), foram dos neogramáticos os primeiros intentos para sistematizar as observações linguísticas e, ainda, foram seus estudos sobre as línguas clássicas que os levaram a buscar os princípios gerais da mudança linguística.

Tomados pelo espírito romântico que rondava o século, muitos estudiosos se empreenderam no trabalho de descrever, registrar e conhecer seus falares. Por isso

[...] hay que atribuir al romanticismo un papel capital en el desarrollo de la dialectología: la atención desusada hacia las hablas populares, el impulso y proliferación de los estudios dialectales, y el ambiente propicio que estos encuentran, sons in duda resultado del influjo ejercido por el movimiento romántico. Así, son muchos los autores que toman lo que prodría llamarse la “de defensa de los dialectos”²³ (HEREDIA HANZ, 1983, p.109).

²² Dentre os gramáticos desta época, sem a pretensão de esgotar todos e as suas respectivas teorias e avanços, podemos citar: Schlegel, de 1808, com sua *Über die Sprache und die Weisheit der Inder* (Sobre a língua e a sabedoria dos hindus), considerada como o ponto de partida para os estudos comparativistas na Alemanha; Rasmu Rask que demonstrou, sistematicamente, a relação do germânico com o latim, o grego, o eslavo e o báltico; Franz Bopp, gramático que chegou à conclusão de que o sânscrito constitui o ponto referencial da comparação entre as línguas, por volta de 1816; Jacob Grimm que, por meio da postulação da lei de Grimm (1819), já iniciada por Ramus Rask, em 1814, estabelece a possibilidade de comparar sons e atribuí-los à mesma origem; dentre outros. A segunda geração de comparativistas conta com o expoente Friedrich Diez, autor de *Gramatik der romanischen Sprachen*, de 1836-1844, considerado o fundador da Linguística Românica. Saussure (1922), dentre todas as contribuições desses gramáticos para a evolução da ciência linguística, destaca o trabalho de Bopp, de 1816, pois sua gramática, diferentemente das demais, indagava as congruências entre as línguas, marcando, assim, o nascimento da Linguística histórica. Mais tarde, na segunda fase do século XIX, Schleicher aplicou aos estudos da linguagem princípios das ciências naturais e da teoria evolucionista de Darwin, considerando, pois, as línguas como organismos vivos. Por sua vez, os neogramáticos, inspirados pelo positivismo, esforçaram-se por incluir seus trabalhos sobre a linguística histórico-comparada dentro das ciências naturais, tomando como modelos a geologia e a física. São nomes importantes, além de Schleicher, tido como o responsável por incitar a reação dos neogramáticos, Brugmann, Saussure, Ascoli, Osthoff, Curtius, dentre outros, todos vinculados à Universidade de Leipzig.

²³ Há que atribuir ao romantismo um papel capital no desenvolvimento da dialetologia: a atenção pouco habitual para as falas populares, o impulso e a proliferação dos estudos dialetais, e o ambiente propício que estes encontram, são sem dúvida, resultado da influência exercida pelo movimento romântico. Assim, são muitos os autores que tomam o que poderia se chamar de “defesa dos dialetos” (Tradução nossa).

Na França, um dos estudos que ilustra bem esse quadro e que impulsionou outros da mesma natureza foi o de Coquebert, de Montebret, intitulado *Memorias de la Sociedad Real de Anticuarios de Francia*, trabalho realizado por meio de uma pesquisa indireta na qual o autor recolheu as versões de seus informantes da parábola do filho pródigo, e a partir destas, analisou as diferenças dialetais.

Na Alemanha, em 1853, um dos maiores feitos relativos à Dialetologia foi a publicação da revista *Die deutschen Mundarten* (Os dialetos Alemães), a primeira consagrada aos dialetos. Na Noruega, o sentimento de nacionalismo, após sua separação da Dinamarca, gerou entre os estudiosos o desejo de ter uma língua própria fundamentada nas várias falas locais, para isso foi imprescindível o registro dos dialetos existentes no país. Esses e outros fatos evidenciam que a Dialetologia surgiu mais como uma disciplina prática e política que científica.

Durante os primeiros anos da segunda metade do século XIX, devido ao crescente desenvolvimento linguístico, a Dialetologia seguiu seu curso, mas, permanecendo um tanto quanto impermeável aos avanços da Linguística da época. Uma exceção a essa impermeabilidade é o trabalho de Bernardino Biondelli, de 1853, intitulado *Saggio sui dialetti gallo-italici* (Ensaio sobre os dialetos galo-italicos) no qual cuidados com a metodologia foram mais apurados, tais como: a necessidade de uma coleta *in loco*, ou seja, uma recolha da fala dos indivíduos e não de correspondências como até então fora realizado; a necessidade, conseqüentemente, de um sistema de ortografia oficial para a posterior transcrição desse material. Ademais, nessa obra, foram registradas particularidades históricas e sociais que buscavam explicar a situação dos dialetos na Itália da época.

Esse sopro dialetológico unido à essência romântica inspiradora da época impulsionou a publicação de vários glossários e dicionários, fato que deu início à consolidação da Dialetologia que mais tarde seria firmada por Ascoli. Junto à elaboração de um número significativo de obras aumentou a reflexão teórica em torno do dialeto o que contribuiu significativamente com a formação de uma consciência dialetológica. Outro fator importante foi o crescente número de revistas da época, energizando o intercâmbio de informações científicas, trazendo à luz o panorama linguístico e dialetal.

Coube, sobretudo, ao linguista italiano Graziadio Isaia Ascoli, entre 1829 e 1907, citado anteriormente, e ao austríaco Hugo Schuchardt, a solidificação da Dialetologia. Foi Ascoli o primeiro a aludir à determinação do objeto de estudo da Dialetologia, constatando que é impossível fixar limites entre os dialetos, já que parte da variação linguística é fruto da expansão geográfica, contrariando, assim, os neogramáticos que só admitiam a variação fonética regular.

Ascoli, dentro desse contexto, lutou pelo reconhecimento dos estudos dialetológicos, defendendo que a análise das línguas vivas possibilitaria um conhecimento mais bem definido dos seus estágios de evolução. Além disso, foi ele quem, em 1873, fundou a revista *Archivio Glottologico Italiano*, com o objetivo de divulgar seus trabalhos e os de seus discípulos. Do primeiro volume (1873) consta um trabalho sobre os dialetos reto-românicos, texto que, devido a sua vasta erudição e alcance, parece representar uma de suas principais contribuições dentro dos estudos dialetológicos. Anos mais tarde, em 1885, no oitavo volume da revista, o pesquisador publicou o artigo intitulado *L'Italia dialettale*, no qual foram fixados os princípios e métodos da dialetologia italiana.

A partir de seus estudos e da repercussão de seus escritos no cenário científico, é possível afirmar que Ascoli “criou a Dialetologia italiana, dando-lhe foros de verdadeira ciência, devendo, por conseguinte, ser considerado o fundador da dialectologia românica em geral” (IORDAN, 1962, p.33).

Na França, os grandes propulsores da Dialetologia, foram os linguistas Gaston Paris e Paul Meyer. Na Alemanha, abrindo caminhos para a cartografia, mais precisamente, em 1877, Georg Wenker publica a obra *Das rheinische Platt*, fruto de uma pesquisa indireta realizada em uma província renana. Concomitantemente à publicação desse material, a pesquisa se estendeu a Westfalia e, dois anos depois, o projeto de um atlas da Alemanha foi submetido à aprovação na Academia Real de Ciências de Berlin. Em 1881, foi publicado o primeiro fascículo, o único enquanto Wenker estava vivo, sob o título *Sprachatlas Von Nord-und Mitteldeutschland, auf Grund Von systematisch mit Hülfe der Volksschullehrer gesammeltem Material aus circa 30.000 Orten* (Atlas Linguístico do Norte e Centro da Alemanha, com base em uma coleta sistemática com ajuda de professores do ensino elementar em cerca de 30.000 localidades). De tal obra constavam apenas seis cartas linguísticas, dentre elas duas fonéticas e quatro morfológicas. Durante 45 anos, o projeto ficou engavetado até que Wrede,

colaborador de Wenker, empreendeu-se na publicação do *Deustscher Sprachatlas* (Atlas Linguístico da Alemanha) mais completo e com mais rigor científico que o primeiro. Esse trabalho, cabe ressaltar, foi o impulsionador dos estudos dialetológicos da Alemanha.

Em Portugal, Leite de Vasconcelos, considerado o fundador da dialetologia portuguesa, desenvolveu, em 1882, o primeiro estudo sobre o Mirandês, intitulado *O Dialecto Mirandez*, trabalho aprimorado e, posteriormente, publicado numa obra de dois volumes: *Os Estudos de Filologia Mirandesa* (1900-1901). Doze anos mais tarde, em 1894, Vasconcelos distingue os dialetos portugueses em a *Carta Dialectológica de Portugal Continental*. Em 1901, na sua tese de doutorado, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, descreveu e classificou as variedades diatópicas do português, acrescentando os dialetos insulares (açoriano e madeirense) e os dialetos do "ultramar" (brasileiro e indo-português), além dos dialetos crioulos, o português dos judeus (Amesterdão e Hamburgo) e o Galego. Seus escritos serviram de inspiração para publicações de grandes linguistas, dentre eles Manuel de Paiva Boleó e Luís Lindley Cintra.

Em 1895, Gustav Weigand deu início às pesquisas, dessa vez *in loco*, para a confecção do atlas *Dakorumänischen Sprachgebietes* (Atlas Dacorumeno), publicado somente em 1909, constituído por 67 mapas (16 sintéticos) que registram apenas os aspectos fonéticos de 130 vocábulos.

Vale ressaltar que, embora a maioria dos dialetólogos apresentados nesta seção tenha trabalhado com a cartografia em seus respectivos estudos, a efetivação da Geografia Linguística se fixou com Gilléron quando da elaboração do *Atlas linguistique de la France* (ALF) devido, sobretudo, ao aprimoramento, rigor técnico e riqueza de materiais que constituem tal obra.

Segundo Cardoso (2001, p.27),

o 'começo feliz' para a Dialectologia, no seu espectro mais amplo, vem a ter dois marcos que imprimem as primeiras, e principais, diretrizes para trabalho de tal natureza: o levantamento de dados da realidade alemã feito por Wenker e a recolha sistemática para o *Atlas Linguistique de la France* (ALF), obra de Gilliéron e Edmont.

2.4 A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA

Se coube a Ascoli, no final do século XIX e a sua escola italiana o papel de instaurar a Dialectologia, foi na França, em 1902, com a publicação do (ALF)²⁴, de Jules Gilliéron, que essa área da Linguística viu florescer uma disciplina nova e promissora: a Geografia linguística cujo objetivo central é o registro cartográfico dos fenômenos linguísticos. Em outros termos e de forma mais completa, Coseriu (1987, p.103-110) a define como:

“un método dialectal y comparativo [...] que presupone el registro en mapas de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales), comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una rede de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablantes estudiados²⁵.”

É a leitura de um artigo publicado na *Revue des patois gallo-romans*, cujo assunto é a conferência, de 1888, intitulada *Les parlars de France* proferida por Gaston Paris que, efetivamente, alavanca Gillierón para a elaboração do ALF. Durante a referida conferência, dentre a explanação de suas concepções em torno dos dialetos, a explicação dos objetivos centrais da Dialectologia e outros temas afins, Gaston Paris convoca os linguistas a estudar com mais intensidade os dialetos, elaborando um atlas linguístico de toda a França.

Gillierón, professor de dialectologia francesa desde 1883, fundador da *Revue des patois gallo-romans* e autor de vários trabalhos dialectológicos precedentes, estava apto para concretizar a ideia de Gaston da publicação do ALF. Sobre o assunto, Brandão (1991, p.09) ressalta que

²⁴ Anteriormente ao ponto de partida exato que impulsionou Gillierón, Heredia Hanz (1983) assevera que os trabalhos de outros linguistas que influenciaram questões metodológicas do ALF, precisam ser levados em conta. Dentre eles; o método de pesquisa direta, iniciado, como já discutido, por Biondelli, em 1853, na Itália e por Morosi, no ano de 1870, estudioso das falas gregas no território meridional italiano; as concepções de Tourtoulon, datadas de 1869, que indicavam a existência de fronteiras claras que separam os dialetos; Rousselet, colaborador e discípulo de Gillierón, que também publica em 1877, com base no seu estudo sistemático das línguas românicas, um artigo no qual destaca a importância das pesquisas diretas para o estudo dialetal.

²⁵ Um método dialetal e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fonéticas, léxicas o gramaticais), comprovadas mediante pesquisa direta e unitária em uma rede de pontos de um território determinado, ou, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados (Tradução nossa).

o ALF resultou da constante preocupação de Gilliéron com questões dialetais. Praticamente por quinze anos, amadureceu idéias por meio dos resultados que obtinha em pesquisas realizadas em diversas localidades francesas [...]. Esse verdadeiro trabalho de laboratório levou-o a compreender o apelo de Gaston Paris – seu antigo mestre – e a planejar aquilo que denominaria de “modesto esboço” da realidade dialetal da França.

Assim, sob a direção de Gillerón e a ajuda de Edmond Edmont, em 1897, foram iniciadas as pesquisa para o atlas. O questionário utilizado contava, primeiramente, com 1.400 questões aumentadas, depois, para 1.920 que compreendiam o campo fonético, morfológico, sintático e léxico, fato que diferenciou esse trabalho de seus antecessores que se concentravam, sobretudo, na fonética. Foram investigados mais de 700 informantes distribuídos por 639 localidades. Após cinco anos de coleta intensiva de dados, em 1902, foi publicado o primeiro dos 36 fascículos do ALF, os demais vieram entre 1903 e 1910. Ao todo são 1.920 mapas estruturados da seguinte forma: 1.421 que abrangem toda a França; 326 delimitados na zona meridional e 173 que cobrem apenas uma parte desta última região.

“O ALF, além de proporcionar uma visão dinâmica de cada fato descrito por meio de comparações simultâneas, delimitou regiões conservadoras e inovadoras, permitindo o estabelecimento de isoglossas que marcavam os limites entre os falares” (BRANDÃO, 1991, p.09).

Além de servir como norte para as publicações futuras e instaurar a Geografia Linguística, os estudos feitos com base no ALF evidenciaram claramente que não há limites dialetais precisos, mas sim delimitações de certos traços ou fenômenos linguísticos e que uma área dialetal, hoje, fragmentada foi, em algum período, um contínuo. Ademais, comprovou-se também que fatores psicológicos, entre eles os que interferem na língua pela homonímia e pela etimologia popular, interferem na regularidade das leis fonéticas. Acerca do tema, Montes Giraldo expõe (1995, p. 81) que

[...] la geografía lingüística representa una reacción contra la rigidez de la doctrina de los neogramáticos. Volviendo a la realidad viviente del habla, no reduciendo su investigación a los textos escritos sino buscando los diferentes aspectos de la evolución y el funcionamiento de una lengua en las diversas regiones de su extensión y en los distintos niveles sociales [...]. Ella demostró que un cambio fonético inexplicable mediante las rígidas leyes fonéticas puede tener su origen en la contaminación de dos o más palabras; que los dialectos son acervos preciosos en donde se encuentran estadios de la

evolución semântica o fonética sin los cuales resulta imposible reconstruir la historia de una palabra²⁶.

Posteriormente ao ALF, Gilliéron e Edmont, em 1914, iniciaram o *Atlas Lingüístico de Córsega* (ALC*). Devido à experiência adquirida com o trabalho anterior e, também, à menor dimensão da área pesquisada, essa obra é mais bem detalhada. Todavia, devido à Guerra Mundial, apenas quatro dos dez volumes previstos foram publicados.

É também dessa data o *Atlante Linguistico Italiano* (ALI), de Matteo Bartoli, cujos primeiros resultados vieram à luz em 1931. Obstáculos de diferentes sortes interromperam o trabalho que foi retomado somente em 1946 sob a direção de Terracini. Cumpre observar que o questionário do ALI foi um dos atlas mais completos e detalhados, composto por 7.500 questões.

Os dialetólogos, dos finais do século XIX até os princípios do século XX, influenciados por Gilliéron e inspirados, sobretudo, pelo idealismo, agregaram aos atlas questões que transcendiam os aspectos fonéticos, isto é, começaram a tangenciar seus estudos também para o campo etimológico.

Nesse cenário, surgiu, em 1928, o *Atlas Linguístico-etnográfico da Itália e da Suíça Meridional* (AIS), de Jakob Jud e Karl Jaberg. Dessa obra constam 1.705 mapas, além de 1.900 desenhos e 4.000 fotografias. Ainda na Itália, Gino Bottiglioni, durante os anos de 1935 a 1942, debruçado na metodologia do AIS, de Jaberg e Jub, e com vistas a aprofundar o ALC de Gilliéron, publicou o *Atlante linguístico-etnografico italiano della Corséga* (ALEIC), dedicando especial atenção às particularidades culturais dos falares corsos.

Entre 1923 a 1939, vieram à luz os volumes do *Atlas Lingüístic de Catalunya* (ALC**), obra, com base gillieroniana, dirigida por Antoni Griera e composta por 858 cartas. Contudo, faltando ainda quatro volumes, a guerra civil espanhola dispersou o material recolhido para o ALC e apenas em 1962 os trabalhos foram retomados.

²⁶ [...] a geografia linguística representa uma reação contra a rigidez da doutrina dos neogramáticos. Voltando à realidade vivente da fala, não reduzindo sua investigação aos textos escritos, mas buscando os diferentes aspectos da evolução e o funcionamento de uma língua nas diversas regiões de sua extensão e nos distintos níveis sociais [...]. Ela demonstrou que uma mudança fonética inexplicável mediante as rígidas leis fonéticas pode ter sua origem na contaminação de duas ou mais palavras; que os dialetos são acervos preciosos nos quais se encontram estados da evolução semântica ou fonética sem os quais resulta impossível reconstruir a história de uma palavra (Tradução nossa).

Idealizado e projetado pelo romeno Sextil Puscariu e tendo como investigadores Server Pop e Emil Petrovici, o *Atlasul Linguistic Român* (1938-1942) foi o primeiro atlas de língua romena. Sua inovação frente aos outros atlas deveu-se à metodologia empregada para a coleta de dados, ou seja, cada inquiridor possuía um questionário diferente. Fato este que culminou na publicação de dois atlas, a saber: o *Atlasul Linguistic Român. Partea I* (ALR I) e o *Atlasul Linguistic Român. Partea II* (ALR II). Retomados os trabalhos, em 1956, após a guerra, foram publicados o *Micul Linguistic Român Partea I* (ALRM I) e *Micul Linguistic Român. Partea II* (ALRM II).

Em 1942, sob a organização de Manuel de Paiva Boléo, foi publicado um opúsculo intitulado *O Estudo dos Dialectos e Falares Portugueses (um inquérito linguístico)*, resultado de inquéritos que serviriam para a elaboração preliminar do *Atlas Linguístico de Portugal*. Os questionários, enviados por correspondência a professores primários e párocos de todas as freguesias do país, contavam com 540 questões concernentes ao cotidiano. No entanto, tal atlas não chegou a ser concretizado, embora a coleta de dados continuasse, com mais de 2.400 formulários recebidos até 1966. Esse material serviu de base para várias publicações de Boléo e de outros pesquisadores.

Ainda sobre o português lusitano, podemos citar o *Mapa de Dialectos e Falares de Portugal Continental* (1958), de Boleó e Maria Helena Santos Silva, baseado nas investigações do eminente linguista Leite de Vasconcelos. E, também, Luís Lindley Cintra e dentre suas obras: a *Nova Proposta dos Dialectos Galego-Portugueses* (1971), *Estudos de Dialectologia Portuguesa* (1984) e o *Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza* (1992), no qual amplia a classificação dos dialetos portugueses proposta por Vasconcelos, distinguindo os dialetos galegos, os dialetos portugueses setentrionais, os centro-meridionais e os dialetos leonenses.

Em fase de conclusão, encontra-se o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALIP), concebido, em 1914, por Ramón Menéndez Pidal e sob a direção de Tomás Navarro. A maior parte da pesquisa (90%), que inclui além da língua espanhola, a catalã e a portuguesa, foi realizada entre 1931 e 1935 e, devido à guerra civil, ultimada entre 1947 e 1954. O questionário do ALIP contém 1.320 perguntas e abrange 525 localidades. Com base em parte do material recolhido foi publicado um volume fonético, em 1962. O restante do material, atualmente, é

estudado e editorado por um projeto, desenvolvido sob a coordenação do Centro de Ciências Humanas e Ciências Sociais do CSIC (Conselho Superior de Investigações Científicas) e com a colaboração de investigadores de várias universidades (Universidade de Lisboa, Universitat de Barcelona, Universidad Autónoma de Madrid, University of Western Ontario e Universidade Santiago de Compostela). Tal projeto objetiva colocar à disposição da comunidade científica, por meio de um programa computadorizado, a consulta dos dados do ALIP, bem como a possibilidade de cartografar os dados de interesse do utente, configurando um grande avanço para os estudos da Geografia Linguística.

Essa breve exposição de algumas obras que sucederam o ALF mostra sua influência, sobretudo, como já mencionado, no estabelecimento da Geografia Linguística.

Instaurada a Geografia Linguística, outro impulso inovador pelo qual passou a Dialectologia consistiu na elaboração dos atlas de pequeno domínio cuja finalidade era a de aprimorar e ratificar os resultados das obras anteriores. Os discípulos de Gillierón, por exemplo, elaboraram obras que ulteriormente serviram de base para a publicação do *Nouvel Atlas Linguistique de la France* (NALF) de Dauzat, entre 1877 e 1955. O NALF incorporou em suas análises as contribuições dos atlas regionais juntamente com a experiência de várias décadas de estudos de Geografia linguística.

2.4.1 A Contribuição de outras Áreas da Linguística

Cumprir lembrar que, após os *anos dourados* da Dialectologia, ou seja, final do século XIX até os anos 50 do século XX, essa disciplina ficou relegada a uma posição inferior quando comparada a outros ramos da Linguística. Isso se deu, especialmente, devido às correntes estruturalistas de Saussure e Hjelmslev cujos ensinamentos estavam, primordialmente, direcionados à linguística interna, ao entendimento da língua como um sistema isolado de todo determinante externo.

Embora tenha sido responsável por aflorar entre os dialetólogos um sentimento de inferioridade, não se pode negar a contribuição de correntes como o estruturalismo e o gerativismo. Oposta às ideias de tais teorias que se pautavam, mormente, na concepção de uma linguística interna, surgiu a orientação pautada no

conceito de diassistema, ou seja, a língua começa a ser entendida como um conjunto de subsistemas parcialmente semelhantes.

O papel da Dialectologia, nesse ínterim, passou a ser o de estudar a forma como a língua, enquanto unidade (sistema), comportava-se em seu desdobramento de variedades. Em outros termos, “*la dialectología corresponderia a la intraindiomática o estudio de la articulación de las normas dentro de un sistema lingüístico-normativo autónomo (=língua histórica)*” (MONTES GIRALDO, 1995, p.71).

O estruturalismo imprimiu, ainda, às descrições dialetais, um rigor sistemático no tocante à metodologia empregada e, igualmente, às possibilidades de análises. Segundo Castilho (1974, p.189) “o estruturalismo abriu à Dialectologia uma nova perspectiva de interpretação do material fônico, introduzindo a descrição do sistema fonológico da variante examinada e renunciando ao levantamento, aparentemente impossível, da totalidade das variantes fônicas”.

Um pouco mais tarde, na década de 60, a compreensão da língua como diassistema agregada à necessidade de explicar suas variedades mediante fatores externos culmina na interação da Dialectologia com a Sociolinguística. Sendo a língua a ferramenta geratriz das relações sociais, foi necessária a implementação da análise de elementos que coexistem no processo sócio-linguístico. “Dessa forma, idade, gênero, escolaridade e características gerais de cunho sociocultural dos usuários das línguas consideradas tornam-se elementos de investigação, convivendo com a busca de identificação de áreas geograficamente definidas do ponto de vista dialetal.” (CARDOSO, 2004, p.01).

A Dialectologia, ao buscar o conhecimento dos mecanismos com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução, adota os princípios sociolinguísticos e toma aqueles que possam elucidar os fenômenos descritos nas cartas linguísticas, para assim traçar uma análise da face dinâmica da fala (BRANDÃO,1991).

2.4.1.1 A Sociolinguística

A Sociolinguística, impulsionada pelos estudos de Labov, em 1963, tem como foco o estudo da língua em uso, levando em consideração o contexto social no qual ela ocorre. Cabe, pois, a ela investigar os fatos sociais atuantes na variação e seus resultados no quadro linguístico. “Neste aspecto e em outros ainda

mais latos, é precisamente a diversidade linguística o objeto de estudo da Sociolinguística” (BRIGHT, 1974, p.18).

Essa área adota certos conceitos específicos, tais como *variável* (s) e *variante* (s). Variantes são as formas individuais que concorrem/coocorrem em uma variável. Em outros termos, são as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade (TARALLO, 1999). A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável* (traço, forma ou construção linguística) que se subdivide em variáveis linguísticas dependentes e independentes. No caso desta pesquisa, por exemplo, entendemos o /r/ em coda silábica como uma variável dependente que pode apresentar variantes como o /r/ retroflexo, o tepe, o glotal, o velar, dentre outros. E como variável independente o conjunto de fatores internos e externos que podem influenciar na ocorrência dos róticos. Os internos referem-se propriamente à língua, enquanto os externos referem-se ao falante como: idade, sexo, escolaridade, dentre outros.

Por meio da análise das variáveis sociais, por exemplo, é possível definir ou, ao menos, ter uma noção bastante aproximada da situação linguística de determinada comunidade de fala. Ou seja, é possível verificar se há um quadro de variação estável, quando as variantes identificadas tendem a se manter no uso linguístico da comunidade, funcionando com base em uma estratificação. Ou, se há uma mudança em progresso, quando uma variação tende a se resolver em função de uma variante.

Para tanto, Labov (1996) propõe que seja realizado o estudo em tempo real e aparente. Este último é realizado por meio da comparação da fala de gerações diferentes e postula que, caso o uso de uma variante recorra mais entre a segunda geração, possivelmente, a vitalidade dessa variante será estendida. A pesquisa em tempo real, por sua vez, consiste na comparação de dois recortes sincrônicos distintos e apresenta duas modalidades: a *panel study* “estudo em painel”, no qual são comparadas as falas dos mesmos informantes em tempos diferentes e a *trend study* “estudo de tendências” que compara amostras de falas aleatórias da mesma comunidade, também, em dois momentos do tempo. As duas técnicas, pois, são complementares: a primeira permite detectar o comportamento linguístico que pode preencher a lacuna deixada pelo estudo feito em tempo aparente, já, a segunda não aponta nada sobre esse aspecto, mas permite “deprender a direcionalidade do sistema na comunidade lingüística e verificar em

que medida mudanças na configuração social de um grupo podem se refletir na propagação, na estabilização ou no recuo de processos de mudança” (PAIVA & DUARTE, 2003. p.17).

Como vimos, a variável faixa etária pode desencadear padrões linguísticos distintos. Para López Morales (1993, p.114-115) “las generaciones jóvenes suelen ser más inovadoras em contraste con el conservadurismo lingüístico de las mayores”. O autor complementa, ainda, que é “posible que los jóvenes sean más sensible a las formas prestigiadas por su comunidad, quizás porque aquí suelen ser más altos los índices de escolaridad”. Em outras palavras, em uma variação estável, as faixas intermediárias apresentariam a maior frequência de uso das formas de prestígio; já na mudança em progresso, a distribuição seria inclinada, com os mais jovens apresentando a maior frequência de uso das formas inovadoras (CHAMBERS & TRUDGILL, 1994) No entanto, vale lembrar que os resultados obtidos mediante essa variável precisam ser confirmados por meio dos resultados obtidos entre outras variáveis sociais, tais como sexo e escolaridade.

No que concerne à variável sexo, Labov (1990) afirma que, em uma estratificação sociolinguística estável, são os homens que recorrem com maior frequência às formas linguísticas não-padrão; em fenômenos variáveis, são as mulheres que se demonstram mais receptivas às formas de prestígio e, nas mudanças linguísticas, também, são elas, as mais inovadoras. Todavia, o autor ressalta que é preciso ser levado em consideração que essa tendência das mulheres para as formas de maior prestígio (no sentido do padrão normativo) é limitada àquelas sociedades em que as mulheres desempenham um papel na vida pública.

No tocante à escolaridade, Tarallo (1999, p.47) adverte que, “em uma sociedade tão estratificada como a nossa, fatal será que o nível socioeconômico e de escolaridade do indivíduo tenha direta relevância sobre seu desempenho linguístico”. Assim, é esperado que um falante de maior nível de escolaridade, geralmente alocado em uma classe social mais alta, apresente maior frequência de uso das formas de prestígio frente aos demais falantes. Fato que, segundo Labov (1982), pode propiciar um cenário de variação estável; enquanto que os processos de mudança estão mais relacionados aos indivíduos da classe média baixa e/ou das seções mais elevadas da classe operária.

Não buscamos, aqui, esmiuçar os conceitos da Sociolinguística, objetivamos apenas apresentar alguns pontos importantes para o entendimento de alguns resultados desta pesquisa.

2.4.1.2 A Dialetoologia Pluridimensional

Da união entre a Dialetoologia e a Sociolinguística nasceu a Dialetoologia Pluridimensional, desenvolvida por Radtke e Thun, este da Universidade de Kiel e aquele da Universidade Johannes Gutenberg. Na verdade, a confluência dessas áreas as completa, pois “a dialetoologia areal, monodimensional por tradição, mas não por necessidade intrínseca, é uma sociolingüística (e pragmática) limitada. A sociolingüística, pluridimensional por tradição, mais resistente ao espaço, é uma dialetoologia limitada” (THUN, 1998, p. 702).

A Dialetoologia Pluridimensional diferencia-se por buscar descrever a variação ao analisar os fenômenos linguísticos mediante sua imersão em um universo tangenciado sócio, histórico e culturalmente, rompendo com uma possível estaticidade da Dialetoologia diatópica. Dito de outra forma, essa área busca “combinar a dialetoologia areal com a sociolingüística (e a pragmática) para converter o estudo da superfície bidimensional em estudo do espaço tridimensional da variação linguística (THUN, 2005, p. 67). Com base na ampliação e na relação dessas duas áreas, a Dialetoologia Pluridimensional, deve responder a duas questões de difíceis respostas para a Geolinguística tradicional e para a Sociolinguística: (i) “Até que nível social se estende um fenômeno lingüístico identificado numa área, entre os locutores de um mesmo grupo social? Ou, ao contrário, (ii) “Até que área chega um fenômeno constatado em uma ou várias camadas sociais que convivem num mesmo lugar?” (THUN, 2005, p.68).

Como é possível verificar, a Dialetoologia Pluridimensional não compreende apenas a dimensão diatópica, tarefa dada a *priori* pela Dialetoologia tradicional e, igualmente, não se preocupa somente com os socioletos da Sociolinguística. Para ela, representam interesse de igual teor as variedades mistas, os fenômenos advindos de contato linguístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e de majorias, as formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) contrastado com o dos grupos topoestáticos (pouco

móveis no espaço), a atitude metalinguística dos falantes comparada com seu comportamento linguístico, dentre outros parâmetros (THUN, 1998). Em outros termos, a Dialetoologia Pluridimensional estuda os elementos que constituem o contexto de uso da língua (eixo extralinguístico) e o contexto da própria língua (eixo intralingüístico), com o intento de abarcar o maior número de informações referentes à língua/variedade linguística a ser descrita.

A fim de representar, nas cartas linguísticas, os resultados oriundos dessa nova forma de análise dos dados dialetais, foram incorporadas à Geolinguística tradicionais dimensões sociais que, em seu conjunto, cruzam-se e se inter cruzam, fazendo emergir os fatores que desencadeiam as especificidades linguísticas de cada realização.

Tais dimensões são apresentadas por Thun (2005) em um plano organizado a partir de parâmetros que atendam a realidade da fala nas localidades investigadas: i) Dimensão Dialingual (línguas em contato; ii) Dimensão Diatópica (topoestática); iii) Dimensão Diatópica Cinética (topoestático e topodinâmico); iv) Dimensão Diastrática (classe social); v) Dimensão Diageracional (idade); vi) Dimensão Diassexual: sexo); vii) Dimensão Diafásica (estilo de fala) e viii) Dimensão Diareferencial (objetividade e metalinguagem). Dentro desse contexto, o atlas pluridimensional aponta para um novo conceito do espaço linguístico, abrangendo em seus estudos o âmbito horizontal (contrastivo), vertical e diagonal da fala.

Para a Geolinguística cartografar e sistematizar os resultados das análises dessas dimensões é uma tarefa árdua, devendo “a dialetologia pluridimensional pensar em uma organização inteligente e racional da grande quantidade de dados que recolhe” (THUN, 2000, p. 408). Para atender as demandas dessa nova tendência, torna-se necessário aprimorar os questionários utilizados nas pesquisas, incorporando níveis linguísticos e extralinguísticos distintos e analisar, criteriosamente, a rede de pontos. Além disso, surgem novas técnicas de gravação e de cartografiação, que contemplam desde os mapas linguísticos até os bancos de dados eletrônicos. Para Thun (1998), as atuais pesquisas caracterizam-se pelo triplo empenho de melhorar a recolha dos dados, a fim de abranger as grandes estruturas constituídas pelos fatos individuais e de estender a tradicional superfície diatópica às demais dimensões verticais e, por fim, de representar, da melhor maneira possível, os resultados apurados.

Segundo o autor existem atlas potencial, parcial e sistematicamente pluridimensionais. Dentro do primeiro tipo, Thun (1998) cita o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía* (ALEA) e o *Atlas Lingüístico do México* (ALAM). Enquadrados no segundo tipo estão o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Castilla – La Mancha* (ALECman), *Atlante Linguistico della Sicilla* (ALS*) e o *Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul* (ALERS). Para o último grupo, ou seja, dos atlas sistematicamente pluridimensionais, o autor cita que os primeiros representantes são o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS**) e o *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR).

2.4.2 A Dialetoлогия na América

Como é possível verificar, a feitura de atlas, que antes se concentrava, basicamente em solos europeus, expandiu-se para a América. Na verdade, linguistas americanos começaram a incorporar às suas obras a nova tendência frente à tradição monodimensional europeia. Exemplo disso é a monografia de Tomás Navarro, de 1948, em *El español em Puerto Rico. Contribuicions a la geografia linguística hispanoamericana*, espécie de um pequeno atlas, constituído por 75 cartas (ALMEIDA, 2008).

Outro exemplo é o *Atlas Etnográfico do Chile*, idealizado por Gastón Carrillo Herrera, em 1968, mas que, devido a vários problemas, apresenta apenas um tomo denominado *Atlas linguístico-etnográfico del Sur del Chile* (ALESUCH) conduzido por Guillermo Araya (1973).

Luiz Flores, em 1982, publicou o primeiro atlas latino-americano, o *Atlas linguístico-etnográfico da Colômbia* (ALEC) composto por seis volumes que apresentam, ao todo, 1.500 cartas linguísticas.

Em 1990, foi publicado o tomo do *Atlas Linguístico do México* (ALAM), de Juan Lope Blanch. Da obra constam 44 cartas sintéticas e 71 cartas analíticas que contemplam aspectos fonéticos.

Harald Thun e Adolfo Elizaicín, no ano 2000, trouxeram à luz dois volumes do *Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU) que apresentam cartas relativas à fonética e à morfossintaxe. Estes dois tomos do ADDU juntamente com o *Atlas Linguístico Guarani-românico* (ALGR), de Wolf Dietrich, Amídio Aquino e Harald Thun, que abrange três países, a saber: o Brasil a Argentina e o Paraguai, fazem parte de um projeto maior cuja finalidade é descrever a fala da região do Rio

da Prata. Também, em 2002, foram publicados dois volumes do ALGR, atlas pioneiro no que tange à descrição de línguas indígenas.

Do *Atlas Lingüístico da Hispanoamerica*, projetado em 1980, por Manuel Alvar, cuja finalidade é retratar o comportamento linguístico da língua espanhola na América, foi publicada a obra *El español en sur del Estados Unidos*, no ano de 2000. Fazem parte desse projeto *El español en la República Dominicana* e *El español en Venezuela* e estão previstas, ainda, publicações referentes aos países do México, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Vale ressaltar que esse linguista norteia suas obras pela Geolinguística Tradicional.

No que tange à América do Norte, entre 1939 a 1943, sob o título geral de *Linguistic Atlas of the United States and Canada*, Hans Kurath e seus colaboradores publicaram, o *Linguistic Atlas of New England* (LANE), com 734 cartas linguísticas que trazem dados referentes ao conjunto de colônias da Nova Inglaterra, fundadas no século XVII.

Não pretendemos, aqui, esgotar todas as contribuições que a Dialetoлогия recebeu e promoveu ao longo dos anos. Indubitavelmente, existem outros ramos da Linguística que não foram citados, mas que influenciaram e ainda animam o desenvolvimento dessa área, tais como a Sociologia da Linguagem, a Fonética, a Fonologia e até mesmo campos alheios à linguagem, como o da ciência da computação que possibilita meios mais ágeis e eficazes para o registro e análise dos dados. Tampouco, elucidamos detalhadamente todas as obras que foram e continuam sendo desenvolvidas neste âmbito. Na verdade, a finalidade do percurso sobre a Dialetoлогия, que brevemente discorreremos, é demonstrar sua evolução, refletida por meio de sua metodologia e elaboração.

No subtópico 2.4.2.1, voltamo-nos para o desenvolvimento dessa área no Brasil.

2.4.2.1 A Dialetoлогия e a Geografia Linguística no Brasil

O primeiro registro que visa à descrição do PB, isto é, o primeiro intento dialetológico de que se tem notícia em solo brasileiro, segundo autores como Castilho (2004), Castro (2006) e Aragão (2008), dentre outros, é o capítulo da obra *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*, publicada em 1826, de Adrien Balbi, escrito por Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, no qual são

expostas. Após esse marco, Nascentes (1953) divide a história da Dialetoologia brasileira em duas fases: a primeira inicia-se com a publicação do estudo supracitado de Borges de Barros, em 1826, e a segunda, com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920.

Posteriormente, Ferreira & e Cardoso (1994), baseando-se nas inovações pelas quais passaram os estudos nessa área, ampliaram e determinaram três fases dialetológicas. Sete anos mais tarde, Cardoso & Mota (2006) estabeleceram, ainda, a quarta fase marcada pela retomada, em 1996, do projeto *Atlas Linguístico do Brasil*.

A primeira fase proposta pelas autoras estende-se de 1826 a 1920. Os trabalhos publicados nesse período²⁷ são, basicamente, de caráter lexicográfico: dicionários e glossários que buscam retratar aspectos específicos do PB e de suas regiões. Dentre o *rol* de obras que compõe essa fase, podemos citar o clássico *O Tupi na Geografia Nacional* (1901), de Sampaio, o qual, além de trazer um rico vocabulário denominado *Vocabulário Geográfico Brasílico*²⁸, perfazendo o total de 62 das 171 páginas constituintes do livro, apresenta, minuciosamente, em quatro capítulos, a extensão da língua tupi no Brasil. Segundo o autor (1901, p.09), seu trabalho é

propriamente interpretativo e etymologico de uma rápida apreciação sobre o caracter da lingua tupi, a sua extensão na America, e especialmente no Brasil, as suas alterações sob a influencia do portuguez”, analysando ao mesmo tempo o processo segundo o qual se deram as ditas alterações na phonetica dessa lingua.

No decorrer da obra, o pesquisador: registra os motivos que levaram à difusão do tupi e como este se encontra disposto nas regiões brasileiras; apresenta diferenças entre o tupi e o guarani; delimita características fonéticas e sintáticas dessa língua, bem como as influências exercidas pelo português sob a língua indígena; aponta para a importância da história no que tange à interpretação de vocábulos tupis, entre outros assuntos.

²⁷ Para esta primeira fase, Cardoso (1999) cita, ainda, várias obras, dentre as quais: 1832 - o *Dicionário da língua brasileira* de Luís Maria Silva Pinto; 1853 - o *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* de Brás da Costa Rubim; 1912 - o *Dicionário de brasileirismos* de Rodolfo Garcia. Além dessas obras, no ano de 1879, José Jorge Paranhos da Silva publica um grande trabalho de natureza gramatical: *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*.

²⁸ O autor afirma a existência de uma língua *brasílica* originada pela mistura do português e do tupi.

A segunda fase tem início com a obra *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920, e se estende até 1952. Essa obra constitui, como já afirmamos, um marco para os estudos dialetológicos, pois é a pesquisa mais completa feita, até então, sobre um dialeto. Melo (1971), entretanto, afirma que, antes de Amadeu, outros pesquisadores realizaram trabalhos desse caráter, como por exemplo, o *Dialeto Rio-Grandense* de Joaquim Gomes de Campos e *A Língua Portuguesa no Brasil* (1916), de Virgílio de Lemos, já tratando da existência de subdialeto no PB. De qualquer forma, é a obra de Amaral que abre as vias para as pesquisas dialetais.

Após 1920, o Brasil assiste à publicação de diversos trabalhos²⁹, entre eles o *Linguajar Carioca* (1922) de Antenor Nascentes, obra publicada, primeiramente, em 1922 e depois, em 1953, com algumas reformulações, na qual o autor, a fim de situar o linguajar carioca, apresenta sua célebre divisão do falar brasileiro. Tal divisão, pautada pela cadência e existência de vogais pr tônicas abertas, é composta por dois grandes grupos formados por seis subfalares, a saber: (i) o do Norte que comporta o falar *amazônico*, recobrando o Acre, o Amazonas, o Pará e parte de Goiás e o falar *nordestino* que compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte de Goiás; (ii) o do Sul, por sua vez, é composto pelo subfalar: *baiano*, abrangendo Sergipe, Bahia, parte de Goiás e de Minas, pelo *fluminense* que abarca os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, zona da mata e leste de Minas Gerais; pelo mineiro, estendendo-se pelo Centro Oeste e parte do Leste de MG e, por fim, pelo *sulista*, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais (Triângulo e Sul) e Goiás (Sul).

Segundo o autor, cada um desses subfalares apresenta *variedades que não são de grande importância*. O linguajar carioca, nesse contexto, é inserido como uma variedade do subfalar fluminense.

Doze anos mais tarde, Marroquim publica *A Língua do Nordeste* (1934), focado nas localidades de Alagoas e Pernambuco, com a qual delinea características linguísticas da região nordestina. No decorrer da obra, composta por doze capítulos, o estudioso faz menções a elementos sociolinguísticos; tenta, ao tratar de dialetos, explicar a diversidade do PB, remontando, assim, aos aspectos históricos do Brasil; traça características relacionadas à fonética-fonologia,

²⁹ A relação completa de tais trabalhos é abordada por Melo (1971) e Cardoso (1999). Conferir referências.

morfologia, sintaxe, semântica e pragmática do falar estudado, entre outras discussões. A ausência de uma metodologia acurada não impediu que as observações e interpretações de Marroquim constituíssem um trabalho saliente entre os estudos dialetológicos da época.

Em seguida, no ano de 1938, ainda sem grandes preocupações metodológicas, José Teixeira, na obra *O Falar Mineiro*, apresenta peculiaridades da fala de Minas Gerais representada pelas cidades de Alfenas, São João Del-Rey, Pouso Alegre, Teófilo Otoni e Manhuaçu. Ao tratar dos aspectos sócio-históricos que incidem na fala de MG, Teixeira (1938, p.54) afirma que a mistura étnica formada pelos indígenas, africanos e portugueses, estes últimos “caldeando-se com o primitivo paulista, constituem o cerne étnico do povo mineiro [...] deste amalgama resultam muitos traços do subdialeto mineiro”.

Em um trabalho mais abrangente, em 1946, Melo publica *A língua do Brasil*. Na obra, o autor discute sobre a constituição da língua portuguesa no Brasil, ou seja, as influências indígenas, as africanas, as estilísticas, entre outras, pelas quais passou o português europeu trasladado para terras brasileiras. Antes disso, porém, o autor faz um levantamento de trabalhos que visam à retratação do PB e frisa a necessidade de tais estudos.

Em 20 de março de 1952, tem início a terceira fase dialetológica juntamente com a publicação do Decreto 30.643³⁰ que define as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa e delega a esta instituição a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Tarefa nada fácil, tendo em conta a extensão territorial do país, a falta de pesquisadores e de recursos, a precariedade das vias de transporte e de comunicação da época e também a imaturidade da consciência dialetológica no país.

Dessa forma, Cunha e Silva Neto, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Lisboa, em 1957, propõem a elaboração de atlas linguísticos regionais para que depois se juntem estes e formem um atlas nacional. Vale lembrar que, anteriormente, Amaral (1982 [1920], p.02) já fixava a importância de pesquisas regionais, afirmando que

³⁰ Ver anexo A.

[...] tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um.

Nascentes, em 1958 e 1961, na obra *Bases para Elaboração do Atlas Linguístico*, lança parâmetros que visam à orientação de tais trabalhos. A partir daí, no Brasil, nasce um novo tratamento dirigido aos estudos dialetológicos: a Geografia Linguística e com ela a publicação dos atlas linguísticos regionais. Por isso, Cardoso (1999) afirma que essa fase é marcada pelo início de estudos sistemáticos direcionados por essa disciplina. Os estudos geolinguísticos, pois, regidos por excelência pela Dialetologia, são fundamentais para preencher lacunas deixadas pelos trabalhos anteriores, para aprofundar

o conhecimento das peculiaridades da língua portuguesa, que no Novo Mundo, falada por novas gentes, entrecrocando-se com outras línguas, espelhando novas experiências, enriqueceu-se, renovou-se, ganhou e resguardou formas e sons que permitem a cada brasileiro inserir-se num universo maior – o da comunidade lusofônica – sem, no entanto, deixarem de garantir-lhe identidade cultural própria, enfim, essa tão fascinante singularidade que, hoje, mais do que nunca, se começa a descobrir e respeitar (BRANDÃO, 1991, p.24).

A partir dessa época, os atlas estaduais começaram a ser publicados, entre eles: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), de Rossi (1963); *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), de Ribeiro et al. (1977); *Atlas Linguístico da Paraíba*, de Aragão e Menezes (1984); *Atlas Linguístico do Sergipe*, de Ferreira et al. (1987); *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), de Aguilera (1994).

Após a publicação dessas cinco primeiras obras e perante a diversidade que elas apresentavam no tocante à metodologia, os dialetólogos reconheceram que a tarefa de unir os atlas regionais e transformá-los em um nacional não se concretizaria. A fim de tratar desse assunto, os principais estudiosos brasileiros da área se reuniram, em 1996, na Universidade Federal da Bahia – Salvador, durante o seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. O fruto dessa reunião foi a retomada do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*

(ALiB), acontecimento que marcou o início da quarta fase da Geolinguística proposta por Cardoso & Mota (2006).

Graças aos esforços desses pesquisadores que, inicialmente, concentravam-se na UFBA, o projeto começou a dar os primeiros passos 44 anos depois do decreto de 1952 (anexo A). Com a finalidade de estabelecer os critérios a serem seguidos, foi criado um Comitê Nacional com sede na Bahia.

Os objetivos do ALiB, atlas nacional do Português Brasileiro, são: (i) descrever as diferenças diatópicas, diastráticas, diageracionais e diafásicas; (ii) proporcionar material aos estudiosos da língua para que possam conhecer/ensinar as variedades linguísticas existentes no Brasil; (iii) delimitar áreas dialetais; (iv) compor um banco de dados consistente para o auxílio na elaboração de dicionários, (v) “contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica”³¹.

São 250 os pontos de investigação fixados pelo projeto, inclusive as capitais dos Estados, exceto Palmas (Tocantins) e Brasília. O total de informantes corresponde a 1.100 falantes, estratificados de acordo com o sexo, a idade e a escolaridade³² (18-30 e 50-65 anos).

As questões utilizadas para os inquéritos estão divididas da seguinte forma: questionário fonético-fonológico – QFF (159 perguntas), semântico-lexical – QSL (202 perguntas); morfossintático – QMS (49 perguntas) e há, ainda, 04 questões de pragmática e de temas para discurso semidirigido, 06 questões metalinguísticas e um texto para leitura. Para a realização das pesquisas *in loco*, bem como para a transcrição, revisão e cartografia dos dados, o trabalho foi distribuído entre sete equipes regionais, devidamente preparadas para todas as etapas da pesquisa³³.

³¹ Disponível em: <http://www.alib.ufba.br/content/objetivos>. Acesso em jun.de 2015.

³² Em cada ponto, excetuando-se as capitais, foram entrevistados 4 informantes, contemplando as variáveis diagenérica e diassexual, todos com no máximo o Ensino Fundamental completo. Já, nas capitais de estado, são entrevistados oito informantes, uma vez que são incluídos quatro com Ensino Superior.

³³ As equipes estão dispostas nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul, coordenadas pelos respectivos pesquisadores: Jacyra Andrade Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFPB/UFC), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ana Paula Antunes Rocha (UFOP), Abdelhak Razky (UFPA), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Felício Wessling Margotti (UFSC) / Cléo Wilson Altenhofen (UFRS). Informações complementares no site: <http://alib.ufba.br>.

Os dois primeiros volumes do ALiB foram recentemente publicados (2014); o Volume 1 *Introdução*, além de retratar parte significativa da história do projeto, apresenta a metodologia, a rede de pontos, os questionários, os informantes e informações sobre a cartografia dos dados; o Volume 2 – *Cartas Linguísticas* – apresenta mapas linguísticos com resultados referentes às 25 capitais brasileiras no que tange a alguns aspectos fonéticos, morfossintáticos e semântico-lexicais. Nas palavras dos autores, “os demais volumes programados se ocuparão do perfil mais amplo ao conjugar a essas informações iniciais o que retrata toda a rede nacional, representativa das diferentes áreas geográfico-culturais do território nacional” (CARDOSO et al., 2014, p.15).

A partir da implantação do Projeto ALiB, a mentalidade dialetológica no Brasil se expande e se difunde, a sistematicidade e a cientificidade empreendidas no projeto se estendem a vários territórios e abrem vias para a publicação de outros atlas linguísticos. Somando-se aos cinco já citados, 13 foram as obras concluídas de abrangência estadual: *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul* (KOCH, 2002)³⁴; *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará* (RAZKY, 2004); *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (CARDOSO, 2005); *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul* (OLIVEIRA et al., 2007); *Atlas Linguístico do Ceará* (BESSA, 2010). Além desses já publicados, são inéditos o *Atlas Linguístico do Amazonas* (CRUZ, 2004); o *Atlas Lingüístico do Paraná II* (ALTINO, 2007); *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro* (ALMEIDA, 2008) e o *Atlas Semântico-lexical do Estado de Goiás* (AUGUSTO, 2012), o *Atlas Linguístico de Pernambuco* (SÁ, 2013), todos resultados de teses acadêmicas.

Somam-se a esse panorama, atlas estaduais em andamento e em diferentes estágios: (i) *Atlas Geo-sociolinguístico do Pará* (ALiPA); (ii) *Atlas Linguístico de Rondônia* (ALiRO); (iii) *Atlas Linguístico do Maranhão* (ALiMA); (iv) *Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte* (ALiRN); (v) o *Atlas Linguístico Topostático e Topodinâmico de Tocantins*; (vi) *Atlas Linguístico do Mato Grosso* (ALiMAT); (vi) *Atlas Linguístico do Espírito Santo* (ALES) e (vii) *Atlas Linguístico do Amapá* (ALAP). Existem, ainda, quatro atlas projetados, a saber: (i) o *Atlas Linguístico-sonoro do Estado do Rio de Janeiro* (ALiSon-Rio); (ii) o *Atlas Linguístico do Acre* (ALiAC) e (iii) o *Atlas Linguístico do Estado do Piauí* (ALiPI). Ademais, encontram-se interrompidos,

³⁴ Esse volume do ALERS foi republicado em 2011, ano em que também foi publicado o volume correspondente às cartas semântico-lexicais. Ver referências.

por problemas de natureza diversa, o *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo* (ALESP)³⁵ e o *Atlas Etnolinguístico do Acre* (ALAC).

Até onde foi possível verificar, contamos com 35 atlas de pequeno domínio apresentados como monografias, dissertações e teses, desenvolvidos, em sua maioria, na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Londrina. Tais trabalhos vêm complementar as pesquisas de maior envergadura, revelando, pormenorizadamente, aspectos fonéticos, lexicais e morfossintáticos da língua falada em determinada região.

Como é possível constatar, grandes foram os avanços pelos quais a Dialectologia, em solo brasileiro passou, sobretudo, após a implementação do ALiB. Acreditamos que com as publicações do ALiB, a tendência é de que esse progresso seja crescente, contínuo e revelador, contribuindo cada vez mais para o conhecimento do PB.

³⁵ Projeto idealizado pelo estudioso Pedro Caruso. Esse trabalho permanece inativo devido a problemas ocorridos entre a equipe. Contudo, já foram investigadas 100 localidades, sendo dois informantes (homem e mulher) por ponto linguístico. O questionário, publicado em 1982, é composto por 317 questões divididas em duas áreas semânticas (Homem com 149 e Terra com 161), mais seis questões sobre lendas e superstições e uma de relato pessoal.

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTOS GEOSSÓCIO-HISTÓRICOS³⁶

Neste capítulo, são apresentados dados geográficos, sociais e históricos da região Sudeste e de seus estados constituintes, com a finalidade de aclarar, especialmente, a interligação histórica entre os estados, o que pode auxiliar no entendimento da origem e do percurso do /r/ caipira. Ademais, elaboramos um tópico que traz, separadamente, dados referentes ao movimento das bandeiras paulistas, difusoras, segundo nossa hipótese, dessa variante rótica.

3.1 A REGIÃO SUDESTE

Figura 3 – Mapa da região Sudeste



São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, juntos perfazendo o total de 1.668 municípios, constituem a região mais populosa do país, a Sudeste, representando 42,5% do total nacional e, segundo o IBGE (2014), 55,4% do PIB nacional. É a região com a maior densidade demográfica (87 habitantes por Km²) e o mais alto índice de urbanização (92,1%). Possui uma área total estimada em quase um milhão de km²

Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/>. (Imagem adaptada)

ocupados por mais de 80 milhões de habitantes. Ao norte da Região Sudeste, situa-se o Nordeste brasileiro; a leste, localiza-se o Oceano Atlântico; a sudoeste, a Região Sul e a oeste e noroeste a Região Centro-Oeste.

³⁶ Para este capítulo e seus tópicos, todos os dados referentes ao número de habitantes e de cidades, divisão e extensão territorial e participação do PIB foram retirados do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com base em suas estimativas para o ano de 2014. Disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. de 2014. Os dados históricos, por sua vez, foram baseados, fundamentalmente, na obra de: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

O Sudeste está limitado na parte mais elevada do planalto Atlântico, onde estão localizadas as serras da Mantiqueira, do Mar e do Espinhaço. As bacias hidrográficas que atravessam a região são: Bacia do Paraná, junção do rio Paranaíba com o rio Grande; Bacia do São Francisco, rio que nasce na serra da Canastra e corta cinco estados e 521 municípios brasileiros; Bacias do Leste; Bacias do Sudeste-Sul.

Essa região é a grande propulsora de riquezas econômicas do país, onde estão concentradas as maiores montadoras e siderúrgicas do Brasil. Além disso, conta com o maior parque industrial da nação, áreas de atividades agrícolas modernas, empresas transnacionais, universidades que são referências em todo o mundo e possui as duas metrópoles nacionais, consideradas como cidades globais: São Paulo e Rio de Janeiro. Sua economia e colonização são marcadas pelo cultivo da cana de açúcar, pelas bandeiras paulistas, pela mineração, pela cultura cafeeira e pela diversificação industrial.

A história da Região Sudeste, como não poderia ser diferente, tem início com os portugueses e suas grandes navegações, em meados do século XVI. Por meio delas, os luso-brasileiros, a fim de dominar o território e protegê-lo de invasores franceses, fixaram-se na região costeira do Brasil desde o Oiapoque, ao norte, à baía de Paranaguá, em Santa Catarina, ao sul. Dentre os colonizadores inseridos nesse cenário, destaca-se Martim Afonso de Sousa responsável fundar, em 1535, a Vila de São Vicente, a primeira vila do Brasil.

Portugueses, franceses e indígenas fizeram, durante certo tempo, dessa faixa litorânea um palco de atroz disputas. Todavia, com o início das missões jesuíticas, lideradas pelo padre Manoel da Nóbrega, foi efetivamente instaurada a colonização.

Mais tarde, a partir do século XVII, uma parcela dos colonos de São Vicente deu início a expedições para o interior das capitânicas, objetivando, primordialmente, a captura de índios e a procura de ouro. Tal movimento, denominado de bandeiras, partiu do litoral paulista, aproximadamente entre 1580 e 1730, chegando à região de Minas Gerais na segunda metade do século XVII. Vale lembrar que, até então, os estados constituintes da Região Sudeste encontravam-se posicionados em lugar não muito notório dentro da economia brasileira, concentrando-se basicamente na exploração do pau-brasil, no plantio de cana-de-açúcar e na agricultura de subsistência.

Segundo Fausto (1997, p.98), em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro, associada ao nome de Borba Gato, genro de Fernão Dias, e com ela a instauração de um novo cenário econômico, marcado pelo ciclo do ouro, que se estendeu até o final do século XVIII. “Durante os quarenta anos seguintes, foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, Goiás e Mato Grosso. Ao lado do ouro, surgiram os diamantes [...] descobertos no Serro Frio, norte de Minas, por volta de 1730”.

Durante esse período, a Região Sudeste foi atravessada pelas rotas de ouro que conduziam os metais preciosos até as áreas litorâneas, de onde partiam os carregamentos para Portugal. As minerações impulsionaram uma grande concentração de pessoas nessa região, uma importação significativa de escravos africanos e a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros 60 anos do século XVIII, vieram cerca de 600 mil pessoas de Portugal e da ilha do Atlântico.

Em 1763, a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro que, a partir das relações comerciais que firmava com Minas Gerais, foi se estabelecendo como o principal centro urbano da colônia.

Em 1808, a instalação da família real no Rio de Janeiro alavancou a economia da Região Sudeste, propiciando a produção de manufaturados, a abertura dos portos para as nações amigas e a elevação, em 1816, do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves. No ano de 1822, com a independência política do Brasil, a Região Sudeste tornou-se o foco financeiro do país.

Nas primeiras décadas do século XIX, o propulsor da economia brasileira foi a exportação do café. Apesar de já ser utilizado para o consumo doméstico desde 1760, no Rio de Janeiro, foi no extenso do Vale do Rio Paraíba, atravessando uma parte do Rio e de São Paulo, que se reuniram as condições para sua primeira grande expansão em níveis comerciais. Tal área era cortada por alguns caminhos e trilhas que, desde os tempos da mineração, levavam a Minas Gerais; aí existiam terra virgem e clima favorável. Além disso, a proximidade do porto do Rio de Janeiro facilitava o escoamento do grão e os contatos comerciais.

O comércio baseado no café, cujo principal comprador eram os Estados Unidos, proporcionou inúmeros avanços para o país, tais como a construção de ferrovias e estradas abertas até os portos de Santos e do Rio de Janeiro, propiciando o desenvolvimento de aglomerados centros urbanos que mais tarde se constituiriam nas grandes cidades da atualidade. Nesse ínterim, “houve um

processo relativamente longo de decadência do Nordeste e de fortalecimento do Centro-Sul, que se tornou irreversível por volta de 1870” (FAUSTO, 1997, p.190).

No início desse período, a mão de obra era baseada na escravatura, porém, com a sua abolição, em 1888, o trabalho ficou por conta da grande leva de imigrantes europeus. Estima-se que, entre 1887 a 1914, cerca de 2,74 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil, atraídos pela forte demanda de trabalho para a lavoura de café. Dados de 1920 mostram que 93,4% da população estrangeira do Brasil, viviam nas regiões Centro-Sul, Sul e Leste, concentrando-se, mormente, em São Paulo (52,4%).

Em 1889, com o fim da monarquia, teve início a Política do Café com leite, inserida na história republicana do país, na qual as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais se dividiam no poder, com a finalidade de unir forças políticas e econômicas para controlar o cenário político do Brasil. Na época, São Paulo era o maior produtor de café, e Minas Gerais, o maior produtor de leite no país, representando as duas províncias mais importantes dentro do cenário econômico da nação.

Com a quebra da bolsa de Nova Iorque³⁷, de 1929, e à consequente desvalorização do preço do café no mercado internacional somada a outras urgências sociais, o presidente Getúlio Vargas iniciou um processo de industrialização, centralizado, primeiramente em São Paulo e no Rio de Janeiro que, posteriormente, foi disseminado pelos demais estados do Sudeste. Assim, após 1930, um novo tipo de Estado nasceu, diferente do Oligárquico, não somente pela centralização do poder, mas também por outros fatores, dentre os quais

1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia de ordem interna (FAUSTO, 1997, p.327).

³⁷ No final da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, a Europa, por já estar praticamente reconstruída, diminuiu significativamente a importação de produtos industrializados e agrícolas dos Estados Unidos. Com isso, grandes empresas norte-americanas que possuíam ações na Bolsa de Valores de Nova York começaram a acumular estoques de produtos e, como resultado, em 24 de outubro 1929 – dia conhecido como a Quinta-Feira Negra, ocorreu o *crash* (quebra) da bolsa de valores de Nova York, quando as ações foram desvalorizadas drasticamente. Consequentemente muitos investidores e empresas faliram e o desemprego atingiu taxas elevadas. Nesse ínterim, o Brasil também sofreu as consequências da crise, pois os Estados Unidos eram o maior comprador de café, ou seja, a exportação desse produto caiu de forma significativa, impulsionando o crescimento de outros setores no país, sobretudo, o industrial.

As melhorias trazidas pela cultura do café, somadas à mão de obra qualificada dos imigrantes e ao crescente mercado consumidor urbano, estimularam fortemente o desenvolvimento da atividade industrial que, por sua vez, acelerou o processo de estruturação da Região Sudeste, comandado por São Paulo. Por meio da transformação de matérias-primas agrícolas foram desenvolvidas, num primeiro momento, as indústrias têxteis e alimentícias. A construção, em 1946, da Usina Siderúrgica Nacional, a primeira grande usina siderúrgica brasileira, situada no Rio de Janeiro, impulsionou esse setor.

No que diz respeito à indústria automobilística, a partir de 1957, a entrada do capital externo e o auxílio do Estado na economia proporcionaram condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Ademais, indústrias de outros ramos, tais como as relativas à química, à eletrônica, à naval começaram a se desenvolver, sem contar com os setores ligados à agricultura, à pecuária aos produtos têxteis, ao turismo, aos transportes e à exploração de minérios. Essa diversidade econômica faz da Região Sudeste um referencial em termos de desenvolvimento no Brasil, sendo considerada a mais evoluída e responsável por mais de 70% do valor da transformação industrial do país.

3.1.2 O Estado de São Paulo

Figura 4 – Imagem da cidade de São Paulo



Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/sao-paulo/>

O estado de São Paulo, situado na Região Sudeste, limítrofe aos estados de Minas Gerais a norte e nordeste, Paraná ao sul, Rio de Janeiro a leste e Mato Grosso do Sul a oeste, é composto por 645 municípios, dispostos em uma área total de 248. 222, 801 km² e dividido por quinze mesorregiões, a saber: Araçatuba,

Araraquara, Assis, Bauru, Campinas, Itapetininga, Litoral Sul Paulista, Macro

Metropolitana Paulista, Marília, Metropolitana de São Paulo, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Vale do Paraíba Paulista. Segundo estimativas do IBGE (2014), São Paulo conta com 43.663 669 de habitantes, representando o estado mais populoso do Brasil e a terceira unidade política mais populosa da América do Sul.

Para conhecer um pouco da história desse estado multirracial e que durante os séculos se consolidou como potência econômica mundialmente conhecida, percorremos um breve traçado histórico que remonta às suas origens e que oferece subsídios para compreender um pouco de sua composição.

Durante os três primeiros séculos de sua colonização, o número de índios e mamelucos superou significativamente o de europeus, sendo predominante até meados do século XVIII a língua geral de base tupi-guarani. Após a Independência, em 1822, os africanos representavam algo em torno de 25% da população e os mulatos mais de 40%, diminuindo representativamente a presença de índios nas zonas ocupadas pela colonização, sobretudo, nas lavouras de açúcar. Com o avanço da cafeicultura, na passagem do século XVIII para o XIX, o estado atraiu contingentes de várias etnias e, mais tarde, com o desenvolvimento industrial, chegaram os migrantes nordestinos, mineiros, fluminenses, dentre outros. Na verdade, até hoje São Paulo continua a receber, de todas as partes do mundo, pessoas em busca de uma vida melhor, atraídas pela sua diversidade e riqueza.

O início oficial de povoamento da área vicentina remete à chegada do donatário Martim Afonso de Souza, em 1532. Em 1535, é criada a Vila de São Vicente. Em 1554, quando foi rezada a primeira missa no local do Colégio São Paulo de Piratininga fundado pelos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, teve início o núcleo inicial da cidade de São Paulo, ganhando foros de vila em 1560 e elevada à categoria de cidade em 1711.

Fatores geográficos e sociais fizeram com que o povoamento vicentino fosse diferente do padrão de colonização empregado no Norte do Brasil. Segundo Davidoff (1994, p.12), “a estreiteza de sua faixa litorânea e a má qualidade das terras próximas à marinha agiram como sérios obstáculos para a consecução dos objetivos do empreendimento açucareiro” dos colonizadores portugueses. Além disso, ao contrário de Pernambuco, a distância da região vicentina em relação à Europa, encarecia os fretes do açúcar. Coborrando, Ribeiro (2006, p.85), afirma que “os engenhos de açúcar não prosperavam nem surgiram outras lavouras. Mesmo a produção de pau-brasil foi sempre medíocre comparada com a de outras províncias”.

O Planalto, por sua vez, apresentava condições mais propícias, dentre elas: o clima e a vegetação; o acesso por meio da Serra, a existência da planície pluvial formada pelos rios Tietê, Pinheiros, Tamandateí e afluentes e a concentração de numerosos indígenas. Diante disso, seu processo de ocupação ocorreu rapidamente, relegando São Vicente e Santos a um plano inferior.

A partir do século XVII, tiveram início as incursões das bandeiras que objetivavam a captura de índios, a expansão territorial e, principalmente, a descoberta de ouro e pedras preciosas. Apesar de não ter contribuído significativamente para o crescimento econômico do estado, esse movimento foi responsável pelo devassamento e ampliação do território brasileiro a Sul e a Sudoeste.

No final do século XVII, os bandeirantes descobriram jazidas de ouro nas proximidades de São João Del Rei. Tal descoberta desencadeou uma incursão intensa em direção às Minas Gerais. Com a crença de que eram os legítimos descobridores das minas, os paulistas exigiam e lutavam pela exclusividade na exploração do ouro, entretanto, em 1710, foram vencidos com o fim da Guerra dos

Emboabas³⁸, perdendo o controle das Minas Gerais que se tornou capitania autônoma em 1721. Diante disso, o ouro extraído passou a ser escoado via Rio de Janeiro. Devido ao êxodo em direção às Minas Gerais e ao desmembramento do poder feito para controlar as riquezas extraídas, sua força econômica foi diminuindo e, ao longo dos anos, perdendo território para a criação de outras capitanias.

No ano de 1821, a Capitania tornou-se província e, com a independência do país, em 1822, proclamada em terras paulistas, São Paulo adquiriu novamente sua importância política.

O cultivo do café, iniciado em 1817, ganhou forças com a independência, gerando muitas melhorias para a região. Segundo Morse (1970, p.57) “a primeira zona a ser favorecida pela produção intensiva do café foi o Vale do Paraíba. O regime de chuvas e o clima, o solo rico e inexplorado, a ausência de uma configuração de vida determinada por alguma forma anterior de monocultura, tudo contribuiu para este fim”. Com sinais de esgotamento do solo, o plantio do grão, em 1870, concentrou-se no Oeste Paulista.

Após a abolição em 1888, somada ao enriquecimento da região, chegaram as levas de imigrantes. De acordo com Holloway (1984), durante muito tempo a maior massa imigratória foi a italiana, representando 46%, entre 1887 a 1930, e 73% de todas as chegadas de 1887 a 1900. Nessa mesma época, os espanhóis correspondiam a 11% dos imigrantes, os portugueses a 10% e de outros países a 6%. Em 1901, a distribuição de nacionalidades começou a se diversificar, decaindo para 26% a porcentagem de italianos; subindo para 22% o número dos espanhóis; para 23% o dos oriundos de Portugal e para 28% a porcentagem das outras nacionalidades. Entre 1911 e 1930, chegaram mais de 96.000 japoneses. O Japão, pois, ao lado da Itália, Espanha e Portugal, consolidou-se como uma peça fundamental para o trabalho nas fazendas cafeeiras.

Na verdade, mais de 60 etnias se estabeleceram em São Paulo em busca de oportunidades. Fato que confere ao estado, nos dias atuais, o título de terceira maior cidade italiana do mundo fora da Itália, a maior cidade japonesa fora

³⁸ A Guerra dos Emboabas, ocorrida na região de Minas Gerais durante os anos de 1707 a 1709, tratou-se de um embate travado entre os paulistas, comandados pelo bandeirante Manuel de Borba Gato, e os emboabas (portugueses e imigrantes advindos de outras regiões brasileiras), liderados pelo português Manuel Nunes Viana. Os paulistas, por terem desbravado a região das minas, exigiam exclusividade de exploração das riquezas recém-descobertas, fator que motivou o início da guerra com os portugueses. Dessa disputa, os bandeirantes saíram derrotados e, após serem expulsos da região, encontraram nas regiões de Goiás e Mato Grosso outras minas para explorar.

do Japão, a terceira maior cidade libanesa fora do Líbano, a maior cidade portuguesa fora de Portugal e a maior cidade espanhola fora da Espanha.

No início do século XX, a oligarquia cafeeira viveu seu apogeu, ampliando as áreas urbanas conforme estendiam suas malhas ferroviárias. Contudo seu auge é atravessado pela ditadura de Getúlio Vargas, pela derrota da Revolta constitucionalista e pela Crise de 1929 e o crash da Bolsa de Nova Iorque. Perante esse cenário, o cultivo do café enfrentou sérios problemas econômicos, ampliando o êxodo rural em direção à cidade de São Paulo.

A Segunda Guerra mundial dificultou a exportação de produtos, levando o estado a desenvolver, durante o período do Estado Novo, a construção de grandes rodovias e usinas hidrelétricas. Em 1900, foi inaugurada a empresa canadense de energia Light, responsável pelo setor, em São Paulo, até 1970. Com isso, o estado passou a ter uma significativa capacidade de geração de energia, fator decisivo para o grande desenvolvimento industrial verificado entre 1930 e 1940. Nesse ínterim, várias pequenas hidrelétricas começaram a ser construídas, principalmente, com capital estrangeiro.

A década de 1950, por sua vez, foi assinalada, graças ao trabalho de Juscelino Kubitschek, pela introdução da indústria automobilística em São Paulo, fato que atraiu a vinda de migrantes do nordeste, sobretudo, da Bahia, do Ceará, do Pernambuco e da Paraíba, que passaram a viver na periferia, ampliando a região metropolitana da capital. A partir de 1960, São Paulo já era considerada o principal centro econômico e a maior cidade da América do Sul.

As décadas seguintes foram marcadas por incentivos econômicos que impulsionaram o crescimento do estado, especialmente, de cidades interioranas como Campinas, Piracicaba, São Carlos, Ribeirão Preto, Franca, Sorocaba, São José dos Campos, Taubaté, dentre outras que, somadas à capital conferem ao estado o seu atual *status*.

3.1.3 O Estado de Minas Gerais

Figura 5 – Imagem da cidade de Ouro Preto/MG



Fonte: <http://turismo.culturamix.com>

Passando por momentos de auge, exploração e decadência, Minas Gerais se expandiu e suas três primeiras vilas frutificaram 853 municípios (IBGE, 2014), representando o segundo estado mais populoso do Brasil, dividido em 10 macrorregiões, 66 microrregiões e 39 associações microrregionais e uma estimativa de 20.593.356 milhões de habitantes. Situa-se na Região Sudeste e tem como limites

São Paulo ao sul e sudoeste, Mato Grosso do Sul a oeste, Goiás a noroeste – além de uma pequena divisa com o Distrito Federal – Espírito Santo a leste, Rio de Janeiro a sudeste e Bahia ao norte e nordeste.

A história desse estado, de acordo com Ribeiro et al. (1977), tem início no século XVI, com a descoberta das primeiras estradas: o rio Doce, onde foram encontradas as primeiras jazidas de ouro e o Jequitinhonha. Lembra, ainda, o autor que os primeiros a pisar nesses solos foram Sebastião Fernandes Tourinho, seguido de Antonio Dias Adorno. Mais tarde, no século XVII, foi a vez dos bandeirantes Fernão Dias Pais, Bartolomeu Bueno de Siqueira e Manuel de Borba Gato adentrar o estado em busca de suas riquezas. Acerca da trajetória dos bandeirantes, Castro (2006, p.24) atesta que

ainda que a busca do índio fosse o objetivo inicial das incursões bandeirantes, o sonho da descoberta de riquezas minerais, ostentadas pela colonização espanhola, nunca fugiu dos horizontes desses desbravadores. E o espírito aventureiro dos primeiros paulistas, que assim se forjava, seguidamente os levava a se embrenharem pelo mato em grandes expedições em que era numeroso o contingente de índios [...]. No século XVII, o século das bandeiras, intensifica-se esse movimento. Descobertos os primeiros aluviões (Taubaté), ainda que uma mineração pobre, estimulam a penetração além da Mantiqueira, levando às grandes descobertas no território mineiro no alvorecer do século XVIII (1698).

A descoberta das riquezas dessa região somada à ganância e à intrepidez de tais desbravadores culminou na Guerra dos Emboabas. As batalhas,

em Minas Gerais, travadas devido à exploração do ouro e de pedras preciosas não cessavam e muitas disputas foram travadas com a coroa portuguesa, entre elas a Revolta de Felipe dos Santos³⁹ e a Inconfidência Mineira⁴⁰. Segundo Fausto (1997, p.102) os portugueses, os paulistas e seus índios escravos somados ao grande número de migrantes, fez com que nascesse em Minas uma sociedade diversificada composta por negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares, dentre outros. “Muitas dessas figuras tinham seus interesses estreitamente vinculados à Colônia e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais”.

Frente a tantos combates e já quase perdendo o domínio da situação, a coroa portuguesa consolidou, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas. O então governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a partir da criação das três primeiras vilas do estado: Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará) – fundou um órgão administrativo que visava ao controle de tamanha riqueza. Em 1720, a Capitania de Minas Gerais foi separada da de São Paulo, sendo Vila Rica sua capital.

A partir dessa época, mais exatamente, entre 1700 e 1850, o extrativismo se expandiu imensamente, o que aumentou o número de escravos e os fez exclusivamente trabalhadores braçais para a extração. Estima-se que, durante esse período, cerca de 500 mil negros foram trazidos para Minas. Disso resulta “um sincretismo de crenças portuguesas, africanas e indígenas” (RIBEIRO et al., 1977, p.41).

Praticamente extinto o ouro, teve início um processo de deslocamento das famílias para outras regiões e, assim, o território mineiro, que

³⁹ Com o objetivo de centralizar as cobranças de impostos e fiscalizar os minérios extraídos, a corte portuguesa cria, no ano de 1719, as Casas de Fundição. Insatisfeitos com isso, alguns colonos liderados pelo tropeiro Felipe dos Santos formam um grupo, em 1720, e planejam o fechamento dessas casas. O plano, contudo, não triunfa, resultando na prisão de seus componentes e no esquiteamento de seu líder.

⁴⁰ Apesar da cobrança abusiva de impostos, a corte portuguesa ainda não estava satisfeita com seus lucros, assim, resolve criar mais uma forma de complementar sua arrecadação, implantando a *derrama*, no ano de 1789. Descontentes com esse episódio e com a ganância desmedida dos colonizadores, a elite de Minas Gerais, composta por poetas como Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga, padres como Carlos Correa de Toledo, coronéis como Joaquim Silvério Reis e o alferes Tiradentes, todos inspirados pelos ideais do Iluminismo, revolta-se contra a corte e em suas reuniões trama a proclamação da independência do Brasil e de uma república na região de Minas Gerais.

antes se limitava à área das minas, cresceu. As regiões, no século XVIII, da Zona da Mata, Norte de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foram ocupadas e a economia voltou-se para a produção cafeeira. “O ouro verde dos cafezais iria substituir o ouro fulvo das minerações”(COSTA, 1966, p. 24).

Essa mudança favoreceu as relações sociais e comerciais de Minas Gerais com seus estados limítrofes e provocou, como não podia ser diferente, interferências regionais na fala dos mineiros. Sobre o assunto, Ribeiro et. al. (1977, p.41) explica que

antigamente, para ir de Juiz de Fora a Caxambu, o caminho mais fácil era pelo Estado de São Paulo. Verifica-se muita semelhança de pronúncia entre o mineiro do sul e o paulista limítrofe. Compara-se Lorena com Itajubá. Quem chega a Passos ouve falar constantemente de Ribeirão Preto e Franca [...]. A partir de Formiga até São Sebastião do Paraíso se verifica um número muito grande de carros com chapas de diversas cidades paulistas, inclusive da capital [...]. Também o Triângulo Mineiro tem fortes ligações com São Paulo. Para o oeste, o norte e o nordeste do Estado, a Bahia e alguns estados nordestinos, principalmente Pernambuco, são os contatos mais comuns com as populações. A partir de Montes Claros, nota-se muita semelhança com falares baianos e nordestinos: Januária, Manga, Teófilo Ottoni, Medina e Nanuque.

Na atualidade, Minas Gerais é o terceiro estado mais rico do país, ficando atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sua contribuição para o PIB nacional é de 9,1% e no âmbito regional, sua participação é de 16,1%. A economia de Minas Gerais é bastante diversificada: na agricultura, são referências a produção de café, de cana-de-açúcar, de soja, de milho, de abacaxi, de feijão e de banana; na pecuária, a bovinocultura de corte, a suinocultura, a avicultura e a produção de leite. No setor industrial e de serviços, destacam-se a indústria de mineração, metalúrgica, automobilística, alimentícia, têxtil, construção civil, produtos químicos e minerais não metálicos. Além disso, os serviços de telecomunicação e o de comércio contribuem de forma significativa para o avanço econômico do estado.

3.1.4 O Estado do Rio De Janeiro

Figura 6 – Imagem da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: www.freemindch.com

Situado na Região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro limita-se com Minas Gerais ao norte e a noroeste; com São Paulo, a sudoeste; com o Espírito Santo, a nordeste; e com o Oceano Atlântico, ao sul e leste, ocupando uma posição privilegiada no litoral cuja extensão é de 636 km. Apesar de ser um dos menores estados do país, com uma área

total de 43.780,175 km², conta com 16.461.173 habitantes e representa quase 10% da população do país.

É constituído por 92 municípios e oito Regiões-Programa ou Regiões de Governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, das Baixadas Litorâneas, Médio-Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Baía da Ilha Grande.

Seu povoamento, diretamente ligado à chegada dos portugueses, começou pela costa. Dessa forma, os primeiros povoados foram Cabo Frio, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Parati, Angra dos Reis e Magé. O desenvolvimento do interior do estado teve início com o ciclo do ouro, em direção a Minas Gerais e, em seguida, com a expansão da cultura cafeeira, no Vale do Paraíba, originando Nova Iguaçu, Vassouras, Paraíba do Sul e Piraí; seguindo, ainda, para a Região Serrana, surgiram os municípios de Cantagalo e Nova Friburgo. O noroeste fluminense, porém, foi povoado somente em meados do século XIX.

No entanto, vale lembrar que os franceses foram os primeiros a se estabelecerem na região a fim de explorar o pau-brasil. Devido a essas incursões, somadas às dos espanhóis e ingleses e com receio de que isso interferisse nos planos de colonização, D. João III, em 1534, estabeleceu uma divisão do território brasileiro em 15 capitanias hereditárias, doadas a fidalgos cuja tarefa era cultivar e defender suas respectivas terras. Nesta época, o território do Rio de Janeiro encontrava-se entre os trechos da Capitania de São Tomé e da de São Vicente.

A persistência de problemas, como a hostilidade dos índios tupinambás e goitacás que habitavam a região litorânea e a ocupação de colonos franceses assombravam, ainda, os objetivos da coroa portuguesa. Visando, pois, a assegurar a posse do território, em 20 de janeiro de 1565, Estácio de Sá fundou a

cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no atual bairro da Urca. Dois anos mais tarde, sob o comando de Salvador Correa de Sá, foi fundada a Capitania Real do Rio de Janeiro. Todavia, ainda, em 1572, os embates continuavam, impulsionando Portugal a readministrar a divisão territorial, criando dois governos, o do Norte, com sede em Salvador, e o do Sul, com sede no Rio.

No início do século XVI, os setores responsáveis pelo progresso do estado foram a pecuária, a extração de pau-brasil e de sal e, sobretudo, a lavoura de cana-de-açúcar. O fornecimento de açúcar para Lisboa gerou um avanço considerável para este ramo, duplicando o número de engenhos no estado.

Mais tarde, no século XVII, o crescimento econômico foi afiançado pela exportação do ouro que chegava ao Rio de Janeiro através do Caminho Novo, aberto pelos bandeirantes, que estabelecia ligação direta entre cidades mineiras e o estado. Após esse percurso, o ouro seguia pelo porto, transformando o Rio de Janeiro em uma ponte entre Minas e Portugal. Os resultados positivos advindos do comércio entre Minas Gerais e Rio de Janeiro impulsionaram, em 1763, a transferência da sede do governo de Salvador para o Rio. No entanto, no final do século XVIII, com a decadência da mineração, a agricultura retomou seu papel econômico, os canaviais disseminaram-se na região de Campos e o café começou a ser cultivado nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1808, a invasão de Portugal por tropas de Napoleão Bonaparte, obrigou a família real a se transferir para o Brasil, instalando-se no Rio de Janeiro. Tal feito trouxe à região várias mudanças e melhorias, como a transferência de órgãos de administração pública e justiça, a criação de novas igrejas, hospitais, quartéis, fundação do primeiro banco do país – o Banco do Brasil – e a Imprensa Régia, com a Gazeta do Rio de Janeiro. No mês de abril de 1808, o príncipe Dom João “revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturadas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas” (FAUSTO, p.122-125).

Nos anos seguintes, também surgiram o Jardim Botânico, a Biblioteca Real (hoje Biblioteca Nacional) e a Academia Real Militar, antecessora da atual Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Todo esse processo gerou um grande intercâmbio cultural, pois além das

influências trazidas pela corte e pela família real, vieram artistas europeus imbuídos de registrar a sociedade e a natureza brasileiras. Dito de outra forma,

[...]. A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas definitivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. [...] Durante o período de permanência de Dom João VI, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados. (FAUSTO, 1997, p.127)

Em 1821, as Cortes Gerais decidiram elevar as capitanias à condição de províncias e nesse contexto nasceu a Província do Rio de Janeiro. Mesmo após a Independência do Brasil, a capitania do Rio de Janeiro, centro da política nacional continuou como capital do país, enquanto a província passou a ter a mesma organização político-administrativa das demais.

De 1834 até meados de 1870, a economia do Rio de Janeiro se fortaleceu grandemente com a expansão da cultura cafeeira, cultivada em todas as partes da província, fato que ocasionou prosperidade para a região. Na verdade, segundo Costa (1966, p.19-24) há informações de que no Rio de Janeiro havia uma produção precária de café já nos fins do século XVIII que se desenvolveu rapidamente devido às condições do clima e do solo. “A cultura cafeeira que, inicialmente, se praticou nos arredores da cidade, se expandira pela zona de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende. Só mais tarde, por volta de 1840, atingiu a zona oriental”.

O comércio do café trouxe para o estado a construção da ferrovia Antonio Clemente Pinto, em 1854, ligando Cantagalo ao Porto de Mauá; da estrada de rodagem União e Indústria, em 1861, ligando Petrópolis a Juiz de Fora e o surgimento de várias escolas. Além disso, durante esse período, o mercado do açúcar também se intensificou, propiciando o surgimento das grandes usinas, principalmente em Campos, primeira cidade do país a dispor de luz elétrica, em 1883.

Entretanto, o apogeu dessa época teve fim em 1888, com a abolição da escravatura e o conseqüente encarecimento da mão de obra. Esse fato e a Proclamação da República, em 1889, ambas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, foram fundamentais para a decretação da falência final da província. As novas relações econômicas capitalistas e o poder político eram liderados por São Paulo.

O declínio das lavouras de café e de cana de açúcar fez o Rio de Janeiro perder a relevância no cenário econômico, no qual se destacavam, nesse momento, Minas Gerais e São Paulo que já contavam com mão de obra italiana em detrimento da escrava. Somente no governo de 1930, o desenvolvimento da região recobrou vida, sobretudo, com o fortalecimento industrial.

De 1951 a 1954, durante o governo de Amaral Peixoto, houve o incentivo para a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio, e para a finalização da Usina Hidrelétrica de Macacu. Miguel Couto Filho, primeiro ministro de saúde do Brasil e eleito governador do Rio de Janeiro em 1954, introduziu no setor da saúde unidades fixas e itinerantes de atendimentos. Além disso, beneficiou outros setores, estendendo, por exemplo, a rede elétrica a diversas cidades do estado.

Em 1960, a cidade do Rio de Janeiro perdeu o título de Capital Federal para Brasília e foi criado o Estado da Guanabara, que possuía as terras do antigo Distrito Federal. Nesse ínterim, o Estado do Rio de Janeiro continuava separado da cidade que lhe dera o nome. Por meio da Lei Complementar nº 20, de três de junho de 1974, do Presidente Ernesto Geisel, foi estabelecida a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, com o nome de Estado do Rio de Janeiro, efetivada em 15 de março de 1975.

Nos dias atuais, seu desenvolvimento econômico e sua importância no cenário nacional são de grande relevância, perdendo somente para o estado de São Paulo. Embora sua principal atividade econômica seja a extração, outros setores como a indústria siderúrgica e a alimentícia, a agricultura de cana-de-açúcar, arroz e mandioca e o turismo contribuem grandemente para a economia do estado.

3.1.5 O Estado do Espírito Santo

Figura 7 – Imagem da cidade de Vitória



O estado do Espírito Santo (ES), situado na Região Sudeste faz divisas com Minas Gerais a oeste e noroeste, com o Rio de Janeiro, ao sul e com a Bahia, ao norte. Segundo o IBGE, a população estimada para 2014 é de 3.929.911 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 46.096,925 km². O estado, cuja capital é

Fonte: www.turismo.es.gov.br Vitória, está composto por 78 municípios e encontra-se dividido em quatro mesorregiões: a Central, a Litoral Norte; a Noroeste e a Sul.

O crescimento do estado, que efetivamente pode se desenvolver somente a partir da década de 40, é impressionante já que anteriormente servia, sobretudo, como barreira natural para conter possíveis invasões estrangeiras em busca do ouro das Minas Gerais.

A região que hoje conhecemos como o estado do Espírito Santo, uma das capitanias hereditárias pertencente ao território de Minas Gerais, na época colonial, era habitada por diversas tribos indígenas e teve início com uma doação de terras feita por D. Pedro III a Vasco Fernandes Coutinho que, em 23 de maio de 1535, na atual Prainha de Vila Velha, fundou o primeiro povoamento.

Vila Velha, como passou a ser chamado o local, não oferecia meios estratégicos para a defesa contra os ataques constantes dos indígenas. “A atitude hostil dos habitantes da terra aconselhava a construção imediata de obras de defesa [...]. Fortificações contra as acometidas da terra, das florestas vizinhas, levantadas com madeira. Seria uma paliçada contornando a faixa de praia, onde se levantaram os primeiros casebres da exígua população” (OLIVEIRA, 2008, p.38).

Em 1549, os portugueses se realocaram em um lugar mais seguro, em uma ilha montanhosa, onde fundaram um novo núcleo com o nome de Vila Nova do Espírito Santo. Vários embates, ainda, ocorreram até que no dia 8 de setembro de 1551, os lusitanos venceram e, a fim de eternizar o feito, denominaram o local como Vila da Vitória.

Nas duas décadas e meia em que Vasco Coutinho permaneceu como donatário, realizou obras importantes, dentre elas as duas primeiras igrejas na

Vila Velha: a Igreja do Rosário, de 1551, e a Igreja de São João, além dos primeiros engenhos de açúcar. Em 1556, com a vinda dos missionários, foram fundadas as localidades de Serra, Nova Almeida e Santa Cruz e o principal monumento religioso do Estado: o Convento da Penha, em homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira do estado. A colonização portuguesa, “responsável pela disseminação do idioma e da fé católica, deixou marcas nas brincadeiras infantis, na vestimenta, na culinária e, na arquitetura. [...] Este legado cultural é, sem dúvida, para as terras capixabas, o mais precioso patrimônio herdado do continente europeu”⁴¹.

Durante o século XVII, a busca por metais preciosos foi intensa. Entre 1674 e 1685, Francisco Gil de Araújo organizou 14 expedições em busca de ouro. Os lucros advindos da mineração, porém, não eram suficientes, fato que acarretou a venda da capitania para a coroa portuguesa. Em consequência disso, Espírito Santo ficou submetido à jurisdição da Bahia. Todavia, a descoberta de pequenas jazidas de ouro no Rio Doce, em 1692, conseguiu manter, durante o século XVIII, o interesse pela atividade mineradora.

A mineração, por um lado, deu início à abertura de estradas para as Minas Gerais e impulsionou o povoamento do interior da região; e, por outro, despertou entre as autoridades baianas o receio de uma invasão das minas via Espírito Santo, acarretando, por meio de ordem real, a proibição das explorações mineradoras. Esse fato, somado à hostilidade dos índios que habitavam a região, contribuiu para que o Espírito Santo se mantivesse por muito tempo como uma capitania fundamentalmente litorânea. Apenas a partir do século XIX, com a expansão cafeeira, vinda do Rio de Janeiro, o povoamento adentrou o interior da região.

Com vistas a fortalecer a economia com a cultura cafeeira, o governo provincial motivou o aproveitamento de terras, o que atraiu os imigrantes europeus e a vinda de colonos paulistas, mineiros e fluminenses para o estado. Os migrantes adentraram a região Sul a partir de 1812 e, nos anos seguintes, chegaram os imigrantes e, com eles, a ocupação efetiva do interior do estado. A entrada dos italianos compreendeu o período de 1840 a 1895. Entre 1847 e 1857, foi a vez dos alemães, seguidos dos suíços (1856), dos pomeranos (1859) e dos poloneses

⁴¹Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/colonizacao.aspx>. Acesso em: 19 set. 2014.

(1872). Vale ressaltar, ainda, que entre os anos de 1856 a 1984 é registrada a imigração de austríacos, belgas, holandeses e luxemburgueses.

O final do século XIX foi marcado pela consolidação da economia capixaba, assegurada por empréstimos externos que favoreceram a lavoura cafeeira e possibilitaram maiores investimentos agrícolas. O ES, como resultado disso, obteve uma arrecadação sobressalente, realizou o saneamento de Vitória e, em 1895, inaugurou o primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, entre Porto de Argolas e Jabaeté.

Ainda no final do século XIX e princípios do século XX, teve início a ocupação do extremo norte feita, sobretudo, por migrantes vindos do sul e do centro do Brasil que ajudaram a consolidar a cultura cafeeira, tão representativa que, durante a primeira guerra mundial, firmou o porto de Vitória como o segundo maior exportador nacional do grão. Embora estivesse todo povoado, somente em 1963 o estado do Espírito Santo, com o fim da disputa com Minas Gerais sobre a posse da região da Serra dos Aimorés, adquiriu sua atual configuração geográfica.

A atividade cafeeira garantia a sobrevivência dos imigrantes europeus, além dos cearenses, baianos e mineiros que, também, vieram para o estado. Todavia, a crise do setor, somada ao crescimento da industrialização, da década de 70, impulsionaram, desordenadamente, o êxodo rural, levando habitantes do Leste de Minas, Sul da Bahia e Rio de Janeiro para a capital, Vitória. Fato que culminou em problemas de variada sorte, tais como o crescimento habitacional desenfreado, degradação ambiental, desemprego e marginalização.

Ainda assim, seguindo seu curso, o estado contou com a construção de grandes obras, como, por exemplo, a ampliação do porto de Vitória, a Universidade Federal do Espírito Santo e o porto do Tubarão, um dos maiores portos de minérios do mundo. A década de 80, por sua vez, assistiu ao surgimento de fábricas de café solúvel, massas alimentícias, chocolates, azulejos e conservas de frutas, dentre outras.

Vários fatores contribuem e asseguram o significativo desenvolvimento econômico atual do estado, dentre eles figuram a privilegiada posição geográfica, as reservas de minerais radioativos e o fato de contar com um dos maiores portos de minério do mundo e a segunda maior produção de petróleo do Brasil. Ademais, a localização estratégica, menos de mil quilômetros dos principais centros consumidores, produtores e distribuidores do país, confere-lhe

uma relação intensa com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, formando a denominada Faixa de desenvolvimento da Região Sudeste. Além, é claro, do turismo motivado pelas praias e pela bagagem histórica que caracterizam o estado.

3.2 O MOVIMENTO DAS BANDEIRAS

Com a finalidade de capturar índios, expandir territórios e descobrir as riquezas da terra recém-descoberta, a partir do século XVI, tiveram início as incursões das bandeiras. O bandeirante, dentro desse contexto, foi

fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos materiais e de vida econômica restrita, e suas ações se orientaram ou no sentido de tirar o máximo proveito das brechas que a economia colonial eventualmente oferecia para a efetivação de lucros rápidos e passageiros em conjunturas favoráveis – como no caso da caça ao índio – ou no sentido de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura voltada para o mercado externo, como ocorreu com a busca dos metais e das pedras preciosas (DAVIDOFF, 1994, p.26)

Segundo seus objetivos, o movimento pode ser dividido em três ciclos. O primeiro, chamado de *caça ao índio*, foi marcado pela captura de indígenas, tirados de suas próprias tribos ou das missões jesuíticas. A finalidade era suprir a falta de mão de obra escrava e, com o conhecimento dos índios, descortinar os caminhos do território ainda desconhecido. As bandeiras eram constituídas, por brancos, mamelucos, mas, sobretudo, por índios. Na grande bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares que atacou a região do Guaíra em 1629, havia 69 brancos, 900 mamelucos e dois mil índios. Assim

o número de mamelucos e índios sempre superou o dos brancos. [...]. Os paulistas constituíram um grupo de origem portuguesa ou mestiça que, por uma série de condições geográficas, sociais e culturais, se distinguiram de outros grupos [...]. Do ponto de vista da organização social, eles construíram uma sociedade rústica, com menor distinção entre brancos e mestiços, influenciada pela cultura indígena (FAUSTO, 1997 p. 94-97).

O segundo ciclo, denominado de *sertanismo de contrato*, surgiu num contexto de forte oposição da igreja católica contra o aprisionamento, a

comercialização e a escravidão de indígenas, buscava atacar e combater tribos resistentes à colonização ou à tomada de terras. Além disso, atacavam e destruíam quilombos formados por ex-escravos negros foragidos das fazendas, reconduzindo-os às fazendas e aos engenhos coloniais. Dessa fase, a bandeira de contrato mais representativa foi a de Domingos Jorge Velho, da primeira metade do século XVII, responsável por combater várias tribos de índios rebelados no interior dos atuais estados do Ceará e Rio Grande do Norte, feito que ficou conhecido como “a guerra dos bárbaros”.

O terceiro ciclo, ou seja, o *do ouro*, foi marcado pelas grandes expedições mineradoras e colonizadoras que adentraram os sertões em busca do metal precioso, encontrado primeiramente em Taubaté, depois, em Minas Gerais (1692), no Mato Grosso (1719) e, mais tarde, em Goiás (1725). No final do século XVII, a descoberta das prodigiosas jazidas de ouro nas proximidades de São João Del Rei desencadeou uma incursão intensa em direção às Minas Gerais. Esse período aurífero conduziu uma migração massiva para Minas Gerais, impulsionada pelo esplendor e pela esperança de riqueza fácil. Para Teixeira (1938, p.51) foi, principalmente, pelas mãos dos bandeirantes paulistas que as Minas Gerais entraram na história brasileira, pois

é certo que numerosos bandos de aventureiros frequentemente arriscavam-se às selvas mineiras, na sede de ouro e do braço índio pra lavoura. Estas pequenas expedições, porém, não passavam as nascentes do S. Francisco. O desbravamento do sertão inconfidente e seu povoamento começa sómente com as bandeiras – este feito épico da historia (TEIXEIRA, 1938, p.51).

Essa fase contribuiu para a reconfiguração da sociedade do Brasil colonial, com o surgimento, por exemplo, de cidades ostentadas pelo luxo, tais como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, dentre outras, além de igrejas e palácios. Ademais, aspectos europeus foram mesclados à recém-cultura urbana, desenvolvendo, por um lado, pobres garimpeiros e escravos à margem da sociedade e, de outro lado, uma classe de intelectuais, compositores, escultores e artistas.

Após décadas de ganância desmedida alimentada pela exploração massiva e descontrolada não só do ouro, mas também de outras pedras preciosas, o solo mineiro chegou ao esgotamento. Esse fato somado aos diversos conflitos de

posse de terra entre migrantes e imigrantes portugueses, levaram os bandeirantes a adentrar os sertões do Mato Grosso e de Goiás.

Feitas através dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, as ligações com Mato Grosso levavam mais de quatro meses em travessias árduas e arriscadas. Já o acesso a Goiás, a partir da capitania de São Paulo, era feito por Jundiá, Atibaia e Rio Grande. Diégues Jr. (1960) lembra que, embora a estrada Anhanguera fosse o único caminho oficial, muitas estradas eram abertas repentinamente.

A descoberta das minas em Goiás, datada dos anos de 1672, é atribuída ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera. Todavia, sua consolidação ocorreu somente em 1722, com a bandeira liderada por seu filho, Bartolomeu Bueno. Quatro anos mais tarde (1726), foi fundado o primeiro núcleo de povoamento, transformado, em 1739, na Vila Boa de Goiás. O povoamento nessa região deveu-se não somente aos paulistas, mas também aos bandeirantes e aventureiros da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais.

Novamente a febre e o deslumbramento pelo ouro levaram a atividade mineradora à decadência. Com a agricultura posta em segundo plano, o custo de vida encareceu e houve uma grande mortandade de escravos por falta de alimentação adequada. Além disso, o acesso às regiões era difícil, culminando na importação de produtos básicos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por fim, o esgotamento geral das minas dispersou a população e impulsionou o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como a extração da erva-mate no Mato Grosso e a pecuária nas regiões mato-grossenses e goianas.

Diégues Jr. (1960, p. 235), ao resumir a trajetória dos bandeirantes, aponta que “saem de São Paulo as bandeiras que vão devassar os sertões; penetração que se inicia no século XVI, se desenvolve no XVII e alcança a sua fase de esplendor no século XVIII.” Complementa o autor que, partindo da capitania de São Vicente, a ocupação avançou para o interior da colônia. Em direção ao norte de São Paulo, o bandeirismo realizou o desbravamento do território atual das Minas Gerais e, em direção oeste, foi alcançada, por um caminho, Cuiabá, e por outro, atravessando o território mineiro, Goiás.

Além dessas regiões, os bandeirantes paulistas se aventuraram para o sul do país. Lembra o mesmo autor que, já no início do século XVII, eles

adentravam os territórios dos atuais estados do Paraná, de Santa Catarina, até Laguna. Muitos deles, que iam à captura de índios, acabavam ficando na região e se integrando ao comércio de mulas, intensificado durante o auge da mineração, haja vista a crescente necessidade de animais de carga. Assim, nascia uma nova base econômica, ou seja, o tropeirismo.

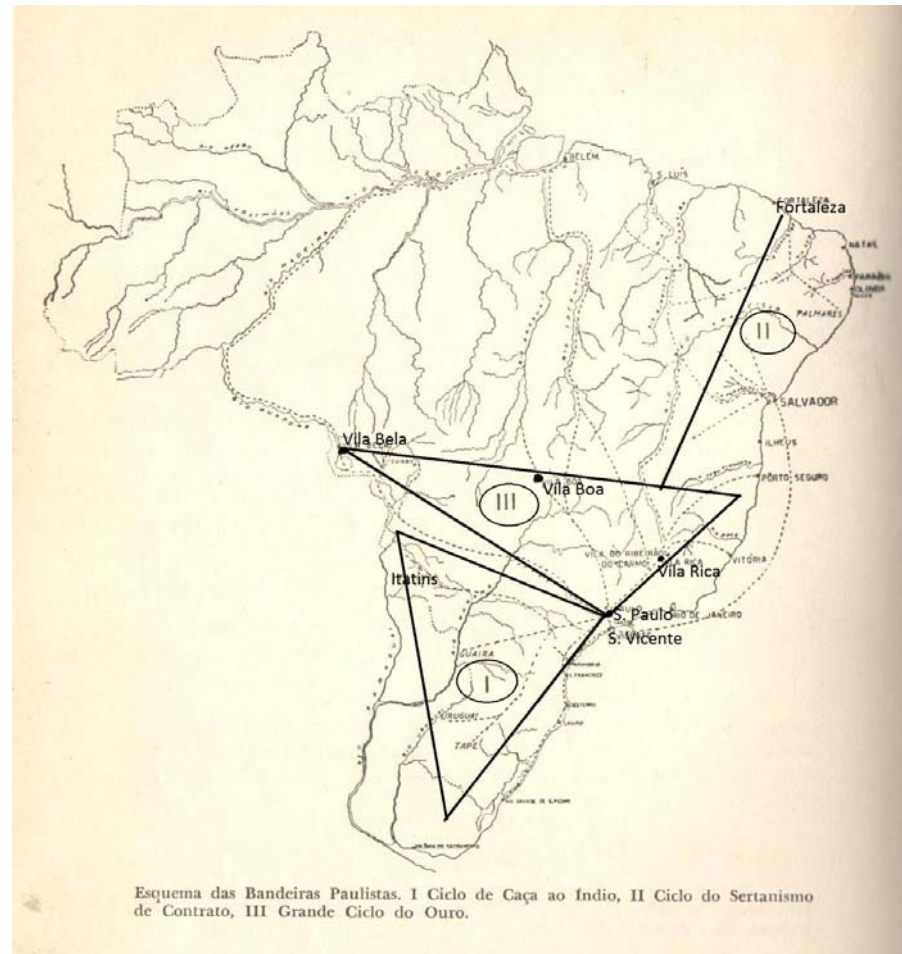
Logo que findava o inverno, os tropeiros partiam das campinas gaúchas rumo ao atual estado de Santa Catarina, passando pelos atuais campos de Lages, Curitibanos, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Itararé, Itapeva, Itapetininga, até chegar, em finais de março, ao seu destino final, Sorocaba. Esse caminho, denominado de Viamão e responsável por integrar o Rio Grande do Sul ao restante do país, foi proposto pelo tropeiro Cristóvão Pereira Abreu, em 1739, ao então governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes.

Como legado, o ciclo do tropeirismo, além de sua importante participação no plano econômico da época, contribuiu para a integração do Rio Grande do Sul ao território nacional, disseminando para o resto do país sua cultura por meio da implantação de ranchos que mais tarde se transformaram em frutíferas cidades, tais como Campinas e Jundiá em São Paulo, Pouso Alegre em Minas Gerais, Lapa, Palmeira e Ponta Grossa, no Paraná e Lages, no planalto catarinense.

No entanto, com o passar do tempo, o transporte realizado pelas mulas começou a ser substituído, com o advento da cultura cafeeira, pelo trem e, mais tarde, pelos caminhões. Ademais, em meados de 1897, um surto de febre amarela afastou os envolvidos nesse comércio.

No mapa de Vianna (1970, p.198), adaptado por Romano (2014, p.30), podemos visualizar as principais rotas dos bandeirantes, bem como sua influência na formação territorial do país, indicando as regiões nas quais ocorreram os três ciclos das bandeiras, já comentados.

Figura 8 – Principais rotas de atuação dos bandeirantes e os três principais ciclos das bandeiras



Fonte: Vianna (1970, p. 198); Romano (2014).

Ao explicar seu mapa, Vianna (1970, p. 192-193) faz as seguintes considerações:

quanto à localização, ocorreram bandeiras do *ciclo da caça ao índio*, principalmente, nas regiões do Sul e Oeste do Brasil, de São Vicente ao futuro Rio Grande do Sul e Mato Grosso, excepcionalmente atingindo, antes do grande ciclo do ouro, as do Centro do país (Minas Gerais e Goiás); o *ciclo de ouro de lavagem* foi essencialmente vicentino, compreendendo zona depois pertencente ao Estado do Paraná; o *ciclo de sertanismo de contrato* consistiu nas expedições que para repressão aos indígenas dirigiam-se às Capitânicas da Bahia e Ilhéus, posteriormente às do Rio Grande (do Norte) e Ceará, bem como na expedição de Domingos Jorge Velho contra os negros aquilombados nos Palmares, ao sul da Capitania de Pernambuco, principalmente em terras depois alagoanas; o *grande ciclo do ouro*: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, também atingindo regiões centrais da Bahia e Ilhéus; ao *ciclo das bandeiras de povoamento* coube, afinal, passado o fastígio da mineração, povoar, notadamente com fazendas de criação de gado, os campos dos atuais Paraná e Santa Catarina.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

Apresentamos, neste capítulo, os aspectos metodológicos que norteiam este estudo. Para tanto, tratamos da rede de pontos investigada, cujos dados gerais já foram tratados no capítulo anterior, da estratificação dos informantes e do tratamento dado ao *corpus*.

4.1 A REDE DE PONTOS

Para os propósitos desta pesquisa, analisamos os dados referentes aos pontos de inquérito estabelecidos pelo ALiB nos quatro estados da Região Sudeste do Brasil. Ao todo, são 336 informantes, distribuídos por 80 localidades (23 em Minas Gerais, 38 em São Paulo, 5 no Espírito Santo e 14 no Rio de Janeiro), conforme consta no quadro 1. Os materiais do presente *corpus* são pertencentes ao acervo do projeto *Atlas Linguístico do Brasil*, ainda inédito, exceto no caso das capitais.

Quadro 1 – Rede de pontos da Região Sudeste (ALiB)

Ponto de Inquérito/Estado	N. de informantes
Minas Gerais	
127. Januária	04
128 Janaúba	04
129 Pedra Azul	04
130 Unai	04
131 Montes Claros	04
132 Pirapora	04
133 Teófilo Otoni	04
134 Diamantina	04
135 Uberlândia	04
136 Patos de Minas	04
137 Campina Verde	04
138 Belo Horizonte	08
139 Ipatinga	04
140 Passos	04
141 Formiga	04
142 Ouro Preto	04
143 Viçosa	04
144 Lavras	04
145 São João Del Rei	04
146 Muriaé	04

147 Poços de Caldas	04
148 Juiz de Fora	04
149 Itajubá	04
São Paulo	
150 Jales	04
151 Votuporanga	04
152 São José do Rio Preto	04
153 Barretos	04
154 Franca	04
155 Andradina	04
156 Araçatuba	04
157 Ribeirão Preto	04
158 Lins	04
159 Ibitinga	04
160 Mococa	04
161 Presidente Epitácio	04
162 Adamantina	04
163 Araraquara	04
164 Teodoro Sampaio	04
165 Presidente Prudente	04
166 Marília	04
167 Bauru	04
168 Mogi Mirim	04
169 Assis	04
170 Bernadino de Campos	04
171 Botucatu	04
172 Piracicaba	04
173 Campinas	04
174 Bragança Paulista	04
175 Taubaté	04
176 Guaratinguetá	04
177 Itapetininga	04
178 Sorocaba	04
179 São Paulo	08
180 Caraguatatuba	04
181 Itararé	04
182 Capão Bonito	04
183 Itanhaém	04
184 Santos	04
185 Ribeira	04
186 Registro	04
187 Cananéia	04
Espírito Santo	
188 Barra de São Francisco	04
189 São Mateus	04
190 Vitória	08
191 Santa Teresa	04
192 Alegre	04

Rio de Janeiro	
193 Itaperuna	
194 São João da Barra	04
195 Campos	04
196 Três Rios	04
197 Nova Friburgo	04
198 Macaé	04
199 Valença	04
200 Petrópolis	04
201 Nova Iguaçu	04
202 Rio de Janeiro	08
203 Niterói	04
204 Arraial do Cabo	04
205 Barra Mansa	04
206 Parati	04
Total: 80	336

A rede de pontos do ALiB engloba as principais cidades do estado e encontra-se distribuída de forma simétrica por todo o território. Segundo Isquierdo (2008), a definição da rede de pontos do Projeto ALiB tomou como pressuposto o estudo sistemático da realidade brasileira, do processo de povoamento e do desenvolvimento socioeconômico de cada área. Além disso, para a sua composição foi considerada a proposta de divisão territorial de Nascentes (1958), a rede dos atlas regionais já publicados e os objetivos do Atlas Linguístico do Brasil, proposto em 1996, pelos dialetólogos brasileiros.

Minas Gerais possui uma densidade demográfica de 33,41 hab./km² e uma extensão territorial de 586.522 km². Neste estado, vinte e três localidades foram selecionadas como pontos do ALiB. É válido lembrar que, em 1977, foi publicado o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG), de Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio, da Universidade Federal de Juiz de Fora, dos 23 do ALiB em Minas, 21 coincidem com as localidades inquiridas para essa obra.

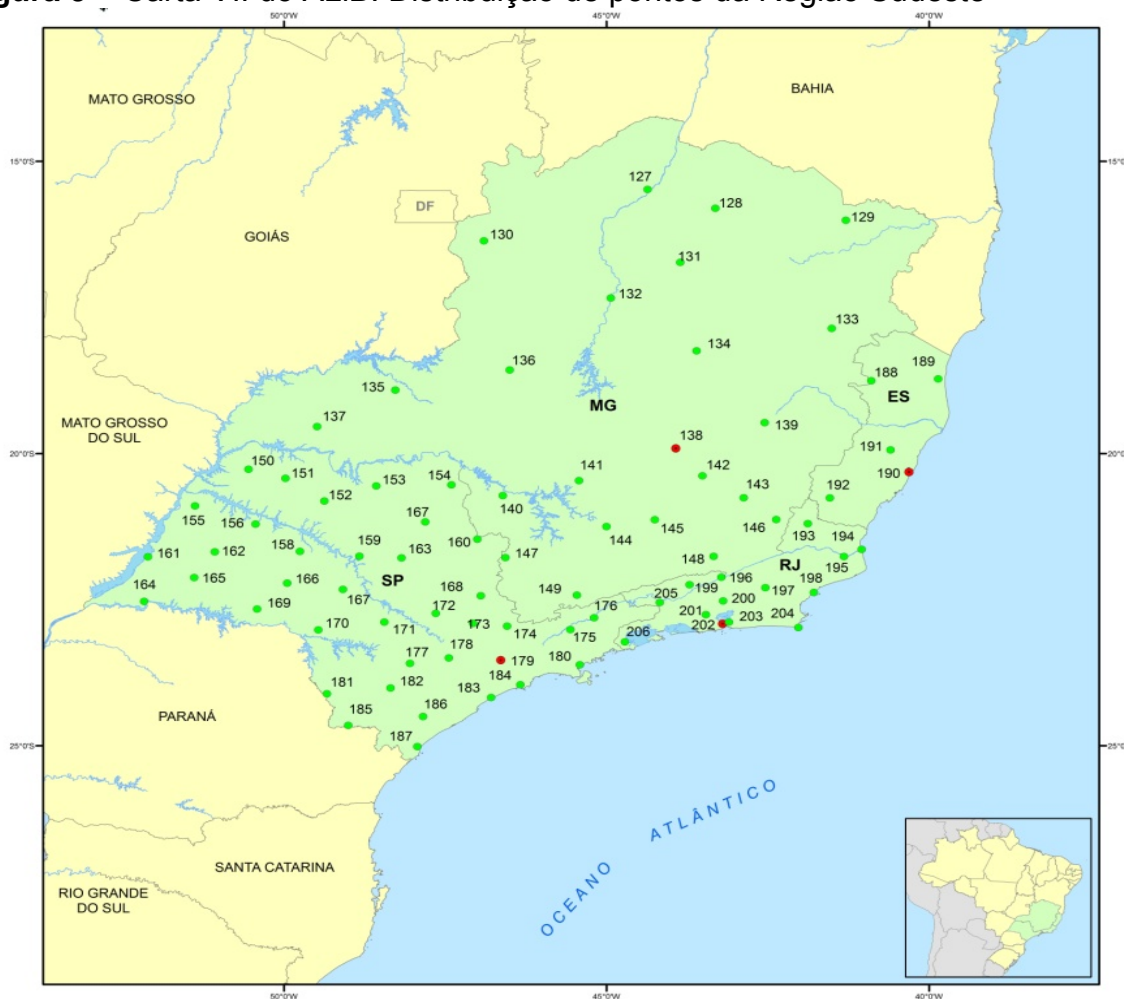
O estado de São Paulo, devido a sua representativa população de 166 habitantes por Km², compreendidos em uma extensão territorial de 248.808 km², apresenta o maior número de pontos linguísticos em relação aos demais estados, isto é, 38 localidades como pontos do ALiB.

O estado do Espírito Santo, com extensão territorial de 46.095 km² e densidade demográfica de 76,25 hab./km², apresenta cinco localidades como pontos

do ALiB. E, por fim, o estado do Rio de Janeiro conta com 14 localidades inseridas em contexto de 43.780 km² de área e 365 hab./km².

A distribuição de todas as localidades da região Sudeste pode ser visualizada na figura 9.

Figura 9 – Carta VII do ALiB. Distribuição de pontos da Região Sudeste



Fonte: CARDOSO, et al. *Atlas Linguístico do Brasil - Vol. 2 (cartas Linguísticas)*. Londrina: EDUEL, 2014b, p. 62.

Para a seleção dos informantes, o ALiB levou em conta os fatores extralinguísticos: sexo; faixa etária (I – 18 a 30 anos e II – 50 a 65 anos); procedência (natural da região) e escolaridade (ensino fundamental completo ou incompleto). Seguindo tais parâmetros, em cada cidade interiorana foram entrevistados quatro informantes e nas capitais oito. Nessas últimas, a duplicidade do número deveu-se ao fato de incorporar ao inquérito mais quatro informantes com Ensino Superior.

4.2 O CORPUS E O SEU TRATAMENTO

O recorte feito para este estudo contempla 27 questões extraídas do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) dos Questionários do ALiB 2001 (Comitê Nacional, 2001), são elas:

- Questão 12 – Torneira - Aquilo que se abre quando se quer lavar as mãos numa pia?
- Questão 18 – Varrer – Para limpar o chão, o que é que é preciso fazer?
- Questão 22 – Gordura - A carne de porco não é magra porque tem...?
- Questão 25- Colher - O que utilizamos para tomar sopa?
- Questão 26 – Liquidificador – Como se chama o aparelho que é usado para fazer vitamina, sucos, etc.?
- Questão 27 – Fervendo - Quando a água da panela está bem quente, cheia de bolhinhas, dizemos que ela está...?
- Questão 36 – Botar - Quando a galinha canta e vai pro ninho, se diz que ela vai o ovo?
- Questão 39 – Árvore - O que é que dá sombra nas ruas, no campo? Para preservar o meio ambiente não podemos cortar a...?
- Questão 43 – Montar - Para andar a cavalo, antes precisamosnele.
- Questão 46 – Borboleta – Como se chama o bichinho que voa, tem asas coloridas, que se forma num casulo?
- Questão 61 – Calor - No inverno faz frio. E no verão faz...?
- Questão 62 – Tarde - Qual é o contrário de cedo?
- Questão 65 – Catorze - O que é que vem depois do número treze?
- Questão 80 – Trabalhar - Para ganhar dinheiro, precisamos...?
- Questão 88 – Rasgar - Fazer assim (mímica) com um papel é...?
- Questão 92 – Pernambucano - Quem nasce em Minas e mineiro. E quem nasce em Pernambuco?

- Questão 105 – Certo - Qual é o contrário de errado?
- Questão 110 – Perdão - Quando se comete algum pecado, pedimos o que a Deus?
- Questão 129 – Mulher - Eva foi a primeira...?
- Questão 144 – Perfume – O que é que se põe no corpo para ficar cheiroso?
- Questão 146 – Beijar - Dar um abraço é abraçar. É dar um beijo é...?
- Questão 148 – Dormindo - A pessoa quando não está acordada, está...?
- Questão 150 – Perdida - Quando não achamos uma coisa, dizemos que ela está...?
- Questão 151 – Encontrar - Quando se perde uma coisa, se procura até...?
- Questão 152 – Perguntar - Quando você quer saber alguma coisa, você vai...?
- Questão 153 – Sair - Qual o contrário de entrar?
- Questão 158 – Esquerdo - Este lado é o direito e este é o...?

Após a seleção, as respostas dadas a essas questões foram revisadas e, posteriormente, analisadas mediante o contexto fônico do rótico. Vejamos:

(i) em coda interna: *torneira, gordura, fervendo, árvore, borboleta, tarde, catorzelquatorze, pernambucano, certo, perdão, perfume, dormindo, perdida, perguntar e esquerdo*;

(ii) em coda final, distribuídas entre nove verbos no infinitivo: *varrer, botar, montar, trabalhar, rasgar, beijar, encontrar, perguntar, sair* e quatro substantivos: *colher, liquidificador, calor e mulher*.

Dessa forma, no capítulo quatro, dividimos a análise de acordo com a posição do /r/ na palavra. Isto é, tratamos primeiramente, em todos os estados, dos casos nos quais o /r/ está em coda interna e, depois, em coda externa.

Conforme ressalta Aguilera (2014, p.95), o QFF foi elaborado com o propósito de registrar, abrangentemente, as variantes fonéticas nos planos diatópico, diagenérico, diageracional e diastrático, específicos de cada região, buscando

documentar os fonemas do Português Brasileiro em todas as suas possibilidades de distribuição na cadeia sonora (variáveis internas ou linguísticas) bem como sob a influência de variáveis externas, tais como local de origem, idade, sexo e grau de escolaridade.

Assim, pois, as variáveis internas adotadas para a análise do material foram: (i) posição do rótico na palavra (interna e externa); (ii) vogal precedente; (iii) consoante subsequente; (iv) tonicidade da sílaba; (v) extensão do vocábulo e (vi) classe morfológica (nome/substantivo), já, as variáveis externas compreendem (i) localidade, (ii) sexo e (iii) idade dos informantes e, no caso das capitais, a escolaridade.

Neste trabalho, além de verificar a influência dos fatores mencionados realizamos, guardadas suas devidas proporções e disparidades, um estudo em tempo real com a fala de Minas Gerais, já que contamos com o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*, de 1977, cujos resultados podem ser comparados e analisados mediante os dados coletados recentemente pelo ALiB no estado de Minas Gerais.

Após a audição das 336 gravações, os dados foram tabulados e codificados para a inserção no programa *Goldvarb 2001*⁴² que realiza o cruzamento de variáveis linguísticas e extralinguísticas, apresentando os resultados pertinentes em peso relativo e em percentual indicando sua influência na aplicação da regra, ou seja, do /r/ retroflexo diante de seus concorrentes, imprimindo, dessa forma, maior agilidade e confiabilidade no tratamento dos resultados. Com os números percentuais oferecidos pelo programa, elaboramos as cartas e os gráficos e, com os pesos relativos, as tabelas.

⁴² O programa, da Universidade de York, desenvolvido como um projeto colaborativo entre o Departamento de Língua e Linguística e o Departamento de Ciências da Computação, trata-se de uma versão para ambiente *Windows* do pacote de programas *VarbRul* (Variable Rules Analysis). Segundo Guy e Zilles (2007, p.105), “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (GUY e ZILLES, 2007, p. 105). Os resultados obtidos por meio do *GoldVarb 2001*, auxiliam o pesquisador a confirmar ou não a sua hipótese inicial. Ao cruzar as variáveis linguísticas e extralinguísticas, o programa apresenta os fatores que incidem na aplicação de uma regra. Selecionados os fatores relevantes, o programa, além de oferecer os dados percentuais de cada um, permite a rodada *binomial* que apresenta os pesos relativos de cada variável dependente que devem ser interpretados da seguinte maneira: se o resultado for igual a 0.500, a variável é neutra; se for inferior, é desfavorável e, se for superior, é favorável à aplicação da regra.

4.2.1 A Elaboração das Cartas Linguísticas

Seguindo a linha teórico-metodológica deste estudo e levando em conta que a apresentação dos dados em cartas permite uma visualização imediata e clara dos fenômenos, elaboramos cartas linguísticas por meio do *Sistema de Informação Geográfica* (QGIS). Trata-se de um software livre licenciado pela *GNU General Public License*⁴³ que, embora não seja uma ferramenta linguística, possibilita a criação de vários tipos de mapas com informações desse gênero.

Os mapas utilizados para a alimentação do programa foram baixados do site do IBGE e demarcados por suas respectivas mesorregiões. Com base nesses mapas e no material linguístico analisado e devidamente tabulado, elaboramos duas modalidades de cartas, a primeira apresenta os resultados por meio de gráficos em forma de pizza com a apresentação dos percentuais de cada variante; a segunda, com base nos polígonos de Voronoi⁴⁴, apresenta áreas isófonas dos róticos. Vale lembrar que cartografamos apenas os dados referentes à coda interna do /r/, haja vista que em contexto final, devido aos altos índices de apagamento dos róticos, tornou-se inviável traçar áreas linguísticas. Quando muito, se verificariam as áreas em que estes ainda resistem nessa posição.

Para a confecção do primeiro tipo de carta, utilizamos os dados oferecidos pelo *corpus*, exceto os casos de apagamento, ou seja, até mesmo as variantes que apresentam pouca produtividade foram consideradas. Quanto às cartas isófonas, em alguns casos, utilizamos as variantes que apresentaram quatro ou mais ocorrências, já que é impossível configurar uma área fonética com uma pequena quantidade de dados.

Finalmente, para a análise qualitativa e quantitativa, bem como para a sua discussão, além dos dados expostos nas cartas, tabelas e gráficos, pautamos no referencial apresentado nos primeiro e segundo capítulos desta tese.

⁴³ Aprendemos a manusear esse programa durante o estágio no Instituto de Língua Galega, onde ele é utilizado pela equipe investigadora.

⁴⁴ Dado um conjunto de pontos (geradores) no plano, um Diagrama de Voronoi não é mais do que uma subdivisão desse plano em regiões formadas pelos lugares mais próximos a cada um dos pontos. Disponível em http://sweet.ua.pt/leslie/Geocomp/Slides/GC_09_10_7_Diagramas_Voronoi.pdf. Acesso em: jul. de 2014.

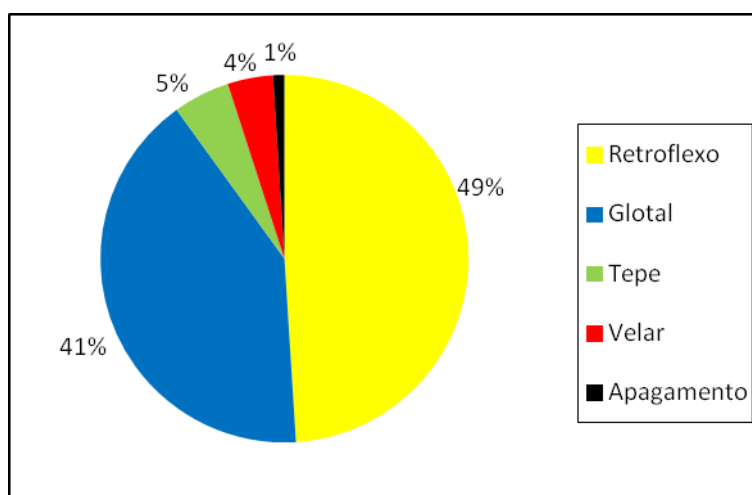
CAPÍTULO 5 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE E DOS DADOS

Nesta primeira parte da descrição e análise dos dados, abordamos as ocorrências do /r/ em coda silábica interna, nos itens: *torneira*; *gordura*; *fervendo*; *árvore*; *borboleta*; *tarde*; *catorze*; *pernambucano*; *certo*; *perdão*; *perfume*; *dormindo*; *perdida*; *perguntar* e *esquerdo*, abordando, inicialmente, os dados referentes à Região Sudeste e, depois, detalhadamente, dos resultados obtidos em cada estado.

5.1 O /R/ RETROFLEXO EM CODA INTERNA

Com base nas 80 localidades que constituem o *corpus* desta pesquisa registramos 4.849 ocorrências. Conforme mostra o Gráfico 01, o /r/ caipira representa 49% (2.396) das realizações de /r/, em coda silábica, da região Sudeste e o /r/ glotal, em segundo lugar, corresponde a 41% (2.002). Com baixa frequência, obtivemos as variantes tepe (5%/245), seguida da velar (177/4%), além de 1% (29) de apagamento⁴⁵.

Gráfico 1 – Ocorrência dos róticos, em coda interna, na região Sudeste

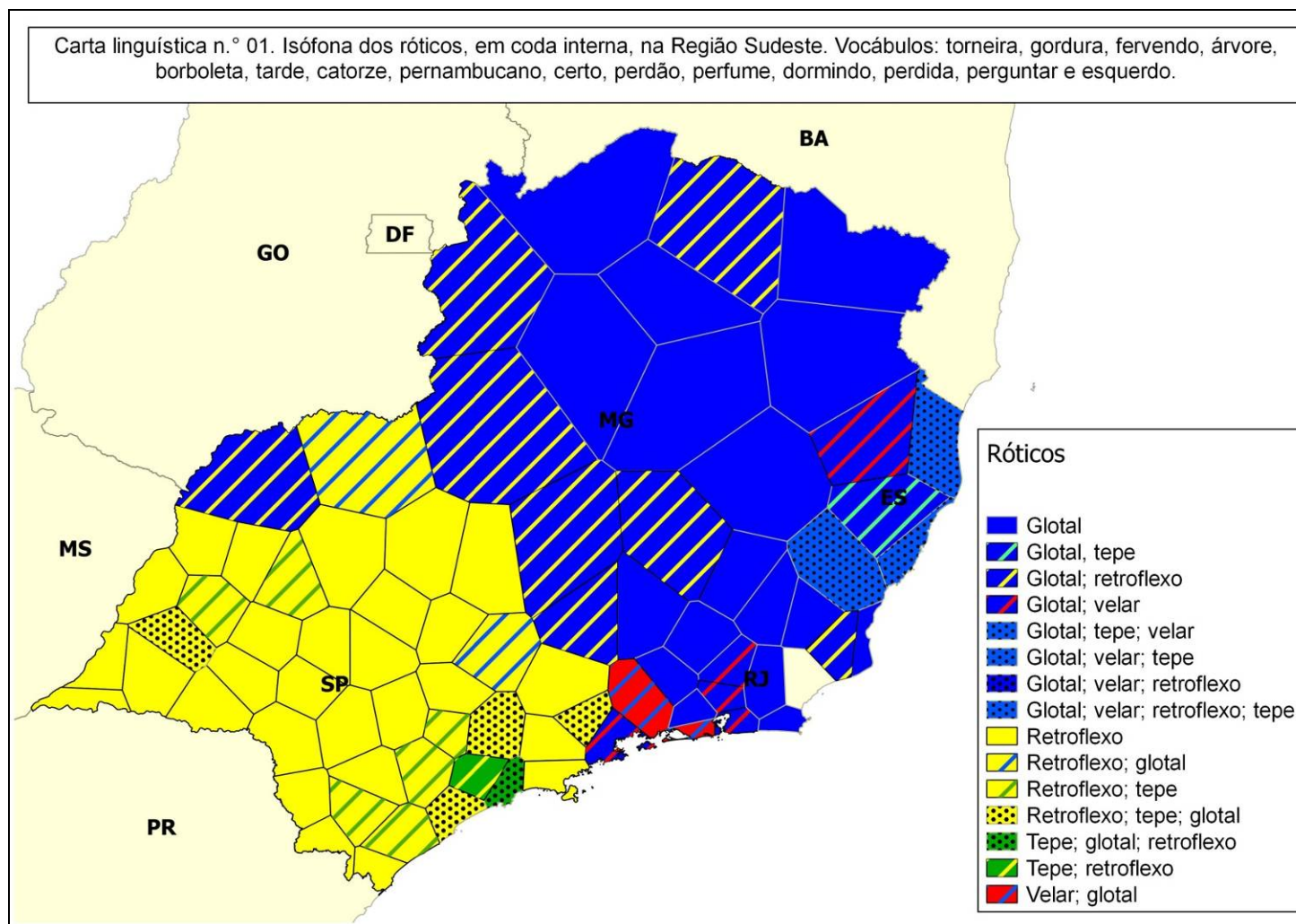


⁴⁵ Desse total, sete foram obtidas no estado de São Paulo, dez em Minas Gerais, sete no Rio de Janeiro e cinco no Espírito Santo. A porcentagem dessas ocorrências refletem apenas 0,59% do total de registros.

Para compreender tais resultados à luz da dimensão diatópica, elaboramos a Carta linguística n.º 01⁴⁶(figura 10). Figura 10. Carta n.º 01. Isófona dos róticos, em coda interna, na Região Sudeste

⁴⁶ Lembramos que para elaborar esta carta, bem como as demais isófonas apresentadas no decorrer desta análise, omitimos algumas ocorrências que, numericamente, eram insuficientes para representar a realidade rótica da região. No estado de São Paulo, foram os seguintes casos: um tepe, em Votuporanga (151); um tepe e um glotal, em Barretos (153); dois tepes, em Andradina (155) e em Lins (158); dois tepes e um glotal, em Presidente Epitácio (161); dois glotais, em Teodoro Sampaio (164); um glotal em Sorocaba (178) e um tepe, em Cananéia (187). Em Minas Gerais: dois casos de tepe e dois de glotal em Januária (127); três /r/ retroflexos, em Unaí (130) e Pedra Azul (129); um tepe e um retroflexo em Montes Claros; um tepe em Teófilo Otoni (133), em Campina Verde (137) e em Belo Horizonte (138); um glotal em Passos (140); um retroflexo em Viçosa (143) e em Muriaé (146); um tepe, um retroflexo e um velar em Juiz de Fora (148). No Rio de Janeiro: um tepe, três retroflexos e dois velares, em Itaperuna (193); um velar em São João da Barra (194); um velar, em Nova Friburgo (197); um velar e um tepe, em Campos dos Goytacazes (195); três velares, em Nova Iguaçu (201). Além disso, não utilizamos os dados de Macaé por contarmos apenas com os dados de um informante, por isso, no mapa, tal localidade encontra-se em branco. No Espírito Santo: três tepes e três retroflexos, em Barra de São Francisco (188) e três retroflexos em Santa Teresa (191).

Figura 10 – Carta n.º 01. Isófona dos róticos, em coda interna, na Região Sudeste



A distribuição geográfica das variantes, oferecida pela carta linguística n.º01 (figura 10), revela que o /r/ retroflexo, representado pela cor amarela, e o /r/ glotal, pela cor azul, formam isófonas responsáveis por dividir a fala da Região Sudeste. Dessa forma, esses róticos se configuram como elementos fonéticos importantes e imprescindíveis para a delimitação dos falares que constituem o Português Brasileiro.

Acreditamos que a coocorrência dessas duas variantes e suas respectivas delimitações geográficas ratificam, segundo os dados desta tese, parte da divisão dialetal proposta por Nascentes (1953). Neste caso, o subfalar *fluminense*, apresenta como norma o /r/ glotal e o subfalar *sulista*, nas localidades analisadas, tem como norma o /r/ caipira.

Da mesma forma, a área bem marcada do /r/ retroflexo dentro do território mineiro confirma a divisão dialetal proposta por Zágari (2005) para o estado, isto é, o falar *baiano* que parte do Norte e vai até o Leste-Oeste de Minas, no caso deste estudo, representado pela variante glotal e do falar *paulista*, circunscrito pelo /r/ retroflexo nas zonas fronteiriças ao estado de São Paulo, abrangendo o Sul e o Triângulo de Minas.

Tratando, particularmente, do /r/ caipira, este estudo confirma sua predominância por todo o estado de São Paulo, recobrando as faixas limítrofes aos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. Revela, igualmente, que essa variante é praticamente categórica em parte do Sul de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro e que apresenta, embora de forma esparsa, ocorrências no Norte e Nordeste de MG, no Sul do Espírito Santo e no Norte fluminense que serão detalhadas na análise individual de cada estado. Dessa forma, é possível confirmar que, em maior ou menor grau, o /r/ retroflexo está presente em toda a Região Sudeste.

A presença marcante da variante caipira, partindo de SP e adentrando o estado mineiro, confirma, segundo nossa análise, a hipótese de que esse rótico teria nascido entre os mamelucos que habitavam a região de Piratininga e, por meio do movimento das bandeiras, teria se difundido pelo interior paulista. Mais tarde, com a descoberta do ouro, levado para Minas Gerais.

Os resultados conduzem, ainda, a comungar da afirmação de Santiago-Almeida (2012, p.282) de que, ao considerar todos os aspectos sócio-histórico-culturais, “desde os primeiros contatos linguísticos ocorridos onde hoje está

a cidade de São Paulo, no século XVI, quando a região ainda não era capital, é possível perceber que o dialeto ou variedade caipira, teve sua origem em lugar distinto do que hoje se conhece como interior”. Dito de outra maneira, o berço dessa variedade, neste particular do /r/ retroflexo, não está atrelado às zonas interioranas, mas sim ao litoral de São Paulo de onde partiram os bandeirantes que, simultaneamente, expandiam territórios e deixavam marcas de sua fala.

A presença do /r/ caipira nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo pode estar vinculada aos movimentos migratórios, dos quais mineiros e paulistas fizeram parte.

Os dados apresentados, nesta seção, referem-se aos resultados gerais obtidos por esta pesquisa. Para uma discussão e uma análise mais bem detalhadas, nos subtópicos de 5.1.1 a 5.1.5, tratamos separadamente do material oferecido por cada estado, apresentando além das arealizações diatópicas, a possível influência de fatores linguísticos e extralinguísticos atuantes nos resultados, sobretudo, no tocante àqueles concernentes ao nosso objeto de estudo, ou seja, o /r/ retroflexo.

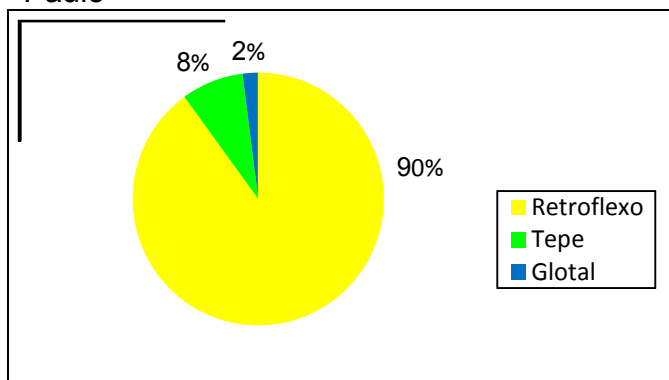
Para tanto, iniciamos pelo berço da variante, isto é, São Paulo, seguindo com estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, por fim, Espírito Santo.

5.1.1 No Estado de São Paulo

No estado de São Paulo, excetuando-se os infrequentes casos de zero fonético⁴⁷, registramos a ocorrência de 2.300 róticos, dentre os quais 90% (2.059) correspondem ao /r/ caipira; 8% (196) ao tepe e 2% (45) ao glotal, conforme é apresentado no Gráfico 2.

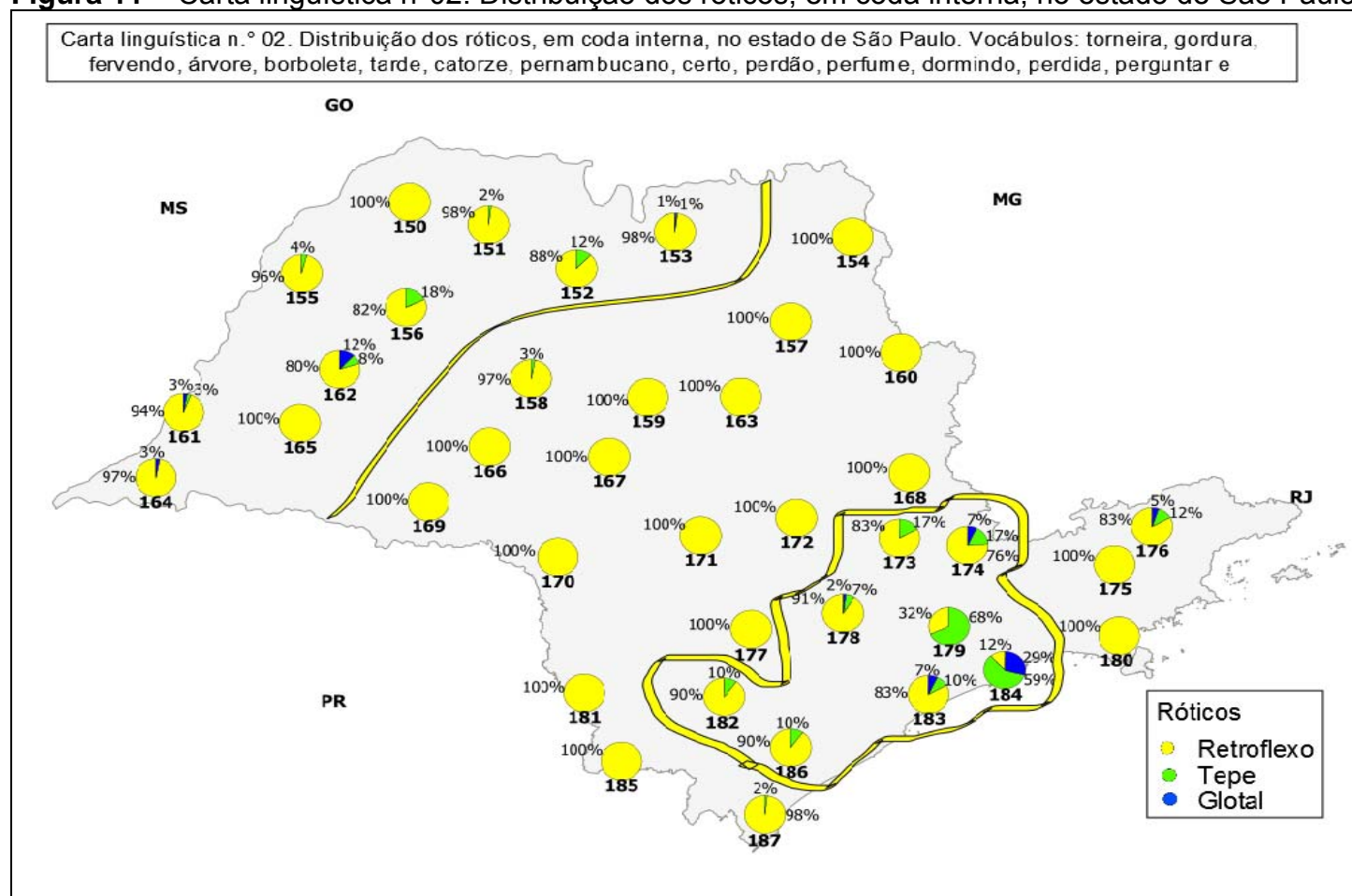
⁴⁷ Das seis ocorrências de apagamento, três casos ocorreram no vocábulo *borboleta*, em Marília (inf.03); Sorocaba (inf. 01) e Itanhaém (inf. 03); dois casos, no item lexical *perfume*, em Andradina (inf. 02) e Itapetininga (inf. 01) e uma vez em *gordura*, em Bragança (inf.01).

Gráfico 2 – Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado de São Paulo



Para demonstrar a distribuição geográfica das variantes, bem como suas respectivas porcentagens, elaboramos a Carta lingüística nº 02 (figura 11).

Figura 11 – Carta linguística n.º 02. Distribuição dos róticos, em coda interna, no estado de São Paulo



150 Jales, 151 Votuporanga, 152 São José do Rio Preto, 153 Barretos, 154 Franca, 155 Andradina, 156 Araçatuba, 157 Ribeirão Preto, 158 Lins, 159 Ibitinga, 160 Mococa, 161 Presidente Epitácio, 162 Adamantina, 163 Araraquara, 164 Teodoro Sampaio, 165 Presidente Prudente, 166 Marília, 167 Bauru, 168 Mogi Mirim, 169 Assis, 170 Bernardino de Campos, 171 Botucatu, 172 Piracicaba, 173 Campinas, 174 Bragança Paulista, 175 Taubaté, 176 Guaratinguetá, 177 Itapetininga, 178 Sorocaba, 179 São Paulo, 180 Caraguatatuba, 181 Itararé, 182 Capão Bonito, 183 Itanhaém, 184 Santos, 185 Ribeira, 186 Registro, 187 Cananéia

Verificamos, por meio da carta linguística nº 02 (figura 11), que dos 38 pontos de inquérito de São Paulo, a variante caipira é praticamente regra em 36, fazendo-se presente, em maior ou menor grau, em todas as cidades constituintes da rede de pontos do estado.

A fim de obter os resultados da rodada binária que apresenta os pesos relativos de cada variável independente, indicando sua incidência na aplicação da regra, ou seja, do /r/ retroflexo diante de seu concorrente, o tepe, submetemos novamente os dados ao programa *Goldvarb* (2001).

Para tanto, eliminamos os 2% de ocorrência do /r/ glotal e, também, 20 dos 38 pontos de inquérito⁴⁸ que indicavam *KnockOuts*, devido à exclusividade do /r/ caipira. Dessa forma, passamos a trabalhar com os dados referentes a 18 localidades, a saber: Votuporanga (151); São José do Rio Preto (152); Barretos (153); Andradina; (155); Araçatuba (156); Lins (158); Presidente Epitácio (161); Adamantina (162); Campinas (173); Bragança Paulista (174); Guaratinguetá (176); Sorocaba (178); São Paulo (179); Capão Bonito (182); Itanhaém (183); Santos (184); Registro (186) e Cananéia (187).

Os números obtidos nessa nova rodada perfazem o total de 1.076 róticos, dentre os quais 880 são retroflexos (82%) e 196 tepe (18%). Dentre as variáveis adotadas para esta pesquisa, o programa indicou três como favorecedoras do /r/ caipira, a saber: *localidade*, *sexo e idade* e, por último, o *item lexical*, nessa ordem de seleção. As porcentagens e os pesos relativos do primeiro fator são apresentados na Tabela 1.

⁴⁸ São eles: Jales (150); Franca (154); Ribeirão Preto (157); Ibitinga (159); Mococa (160); Araraquara (163); Teodoro Sampaio (164); Presidente Prudente (165); Marília (166); Bauru (167); Moji Mirim (168); Assis (169); Bernardino de Campos (170); Botucatu (171); Piracicaba (172); Taubaté (175); Itapetininga (177); Caraguatatuba (180); Itararé (181) e Ribeira (185).

Tabela 1 – Fator *localidade*, nos dados do estado de São Paulo
(N. retroflexo = 880; N. total = 1076)

Localidade	P.R	%	N° retroflexo	N° Total
187. Cananéia	.879	98	59	60
153. Barretos	.876	98	57	58
151. Votuporanga	.872	98	55	56
158. Lins	.782	97	58	60
161. Presidente Epitácio	.773	96	55	57
155. Andradina	.763	96	52	54
178. Sorocaba	.621	92	53	57
162. Adamantina	.543	90	48	53
182. Capão Bonito	.527	90	54	60
186. Registro	.518	90	52	58
183. Itanhaém	.498	88	48	54
152. São José do Rio Preto	.484	88	53	60
176. Guaratinguetá	.469	87	50	57
173. Campinas	.378	83	49	59
174. Bragança Paulista	.372	82	43	52
156. Araçatuba	.355	81	49	60
179. São Paulo	.054	32	38	120
184. Santos	.025	17	07	41

Input: 0.890 / Significance: 0.000

Como mostra a Tabela 1, somente nas localidades 179 (São Paulo) e 184 (Santos), o /r/ retroflexo não é preponderante. Na primeira, capital do estado, a incidência do [r̥] é de 32% (P.R .054) e, na segunda, de apenas 12% (P.R .025). Os pesos relativos indicam, ainda, que as localidades de Araçatuba 81% (.355), Bragança Paulista 82% (.372) e Campinas 83% (.378), embora ofereçam um alto percentual de uso do /r/ retroflexo, apresentam um declínio quanto à realização desse rótico. Nos demais, registramos um aumento gradativo desse rótico que vai de 87% a 98%.

Os dados da Tabela 1 associados aos da Carta n° 02 revelam, ainda, que a variação concentra-se em torno da capital, e, em segunda instância, no Oeste paulista. Por esse motivo, a discussão e a dessas duas regiões são apresentadas, separadamente, nas subseções⁴⁹ (A) e (B).

⁴⁹ Para tanto, voltamos a trabalhar com todas as variantes, ou seja, incluímos novamente os dados concernentes ao /r/ glotal, o que acarretou uma pequena diferença na porcentagem dos resultados de Barretos, Presidente Epitácio, Sorocaba, Itanhaém, Guaratinguetá, Bragança Paulista e Santos, quando comparados àqueles expostos na Tabela 1.

A segunda variável selecionada pelo programa, como já mencionado, contempla o *sexo* e a *idade* dos informantes. Os números oferecidos pelo *Goldvarb* (2001) são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Fatores *sexo* e *idade*, nos dados de SP
(Nº. retroflexo = 880; Nº. total = 1076)

Sexo e Idade	P.R	%	Nº retroflexo	Nº total
homem jovem	.652	89	230	256
mulher jovem	.449	79	219	276
homem idoso	.511	83	231	278
mulher idosa	.392	75	200	266

Input: 0.826 / Significance: 0.000

Os pesos relativos indicam que são os homens, principalmente os jovens, que mais utilizam o /r/ retroflexo. Já, entre as mulheres, há um leve declínio na fala da primeira faixa etária (.449) que aumenta na segunda (.392).

É possível conjecturar que os resultados obtidos entre elas possam estar atrelados às atitudes negativas das quais, ainda, o /r/ retroflexo é alvo, gerando, em alguns casos, a rejeição dessa variante. Lembrando que, de acordo com a tradição sociolinguística, as mulheres são mais sensíveis ao contexto social que as cercam devido às suas incumbências históricas, especialmente, a de educar e transmitir para os filhos os parâmetros sociais aos quais eles devem se ajustar. A língua, é claro, não fugiria a essa regra.

Vários estudos como o de Guiotti (2002), Leite (2004); Botassini (2009) Pastorelli (2009) e Silva (2012; 2014), realizados nos estados de São Paulo e do Paraná, conforme detalhamos no Capítulo I, evidenciam, em maior ou menor grau, quadros de preconceito linguístico e de estigmatização frente ao /r/ retroflexo. No entanto, a par dessas constatações, os estudos demonstram que essas atitudes não interferem na produtividade geral da variante. Esse fato, segundo Silva e Aguilera (2015), pode estar associado ao novo *status* do caipira, ou seja, do caipira moderno, bem sucedido e que não se constrange em utilizar o seu /r/ *puxado*, usando-o, inclusive como marca identitária. Esse processo de revalorização da figura do caipira pode explicar os resultados concernentes à fala dos homens jovens que são, como indica a Tabela 2, os maiores mantenedores do /r/ retroflexo e pode, também, indicar um quadro de prestígio encoberto, assinalando um grupo com o qual eles se identificam.

Segundo Labov (1976), o prestígio encoberto (*covert prestige*) está ligado ao valor que um determinado grupo de falantes delega a uma forma linguística desprestigiada. “A noção de prestígio encoberto está associada à noção da identidade social, ao orgulho lingüístico, à pertinência a uma dada classe social ou comunidade de fala” (RONCARATI, 2008, p.52). Para se integrar a um grupo social, o indivíduo adere às formas linguísticas partilhadas nesse meio. Tais formas, mesmo condenadas pela sociedade normativa, ganham *status* e definem a identidade do grupo. Em outros termos, a noção de prestígio encoberto está associada à noção da identidade social, ao orgulho lingüístico, ao pertencimento a uma dada classe social ou comunidade de fala.

Em síntese, os resultados obtidos por meio da análise dos fatores *sexo* e *idade* possibilitam conjecturar que, de um lado, existe certa relutância por parte das mulheres com o /r/ retroflexo e, de outro, há um sentimento de identidade e, talvez, de orgulho lingüístico por parte dos homens. Todavia, como não estudamos as atitudes linguísticas desses informantes, fica difícil confirmar tais hipóteses, trabalho que ficará a cargo de futuras pesquisas.

Por fim, apresentamos a terceira variável selecionada pelo programa, isto é, o *item lexical* cujos resultados estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 – Fator *item lexical*, nos dados do estado de São Paulo
(N. retroflexo = 880; N. total = 1076)

Vocábulo	P.R	%	Nº/retroflexo	Nº/ total
torneira	.688	91	63	69
catorze	.665	90	66	73
pernambucano	.654	90	63	70
árvore	.566	86	62	72
tarde	.542	84	62	73
perdida	.534	84	60	71
perdão	.513	83	60	72
perguntar	.480	81	57	70
borboleta	.461	80	57	71
certo	.440	78	56	71
perfume	.433	78	58	74
esquerdo	.380	77	56	72
dormindo	.383	74	53	71
gordura	.358	72	53	73
fervendo	.362	72	54	74

Input: .0.825/ Significance: 0.261

Os pesos relativos indicam que há uma tendência gradativa de uso do [ɾ] entre as lexias *torneira* (.688), *catorze* (.665) e *pernambucano* (.654) e as que menos favorecem são *gordura* (.358) e *fervendo* (.362).

A) O /R/ Retroflexo na Cidade de São Paulo e em seu Entorno

Como se sabe, São Paulo, cidade cosmopolita, está inserida no contexto mundial como centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul. É considerada a 14ª cidade mais globalizada e a sexta maior do planeta. Sua região metropolitana, com cerca de 20 milhões de habitantes, garante-lhe o oitavo posicionamento como a maior aglomeração urbana do mundo. Esses números expressivos são marcados, como demonstramos no capítulo 1, por ondas (i) migratórias que ininterruptamente constituem o estado e, sobretudo, a capital.

Ainda sobre o tema, ao consultar dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011)⁵⁰, sobre o perfil dos migrantes de São Paulo, verificamos que 54% dos habitantes residentes na cidade são paulistas; 21% são oriundos do Nordeste; 9% do Norte; 8% de Minas Gerais; 4% do Paraná; 3% dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro e 1% de estrangeiros.

Considerando que a variação é inerente até mesmo entre falantes da mesma família, em uma localidade com padrões sociais tão diversos e complexos como São Paulo, sua presença é indubitavelmente mais representativa, ou seja, a língua, certamente, não passaria incólume a tamanha expressividade social. Além disso, seu poder econômico e as conseqüentes relações comerciais estabelecidas entre as localidades limítrofes influenciam a fala dos habitantes. Para Oushiro e Mendes (2013, p.67), que também estudam a pronúncia do (-R) em coda silábica no português paulistano,

São Paulo configura-se como um cenário privilegiado para o estudo da variação e da mudança linguística: trata-se de uma metrópole marcada por um histórico de migrações e imigrações, por diversidade cultural e por fortes contrastes sociais. Especificamente sobre a variável (-r), a cidade de São Paulo, possivelmente mais do que

⁵⁰ Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111006_comunicadoipea115.pdf.
Acesso em 27/10/2014

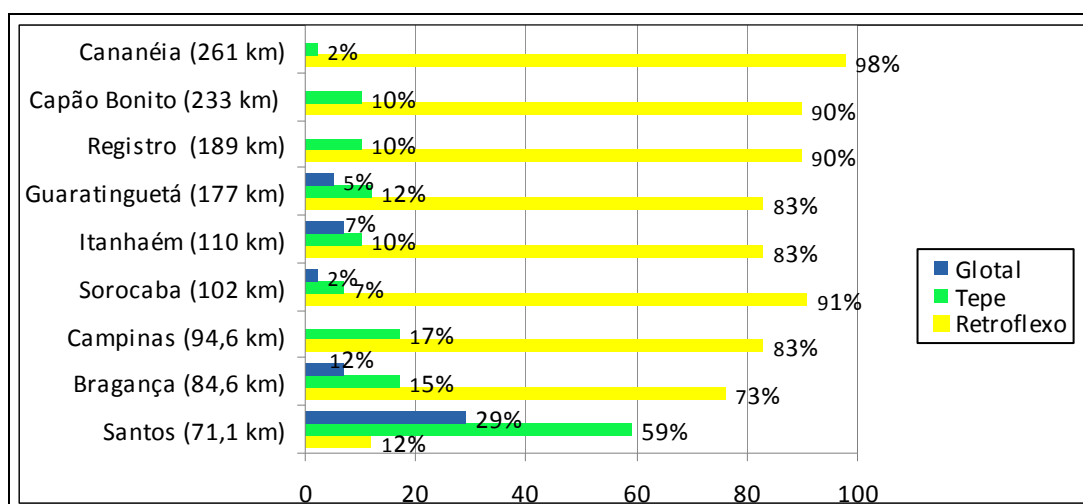
qualquer outra localidade do país, representa aquela em que todas as variantes estão em contato.

Nossos dados confirmam, parcialmente, a assertiva dos pesquisadores, pois revelam que, na cidade de São Paulo, existem pelo menos duas variantes fonéticas de /r/, em coda silábica. No entanto, em seu entorno, concentra-se a ocorrência de uma terceira variante, ou seja, a glotal, além dos casos, já aclarados, do cancelamento do rótico.

Ao tratar das localidades mais próximas da capital, é possível constatar que a variação ocorre, especialmente, nos pontos: 184 (Santos), situado na mesorregião (MR) metropolitana de SP; 178 (Sorocaba) e 174 (Bragança Paulista), localizadas na MR macro metropolitana paulista; 173 (Campinas), cuja MR recebe o mesmo nome; 176 (Guaratinguetá), da MR Vale do Paraíba; 182 (Capão Bonito), situado na MR de Itapetininga e 183 (Itanhaém) e 186 (Registro), situados na MR Litoral Sul.

Para melhor esclarecer a distância e a influência diatópica que supomos atuar nas localidades mencionadas, elaboramos o Gráfico 3 que traz os quilômetros que separam cada cidade em relação à capital, bem como a porcentagem de uso de cada variante.

Gráfico 3 – Distância da capital paulista e sua influência na variação rótica, em coda interna



Conforme podemos averiguar, quanto mais distante se encontra a localidade da capital menor é o polimorfismo rótico e, conseqüentemente, maior a

predominância do /r/ retroflexo. Em Cananéia, por exemplo, cuja distância é a maior dentre os pontos em questão, o [r] é praticamente unânime (98%), já, em Santos, Bragança Paulista e Campinas, a porcentagem declina para, respectivamente, 12%; 76% e 83%.

É interessante, também, considerar que a variação em torno de São Paulo e Santos não se concentra apenas no quesito quantitativo, mas, também, na diversidade, haja vista que os pontos mais contíguos às duas cidades, com exceção de Campinas, apresentam três róticos distintos. Acreditamos que tal fenômeno é reflexo da constituição multidiversificada que caracteriza a cidade e a sua região metropolitana. Quanto à distribuição do tepe, os dados apontam sua irradiação para as nove localidades em questão, situadas a um raio de, no máximo 261 km. de São Paulo.

Os dados apontam, ainda, para padrões um tanto distintos, no que tange à fala das cidades de Santos e de São Paulo, pois, enquanto na capital, o uso do tepe é a regra, seguido do retroflexo; em Santos, depois do tepe, a segunda posição é ocupada pelo glotal.

Embora não seja o foco desta pesquisa estudar o [r], tampouco o [h], conjecturamos que a presença do /r/ glotal está, possivelmente, vinculada à própria característica multidiversificada da migração que permeia a história do estado. Já, no que concerne ao tepe, podemos vincular sua existência à colonização europeia. Acreditamos, ainda, que nessa área, especialmente, na capital e na região metropolitana de SP, a intensa imigração italiana, relevante na história dessa região, a partir do final do século XIX, teria ajudado a manter essa variante.

Alguns dos resultados obtidos nesta parte da análise se assemelham consideravelmente aos constatados pelo estudo de Oushiro e Mendes (2013) cujo tema é a realização do (-r) em coda silábica, na fala da cidade de São Paulo, analisado, especialmente, por meio dos padrões sociais que tangenciam a ocorrência do /r/ retroflexo.

Apesar de trabalharem com um *corpus* numericamente mais expressivo que o nosso, cerca de 26.000, no cômputo geral, os resultados são similares. A presente pesquisa, no que tange especificamente à cidade de São Paulo, registra 68% de /r/ tepe e 32% do /r/ caipira. O estudo de Oushiro e Mendes (2013), por sua vez, assinalou, para o primeiro caso, a porcentagem de 66,8% e,

para o segundo, 33,2%. Ademais, as duas pesquisas apontam para uma leve recorrência do /r/ caipira na fala masculina frente à feminina.

No presente estudo, averiguamos que a variável nível de escolaridade não se mostra muito relevante, pois, entre os informantes do ensino básico, o /r/ retroflexo ocorre em 33% dos casos e em 30% entre os de nível superior. Todavia, no trabalho de Oushiro e Mendes (2013) a diferença é maior, apresentando respectivamente 41,5% e 25%. Essa disparidade leva a conjecturar que, guardadas as devidas proporções entre os *corpora*, tal variável possa ser considerada fator relevante para a realização do /r/ retroflexo na cidade de São Paulo.

Tratando de outros quesitos sociais que circundam o /r/ retroflexo, os pesquisadores verificaram também que o índice de utilização desse rótico é consideravelmente maior nos bairros periféricos (42,8%) frente a localidades centrais (21%). Além disso, constataram que sua utilização é mais frequente entre falantes cuja mobilidade geográfica é menor. Para Oushiro e Mendes (2013, p.81), o conjunto desses elementos sociais, ou seja, a escolaridade, a localização urbana e a mobilidade social, “sinalizam a importância de classe social para a estratificação sociolinguística de (-r) na cidade de São Paulo, visto que todos esses fatores podem ser considerados índices indiretos de *status* socioeconômico”.

Segundo os estudiosos, o fato de o /r/ caipira estar condicionado por esses fatores indica, em princípio, um quadro de estigmatização da variante ou para um caso de prestígio encoberto. Eles afirmam, ainda, que a produtividade desse rótico, sobretudo, entre falantes nativos da cidade, possibilita questionar a sua ligação exclusiva a um falar caipira, proveniente do interior do estado e, dessa forma, associá-lo diretamente com os residentes da periferia.

Mais uma vez, encontramos subsídios que permitem confirmar a hipótese sobre a origem do /r/ retroflexo no estado de São Paulo, haja vista que atrelamos a sua presença, como já discutimos, aos primórdios da história de SP, atribuindo sua fonte de irradiação ao litoral paulista, de onde os bandeirantes iniciaram suas incursões, adentrando o interior do estado. Mais tarde, com a chegada dos imigrantes europeus, a variante caipira foi cedendo espaço para o tepe na fala da região central da capital e, possivelmente, conforme indiciam os dados de Oushiro e Mendes (2013), concentrando-se nas regiões mais periféricas, sobretudo

com a instalação de migrantes vindos do interior do estado, o que contribuiu com a manutenção do retroflexo nessa área.

Após analisar e discutir sobre os pontos contíguos à capital e que, segundo nossas hipóteses, apresentam variação rótica devido, especialmente, à sua história e à sua condição geográfica, atemo-nos nas demais localidades cuja fala também evidencia casos de outras variantes de /r/, de acordo com os resultados expostos na Carta n°. 02 (figura 11).

B) O /R/ Retroflexo no Oeste Paulista

Conforme os dados da Carta n°.02 (figura 11), a variação, além de ocorrer em pontos próximos à capital, é verificada também, apesar de menos marcada, na região Oeste, fato que motivou uma busca mais detalhada da história dessa região.

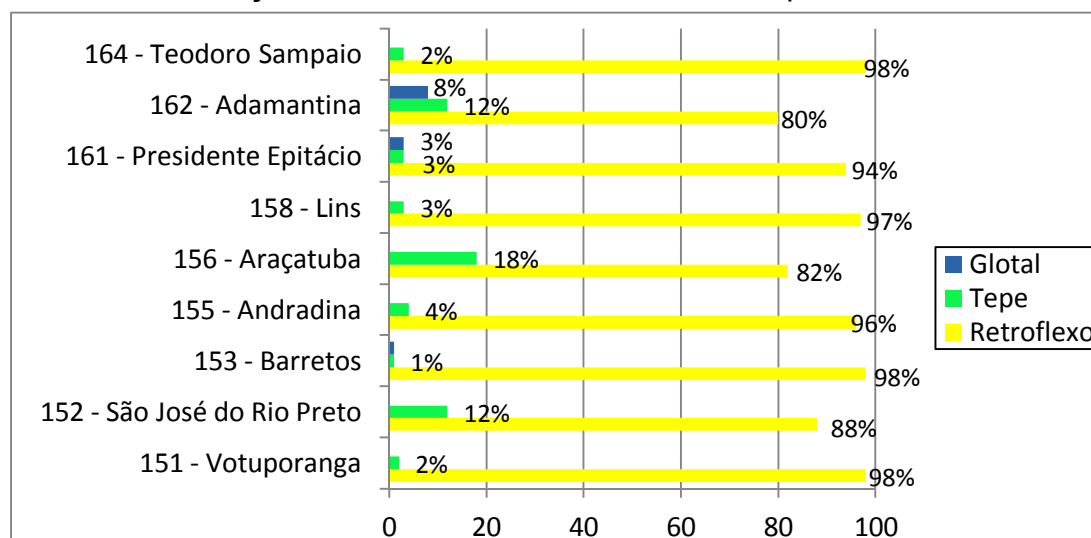
Segundo Monbeig (1984), a ocupação do Oeste Paulista remonta à segunda metade do XIX e está marcada pelos índios e pelos mineiros. Estes, a partir de 1850, foram os primeiros brancos a adentrar a região, migrando para o sertão paulista devido à decadência da atividade mineradora. Na nova terra, dedicavam-se à criação de gado e ao comércio pecuário estabelecido com o estado do Mato Grosso. Até os primeiros anos do século XX, os embates com os índios e as condições das entradas, faziam da região um lugar praticamente desabitado. Somente após a construção da estrada de ferro Bauru–Mato Grosso, os brancos venceram a batalha e, efetivamente, dominaram a região.

Em seguida, a expansão cafeeira, conduzida pelas linhas férreas e pelos fazendeiros, impulsionou a marcha para o Oeste Paulista, onde havia terras de qualidade e em abundância. Tal marcha está dividida em dois momentos: o primeiro, denominado Oeste Velho, marcado pelas grandes plantações de café nas terras roxas, na passagem do século XIX para o XX e o segundo, chamado de Oeste Novo, que hoje compreende a atual configuração do Oeste Paulista, foi caracterizado pelas pequenas propriedades e pelas suas terras areníticas que propiciavam o cultivo de café e de algodão. Mais tarde, com a crise de 1929, a atenção dos fazendeiros voltou-se, sobretudo, para o plantio de algodão e à criação de gado. Ainda, para se recuperarem da crise cafeeira, na década de 30, passaram ao cultivo do milho.

É nesse contexto que o fluxo de imigrantes e, sobretudo, de migrantes começou a se intensificar na região Oeste, bem como em todo o estado de São Paulo. De acordo com dados do Portal do governo do estado de São Paulo, em 1935, o governador Armando Salles de Oliveira, com a finalidade de suprir a falta de mão de obra, estimulava a migração, subsidiando financeiramente a vinda de trabalhadores de outras regiões do Brasil para São Paulo. No período de 1941 a 1949, foram encaminhados à lavoura 399.937 migrantes. Dentre as cidades beneficiadas, as 12 que mais receberam migrantes foram: Presidente Prudente, Rancharia, Marília, Martinópolis, Andradina, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Pompéia, Valparaíso, Araçatuba e Presidente Bernardes.

Em síntese, esse breve histórico, demonstra que o Oeste paulista circunscreve-se recentemente na história do estado, sua ocupação efetiva tem início na década de 1920 e se estende até 1970. Está marcada pela imigração, majoritariamente, de japoneses e italianos que chegaram à região para o trabalho nas lavouras e, também, pelo grande fluxo de migrantes, sobretudo, de nordestinos, mineiros e fluminenses, os quais, de acordo com dados da SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados), vieram em grande número trabalhar nas construções da malha ferroviária.

Dispusemos, no Gráfico 4, os resultados do uso do retroflexo em coda interna relativos aos pontos: 151 (Votuporanga); 152 (São José do Rio Preto) situados na MR de São José do Rio Preto; 153 (Barretos) da MR de Ribeirão Preto; 155 (Andradina) e 156 (Araçatuba) da MR de Araçatuba; 158 (Lins) da MR de Bauru; 161 (Presidente Epitácio); 162 (Adamantina); e 164 (Teodoro Sampaio) da MR de Presidente Prudente.

Gráfico 4 – Variação de /r/, em coda interna, no Oeste paulista

Conforme é possível verificar, das nove localidades dispostas no Gráfico 4, apenas três delas oferecem números mais significativos quanto ao uso de variantes distintas do /r/ retroflexo, a saber: Adamantina (162), com 8% de glotal e 12% de tepe; São José do Rio Preto (152), apresentando, igualmente, 12% de tepe e Araçatuba (156), com 18% de ocorrência desse rótico. Os demais apresentam acanhadas ocorrências oscilantes entre 1% e 4%.

Em geral, vinculamos o polimorfismo rótico dessa região ao seu contexto histórico de ocupação, marcado, por um lado, por migrantes, em sua maioria, nordestinos e, por outro lado, pelos imigrantes, sobretudo, italianos. Estes, possivelmente, deixaram como herança linguístico-fonética a presença da variante tepe e aqueles deixaram, como uma de suas marcas, o /r/ glotal.

Tais inferências podem ser confirmadas, por exemplo, por meio dos dados da cidade de Adamantina (162), haja vista que o informante, responsável por utilizar tanto a variante glotal como a tepe, é a mulher, da segunda faixa etária, cuja mãe é natural de Pernambuco e o pai de Alagoas.

Sobre o assunto, vale citar o *Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo – ALTOSP* (2014), de Santos-Ikeuchi, no qual a autora relata que, durante sua experiência como pesquisadora do projeto ALiB, era muito difícil encontrar informantes nascidos e radicados na região conforme exigia o Projeto. Esse fato a motivou a pesquisar a possível influência lexical exercida pelos nordestinos na fala da região Oeste de São Paulo.

Para tanto, a autora realizou uma pesquisa com informantes das cidades de Andradina, Rancharia e Presidente Epitácio, cidades que estão entre as dez que mais receberam migrantes nordestinos, filhos de nordestinos. Os dados coletados nesse estudo foram, posteriormente, comparados às cartas linguísticas do *Atlas Lingüístico dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963), do *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ARAGÃO e MENEZES, 1984) e do *Atlas Lingüístico do Sergipe I* (FERREIRA et al., 1987) e *II* (CARDOSO, 2005).

Segundo a pesquisadora, os resultados obtidos indicaram que o índice de coincidência entre os seus dados com os dos atlas foi baixo, pois os registros apontam majoritariamente para vocábulos padronizados. No entanto, Santos-Ikeuchi (2014) cita alguns termos designativos registrados na fala da região Oeste provenientes da cultura nordestina, são eles: *coração de banana* para designar a parte terminal da inflorescência da bananeira, *paquete* para menstruação e *canguinha* para sovina.

Dessa forma, verificamos que o contexto histórico-social da região Oeste intervém tanto no léxico, conforme indicam os dados do ALTOSP (2014), como na fonética, como revelam os dados desta pesquisa.

No que concerne à variação rótica, acreditamos que as tímidas ocorrências das demais variantes registradas tendem a desaparecer e, dentro de um prazo não muito longo, ceder espaço para o /r/ caipira, pois as marcas linguísticas nordestinas, tanto lexicais quanto fonéticas parecem estar atreladas a fatores atitudinais, como indica Santos-Ikeuchi (2014, p. 84) ao afirmar que

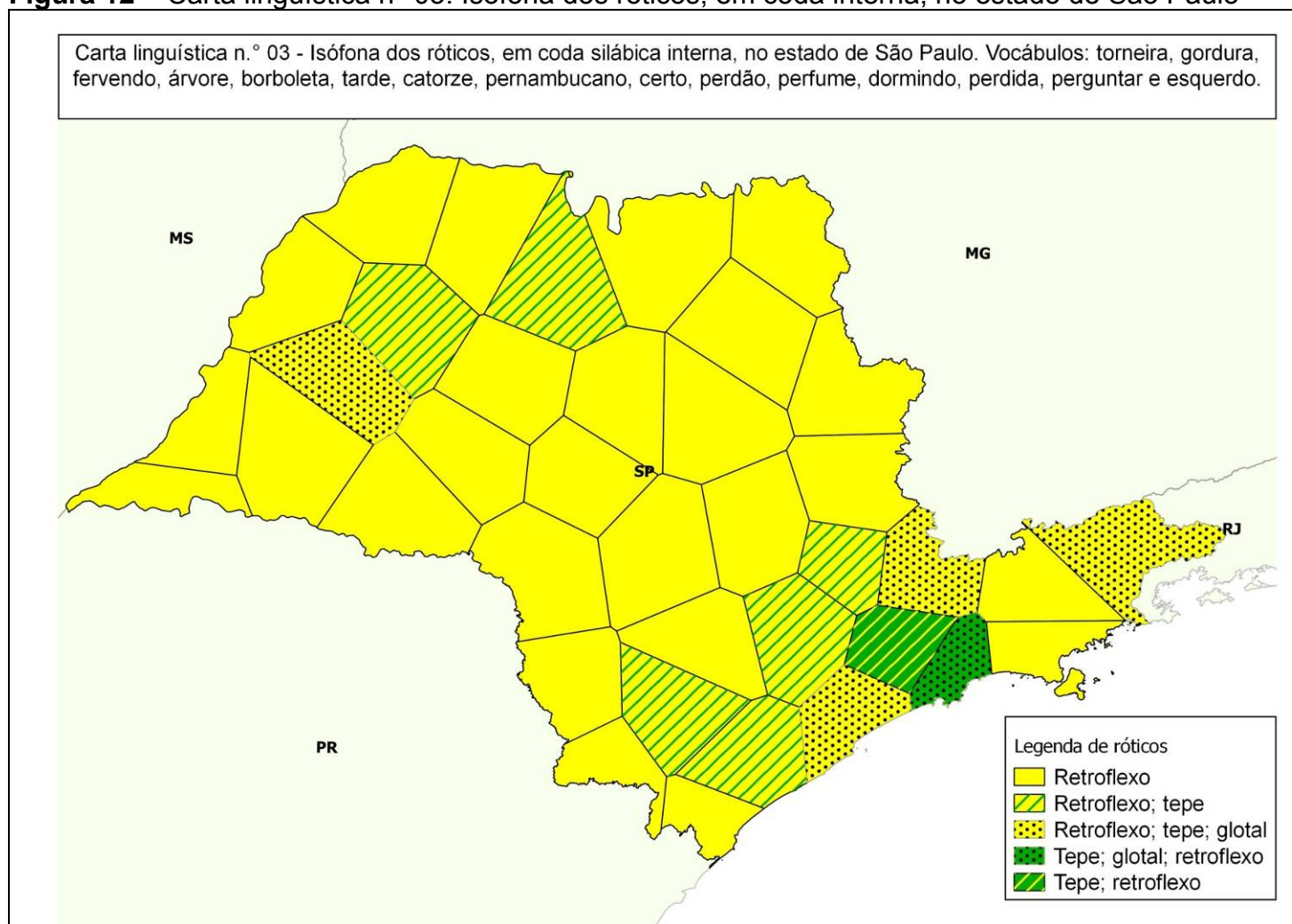
o não conhecimento da linguagem nordestina registrado pelos filhos dos migrantes está, sobretudo, ligado a fatores externos á língua. Pudemos observar durante nossa caminhada pela região oeste de São Paulo que há um preconceito social e linguístico bastante evidente com relação ao povo nordestino, já que estes vieram para a região para assumir o trabalho “braçal” e, na maioria das localidades, se mantiveram à margem da sociedade. Notamos que há uma grande negação da cultura nordestina por parte de seus próprios descendentes [...]. Durante nossa caminhada o comentário que mais nos “chocou” com relação ao povo nordestino foi tecido por um intermediador de nossa pesquisa, que disse: *Há duas maneiras de se reconhecer um nordestino, a primeira é quando ele tira o chapéu e a segunda é quando ele abre a boca.*

Por não contarmos com um atlas do estado de São Paulo, fica difícil afirmar que outrora as marcas linguísticas nordestinas eram mais significativas. No

entanto, daqui a alguns anos, graças aos trabalhos dialetológicos, será possível verificar se a conjectura feita neste estudo, sobretudo, no que diz respeito à expansão do /r/ retroflexo no Oeste paulista, será confirmada ou refutada.

Após demonstrar a variação presente no estado de São Paulo, de um lado, abordando as ocorrências relacionadas à capital e, de outro, aquelas desencadeadas pela recente colonização da região Oeste, elaboramos a Carta n°.03 que traz a isófona do /r/ em coda silábica (figura 12), a fim de ratificar sua distribuição diatópica.

Figura 12 – Carta linguística n.º 03. Isófona dos róticos, em coda interna, no estado de São Paulo



A Carta nº 03 (figura 12) mostra que: (i) toda a área em amarelo faz referência à região na qual o /r/ retroflexo predomina; (ii) a área verde diz respeito aos pontos nos quais o tepe é a norma; (iii) os locais, por sua vez, que apresentam hachuras indicam áreas onde coocorrem estas duas variantes e as que estão preenchidas por pontos negros revelam localidades nas quais, além dos róticos citados, registramos também o /r/ glotal, sempre prevalecendo a cor base.

Reafirmamos, assim, que o /r/ caipira está presente de forma praticamente categórica em todo o estado de São Paulo, configurando-se como norma do subdialeto paulista, exceto na capital e na cidade de Santos pelos fatores já detalhados, apresentando-se como regra em toda a faixa limítrofe ao estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e em todo o interior paulista.

O vasto território colorido de amarelo na Carta isófona do /r/ (figura 12) e os números apresentados na análise da Carta nº 02 (figura 11), além de ilustrar a predominância do /r/ caipira, levam a conjecturar que a vida dessa variante no estado de São Paulo é longa e muito sadia, já que até mesmo na capital sua frequência é significativa e, pelo que aparenta, crescente.

Tal assertiva pode ser atestada mediante o estudo de Callou et al. (1997), realizado a partir de dados colhidos para o projeto NURC⁵¹, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, entre informantes com ensino superior. Na oportunidade, foi verificado que, dentre as 4.334 ocorrências de /r/ em coda silábica, o [ɾ] não foi muito vigoroso, pois, ocorreu, com baixo percentual de uso, apenas em São Paulo (5%) e Porto Alegre (7%). Como é possível verificar há uma diferença significativa entre os dados da presente pesquisa e os de Callou et al. (1997), já que o nosso *corpus*, coletado entre 2003 e 2005, revela 32% de uso do /r/ retroflexo na fala da capital frente a 5% registrados pelas pesquisadoras. Vale lembrar que, como já demonstramos na análise dos dados da capital paulista, o fator

⁵¹ O Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil (NURC) teve início em 1969 e vem se desenvolvendo em cinco cidades brasileiras — Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Objetiva descrever os padrões reais de uso na comunicação oral adotados pelo estrato social constituído de falantes com escolaridade de nível superior. Os informantes são dos dois gêneros, distribuídos por três faixas etárias — I-25 a 35, II-36 a 55 e III-de 56 em diante —, e nascidos na cidade objeto de estudo, na qual devem ter permanecido pelo menos três quartas partes de sua vida. O *corpus* constituído em cada cidade compreende três diferentes categorias de texto: elocuições formais, diálogos entre informante e documentador e diálogos entre dois informantes (D2). [...] A introdução do Projeto no Brasil foi realizada por iniciativa de Nelson Rossi, Professor Catedrático de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, em proposta apresentada ao IV Simpósio do PILEI, no México/1968. Disponível em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/AlibNurc>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

escolaridade, possível responsável pela diferença dos resultados entre os dois trabalhos em questão, não se mostra significativo em nossos dados, pois entre os informantes paulistanos com ensino básico, o /r/ retroflexo ocorre em 33% dos casos e em 30% entre os de nível superior.

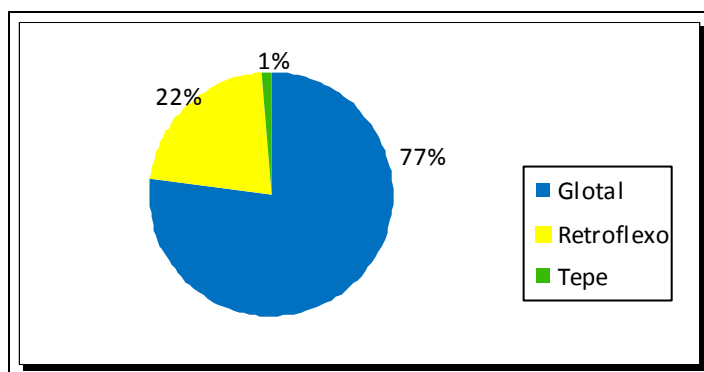
O tepe, por sua vez, é predominante apenas na capital e na cidade de Santos, refletindo ocorrências nos pontos adjacentes a estas duas localidades e na região Oeste. O glotal apresenta-se com maior vigor apenas em Santos, ocorrendo de forma esparsa em outros pontos.

Após tratar da distribuição diatópica e dos possíveis fatores que incidem sobre ela, apresentamos a análise das variáveis linguísticas que, possivelmente, influenciam a realização dos róticos.

5.1.2 No Estado de Minas Gerais

Os resultados obtidos entre as 23 localidades mineiras somam 1.395⁵² róticos, sendo 1068 (77%) do /r/ glotal; 314 (22%) do /r/ retroflexo e 12 (1%) do /r/ tepe e uma única ocorrência do /r/ velar (0%)⁵³, conforme traz o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado de Minas Gerais

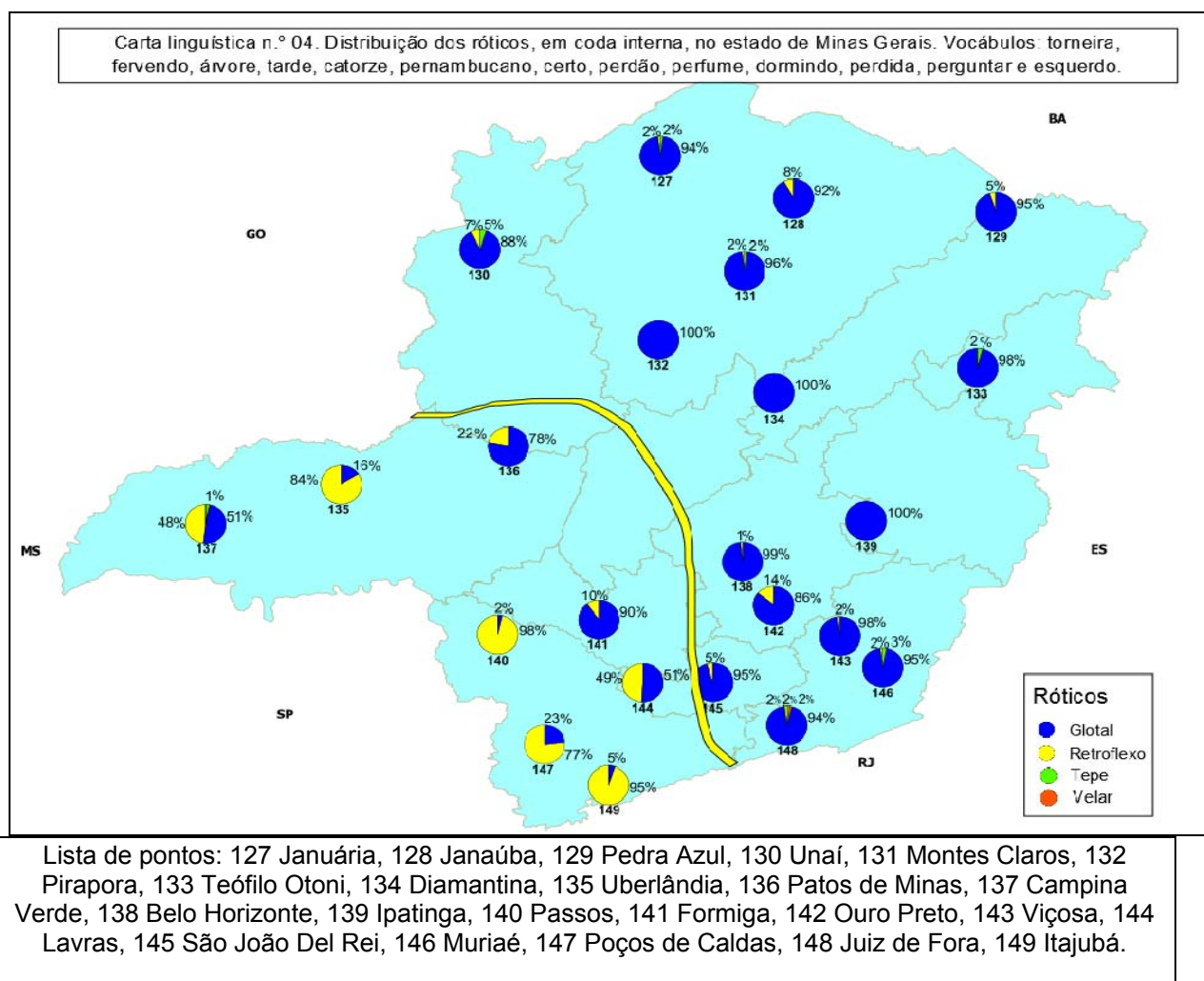


⁵² Suprimimos dez casos de apagamento: um em Pedra Azul; duas em Pirapora, Uberlândia e Muriaé e três em Montes Claros. Quatro casos de zero fonético ocorreram no vocábulo *catorze*; três em *perfume*; duas em *perguntar* e uma em *pernambucano*.

⁵³ Registrado na cidade de Juiz de Fora, na fala do informante idoso, no item *certo*.

Com base nesses dados, elaboramos a Carta linguística n°04 (figura 13) que apresenta a distribuição espacial e a porcentagem obtida em cada cidade mineira, oferecendo a isófona formada pelas variantes registradas.

Figura 13 – Carta linguística n°04. Distribuição dos róticos, em coda interna, no estado de Minas Gerais



Os dados oferecidos pela Carta n.º 04 (figura 13) revelam que a região de predominância do /r/ retroflexo compreende o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas Gerais, limítrofes ao estado de São Paulo, sendo: (i) praticamente categórico nos seguintes pontos: 140. Passos (98%); 149. Itajubá (95%); 135. Uberlândia (84%) e 147. Poços de Calda (77%); (ii) coocorrente do glotal em 144. Lavras (49%) e em 137. Campina Verde (48%) e, (iii) fazendo-se presente, apesar de forma menos expressiva, em 136. Patos de Minas (22%), 142. Ouro Preto (14%); 141. Formiga

(10%), 128. Janaúba (8%); 145. São João Del Rei (5%); 129. Pedra Azul (5%) e 130. Unaí (5%).

Para realizar a rodada *binomial* e analisar a influência das variáveis linguísticas e extralinguísticas atuantes na realização do [r], eliminamos os 12 casos de tepe, cuja ocorrência além de não ser numericamente significativa, não apresentou uma sistematicidade condicionada a nenhuma variável, a não ser a diatópica; uma de velar e dez de apagamento, além dos dados de Pirapora, Teófilo Otoni, Diamantina, Belo Horizonte e Ipatinga, devido aos *knockouts* (realização exclusiva de [h]). Assim, passamos a trabalhar com 18 das 23 localidades cujos dados contabilizam um total de 1029 róticos, sendo 30% (314) de [r] e 70% de [h] (715). O programa selecionou apenas os fatores *localidade*, *sexo* e *idade* como favorecedores do /r/ retroflexo. A Tabela 4 traz os números obtidos mediante o primeiro fator.

Tabela 4 – Fator *item lexical*, nos dados do estado de Minas Gerais
(N. retroflexo = 314; N. total = 1029)

Localidade	P.R	%	Nº/retroflexo	Nº/ total
140. Passos	.996	98	58	59
149. Itajubá	.986	95	57	60
135. Uberlândia	.953	84	48	57
147. Poços de Caldas	.926	76	46	60
144. Lavras	.787	49	29	59
137. Campina Verde	.781	48	28	58
136. Patos de Minas	.514	21	13	60
142. Ouro Preto	.385	14	8	57
141. Formiga	.302	10	6	59
128. Janaúba	.258	8	5	60
130. Unaí	.231	7	4	55
145. São João Del Rei	.173	5	3	58
129. Pedra Azul	.173	5	3	58
127. Januária	.126	3	2	55
148. Juiz de Fora	.078	2	1	46
131. Montes Claros	.065	1	1	56
146. Muriaé	.065	1	1	56
143. Viçosa	.065	1	1	56

Input: 0.207/ Significance: 0.000

Os percentuais e os pesos relativos oferecidos pelo programa confirmam os dados da Carta nº4, haja vista que a incidência do /r/ caipira é maior

entre as cidades localizadas no Sul e no Triângulo Mineiro, na fronteira com o estado paulista. Nas demais cidades, seus índices diminuem gradativamente, atingindo apenas 1% (P.R.065) de uso em Montes Claros, localizado no Norte mineiro e, em Muriaé e Viçosa, situadas na Zona da Mata.

Castro (2006, p.49), ao estudar a resistência dos traços do dialeto caipira na fala do Paraná e de Minas Gerais, com base em seus respectivos atlas, constatou, igualmente, que o /r/ retroflexo, em coda silábica, realiza-se “exclusivamente em uma larga faixa que cruza o Estado de oeste (Triângulo Mineiro) a sudeste, acompanhando toda a extensão da fronteira paulista”. Seus dados, corroborando a nossa hipótese do crédito da irradiação dessa variante aos bandeirantes, demonstram que o [ɾ] concentra-se nas “áreas mais próximas à fronteira paulista, perdendo densidade (em termos de distribuição geográfica e em termos de alternância com outras variantes) à medida que avança para o interior de Minas”.

No tocante à Região do Triângulo, Silva (2012), por meio de uma pesquisa *in loco* realizada em seis pontos do Triângulo Mineiro (Campina Verde, Frutal, Uberlândia, Iturama, Ituiutaba e Prata), com 24 informantes, registrou 556 róticos, distribuídos entre 512 ocorrências da variante retroflexa (93%) e 44 da glotal (0.7%). O estudo em tempo real, portanto, confirmou a presença, já registrada pelo EALMG, e a estabilidade do /r/ retroflexo no Triângulo Mineiro.

Ao comparar alguns dados da coleta de Silva (2012) com os do presente estudo (ALiB), verificamos que, em Campina Verde, por exemplo, os resultados são divergentes. A Carta n°. 04 (figura 13) mostra uma coocorrência das variantes glotal (48%) e retroflexa (51%) nessa cidade, enquanto, na pesquisa de Silva (2012), foi obtido um resultado bem mais favorável ao uso do /r/ caipira, indicando 96% de realização contra apenas 4% do /r/ glotal. Em busca do motivo regente de tal diferença, verificamos que a informante de Silva (2012) teve somente um emprego durante sua vida e morou apenas um ano, na cidade de São Francisco de Sales, a 50 quilômetros de Campina Verde. Já, a informante do ALiB, na época, exercia a profissão de recepcionista, embora tivesse trabalhado como doméstica, babá, locutora e tratorista e morou, ao todo, oito anos em outros municípios de Minas (sete anos em São Simão-MG, 11 meses em Uberaba e 11 meses em Uberlândia).

Creditamos à mobilidade geográfica e social da informante a notória transição entre as duas variantes de /r/, já que a complexidade social aumenta o nível da variação linguística (LÓPEZ MORALES, 1993). Vale mencionar, ainda, que em meio a uma conversa informal com a inquiridora, a informante do ALiB relatou que, quando trabalhava como locutora, tentava disfarçar seu /r/ *puxado*. A partir disso, constatamos, também, uma variação mediada pela consciência sociolinguística que se faz mais presente na vida daqueles sujeitos cujo histórico social é mais complexo. Somando-se a isso, López Morales (1993) afirma que tal fator incide principalmente sobre as mulheres.

Para reforçar tais indícios, citamos também parte do diálogo estabelecido entre a entrevistadora do ALiB e a informante idosa de Lavras, lembrando que, seguida da informante jovem, é a responsável pela menor utilização do /r/ caipira nessa localidade. Vejamos:

IN Q.: E aqui as pessoas falam [pɔɾta]?

INF.: Fala, algumas fala [pɔhta].

IN Q.: Ah tá, não é todo mundo?

INF.: Não.

IN Q.: E você, qual você acha mais bonito? Falar [pɔɾta]? Ou falar [pɔhta]?

INF.: Eu acho [pɔhta]. [pɔɾta] eu acho muito... [...] mais grosseiro né, a gente fala mais grosseiro né!

IN Q.: Você acha?

INF.: Eu acho, [pɔhta], é mais delicado [...] agora, [pɔɾta] é mais grosseiro né.

Como é possível verificar, subjaz a essa fala uma atitude negativa dirigida ao [ɾ] por parte da informante o que deve ser creditado ao fato de as pessoas crerem que, se produzirem o [ɾ], serão vistas com menos prestígio pela sociedade ou como “caipiras”. Trata-se de atitudes baseadas em componentes subjetivos, baseados no “falar feio ou bonito”, “falar delicado ou grosseiro”.

É preciso, todavia, esclarecer que se, em alguns momentos, esses sentimentos negativos sobre o /r/ retroflexo interferiram em sua produtividade, no

resultado global, eles não foram suficientes para inibir a vida dessa variante na região Sul de MG.

Sobre o assunto, verificamos, ainda na pesquisa de Silva (2012), que existe um estigma, meramente no sentido de marca, acerca do /r/ retroflexo envolto no estereótipo do caipira. Por outro lado, existe uma relação de identidade linguística, talvez de prestígio encoberto, dos informantes com esse rótico. Esse possível sentimento foi evidenciado, sobretudo, nas respostas e na fala dos jovens. Resultado que pode estar associado ao novo perfil do caipira, atrelado ao crescente número de personalidades famosas que não se constrange ao realizar o /r/ *puxado*, como, por exemplo, Graziella Soares Massafra (Grazi Massafra, do *Big Brother Brasil*), Ana Maria Braga Maffei (Ana Maria Braga, das receitas culinárias), Hortência de Fátima Marcari (ex-jogadora de basquete), além dos comentaristas de futebol das principais emissoras de televisão paulista e dos jornalistas do Programa CQC, entre outros e, mais recentemente Mônica Iozzi, apresentadora do Vídeo Show que mantém um blog denominado #orrrgulho, com ênfase no [ɾ], para marcar sua identidade. Tais resultados, pois, levam a conjecturar que a vida do [ɾ], é longa, haja vista que os jovens o mantêm.

Os dados obtidos mediante a análise dos fatores sexo e idade, selecionados, em segundo lugar, pelo programa como variáveis favorecedoras do rótico em questão podem sustentar a conjectura feita por Silva (2012). Os pesos relativos e os números percentuais indicados pela rodada *binomial* indicam que os maiores responsáveis pelo uso do [ɾ] são os homens jovens (P.R .577) seguidos dos idosos (P.R .548). Em contrapartida, as mulheres, independentemente da idade, foram as que menos utilizaram essa variante, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Fatores *sexo* e *idade*, nos dados de Minas Gerais
(N. retroflexo = 314; N. total = 1029)

Sexo e Idade	P.R	%	N. retroflexo	N. total
homem jovem	.577	37	96	258
mulher jovem	.455	26	69	260
homem idoso	.548	34	89	258
mulher idosa	.418	23	60	253

Input: 0.302/Significance: 0.003

Tais resultados convergem com os de São Paulo e, novamente, parecem indicar dois quadros distintos quanto ao uso do /r/ retroflexo. Em outros termos, enquanto entre as mulheres há certa resistência no uso da variante caipira, entre os homens, sobretudo entre os jovens, há um aumento. Mais uma vez lembramos que nesses cenários pode atuar o jogo social de figuras que a língua emite, conforme demonstramos ao citar os casos das informantes de Campina Verde e de Lavras que podem indicar alguns dos motivos da resistência feminina frente ao /r/ caipira.

Até este ponto, tratamos os resultados do ALiB, comparando-os, em determinados momentos, com os obtidos por Silva (2012), no Triângulo Mineiro. Para um estudo mais amplo, na subseção (A), analisamos os dados da presente pesquisa e os relacionamos aos do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO et al., 1977).

A) O /R/ Retroflexo em MG: Dados do ALiB x Dados do EALMG

O *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* - EALMG - (RIBEIRO et al., 1977) traz seis cartas cujos vocábulos apresentam o /r/ retroflexo em contexto de coda silábica, a saber: 2- *arco-íris*, 3- *arco-da-velha*, 5- *orvalho*, carta 8- *mormaço*, 26- *estrela dalva* e 29- *salto mortal*⁵⁴. A análise dessas cartas evidencia que a abrangência da variante retroflexa recobre 36 pontos de inquérito, perfazendo 31% do total de localidades (116).

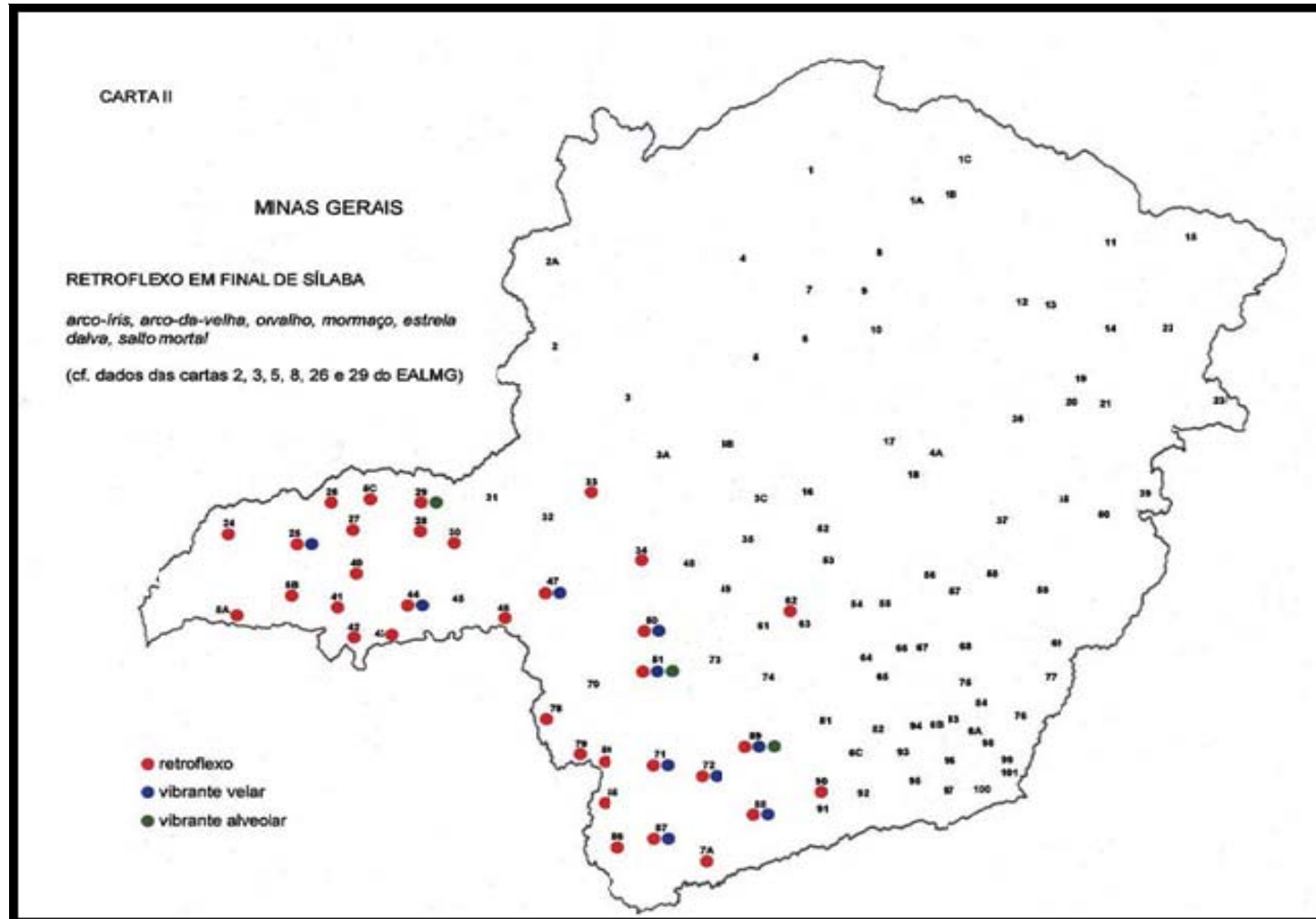
Um estudo mais detalhado desses mapas revela que os pontos com [ɾ] nas cartas 2 e 3, do (EALMG) estão no limite com o leste de São Paulo, e outra no extremo oeste, na Região do Triângulo Mineiro. Próximas a essas áreas temos, no Centro-Oeste Mineiro, Patos de Minas e São Gotardo. Da carta 5, consta apenas uma ocorrência na Região Sudeste de Minas e, na 8, o [ɾ] se estende por toda a região contígua ao estado paulista. Por fim, nas cartas 26 e 28, essa variante localiza-se no leste de SP.

Citamos novamente Castro (2006, p.111) que, no seu estudo sobre a resistência dos traços caipiras na fala de Minas Gerais, amalgamou os resultados dos seis mapas citados em uma única carta (figura 14) com a distribuição do /r/

⁵⁴ Conferir anexos B, C, D, E, F e G.

retroflexo, permitindo a visualização de ocorrências exclusivas desse rótico, bem como, sua coocorrência com a vibrante velar, com a vibrante alveolar, ou com ambas. Com essa carta, a pesquisadora reitera a predominância do /r/ caipira na fronteira paulista, bem como a alternância desse rótico com outras realizações, conforme adentramos o interior mineiro.

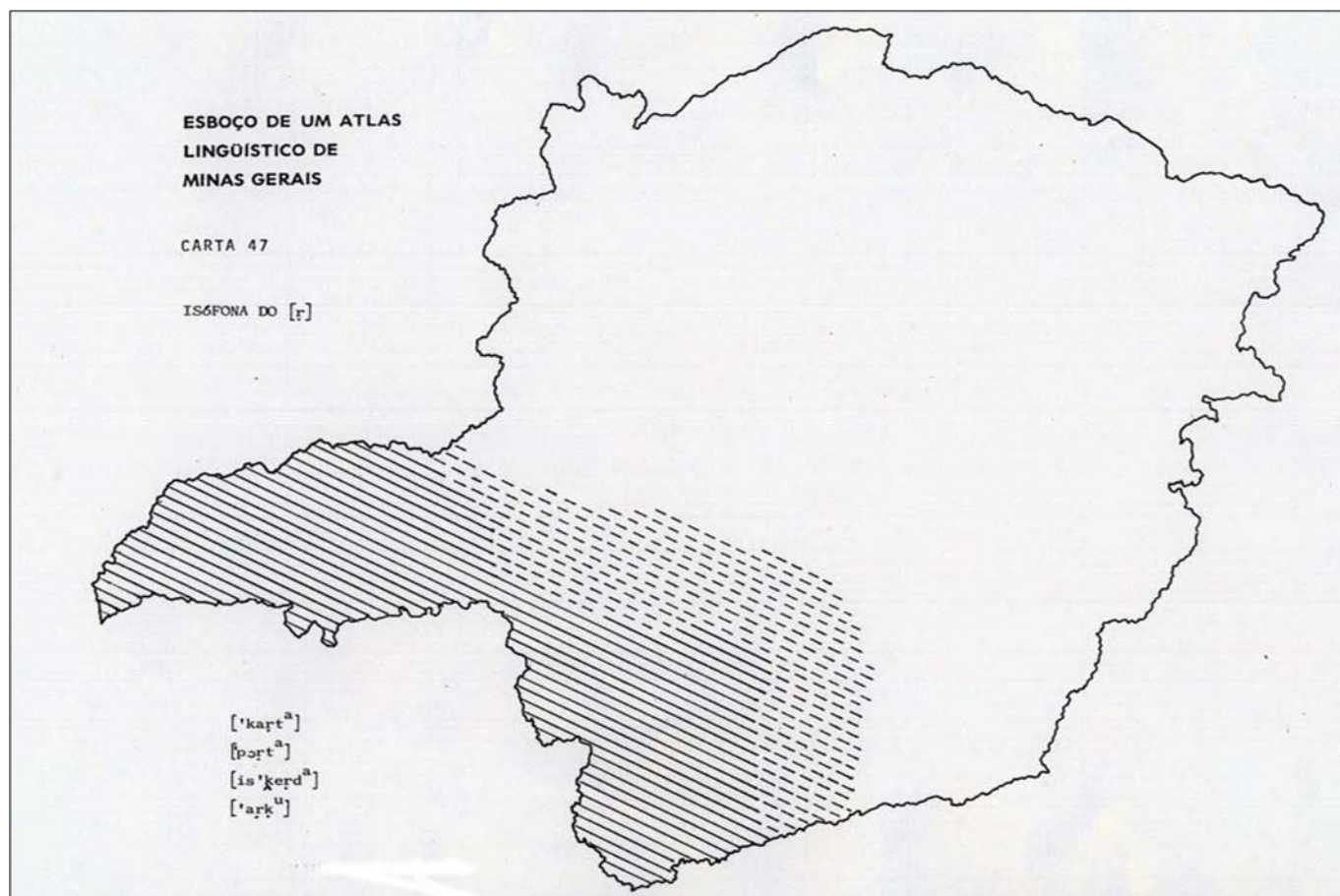
Figura 14 – Carta II Retroflexo em final de sílaba (CASTRO, 2006)



Fonte: CASTRO, Vandersí Sant' Ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas Lingüísticos regionais brasileiros*. 2006. 225 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas

Esses dados são, ainda, complementados pelo estudo da carta 47 (figura 15) do EALMG, responsável por apresentar a isófona da variante.

Figura 15 - Carta 47 do EALMG (1977). Isófona do /r/ retroflexo



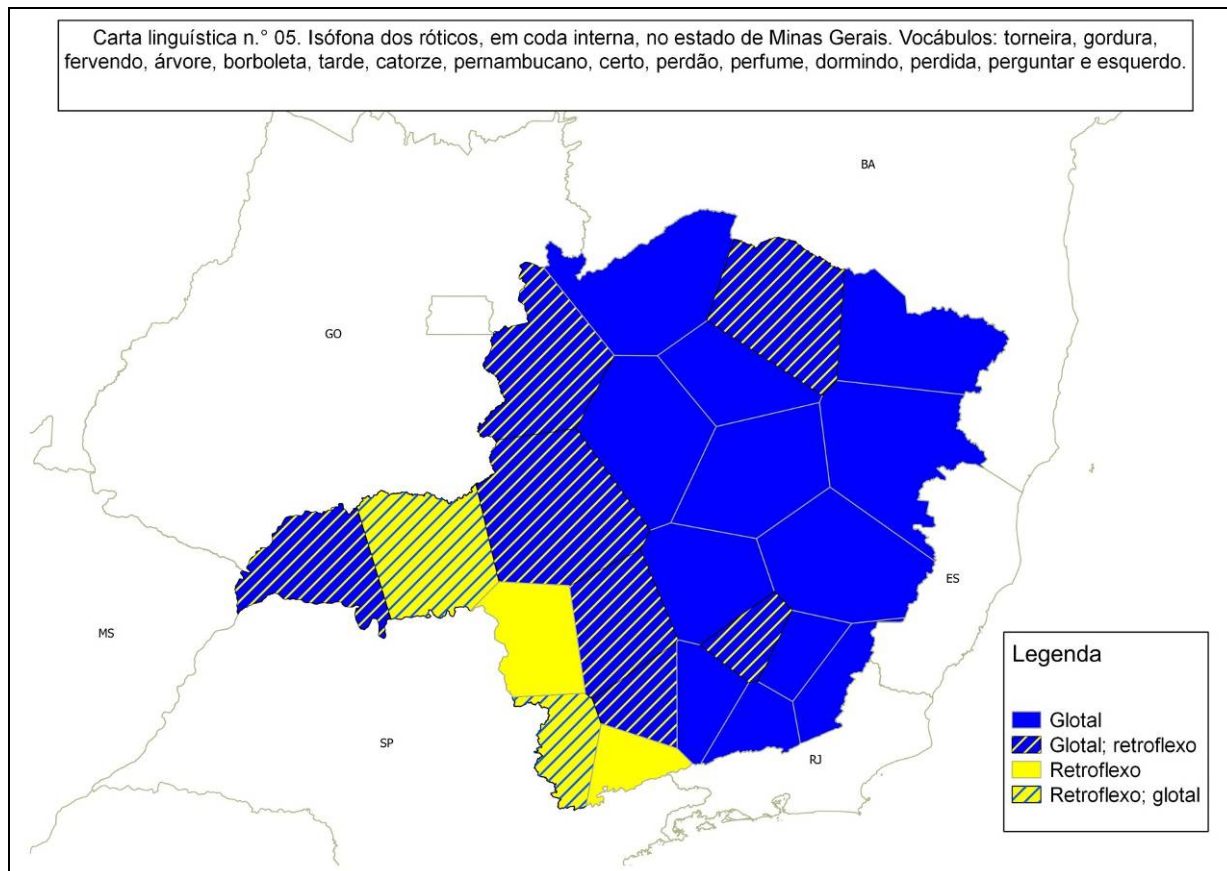
Fonte: RIBEIRO, José et.al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

As hachuras contínuas da Carta 47 do EALMG (figura 15) representam a região na qual a variante caipira predomina e as intercaladas delimitam o espaço onde esta coocorre com outras variantes de /r/. Até onde foi possível verificar, as cidades situadas dentro da zona de predominância do /r/ retroflexo são: na região do Triângulo, Araguari, Campina Verde, Centralina, Comendador Gomes, Frutal, Ituiutaba, Iturama, Monte Alegre, Prata, Sacramento, Santa Vitória, Uberaba, Uberlândia e Veríssimo. Já na região Sul, Alfenas, Caxambu, Formiga, Guaxupé, Itajubá, Lavras, Muzambinho, Ouro Fino, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Sebastião do Paraíso e Varginha. Na zona de alternância, estão localizados municípios como os de: Barbacena, Dolores do Indaiá, Patos de Minas, São Gotardo, Bambuí, São João Del Rey, entre outros.

As sete cartas analisadas do EALMG ratificam os resultados da presente tese, indicando que o [ɾ] concentra-se na região limítrofe ao estado de São Paulo e perde força conforme adentra o centro e o norte mineiros. Para ilustrar tais resultados, elaboramos por meio dos dados do ALiB a Carta n° 5 (figura 16) que traz a isófona do /r/⁵⁵, apresentando, assim como o mapa 47 do EALMG (figura 13), uma visão mais ampla da distribuição dos róticos.

⁵⁵ Suprimimos dois casos de tepe e dois de glotal em Januária; três ocorrências do /r/ retroflexo em Unai e Pedra Azul; um tepe e um retroflexo em Montes Claros; um tepe em Teófilo Otoni; em Campina Verde e em Belo Horizonte; um glotal em Passos; um retroflexo em Viçosa e em Muriaé; um tepe, um retroflexo e um velar em Juiz de Fora.

Figura 16 – Carta linguística n.º 05. Isófona dos róticos, em coda interna, no estado de Minas Gerais – dados do ALiB



As regiões coloridas contínuas representam, no caso do azul, a área de ocorrência do /r/ glotal e, no caso, do amarelo, a região predominante do /r/ retroflexo. As hachuradas, por sua, vez, delimitam as zonas onde essas duas variantes ocorrem juntas, predominando a cor base.

Com exceção de Pedra Azul, que não faz parte da rede de pontos do EALMG, e das cidades de Ouro Preto, Janaúba e Unaí, constatamos que as áreas de difusão do [ɾ] da presente pesquisa coincidem com as do atlas, a saber: Uberlândia; Passos; Campina Verde; Patos de Minas; Poços de Caldas; Itajubá; Lavras; Formiga; São João Del Rei.

Com base no conjunto de cartas apresentadas, isto é, as sete do EALMG e as duas elaboradas com dados do ALiB, verificamos que o [ɾ] compreende o sul de Minas, sobretudo, a zona fronteira com o estado de São Paulo, recobrando, integralmente, as zonas do Triângulo e do Sul além de

determinadas áreas do Alto do Parnaíba, Alto do São Francisco, da Mata e Campo das Vertentes.

Para finalizar, no tocante, estritamente, aos dados desta pesquisa, verificamos a ocorrência, embora acanhada, do /r/ retroflexo em Janaúba, Montes Claros e Januária, localizadas no Norte do estado, na região do Médio São Francisco e em Pedra Azul, situada no Nordeste de Minas. Todavia, como a frequência dos registros é baixa, respectivamente 8%, 2%, 2%, 5%, não podemos afirmar que o [r] tenha resistido nessas regiões. Tais indícios, porém, não devem ser desconsiderados, ensejando uma pesquisa com um *corpus* mais robusto capaz de verificar tais áreas e comprovar se, de alguma forma, a variante caipira já estava infiltrada desde o século XVIII em localidades exploradas pelos bandeirantes paulistas, tal como ocorreu com Montes Claros⁵⁶.

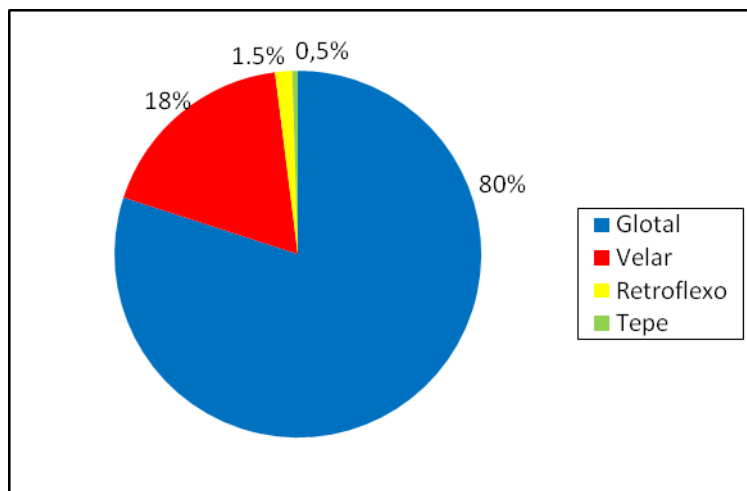
5.1.3 No Estado do Rio de Janeiro⁵⁷

No estado do Rio de Janeiro, por meio da análise dos 14 pontos de inquérito, foram registrados 793 róticos⁵⁸, apresentando as seguintes variantes: glotal (636), velar (140), retroflexo (12) e tepe (05). As respectivas porcentagens são apresentadas no Gráfico 6.

⁵⁶ Consta do site da prefeitura de Montes Claros que as terras do atual município, por volta do ano de 1768, receberam uma expedição, denominada Espinosa, composta por 12 bandeirantes que desbravaram a região à procura de pedras preciosas e embrenharam-se pelo sertão do Norte da Capitania de São Paulo e Minas.

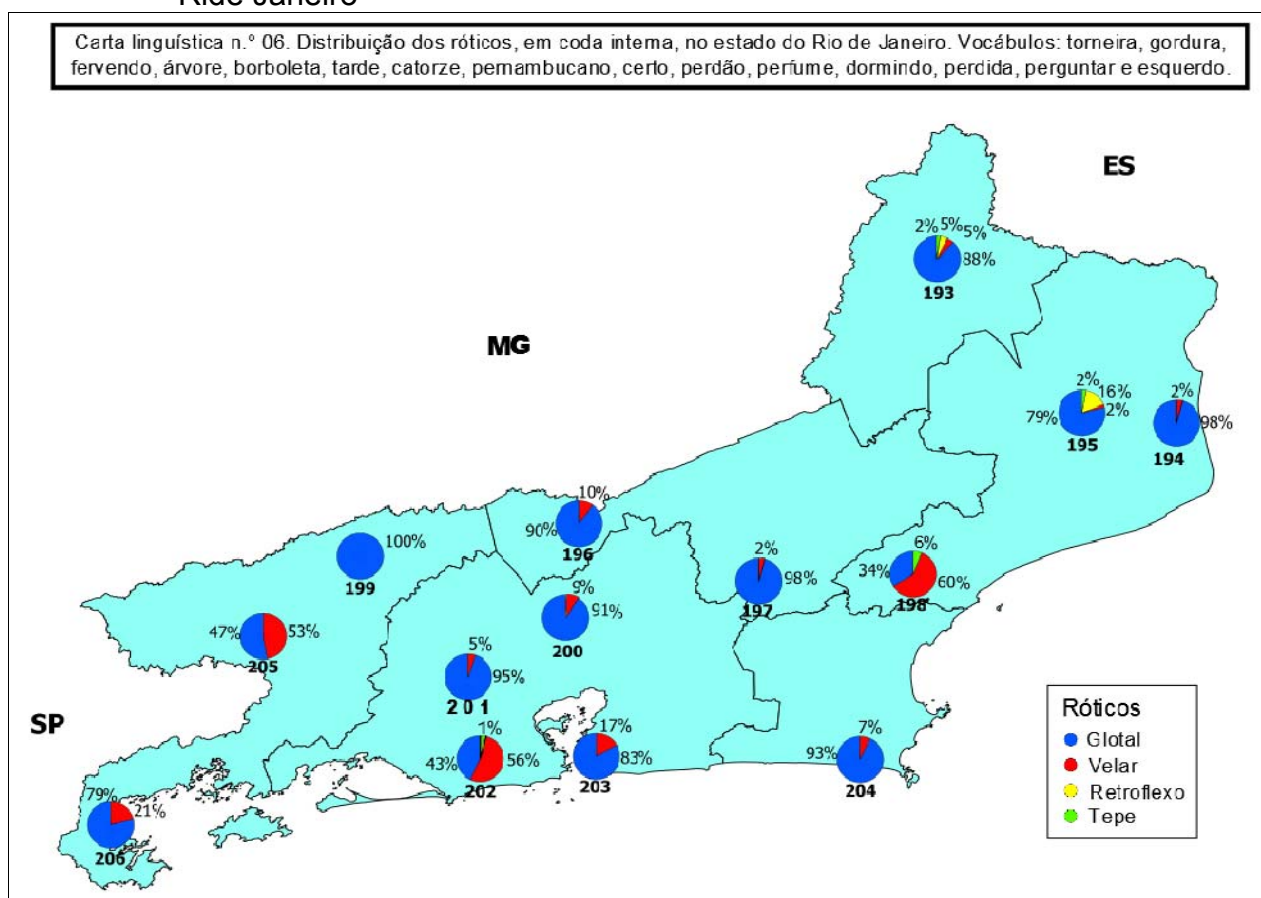
⁵⁷ Devido a problemas técnicos, informados pela equipe do Atlas Linguístico do Brasil-RJ, nesta pesquisa, não contamos com as seguintes gravações: inquéritos (parte QFF) 01,02 e 04 de Macaé (198), inquérito 04 de Valença (199) e a parte do QFF do informante 04, de Barra Mansa (205). Advertimos que, por isso, os resultados referentes a tais pontos podem, futuramente, apresentar discrepâncias, ou até mesmo, não representar fielmente a realidade rótica da localidade, especialmente no caso de Macaé, já que dispomos apenas da fala de um informante.

⁵⁸ Foram suprimidas sete ocorrências de apagamento, são elas: duas nas palavras *pernambucano* (informante 03 de Campos dos Goytacazes e informante 04 de Arraial do Cabo); *borboleta* (informante 02 de Campos e de Arraial do Cabo); e *catorze* (informante 02 de Itaperuna e informante 02 de Niterói); uma em *dormindo* (informante 02 de Itaperuna).

Gráfico 6 – Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado do Rio de Janeiro

O rótico predominante no estado do Rio de Janeiro é o glotal (80%), seguido do velar (18%). Verificamos, ainda, a ocorrência pouco expressiva das variantes retroflexa (1.5%) e tepe (0.5%). A fim de obter uma visualização mais ampla e demonstrar a distribuição geográfica dessas variantes, bem como as porcentagens obtidas em cada ponto, elaboramos a carta linguística n.º 06 (figura 17).

Figura 17 - Carta n.º 06. Distribuição dos róticos, em coda interna, no estado do Rio de Janeiro



Lista de pontos: 193 Itaperuna, 194 São João da Barra, 195 Campos dos Goytacazes, 196 Três Rios, 197 Nova Friburgo, 198 Macaé, 199 Valença, 200 Petrópolis, 201 Nova Iguaçu, 202 Rio de Janeiro, 203 Niterói, 204 Arraial do Cabo, 205 Barra Mansa, 206 Parati.

A Carta n.º.06 (figura 17) mostra que o /r/ caipira é realizado apenas em Itaperuna (ponto 193), cidade localizada no Noroeste do estado e, em Campos dos Goytacazes (ponto 195), situada na região Norte. Na primeira localidade, obtivemos 5% (03) de uso desse rótico e, na segunda, a porcentagem aumenta para 16% (09).

O polimorfismo rótico registrado neste trabalho, bem como a área de realização da variante caipira são confirmados e acentuados pela pesquisa sociolinguística de Brandão (2014) que, ao analisar 1.845 ocorrências do /r/, em contexto medial, coletadas, em 1997, em 13 comunidades das regiões Norte e Noroeste do RJ, registrou os seguintes resultados: 5% de tepe, 21% de vibrante alveolar, **13% de /r/ retroflexo** (grifo nosso), 44% da fricativa velar, 8% da aspirada e 10% de cancelamento. Ao amalgamar tais resultados, deixando de lado o zero

fonético, a autora constatou que as variantes [+ ant], isto é, o tepe, a vibrante alveolar e a retroflexa correspondem a 43% dos dados, já as variantes [-ant] (velar e aspirada) representam 57% das realizações, sendo, pois, a norma regional das comunidades estudadas.

Segundo Brandão (2014), atuam na realização das variantes [+ant] fatores sociogeográficos, haja vista sua concentração entre a terceira faixa etária (65%) frente à primeira (15%). Além disso, a tendência de uso de tais variantes é maior entre as comunidades com traços mais rurais.

Nossos resultados assemelham-se, ainda, aos registrados pelo *Atlas Fonético do Entorno da Baía de Guanabara – AFeBG* (LIMA, 2006), cuja rede de pontos contempla as localidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Itaboraí. Esse atlas contém 30 cartas que apresentam o /r/ em coda silábica interna, com as quais elaboramos a Tabela 6 que traz as porcentagens de cada variante no AFeBG.

Tabela 6 – Distribuição dos róticos, em coda interna, no AFeBG (2006)

Localidades AFeBG	[h]	[ø]	[x]	[r]	[ɾ]	Total
1. Nova Iguaçu	107/71%	25/17%	18/12%	-	-	150/100%
2. Duque de Caxias	102/87%	15/13%	-	-	-	117/100%
3. Magé	116/71%	30/18%	-	16/10%	2/1%	164/100%
4. Itaboraí	109/81%	26/19%	-	-	-	135/100%
Total	434/77%	96/17%	18/3%	16/3%	2/0.3%	566/100%

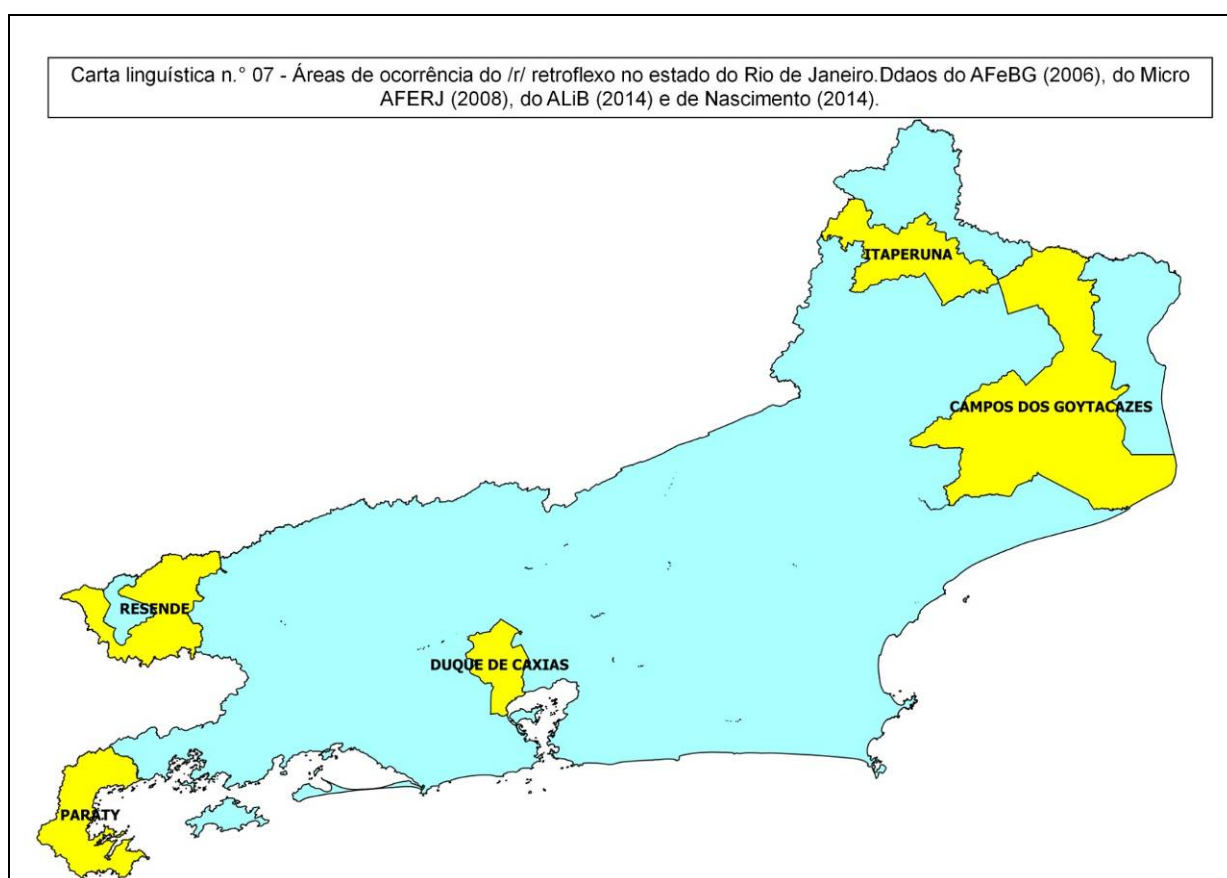
Guardadas as devidas proporções entre os *corpora*, verificamos que, exceto os casos de apagamento, na contagem total, os resultados são semelhantes. Na presente pesquisa, obtivemos, conforme ilustra o gráfico n.º.6, 77% da variante glotal, 22% da velar, 1% da retroflexa e 0.6% da tepe. Já, nos dados do AFeBG (2006), as porcentagens são respectivamente 77%, 18%, 0.3% e 3%.

No que tange, especificamente, ao /r/ caipira, o AFeBG (2006) registra duas ocorrências nas cartas 053- *carnaval* e 273- *virgem*, na fala da informante idosa de Magé, cidade situada na região metropolitana do Rio de Janeiro. No Micro AFERJ (2008), a realização do [ɾ] concentra-se em Resende, localidade Sul Fluminense. Nascimento (2009), ao analisar 5.972 róticos recolhidos nas

idades de Petrópolis, Itaperuna e Parati, registra somente quatro casos na última localidade.

A fim de esboçar um mapa que demonstre a presença do /r/ caipira no estado do Rio de Janeiro, compilamos os dados das obras citadas, e elaboramos a Carta n.º. 07 (figura 18).

Figura 18 – Carta n.º.07 – Áreas de ocorrência do /r/ retroflexo, no estado do Rio de Janeiro. Dados do AFeBG (2006), do Micro AFERJ (2008), do ALiB (2014) e de Nascimento (2009)



Como é possível verificar, os resultados referentes ao /r/ retroflexo de que dispomos não são suficientes para traçar áreas de concentração dessa variante, já que sua presença é esparsa e se dá ora no Norte e Noroeste, ora na região metropolitana e no Sul.

No que diz respeito à influência das variáveis adotadas, constatamos que o /r/ caipira é registrado na fala da informante idosa, nos itens *esquerdos*, *fervendo* e *tarde*. Na voz do informante da segunda faixa etária, repete-se nestes três últimos vocábulos e realiza-se, ainda, em *torneira*, *gordura*, *árvore*, *perdão*,

perdida e *perguntar*. Embora contemos apenas com uma dúzia de ocorrências, verificamos que é o homem idoso quem mais utiliza o /r/ retroflexo.

A variante tepe, da mesma forma que a retroflexa, não apresenta linearidade, ocorrendo apenas uma vez em Itaperuna (ponto 193) e em Macaé (ponto 198) no vocábulo *pernambucano*; duas em Campos dos Goytacazes (ponto 195), em *fervendo* e em *borboleta* (inf.03) e uma na capital (ponto 202), no item *gordura*, perfazendo o total de cinco registros, sempre realizados na fala dos informantes da segunda faixa etária.

No AFeBG (2006), foram registrados 16 casos, conforme mostra a tabela 5. No Micro AFERJ (2008), o [r] foi verificado em São Francisco de Itabapona, Quissamã, Itaguaí, Parati, Porciúncula, Cantagalo e em Resende.

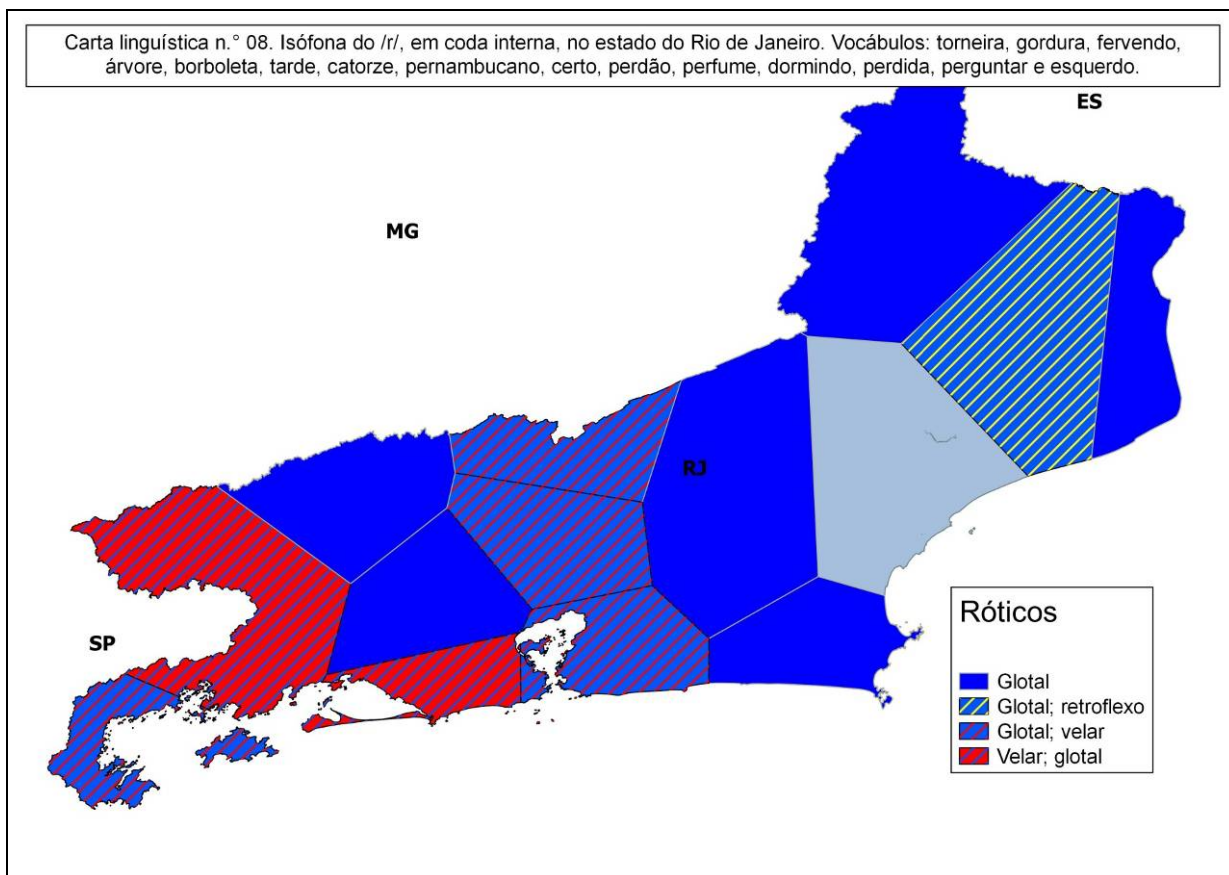
Ratificando os presentes dados, nos dois atlas, os casos de tepe recaem sempre entre os informantes idosos, fenômeno verificado também entre as ocorrências do /r/ caipira. Dessa forma, se a análise do [r] e do [r̥] não permite traçar isófonas no estado do RJ, possibilita conjecturar o fator idade como favorável para a sua realização. Todavia, dispomos de poucos dados para confirmar tal hipótese.

Como mostra a carta linguística n.º 06 (figura 18), a variante glotal, norma na fala fluminense, só não predomina em Macaé (198), na capital (202) e em Barra Mansa (205), atingindo respectivamente os percentuais de 34%, 56% e 53%. Nos demais pontos, os índices variam entre 79% e 100%. Os resultados apurados nesta pesquisa, isto é, a predominância do /r/ glotal em coda silábica interna, bem como sua alternância com a variante velar, em alguns pontos, encontra-se registrada no já mencionado AFeBG (LIMA, 2006) e no Micro AFERJ (ALMEIDA, 2008), que das 12 localidades investigadas, oito apresentam o [h].

A variante velar, por sua vez, concentra-se em Barra Mansa e na capital. Os dados desta última localidade revelam, ainda, que esse rótico é o preferido dos informantes com Ensino Superior, pois atinge 63% de uso, frente a 37% de sua concorrente. Já, entre os indivíduos com formação Básica os números se invertem, indicando 67% de realizações glotais contra 33% de velares m de delimitar a ocorrência do /r/, em coda silábica interna, no estado fluminense,

elaboramos a Carta n.º.08 (figura 19)⁵⁹ que traz a isófono dos róticos obtidos e detalhados nesta análise. Vejamos:

Figura 19 – Carta n.º 08. Isófono do /r/, em coda silábica, no estado do Rio de Janeiro



A Carta da isófono do /r/ (figura 19) ilustra a discussão realizada, até este ponto, ratificando a predominância da variante glotal, representada pela cor azul, que abrange praticamente todo o estado, exceto parte da região Sul e da Metropolitana, representadas, por sua vez, pelo fundo vermelho que indica a presença majoritária do /r/ velar.

As áreas hachuradas correspondem às regiões nas quais ocorrem dois róticos, sempre prevalecendo a cor base. Dessa forma, é possível visualizar a

⁵⁹ Para a realização desta carta, trabalhamos apenas com as ocorrências róticas cujos índices atingem acima de 5% por acreditar que uma porcentagem mais baixa pode não representar a realidade rótica da localidade. Os casos suprimidos foram: 2% de tepe, 5% de retroflexo e 5% de velar, em Itaperuna; 2% de velar em São João da Barra e em Nova Friburgo; 2% de velar e 2% de tepe, em Campos dos Goytacazes; 5% de velar em Nova Iguaçu; 1% de tepe na capital. Além disso, neste mapa, não utilizamos os dados de Macaé por contarmos apenas com os dados de um informante, conforme já comentado.

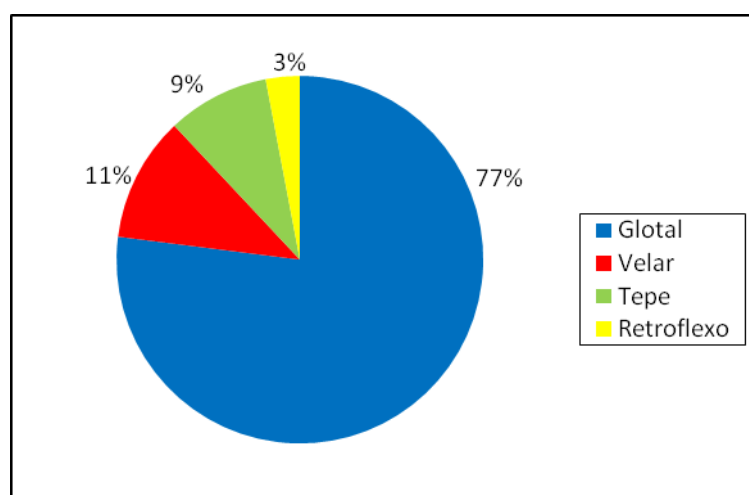
coocorrência das variantes glotal e velar, sobretudo, na área Central do estado, já o /r/ caipira ocorre apenas na região Norte, conforme já discutido.

Em síntese, a análise do /r/, em coda interna, no estado do Rio de Janeiro, permite afirmar que: (i) as variantes glotal (77%) e velar (22%), juntas representam a norma na fala do estado. Esta última, de acordo com os dados da capital, parece ser influenciada pelo fator escolaridade; (ii) as variantes retroflexa (1%) e tepe (0.6%) não apresentam uma linearidade diatópica e indicam estar condicionadas pelo fator idade (segunda faixa etária); (iii) o apagamento não se apresenta vigoroso em contexto interno, pois ocorre apenas em sete registros e de forma dispersa.

5.1.4 No Estado do Espírito Santo

Os dados referentes às cinco localidades capixabas⁶⁰ oferecem o total de 332 registros de /r/ em coda silábica⁶¹, sendo 258 de glotal, 36 de velar, 32 de tepe e 11 de retroflexo. As porcentagens referentes a cada rótico são apresentadas no Gráfico n.º 7.

Gráfico 7 – Ocorrência dos róticos, em coda interna, no estado do Espírito Santo



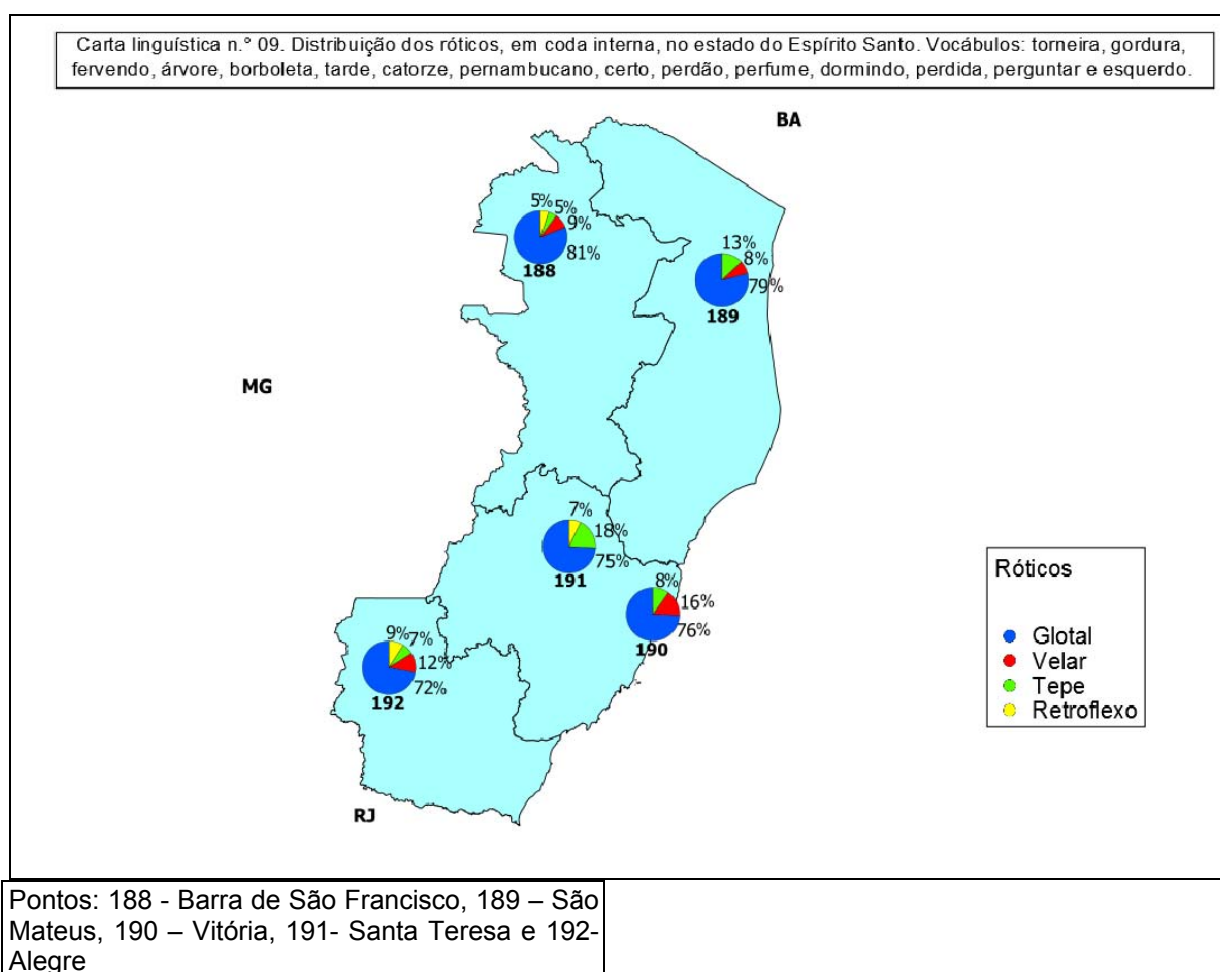
⁶⁰ Devido a problemas técnicos ocorridos com a gravação, não contamos com os dados do informante jovem de Santa Teresa (ponto 191).

⁶¹ Além de 05 ocorrências de apagamento: uma em Barra Mansa (188), no item *borboleta* (informante 01); quatro em Vitória (190), nos vocábulos *pernambucano* e *dormindo* (informante 04); em *catorze* (informante 03) e em *tarde* (informante 07).

O Gráfico 7 mostra a predominância do /r/ glotal (77%), configurando esse rótico como norma na fala do ES. Além disso, revela que o estado, ao lado de São Paulo (8%), é o que mais utiliza a variante tepe (9%) e que esta coocorre com a velar (11%). Verificamos, ainda, que a presença do /r/ caipira (3%), embora pouco expressiva, é maior que a registrada no RJ (1%).

A distribuição geográfica desses róticos, bem como suas respectivas porcentagens são apresentada na Carta n.º 09 (figura 20)⁶².

Figura 20 – Carta linguística n.º09. Distribuição dos róticos, em coda, interna, no estado do Espírito Santo



Como apresenta a Carta n.º 09 (figura 18), nas cinco localidades investigadas do estado, há polimorfismo rótico, sobretudo nos pontos 192 (Alegre) e 188 (Barra de São Francisco), o primeiro pertencente à mesorregião Sul e o segundo à Noroeste. As duas cidades citadas somadas ao ponto 191 (Santa

⁶² Levando em consideração o alto grau de polimorfismo, optamos por não elaborar a carta isófona como fizemos com os demais estados.

Teresa), da região Central, são as que apresentam as realizações do [r], juntas contabilizando 11 registros. Nesta última, o índice de ocorrência atinge os 7% (03); em Alegre, que apresenta o maior registro, 9% (05) e, em Barra de São Francisco, o menor, 5% (03). Vale lembrar que as realizações do [r], nesta última localidade, são advindas da fala do homem da segunda faixa etária que morou dois anos no estado do Paraná, fato que pode ter motivado o uso desse rótico.

Conforme é possível verificar, o /r/ retroflexo ocorre na parte interior do estado em direção a Minas Gerais. Todavia, acreditamos que os dados são numericamente insuficientes para comprovar se, de fato, é esse o fator que rege a presença dessa variante no solo capixaba.

Ainda sobre o [r], verificamos que sua presença, mediante os fatores linguísticos e extralinguísticos, deu-se da seguinte forma: uma ocorrência no item, *perguntar*, na fala do informante jovem; uma em *gordura, tarde, perdida, perguntar* e duas em *esquerdo, catorze e perdão*, todas na fala do idoso. Tais resultados não permitem comprovar a influência de fatores linguísticos. No entanto, corroboram, por meio do fator sexo, os resultados dos demais estados e, especificamente, com o fator idade, os dados do RJ, o que possibilita conjecturar que são os homens, os que mais utilizam o /r/ caipira.

Tratando dos demais registros, averiguamos que o [h], rótico predominante, varia entre 72% a 81% em todo o território. A variante velar, por sua vez, só não ocorre em Santa Teresa, onde foi obtido o maior número de casos do [r] (18%) que, igualmente, encontra-se presente em todos os pontos.

A carta n°.09 revela, como já afirmamos, que o pano de fundo rótico é representado pela variante glotal. Todavia, a ocorrência simultânea de pelo menos três róticos em cada ponto, sem contar os casos de apagamento, torna difícil o estabelecimento de isófonas das demais variantes, caracterizando o estado do ES como o responsável pela maior variação de /r/, em coda silábica, do Sudeste brasileiro.

Podemos afirmar, debruçados nesses resultados, que o alto grau de polimorfismo rótico constatado reflete diretamente a ocupação do território, apresentada no primeiro capítulo desta tese. Dito de outra forma, é possível vincular a presença do [r], do [h] e do [x] ao histórico de migração de mineiros, paulistas e fluminenses e a presença do [r] à influência dos imigrantes italianos, uma das etnias mais numerosas que se fixou no estado.

Entretanto, acreditamos que tais assertivas merecem e precisam ser comprovadas por meio de uma pesquisa mais abrangente.

Cumprido o objetivo de tratar separadamente dos dados de cada estado, apresentando com detalhes a distribuição geográfica, bem como os fatores atuantes nos resultados na realização de cada rótico, desenvolvemos o subtópico 4.1.5, a fim de retomar, sinteticamente, as questões, até aqui discutidas, que permeiam a realização do /r/ retroflexo.

5.1.5 Síntese dos Resultados sobre o /R/ Retroflexo em Coda Interna

Com o objetivo de expor, de forma clara e resumida, a atuação dos fatores linguísticos e extralinguísticos na realização do /r/ caipira, elaboramos o quadro 2 que apresenta, sinteticamente, tais informações, divididas por estado.

Quadro 2 – Atuação dos fatores linguísticos e extralinguísticos na realização do /r/ retroflexo

Fator	Geográfico	Linguístico	Extralinguístico
São Paulo	Apresenta-se como norma em todo o estado, exceto na Capital e em Santos.	Leve tendência entre as lexias <i>torneira</i> , <i>catorze</i> e <i>pernambucano</i>	Ocorre, com mais vigor, entre os homens, sobretudo, entre os jovens
Minas Gerais	Apresenta-se como norma na faixa limítrofe ao estado de São Paulo, abarcando parte do Sul e do Triângulo Mineiro.	Leve tendência entre as lexias <i>perguntar</i> e <i>borboleta</i> .	Ocorre, com mais vigor, entre os homens, sobretudo, entre os jovens.
Rio de Janeiro	Norte e Noroeste.	Ocorre duas vezes em <i>tarde</i> , <i>fervendo</i> e <i>esquerdo</i> e uma <i>torneira</i> , <i>gordura</i> , <i>árvore</i> , <i>perdão</i> , <i>perdida</i> e <i>perguntar</i> .	Das 12 ocorrências, nove advêm da fala do homem idoso e três, do jovem.
Espírito Santo	Noroeste, Sul, Centro.	Ocorre duas vezes em: <i>perguntar</i> , <i>esquerdo</i> , <i>catorze</i> e <i>perdão</i> e uma vez em <i>tarde</i> <i>perdida</i> e <i>gordura</i> .	Das 11 ocorrências, dez ocorrem na fala do homem idoso e uma na do jovem.

Como explicamos nas análises individuais, apenas em São Paulo o programa apresentou o fator linguístico como relevante. Todavia, parece-nos válido mencionar sua atuação nos demais estados, a fim de que estudos futuros possam ratificar ou retificar tais resultados.

No que diz respeito aos fatores extralinguísticos, os dados dos quatro estados indicam que o responsável pela maior utilização do /r/ caipira é o homem. Levando em consideração que os dados de São Paulo e Minas são os mais robustos, constatamos que são os homens jovens os mantenedores do /r/ caipira.

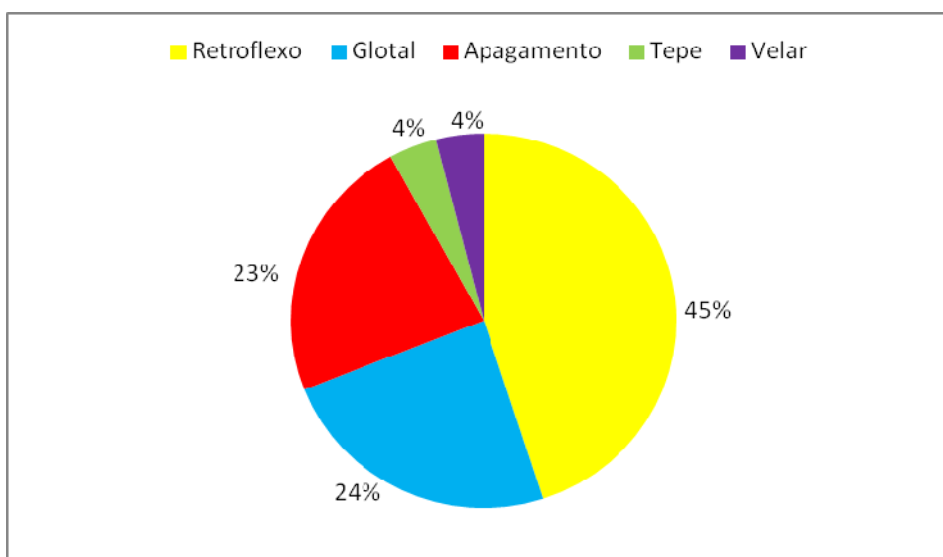
No entanto, o fator preponderante para a presença do /r/ retroflexo é o geográfico e está atrelado, conforme já discutido, à sócio-história de São Paulo que, conseqüentemente, incide na constituição dos demais estados.

5.2 O /R/ RETROFLEXO EM CODA EXTERNA

A) Nos Substantivos

Nesta parte da descrição e análise, tratamos dos dados em que o /r/ se encontra em posição de coda externa, entre os substantivos *colher*, *liquidificador*, *calor* e *mulher* e, num segundo momento, entre os verbos no infinitivo *varrer*, *botar*, *montar*, *trabalhar*, *rasgar*, *beijar*, *encontrar*, *perguntar* e *sair*.

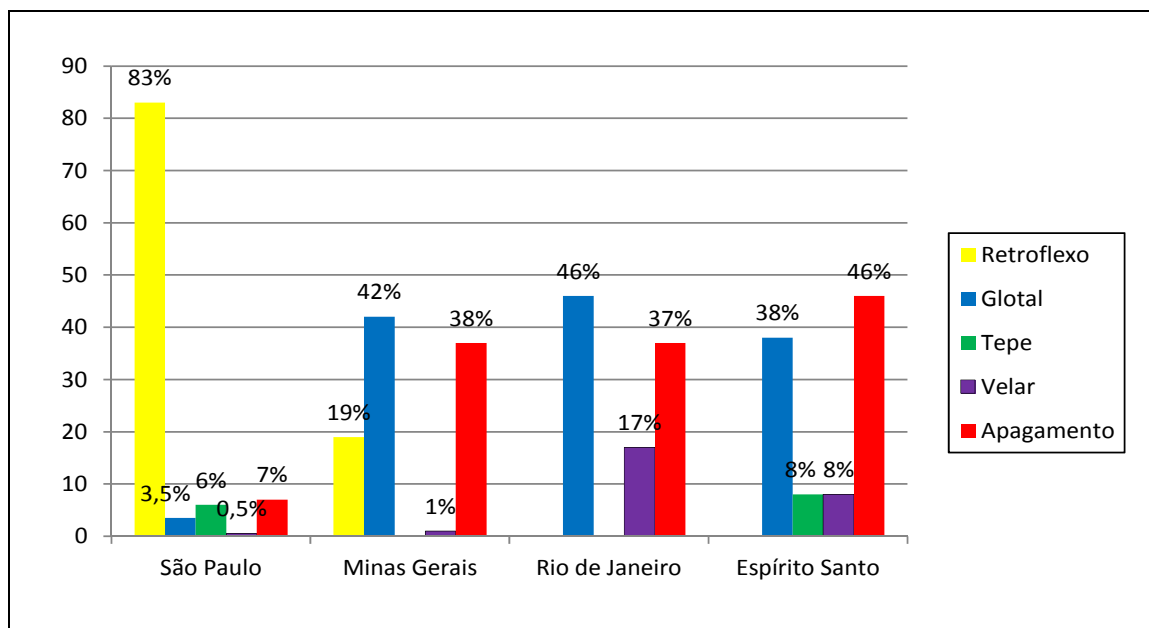
Entre a categoria dos nomes, registramos o total de 1.304 realizações, contabilizando 45% da variante caipira, 24% da glotal, 23% de apagamento e 4% da tepe e da velar, conforme traz o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Ocorrência dos róticos, em coda externa, nos substantivos

Nossos resultados referentes à classe dos nomes, quando analisados mediante a distribuição espacial corroboram os dados levantados sobre o /r/ em coda interna, pois, em São Paulo, o /r/ caipira (83%) é predominante. Quanto aos demais estados, constatamos que somente em Minas Gerais (19%) esse rótico se faz presente de forma significativa. Os números confirmam, também, a ocorrência do tepe, apenas na fala paulista (6%) e na capixaba (8%).

O [h] atinge seu maior percentual de uso (46%) no Rio de Janeiro, seguido de Minas (42%) e do Espírito Santo (38%). Já, o /r/ velar, apresenta um registro expressivo, apenas na fala fluminense (17%), como traz o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Distribuição diatópica dos róticos, em coda externa, entre os substantivos



Tratando, especificamente dos dados obtidos em São Paulo, contabilizamos, entre os substantivos, 618 ocorrências, sendo 83% da variante retroflexa, 7% da apócope de /r/, 6% de tepe, 3,5% de glotal e 0,5% de velar, conforme os dados do Gráfico 9. Uma análise mais detalhada demonstra que a capital (9%), Itanhaém (50%), Caraguatatuba e Sorocaba (62%), Bragança Paulista (66%), Teodoro Sampaio (68%), Araçatuba e Capão Bonito (75%) e Santos (0%) apresentam os menores índices de realização do /r/ caipira. Vale destacar que esses pontos oferecem, também, na análise do /r/ em coda interna, um menor registro do /r/ retroflexo quando comparadas às demais, como pode ser verificado na seção 5.1.1 deste mesmo capítulo. Nas outras localidades, a ocorrência oscilou entre 82% e 100%.

Em Minas Gerais, registramos 380 realizações, sendo 161 de [h], 142 de [ø], 72 de [ɾ] e 5 de [x], correspondendo respectivamente a 42%, 38%, 19% e 1%. Assim sendo, a primeira posição rótica é do /r/ glotal e a segunda, antes ocupada pelo /r/ retroflexo, coube ao apagamento. As localidades de Passos (94%), Campina Verde (81%) e Uberlândia (81%), na região do Triângulo Mineiro; Itajubá (88%), Poços de Caldas (63%) e Lavras (56%), na região Sul, são as que mais apresentam casos do /r/ caipira, ratificando, igualmente, os dados obtidos por meio do /r/ em coda interna.

O número de apagamento do rótico em posição externa, quando comparado à posição interna, é substancialmente maior, ou seja, de dez ocorrências saltamos para 142. Em Teófilo Otoni (98%), por exemplo, cidade que apresentou o maior índice de apagamento, não houve ocorrência do /r/ retroflexo. O inverso ocorre em Passos, onde o /r/ retroflexo é praticamente unânime não há registros de apagamento.

No Rio de Janeiro, entre os substantivos, registramos 214 ocorrências, sendo 98 (46%) realizações do [h], 79 (37%) de [ø] e 37 (17%) de [x]. Como já detectado na análise dos estados de São Paulo e Minas Gerais, o contexto de coda externa favorece o apagamento e desencadeia o enfraquecimento do polimorfismo, haja vista que não detectamos a presença do /r/ caipira nem do tepe, nesta parte da análise do RJ.

Na fala capixaba, a análise do /r/, entre os nomes, oferece 92 registros. Desses, 42 (46%) são da apócope de /r/, 35 (38%) da variante glotal, sete (8%) da tepe e da velar (8%) e apenas uma da retroflexa (0%), registrada na fala da informante (segunda faixa etária), de Santa Teresa, no item *liquidificador*.

Tratando dos fatores linguísticos, analisados por meio dos dados de São Paulo e Minas Gerais, os únicos a apresentar o /r/ caipira em contexto externo, verificamos que, em São Paulo, embora contemos com apenas dois pares de palavras, as que mais propiciam a realização do /r/ caipira são *liquidificador* (86%) e *calor* (85%) frente a *mulher* e *colher* (79%). Já, no estado mineiro essa variável não se mostra produtiva, pois as porcentagens para o /r/ retroflexo oscilam entre 18% e 21% nos quatro vocábulos analisados.

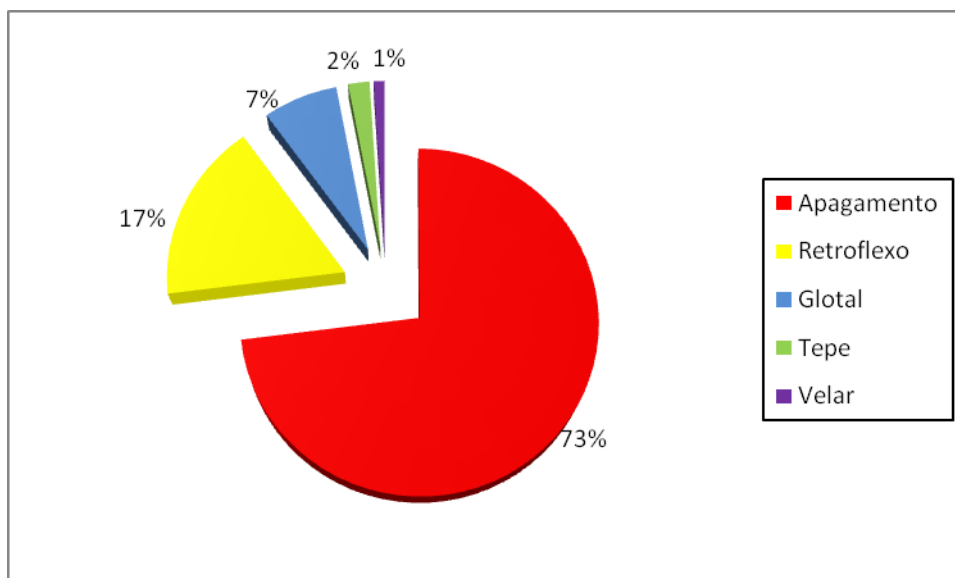
No tocante às variáveis extralinguísticas, atuantes na realização do /r/ retroflexo, constatamos que são os homens, principalmente os jovens, os maiores mantenedores desse rótico, nos dois estados. Em São Paulo, os jovens, independentemente do sexo, utilizam o referido rótico em 85% dos casos, já entre os informantes da segunda faixa, obtivemos 81% entre os homens e 78% entre as mulheres. Em Minas Gerais, entre o público masculino as porcentagens obtidas são: 25% na primeira faixa etária e 19% na segunda. Enquanto entre as mulheres, os números diminuem, respectivamente, para 23% e 11%.

Verificamos que as variáveis extralinguísticas, igualmente, confirmam os resultados levantados na análise do /r/ em coda interna, demonstrando que os homens jovens são os que mais utilizam o /r/ caipira.

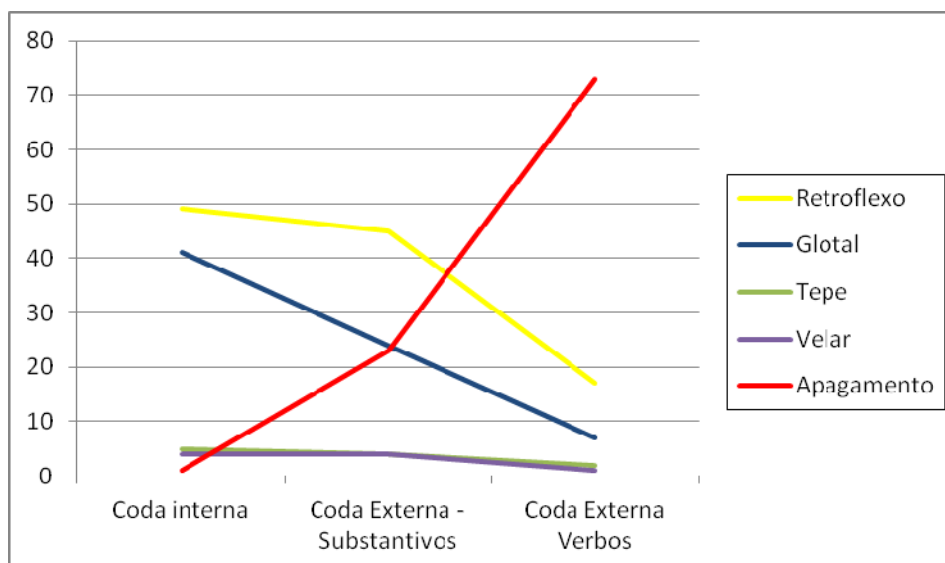
B) Nos Verbos

No tocante à análise dos verbos no infinitivo *varrer, botar, montar, trabalhar, rasgar, beijar, encontrar, perguntar* e *sair* registramos 2.713 ocorrências, distribuídas da seguinte forma: 1.972 de apagamento (73%), 459 (17%) de /r/ retroflexo, 181 (7%) de glotal, 49 de tepe (2%) e 40 (1%) de velar, como traz o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Ocorrência dos róticos entre os verbos no infinitivo



Vale destacar que entre os verbos no infinitivo o cancelamento de /r/ se mostra, relevantemente, mais produtivo, conforme demonstra o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Comportamento da apócope de /r/

Ratificamos, nesta seção da análise, que o contexto mais favorecedor da apócope de /r/ é a coda externa entre os verbos no infinito. Conforme traz o Gráfico 11, há um aumento expressivo desse fenômeno, passando de 1%, entre os vocábulos com o /r/ em coda interna, para 23 %, em coda externa nos substantivos, até chegar aos 70%, entre os verbos.

O comportamento do /r/, nesse ambiente linguístico, representa uma marca do português brasileiro, já registrada, por exemplo, por Amadeu Amaral, em *O Dialeto Caipira* (1920), em verbos como *andar* > *andá*, *esquecer* > *esquecê*, *subir* > *subi*, dentre outros.

Conforme ressalta Hora (2009) o apagamento é mais frequente e acentuado em posição de final de palavra do que no interior dela e sua ausência em final de palavra é mais comum entre os verbos. Uma década antes, Callou et al. (1997), ao analisarem ocorrências do /r/ em posição posvocálica, no interior e no final de vocábulo, em cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife), observaram um comportamento nitidamente distinto nas duas posições: em sílaba interna, o fenômeno quase não ocorre (3% em média); todavia, no contexto final, o percentual de perda aumenta significativamente. As autoras complementam, ainda, que a queda ocorre quase sempre como marcador de infinitivo e, em alguns verbos, no futuro do subjuntivo.

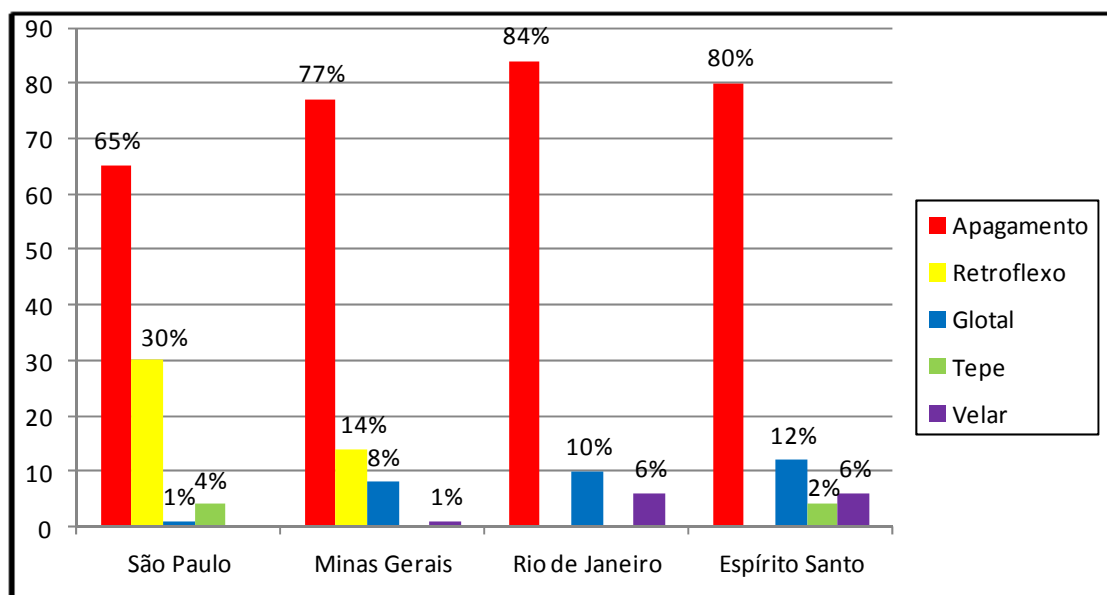
Brescancini e Monaretto (2008), por sua vez, com base em dados da região Sul do Brasil, verificaram uma taxa alta de apagamento apresentada pela

classe dos verbos condicionada pelos fatores: posição final de palavra, verbos no infinitivo e faixa etária mais jovem.

Vale lembrar, ainda, que esse fenômeno, antigo no PB, era considerado como marca de uma fala inculta, sendo no século XVI, por exemplo, utilizado nas peças de Gil Vicente para caracterizar a fala dos escravos. Entretanto, conforme atestam os estudos atuais em geral, o apagamento do /r/ em posição de coda externa, principalmente, em verbos no infinitivo trata-se de uma mudança em curso que não está condicionada a fatores sociais.

O estudo individual de cada estado revela que o cancelamento de /r/ nos verbos atinge 65% em São Paulo, 77% em Minas Gerais, 80% no Espírito Santo e 84% no Rio de Janeiro, conforme traz o Gráfico 12.

Gráfico 12. Distribuição diatópica dos róticos entre os verbos no infinitivo



Na fala paulista, registramos 842 (65%) de cancelamento do rótico, 393 (30%) de /r/ caipira, 45 (4%) do tepe, 10 (1%) do /r/ glotal, e duas ocorrências da variante velar (0%), contabilizando 1.292 realizações. Apenas em Mogi Mirim, o uso do /r/ retroflexo, nesse contexto, ultrapassou a margem dos 50%. Seus menores índices corroboram os resultados evidenciados na análise dos substantivos, pois as localidades de Santos (0%), Caraguatatuba (3%), São Paulo (7%) e Sorocaba (11) Andradina (14%) Assis e Botucatu (15%) e Marília (18%) são as que menos apresentam o /r/ caipira. Nos demais pontos, a média varia de 21 % a 50%.

Em Minas Gerais, obtivemos 810 ocorrências, assim divididas: 626 (77%) de apagamento; 115 (14%) de /r/ glotal; 66 (8%) de /r/ retroflexo e 3 (1%) de /r/ velar. Ratificamos, igualmente, nesse contexto, a primazia da dimensão diatópica do [r̥], pois sua ocorrência, apesar ser menos expressiva se comparada ao outro contexto linguístico estudado, recobre as mesmas cidades já mencionadas, isto é, Itajubá (56%), Campina Verde (36%), Passos (33%), Poços de Caldas (21%), Uberlândia (20%) e Lavras (11%).

No Rio de Janeiro, entre os verbos, registramos um total de 417 realizações, destas 349 (84%) são de cancelamento, 44 (10%) de glotal e 24 (6%) de velar. Os números revelam que a regra, nesse contexto, é o apagamento (84%). Os outros 16% são representados pela variante glotal seguida da velar. Na verdade, das 24 ocorrências do [h], 21 foram registradas na fala da capital, duas em Petrópolis e uma em Nova Iguaçu. Dessa forma, isolando os dados da cidade do Rio de Janeiro, teríamos, praticamente, apenas o cancelamento e o [h].

As cartas do AFeBG (2006), igualmente, revelam um índice significativo de apócope do rótico. Ao todo, o referido atlas, apresenta 14 cartas⁶³ com palavras com o /r/ em posição externa, sendo oito de substantivos e seis de verbos no infinitivo. No primeiro caso, verificamos 69% de apagamento, 25% de glotal e 6% de velar. No segundo, isto é, nas cartas concernentes aos verbos os números são respectivamente 81%, 17% e 2%, resultados muito próximos aos apurados nesta pesquisa.

No estado capixaba, obtivemos 194 ocorrências, distribuídas da seguinte forma: 155 (80%) de cancelamento, 24 (12%) de glotal, 11 (6%) de velar e quatro (2%) de tepe. Assim como verificamos durante toda a análise desse contexto, o apagamento é preponderante (80%), enquanto a junção dos demais róticos soma 20% do total dos dados.

No que concerne ao estudo das variáveis extralinguísticas, tendo em conta os dados de Minas Gerais e São Paulo, os únicos nos quais a variante caipira se faz presente, constatamos que o fator preponderante para a realização do /r/ caipira, como já atestado ao longo de toda a análise empreendida, deve-se ao plano diatópico.

⁶³ São elas: (i): 004- açúcar, 048-calor, 069-colher, 093- doutor, 172- motor, 219- pregador, 220- professor, 268- ventilador, (ii) 061- chover, 209- plantar, 227- queimar, 233- rezar, 237- sair e 256- trabalhar.

Por fim, o estudo desta parte da pesquisa revela, ainda, que os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os dois onde a produtividade do /r/ retroflexo é menor, em todos os contextos linguísticos, são os que apresentam a maior porcentagem da apócope do /r/, respectivamente 84% e 80%. Já, em São Paulo e Minas Gerais, responsáveis pelo maior uso do /r/ caipira, registramos 65% e 77%, conforme ilustra o Gráfico 12. Esses resultados podem concorrer para atestar a hipótese levantada por Callou et al. (1997) de que os dialetos que apresentam maior incidência de variantes [+ant] de /r/ apresentariam menor tendência ao apagamento de /r/ em coda silábica, assim como averiguaram os autores ao contrastar as falas de Salvador e Porto Alegre, este indicando o menor índice de cancelamento e aquele o maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, realizado mediante a análise de 80 localidades investigadas pelo ALiB, comprova que o /r/ caipira está presente, em maior ou menor grau, em toda a Região Sudeste, com predominância no estado de São Paulo, recobrando as faixas limítrofes aos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. Revela, também, que esse rótico é praticamente categórico em parte do Sul de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro e que apresenta, embora de forma esparsa, ocorrências no Norte e Nordeste de MG, no Sul, no Noroeste e na região central do Espírito Santo e no Noroeste e Norte fluminense.

Quanto às hipóteses levantadas, verificamos que a presença marcante do /r/ retroflexo, registrada no estado de São Paulo (90%) e atingindo o Sul e o Triângulo Mineiro, pode respaldar a conjectura de sua origem entre os mamelucos que habitavam a região de Piratininga e, por meio do movimento das bandeiras, sua difusão pelo interior paulista. Mais tarde, com a descoberta do ouro, esse rótico foi ampliando seu território, chegando ao estado de Minas Gerais. Além disso, é possível constatar, embora essa afirmação cobre pesquisas mais específicas e abrangentes, a expansão do /r/ retroflexo, pois sua incidência é significativa até mesmo na capital paulista (32%), resultado não obtido, por exemplo, por Callou et al.(1997).

A análise individual de cada estado revela particularidades atreladas, como não poderia ser diferente a processos sócio-históricos. No estado paulista, constatamos que existem duas regiões bem assinaladas pela variação rótica: a capital e sua região metropolitana e o Oeste do estado. No primeiro caso, creditamos essa variação ao grande número de migrantes e imigrantes atraídos pela capital e seus arredores, devido ao seu caráter multidiversificado e a sua expressividade econômica. Ademais, os resultados desta pesquisa, sobretudo os obtidos na capital, somados aos estudos de Oushiro e Mendes (2013) e a algumas considerações de Santiago-Almeida (2012) levam a crer que o /r/ caipira é tão velho quanto o estado de São Paulo. Dito de outra maneira, o berço do /r/ retroflexo não está restrito às zonas interioranas, mas sim ao litoral de São Paulo de onde partiram os bandeirantes, expandindo territórios e deixando marcas de sua fala.

Na região Oeste de SP, vinculamos o polimorfismo rótico ao seu contexto histórico de ocupação marcado, por um lado, por migrantes, em sua

maioria, nordestinos e, por outro lado, pelos imigrantes, sobretudo, italianos. Estes, possivelmente, deixaram como herança linguístico-fonética a presença da variante tepe e aqueles deixaram, como uma de suas marcas, o /r/ glotal. Todavia, acreditamos que a presença pouco expressiva desses róticos tende a desaparecer em prazo mais ou menos breve, cedendo todo o espaço para o /r/ retroflexo. Para respaldar tal assertiva citamos o trabalho de Santos-Ikeuchi (2014) que constatou um nível muito baixo de manutenção de itens lexicais nordestinos nessa região, mesmo sendo constituída por um número expressivo de trabalhadores oriundos do Nordeste, fato que pode estar atrelado às atitudes linguísticas dos falantes.

Os dados do estado de Minas Gerais, por sua vez, comprovam a manutenção do /r/ retroflexo, pois a comparação entre os dados colhidos pelo ALiB com os do EALMG (1977) revelam que, mesmo passados 36 anos, desde a publicação do atlas, esse rótico continua predominante no Triângulo Mineiro e no sul do estado.

Os resultados do estado mineiro conduzem, ainda, à comprovação de que esse alofone teria sido difundido pelos bandeirantes. Apesar de não ser o rótico predominante, a disposição geográfica do /r/ caipira em Minas Gerais demonstra a influência linguística exercida pelo estado de São Paulo. A partir, pois, do conjunto dos dados obtidos pelo ALiB, verificamos que o [ɾ] compreende o sul de Minas, sobretudo, a zona fronteira com o estado de São Paulo, recobrando, integralmente, as zonas do Triângulo e do Sul, além de determinadas áreas do Alto do Parnaíba, Alto do São Francisco, da Mata e Campo das Vertentes.

Registramos, também, uma pequena ocorrência do /r/ retroflexo em Janaúba, Montes Claros e Januária, localizadas no Norte do estado, na região do Médio São Francisco e, em Pedra Azul, situada no Nordeste de Minas. Os resquícios da variante caipira, nessas áreas, ensejam uma pesquisa com um *corpus* mais robusto capaz de verificar se sua presença é, de fato, representativa e se está, como supomos, ligada ao movimento das bandeiras, já que ocorre em cidades próximas ao rio São Francisco que servia de rota para os bandeirantes. Dessa forma, será possível agregar dados para afirmar que esses aventureiros, ao mesmo tempo em que devassavam territórios, descortinando novos horizontes, deixavam marcas de sua língua que resistiriam séculos e serviriam para delimitar o PB, como é o caso do /r/ retroflexo.

Ainda sobre os dados do território mineiro, este estudo revela que a área bem marcada do /r/ retroflexo confirma a divisão dialetal proposta por Zágari (2005): o falar *baiano* que parte do Norte e vai até o Leste-Oeste de Minas, no caso deste estudo representado pela variante glotal e do falar *paulista*, circunscrito pelo /r/ retroflexo nas zonas fronteiriças ao estado de São Paulo, abrangendo o Sul e o Triângulo de Minas.

A comunhão dos resultados obtidos em Minas Gerais e em São Paulo comprova que o /r/ retroflexo e o /r/ glotal formam isófonas responsáveis por dividir a fala da Região Sudeste, configurando-se, dessa forma, como elementos fonéticos importantes e indispensáveis para a delimitação dos falares que compõem o PB.

No estado fluminense, onde a norma é a variante glotal, o /r/ caipira se faz presente de pouco expressiva (1%), na região Noroeste e Norte. Tais dados são ratificados pelo estudo de Brandão (2014) e pelas cartas do AFeBG (LIMA, 2006), fato que cobra uma pesquisa mais abrangente nestas duas regiões.

No estado capixaba, verificamos que a presença do /r/ retroflexo (3%), embora acanhada, é maior que a registrada no RJ. Contudo não está concentrada, pois ocorre nas regiões Noroeste, Sul e Central.

No tocante à análise dos fatores linguísticos, o contexto de coda interna é o que mais favorece o uso de todas as variantes róticas registradas. A coda externa, por sua vez, é altamente favorecedora do apagamento de /r/, fazendo com que a ocorrência da apócope passe de 1%, entre os vocábulos com o /r/ em coda interna; para 23 % em coda externa, nos substantivos; até chegar aos 70%, entre os verbos.

Além disso, os resultados obtidos mediante a classe dos verbos revela que os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os dois onde a produtividade do /r/ retroflexo é menor, são os que apresentam a maior porcentagem de cancelamento de /r/, isto é, 84% e 80% respectivamente. Já, em São Paulo (65%) e Minas Gerais (77%), responsáveis pelo maior uso do /r/ caipira, os percentuais são menores. Esses resultados podem concorrer para atestar a hipótese levantada por Callou et al. (1997) de que os dialetos que apresentam maior incidência de variantes [+ant] de /r/ apresentariam menor tendência ao apagamento de /r/ em coda silábica.

A análise das variáveis extralinguísticas *sexo* e *idade* indica que os maiores mantenedores do /r/ caipira são os homens, sobretudo, os jovens. Resultado que, segundo Silva e Aguilera (2015), pode estar atrelado ao novo *status* do caipira, ou seja, do caipira moderno, bem sucedido e que não se constrange em usar o seu /r/ *puxado*, utilizando-o, inclusive, como marca identitária. Já, entre as mulheres há um declínio no uso dessa variante, justificado, talvez, pelo preconceito linguístico que ainda permeia o rótico. Contudo, é válido destacar que os resultados obtidos mediante essas variáveis são pouco representativos, indicando que o fator determinante para a realização do /r/ desse rótico é o geográfico.

Por fim, os altos índices do /r/ retroflexo registrados, especialmente, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, somado ao fato desse rótico recorrer entre os jovens, leva a conjecturar, diferentemente da previsão de Amaral (1920), que a vida dessa variante é longa e muito sadia. E, inclusive, indica estar expandindo suas veredas para além-mar, pois “no português europeu parece começar a instalar-se a partir da fala de jovens escolarizados de alguns centros urbanos”(VELOSO, 2015, p.336).

Assim, os resultados desta pesquisa reafirmam a importância dessa variante e demonstra que o estudo de suas veredas pode contribuir com o entendimento e a delimitação dos falares do PB, bem como desmistificar preconceitos linguísticos e revelar sua expansão para outros territórios.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

_____. A distribuição dos róticos em coda silábica nos dados do Atlas linguístico do Brasil PR: um estudo geo-sociolinguístico. In: ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. (Org.). *Estudos em Fonética e Fonologia no Brasil*. Goiânia: GT de Fonética e Fonologia da ANPOLL, 2008, p. 1-14.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da. Dois momentos do /r/ retroflexo em Lavras – MG: no Atlas linguístico de Minas Gerais e nos dados do projeto do Atlas Linguístico do Brasil. In: *Revista Diadorim-Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, n.8. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. A metodologia e sua aplicação no campo. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva et al. *Atlas Linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: EDUEL, 2014a. p.95-112.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *Micro Atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. 2008. vol. I: 162 p.. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2 v.

ALTENHOFEN, Cléo Vílson. Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.) *A Geolingüística no Brasil - trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005, p. 177-208.

ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas Linguístico do Paraná II*. 2007. 223 p. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2 v.

ALVAR, Manuel. Lengua, dialecto y otras cuestiones conexas. In: *LEA: Lingüística Española Atual*, v.1. Madrid: Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979, p.5-30.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1982 [1920].

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Bezerra de. *Atlas Linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB; CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *Os estudos dialetais e geolingüísticos no Brasil*. Disponível em: http://www.lingv.ro/resources/scm_images/RRL-12-2008-Socorro-Aragao.pdf. Acesso em: 15 jun. 2014.

AUGUSTO, V. L. dos S. *Atlas Semântico-Lexical de Goiás*. 2012. 3 v. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BESSA, José Rogério Fontenele (coordenador). *Atlas Linguístico do Ceará*. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: leitura e crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso de róticos. In: *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 85-102, 2009.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. O /R/ implosivo no Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Cilene C.; PEREIRA, Paulo R.D (Org). *Miscelânea de estudos lingüísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.49-58.

_____. Aspectos sociolingüísticos de um dialeto rural. In: HORA, Dermeval da (Org). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.p.61-69.

_____. Nas trilhas do –R retroflexo. *Signum: estudos da linguagem*. Londrina, v. 10, n. 2, p. 265-283, 2007.

_____. Variação em coda silábica na fala popular fluminense. In: *Revista da ABRALIN*. v.7 n.1. 2008, p. 177-189. Disponível em: <http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2008-vol-7-n-1/08-silvia-figueiredo.pdf>. Acesso em set. 2015.

BRESCANCINI, Cláudia; MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Os róticos no Sul do Brasil: panorama e generalizações. In: *Signum: Estudos da Linguagem*, v.11. n.2. Londrina, 2008, p.51-66.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolingüística. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 17-24.

CALLOU, Dinah et al. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: Koch, I. V. (Org.) *Gramática do Português falado: desenvolvimentos*. Campinas, Unicamp, 1997. v. VI. p. 465-493.

_____. Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real. In: *Delta: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Vol.14. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: fev. 2014.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 6.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. Dialectologia no Brasil: perspectivas. In: *Revista Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Vol.15. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: jun. 2014.

_____. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. DELTA, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 25-44, 2001.

_____. A geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?. In: *Gelne: Grupo de estudos lingüísticos do Nordeste*. Vol. 4. 2004. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_sum.htm. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Atlas lingüístico de Sergipe*- II. Salvador: EDUFBA, 2005.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva; MOTA; Jacyra Andrade. Para uma nova dimensão dos estudos dialetais brasileiros. In: *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto Editora, 2006, p.15-26.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva et al. *Atlas Lingüístico do Brasil - Vol. 2* (cartas Lingüísticas). Londrina: EDUEL, 2014b.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 237 – 269.

_____. Rumos da Dialectologia Portuguesa. In: *Alfa Revista de Linguística*. Vol. 18/19. 1972-1973, p.115-153. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3512/3285>. Acesso em: jun. 2014.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Vandersí Sant' Ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas Lingüísticos regionais brasileiros*. 2006. 225 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *O r "caipira" em São Paulo: estudo com base em dados do Atlas lingüístico do Brasil (ALiB)*. Comunicação apresentada no SILEL, Uberlândia, 17 a 19 de 2009.

CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P. *La Dialectología*. Trad. Carmén Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

Cintra, Luís Filipe. Lindley *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

COHEN, Maria Antonieta M. O "R" retroflexo no português brasileiro: descrição e percurso histórico. In: RAMOS, Jânia M. (Org.) *Estudos sociolingüísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. CD-ROM.

COHEN, Maria Antonieta. M.; MENDES, Soélis Teixeira P. Variação e mudança dos róticos no português do Brasil: dados do sul de Minas Gerais. In: DOGLIANI, Evelyne; COHEN, Maria Antonieta A. M. (Org.). *Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2011. p. 229-243.

COMITÊ NACIONAL do Projeto ALiB (Brasil). *Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Teoria general del leguaje y linguística general*. Madrid: Gredos, 1962.

_____. Los conceptos de dialecto, nivel y estilo de lengua y el sentido próprio de la dialectología. In: *Revista Española Actual*. III/I, 1981, p.1-32.

_____. *Sentido y tareas de la dialectologia*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

_____. *O homem e sua linguagem*. Trad. Carlos A. da Fonseca; Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

_____. *Lições de lingüística geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: ao livro Técnico, 2004 [1980].

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 6.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

CRUZ, Maria Luíza de Carvalho. *Atlas lingüístico do Amazonas*. 2004. 2 v. mimeo. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DIÉGUES Jr. M. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1960.

DIETRICH, Wolf.; NOLL, Volker. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In.: NOLL, V.; DIETRICH, W. (orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 81-103.

DUBOIS, Jean. et al. *Dicionário de Linguística*. Tradução de Frederico Pessoa Barros; Gesuína Domenica Ferretti; John Robert Schimtz; Leonor Sciliar Cabral; Maria Elizabeth Leuba Salum. São Paulo: Cultrix, 1991.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FERRAZ, Irineu da Silva. *Características fonético-acústicas do /r/ retroflexo do Português Brasileiro: dados de informantes de Pato Branco (PR)*. 2005. 123p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FERREIRA, Carlota et al. *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Idade: uma variável sociolingüística complexa. In: Revista *Línguas & Letras: estudos linguísticos*. Vol. 6. N.11, 2005, p.105-121. Disponível em: <http://pt.scribd.com>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GOMES, Christina Abreu; SOUZA, Cláudia Nívia Roncarati. Variáveis Fonológicas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 73-80.

GUIOTTI, Luciana. Prudente. *O Estudo da Variante Retroflexa na Comunidade de São José do Rio Preto*. Dissertação de Mestrado, UNESP, São José do Rio Preto, 2002.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolingüística quantitativa: instrumental da análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEAD, Franklin Brian. O estudo do r-caipira no contexto social. *Revista de Cultura Vozes*, v. 67, n. 8, pp. 43-49, 1973.

_____. Subsídios do Atlas Prévio dos Falares Baianos para o estudo de uma variante dialetal controversa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 1, p. 21-34, 1978.

_____. Propriedades fonéticas e generalidades de processos fonológicos: o caso do "R Caipira". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 13, p. 5-39, 1987.

HEREDIA HANZ, José Ramón. *Em torno Al dialecto*. 1983. 573 p. Tesis (Doutoramento em Linguística Aplicada) – Universidad Complutense de Madrid: Madrid.

HJELMSLEV, Louis. *Essais Linguistiques*. Paris: Minuit, 1971.

HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORA, Dermeval da. *Fonética e Fonologia*. Curso de Letras. Fascículo II. Universidade Federal da Paraíba, 2009. Disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/mediatags/biblioteca>>. Acesso em: fev. 2014.

ISQUERDO, Aparecida Negri. (org.) *Estudos geolingüísticos e dialetais sobre o português: Brasil e Portugal*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

IRDAN, Iorgu. *Introdução à Linguística Românica*. Tradução Julia Dias Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo. (orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas semântico-lexicais*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

LABOV, William. *Sociolinguistique*. Paris: Édition de Minuit, 1976.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguist change. *Language variation and change*, n.2.1990, p. 205-254.

_____. *Principios del cambio lingüístico*. Vol.1: Factores internos. Tradução de Pedro Martín Butragueño (versión espanhola). Madrid: Gredos, 1996.

_____. *Padrões Sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LADEFOGED, P. & MADDIESON, I. Rhotics. In.: *The Sounds of the World's Languages*. Blackwell Publishers, Oxford, 1996. p. 215-245.

LEITE, Cândida Mara Brito. *Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas.

_____. *O /R/ em posição de coda silábica no falar campineiro*. 2010. Tese. (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, 2010.

LIMA, Alcides. A pronúncia do /r/ pós-vocálico na cidade de Cametá-PA. In: RAZKY, A. (org.) *Estudos Geo-Sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: UFPA, 2003.

LIMA, Luciana Gomes de. *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara-AFeBG*. 2006. 80 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2 v.

LÓPEZ MORALES , Humberto. *Sociolingüística*. Madri: Gredos, 1993.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-71.

MARROQUIM, Mário. *A Língua do Nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971 [1946].

MENDONÇA, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MONARETTO, Valério Neto de Oliveira. Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Tese (Doutorado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTES GIRALDO, J. J. *Dialectología general e hispanoamericana: orientación Teórica, metodológica y bibliográfica*. 2.ed. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios del sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. 6.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Simões, [1922] 1953.

_____. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

_____. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II, 1961.

NASCIMENTO, Tiana Andreza Melo do. *Os róticos na fala de três municípios fluminenses: Petrópolis, Itaperuna e Parati*. 2008. 128 p. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NOLL, V. Mudanças na realização de em português. In LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 337-348.

OLIVEIRA, Derci Gomes de (org.) *ALMS – Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Livro_Historia_ES.pdf. Acesso em jul. 2014.

OUSHIRO, L. ;MENDES, R. B. A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, p. 66-95, 2013.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PASTORELLI, Daniele Silva. *Atitude Lingüística de Falantes da Cidade de Londrina - PR: positiva ou negativa?* 2009. 135 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PICINATO, Priscila Balan. *O Novo Caipira: o olhar do “eu” e do “outro”*. 2013. 118 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

RAZKY, Abdelhak. *Atlas Lingüístico sonoro do Estado do Pará (ALiSPA 1.1)*. Belém: s/ed. 2004 (Programa em CD-ROM).

RENNICKE, I. E. The retroflex r of Brazilian Portuguese: theories of origin and a case study of language attitudes in Minas Gerais. In :*Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. Vol. 6, n. 1, 2011, p. 149-170.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, José et.al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

ROMANO, Valter. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*. Londrina, UEL, v. 13, n.2, jul.- dez., 2013, p. 203-242.

_____. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil*. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. v.1. 285 p.

RONCARATI, Cláudia. Prestígio e preconceito linguísticos. *Cadernos de Letras da UFF*. N. 36. 2008, p. 45-56. Disponível em: <http://www.uff.br>. Acesso jan. 2016.

ROSSI, Nelson *et al.* *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

ROUSSELOT, Pierre Jean, *Modifications phonétiques du language, étudiées dans le patois d'une famille de Cellesrouin (Charente)*. Paris : H. Welter, 1891.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1901-tupi>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SANTIAGO-ALMEIDA. Sobre o Falar Cuiabano e o Dialeto Caipira. In: ALTINO, Fabiane Cristina (org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, pp. 272-286.

SANTOS-IKEUCHI, Ariane dos. *Atlas Linguístico Topodinâmico do Estado de São Paulo*. 2014. 364 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

_____. *História da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1979 [1952].

SILVA, Hélen Cristina da. *O /r/ caipira no Triângulo Mineiro: um estudo dialetológico e de atitudes linguísticas*. 2012. 175 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SILVA, Hélien Cristina da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Uma nova configuração do caipira: ecos do /r/ retroflexo. In.: *Revista da ABRALIN*. Associação Brasileira de Linguística, v.14. n. 1, 2015, p 171-194.

SILVA, Thaís Cristóforo. *Fonética e fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Mariana Esteves Bieler da. *Entre duas metrópoles: (-R) em Itanhandu*. 2015. 170p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA-CORVALÁN, Carmem. *Sociolingüística: teoria y análisis*. Madri: Alhambra Universidad, 1989.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 6 ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1999.

TEIXEIRA, José de Aparecida. *O falar mineiro*. São Paulo: Revista do arquivo municipal de São Paulo, 1938.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. In.: RAENDONCK, D. V. et al. Orgs. *Actes du XXII Congrès International de Linguistique e Philologie Romanes*. Bruxelles, 1998, 367-409.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: STAHL ZILLES, Ana Maria. *Estudos de Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Vázquez Cuesta, Pilar; Luz, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 1971.

VELOSO, João. The English r coming! The never ending story of portuguese rhotics. In.: *Oslo Studies in Language*. v.7. n.1. 2015, p.323-336. Disponível em: <https://www.journals.uio.no/index.php/osla/article/view/1449/1346>. Acesso em Marc. de 2016.

VIANNA, H. *História do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobúglio. Os Falares Mineiros: Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In: Vanderci de Andrade Aguilera. (org.). *A Geolingüística no Brasil - trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005, p. 45-72.

ANEXOS

ANEXO A

Decreto Nº 30.643, de 20 de Março de 1952

Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

decreta.

Art. 1º Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa.

Art. 2º O Centro ora instituído realizara seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filosofia, e terá por campo de pesquisas a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 3º O Centro em referencia compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa.

1º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins.

2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas parlamentares e jurisprudência do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação.

3º A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliograficas, históricas literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.

Art. 4º O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo.

Art. 5º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualiza-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado.

Art. 6º O Ministério da Educação e Saúde contratara os técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão necessários aos trabalhos em cursos.

Art. 7º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde.

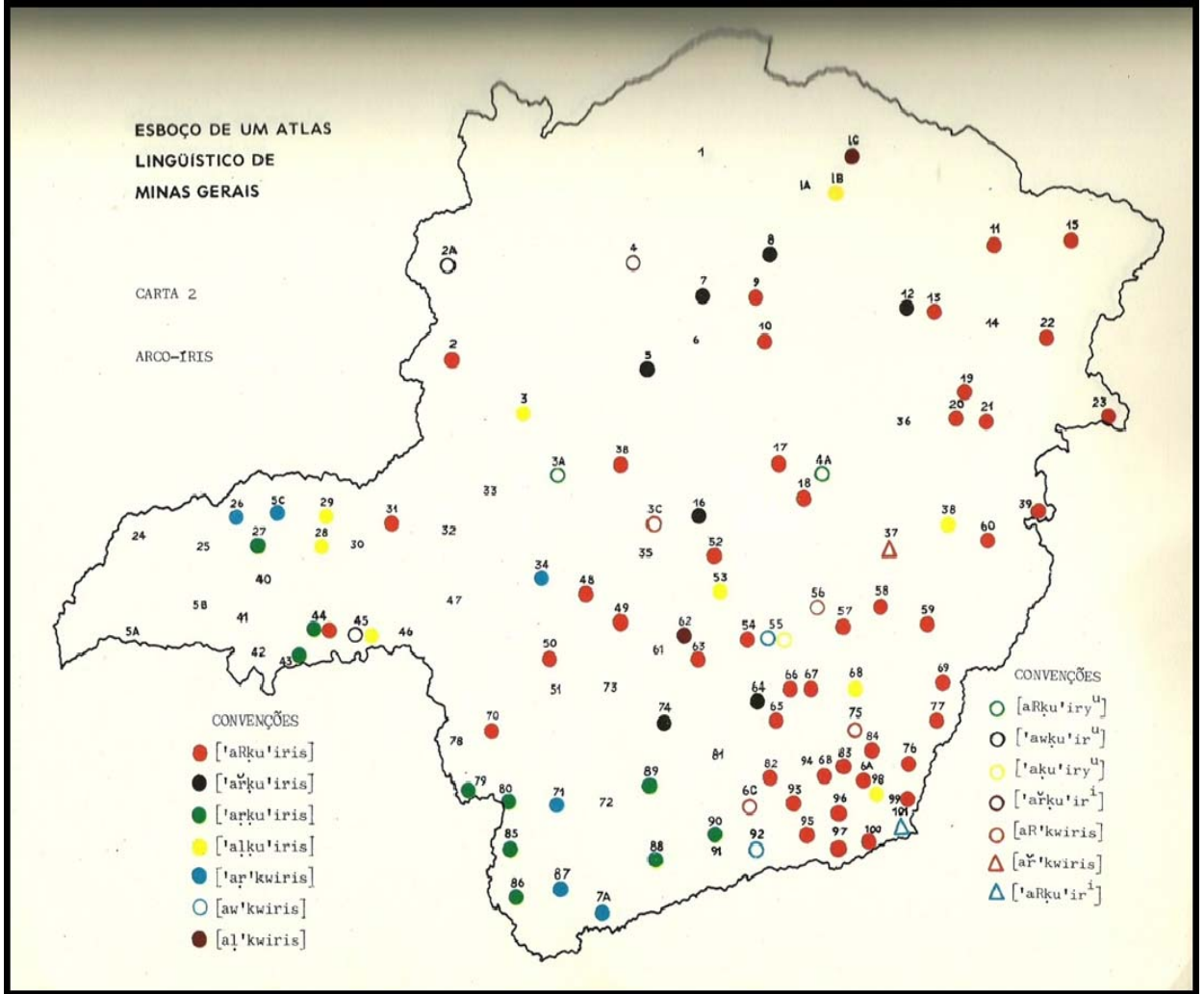
Art. 8º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952, 131º da Independência e 64º da Republica.

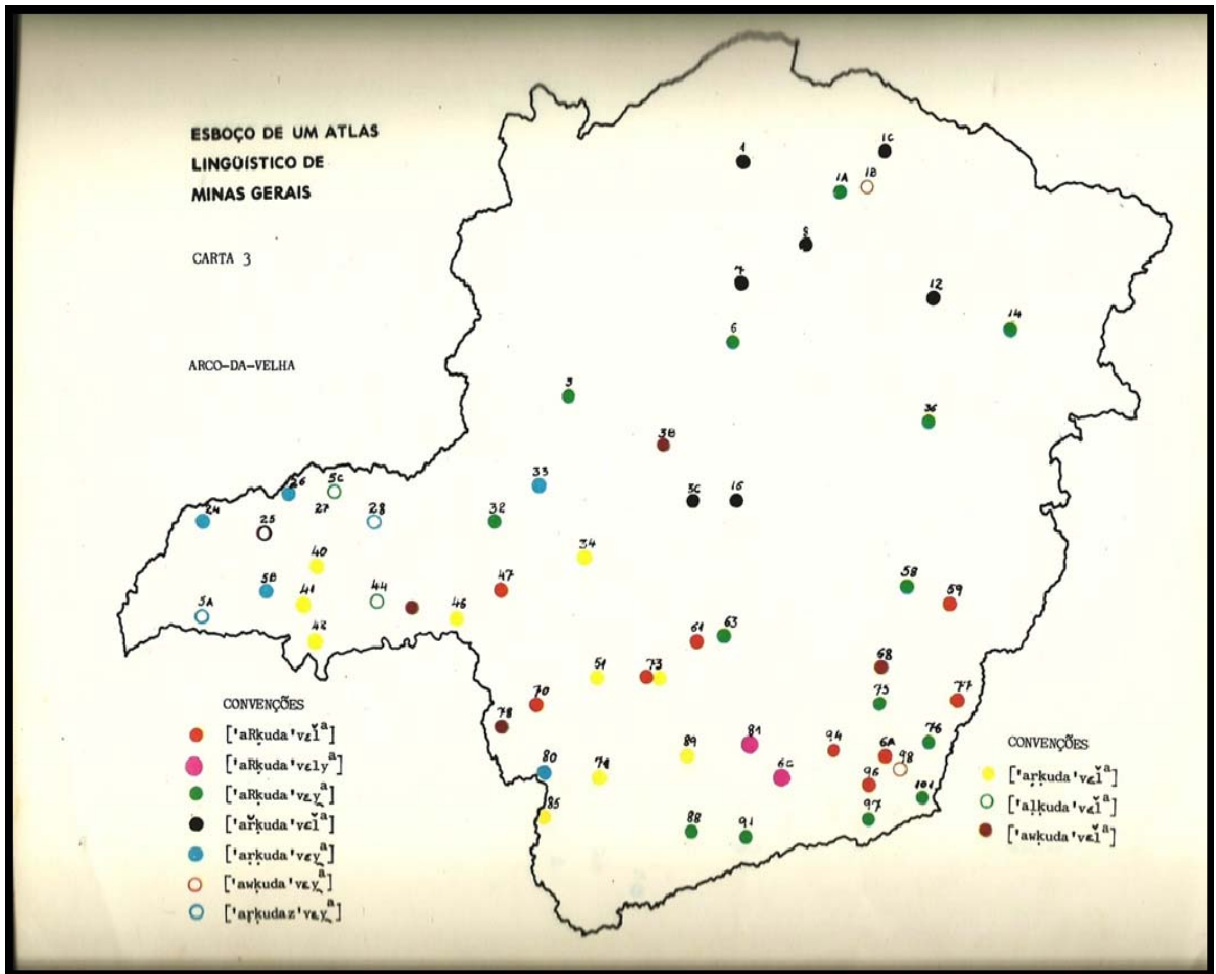
Getulio Vargas

E. Simões Filho

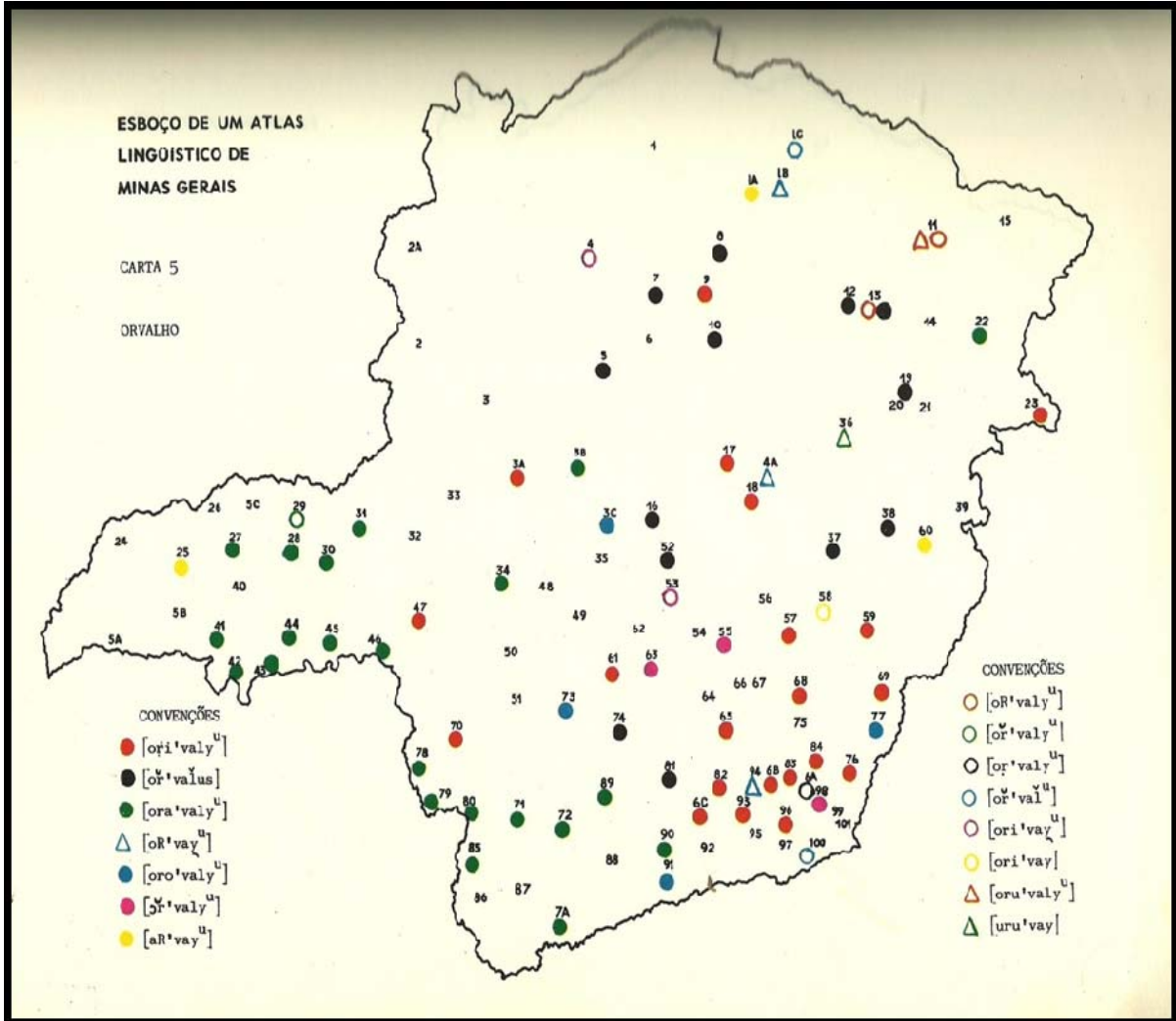
ANEXO B
(Carta 02 – arco-íris)



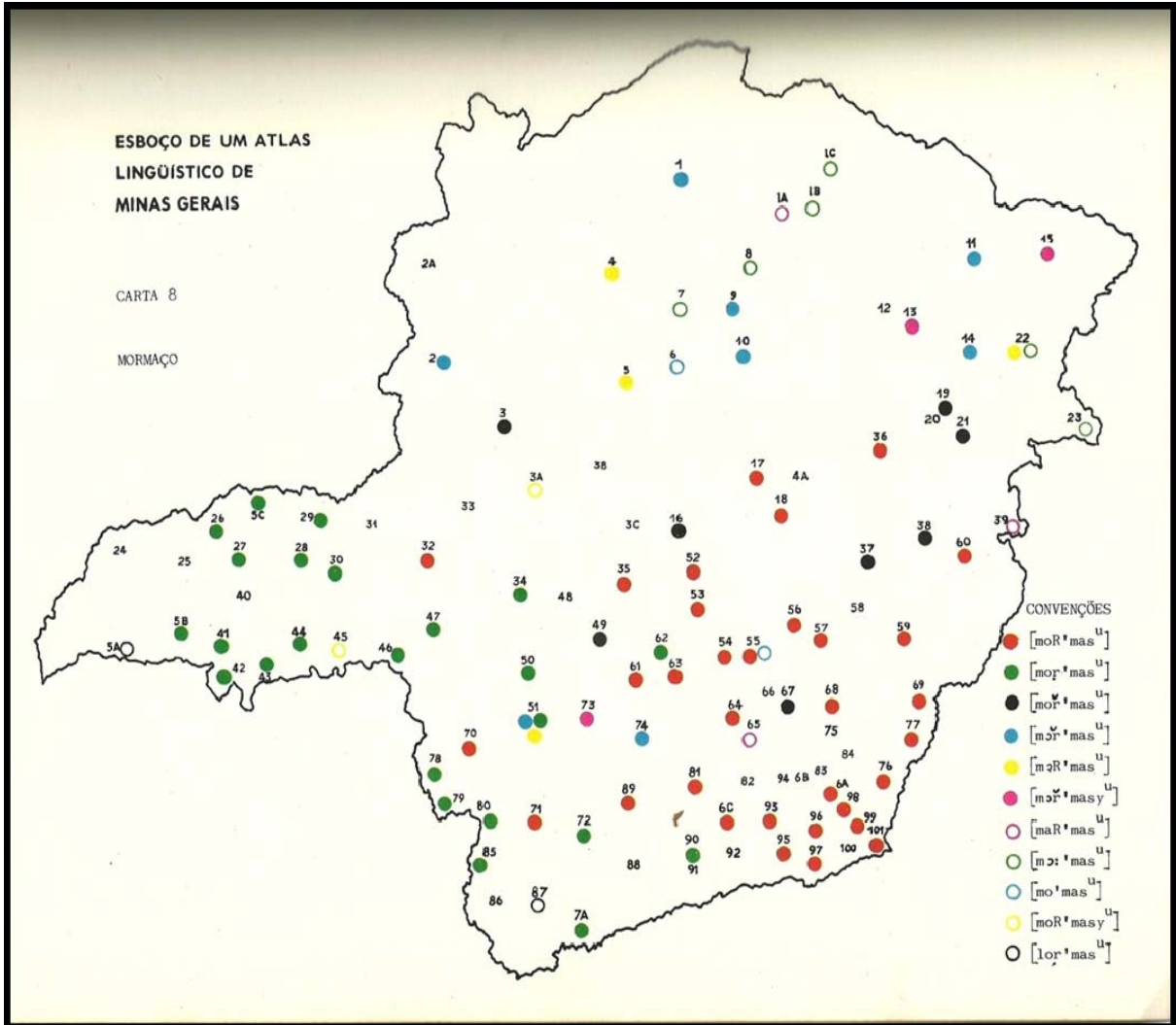
ANEXO C
(Carta 03 – arco-da-velha)



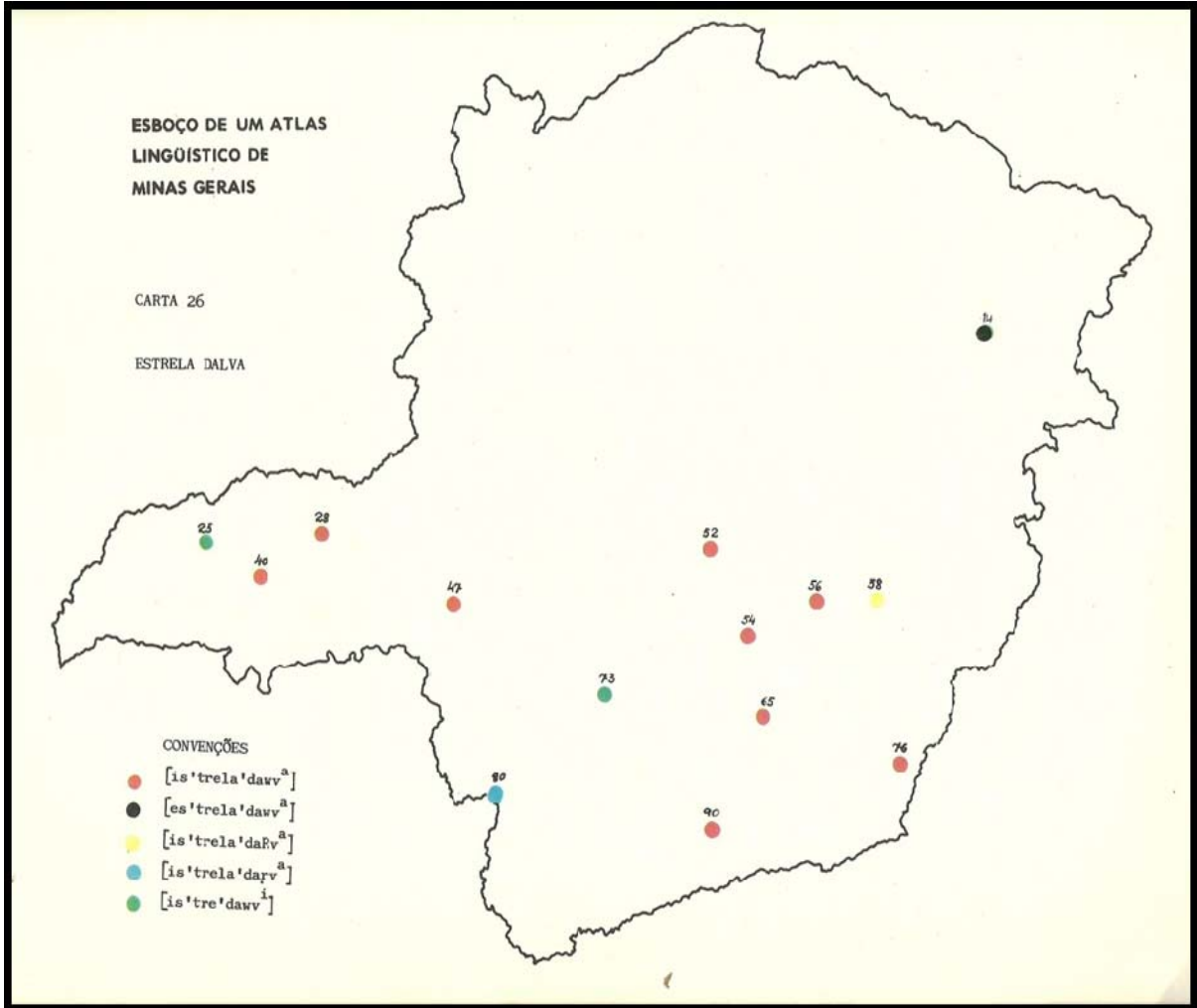
ANEXO D
(Carta 05 – orvalho)



ANEXO E
(Carta 08 – *mormaço*)



ANEXO F
(Carta 26 – estrela Dalva)



ANEXO G
(Carta 29 – salto mortal)

